CONSÓRCIO AMESP

AMESP
FLS.: 0001
Assinatura

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 08/2024

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA O REGISTRO DE PREÇOS.

Nº 07/2024

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
Fls.: 0002
Assinatura

SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade da **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo licitatório visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.25 10:44:00 -03'00'

Moacir Franco

Diretor Executivo da AMESP

Ao

Ilmo. Sr.

Wagner do Couto

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

AMESP
Fls.:- 0003
Assinatura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

INTRODUÇÃO

Destina o presente estudo essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos para os Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, pelo período de 12 (doze) meses.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí, por meio de consulta de licitações passadas juntos aos Municípios Consorciados, constatou-se que, os municípios possuem uma frequente necessidade de aquisição de medicamentos para subsidiar a saúde pública. Através do levantamento de demandas originárias, chegou-se a um quantitativos estimado de medicamentos que serão adquiridos visando proporcionar o abastecimento frequente e satisfatório das farmácias, pronto atendimentos e hospitais dos Municípios Consorciados à AMESP.

Dessa forma visando proporcionar o abastecimento frequente dos estoques de MEDICAMENTOS junto aos Municípios Consorciados, estabelecendo estoque mínimo apto a realizar o pronto atendimento das demandas, e da responsabilidade do CONSÓRCIO AMESP, verificou-se que a melhor solução para aquisição seria a realização de um procedimento licitatório, através do sistema de registro de preços, tendo em vista a necessidade constante de aquisição de medicamentos, bem como a imprevisibilidade de alguns itens desta natureza.

REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

AMESP
FLS: 0004
Assinatura

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, bem como toda legislação correlata.

Ao realizar o levantamento dos itens necessários a satisfazer as demandas originárias dos Municípios Consorciados, em diálogo com os setores envolvidos nas contratações de natureza semelhantes já realizadas pelo órgão, observou-se que o prazo razoável para que os fornecedores pudessem cumprir as condições de fornecimento do objeto seria de até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de fornecimento. Desta forma, objetiva-se alcançar um maior número de fornecedores com condições de competição e capazes de cumprir de forma integral todas as condições estabelecidas, bem como realizar o fornecimento dos itens em tela de forma satisfatória e regular considerando a capacidade dos almoxarifados das farmácias, pronto atendimentos e hospitais municipais.

Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o fornecimento de medicamentos deverão ser seguidos. Portanto, deverão ser fornecidos, com perfeição e segurança todos os itens solicitados, providenciando todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo as ganhadoras do processo licitatório responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato.

Também deverão ser utilizada toda logística necessária à boa prestação dos serviços de fornecimento dos itens, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas.

O fornecimento dos medicamentos no que tange o transporte e demais quesitos logísticos dos materiais será de inteira responsabilidade da empresa contratada.

A vigência inicial do contrato será de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que a prestação de serviços de fornecimento dos itens licitados tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

ENQUADAMENTO DO OBJETO

O objeto constante do presente estudo enquadra-se no conceito de bem comum, por possuírem características padronizadas, uma vez que são facilmente comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado, não necessitando de especificações minuciosas ou peculiares (Art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002).

DO QUANTITATIVO LICITADO

AMESP
Fls.: 0005
Assinatura

Os quantitativos estimados foram obtidos por meio de estudos e consultas de licitações passadas - devidamente publicadas – e projeções de futuras oscilações das demandas originárias, bem como, o ingresso de novos municípios consorciados, com respaldo orçamentário e financeiro obtidos em análise das leis orçamentárias municipais.

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado é de **R$ 65.987.834,00 (sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e set mil oitocentos e trinta e quatro reais).**

Foram utilizados para obtenção dos valores os parâmetros do Banco de Preços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais -TCEMG.

(disponível em http:// Banco de Preços TCEMG - acesso público).

Foram utilizados também como parâmetro a densidade demográfica dos municípios consorciados à AMESP, bem como a média de consumo anual de cada um deles.

JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO BANCO DE PREÇOS DO TCEMG

A utilização do Banco de Preços desenvolvido pelo Tribunal de Constas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, tem demonstrado mais vantajosa e segura, sendo uma ferramenta que já está sendo utilizada pela Administração Pública pra aquisição de bens e serviços, trazendo maior economia de recursos públicos.

O DESCONTO ESTIMADO PARA INÍCIO DA DISPUTA

É importante esclarecer que esta situação se dá por cuidados indispensáveis de uma administração que seja responsável com o erário público buscando o maior desconto sobre os medicamentos e dentro da perspectiva pedagógica dos Entes Públicos, in casu, os municípios consorciados. Evitando qualquer alegação de superfaturamento.

NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica deles, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas. Ressalta-se também que a qualidade dos itens fornecidos, será acompanhada e fiscalizada por servidores devidamente designados pelas secretarias requisitantes de cada Município.

AMESP
Fls.: 0006
Assinatura

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Por intermédio desta contratação será possível fornecer medicamentos aos Municípios Consorciados, com agilidade e com melhores qualidades, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, além de gerar economia de escala, para que se preserve o bem-estar, a saúde e o lazer das pessoas.

MATRIZ DE RISCOS

Risco 01: Licitação Deserta

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Planejamento considerando as atuais necessidades;

Risco 02: Contratada com Profissionais desqualificados

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação;

Ação de Contingência: Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providencias cabíveis caso seja necessário;

Risco 03: Não conformidade do Projeto Executivo com as Normas vigentes

Probabilidade: Média;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Fiscalização dos projetos com as normas vigentes;

Ação de Contingência: Solicitar que a Contratada refaça o Projeto;

Risco 04: Atrasos na Entrega e correções de Projeto

Probabilidade: Média;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Notificar a empresa para que a mesma cumpra o prazo estabelecido;

AMESP
Fls: 0007
Assinatura

Ação de Contingência: Aplicar sanção do Contrato.

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares e as consultas feitas junto aos municípios consorciados à AMESP indicam que o fornecimento de medicamentos é de suma importância para implementar ações do Sistema Único de Saúde - SUS e atender as demandas dos Municípios Consorciados de forma ágil evitando assim o desfalque nos almoxarifados das secretarias municipais de saúde.

Diante do exposto, sugere-se a abertura de licitação no Consórcio AMESP, visando o fornecimento de medicamentos.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.25 10:43:15 -03'00'

Moacir Franco
Diretor Executivo AMESP

AMESP
FLS: 0008
Assinatura

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

DFD: 07/2024/AMESP

Órgão: Consórcio AMESP

Setores Requisitante: Diretoria Executiva

Responsável pela Demanda: Moacir Franco

1. OBJETO:

1.1. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA SOLUÇÃO ESPERADA:

2.1. A contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos, está fundamentada na necessidade dos municípios consorciados à AMESP de adquirirem estes itens através da Secretaria Municipal de Saúde, como forma de implementar ações do sistema Único de Saúde - SUS, demonstrando assim necessária para a manutenção do atendimento aos usuários do SUS.

3. DA FORMA, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE MATERIAL A SER CONTRATADA

Item	Quant.	Und. de Medida	Detalhamento do Item
01	01	SERVIÇO	*AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS*

AMESP
Fls.: 0009
Assinatura

			MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP				
Tipo de Material:	(X) Consumo	( ) Permanente	( ) Serviços	( ) Obras e/ou Serv. de Engenharia			
Regime de Fornecimento:	( ) Parc. Única	( ) Semanal	( ) Quinzenal	( ) Mensal	(X) Sob Demanda/ Imediato	( ) Outro: Especificar _____	

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPO

( ) Sim. (X) Não.

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

( ) Sim. Especificar: (X) Não.

RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

( ) Sim. Especificar: (X) Não.

RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

( ) Sim. Especificar: (X) Não.

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Municípios consorciados à AMESP.

A empresa deverá atender todos os itens e requisitos do projeto anexo a este documento.

DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO OU NÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES:

( ) Dispensado nos termos do Art. 9, do Decreto Municipal n° 3125/2023.

(X) Com base na baixa complexidade do objeto, o gerenciamento de riscos da contratação será dispensado para esta contratação, bastando a elaboração do ETP e do TR.

AMESP
FLS.: 0010
Assinatura

( ) Devido a alta complexidade do objeto será necessária a elaboração do Estudo preliminar e o gerenciamento de riscos da contratação.

( ) Devido à existência de Estudo Técnico Preliminar e de gerenciamento de riscos de contratação anterior, serão utilizados o ETP e GR do Processo Licitatório nº ...../.....

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa referente à prestação dos serviços, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Objetivando a instrução do processo, em observância ao que determina o art. 23 da Lei 14.133/2021, informamos que o valor estimado da contratação foi obtido a partir de processos licitatórios realizados anteriormente pelo Consórcio AMESP, bem como levantamentos do consumo de medicamentos pelos municípios consorciados, estimando-se o valor global de **R$ 65.987.834,00 (sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e set mil oitocentos e trinta e quatro reais).**

Parâmetros adotados para elaboração do valor estimado:

(X) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

( ) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

( ) Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

( ) Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. Justificativa: A escolha dos fornecedores

AMESP
Fls.: 0011
Assinatura

para fins de cotação foi feita a partir de empresas que já fornecem medicamentos aos municípios consorciados à AMESP, através de Atas de Registro de Preços, bem como empresas que já participaram de processos licitatórios anteriormente realizados pelo Consórcio. São empresas fornecedoras de medicamentos que possuem condições técnicas de atendimento ao Consórcio AMESP. ( ) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas.
GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO ( ) Baixa ( ) Média (X) Alta.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.25 15:56:00 -03'00'

Moacir Franco
Diretor Executivo

AMESP
Fls.: 0012
Assinatura

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO.

2.1. O fornecimento do objeto se dará conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%
02	MEDICAMENTOS IMILARES DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%
03	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%
04	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%

(disponível em http:// Banco de Preços TCEMG - acesso público).

2.2. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem apresentar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número do lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor.

3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.

3.1. DO LOCAL.

AMESP
FLS.: 0013
Assinatura

3.1.1. O fornecimento do objeto ora licitado se dará dentro da área territorial de abrangência da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, conforme descrição de Municípios, compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, através da emissão da Ordem de Fornecimento.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ELÓI MENDES
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

AMESP
Fls.: 0014
Assinatura

3.2. DOS PRAZOS.

3.2.1. O prazo para o fornecimento dos medicamentos será de até 10 (dez) dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

3.2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que o fornecimento de acessórios e materiais esportivos tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

4. DAS CONDIÇOES DE ENTREGA.

PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, a EMPRESA CONTRATADA deverá:

4.1. Entregar os medicamentos disponíveis em estoque, em até 10 (dez) dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

4.2. Fornecer produtos com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da validade total especificada pelo fabricante, na data de sua entrega, quando for o caso de produtos com data de validade.

4.3. Apresentar no ato da entrega dos produtos, no almoxarifado, registro no Ministério da Saúde e registro junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

4.4. Apresentar os produtos em embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas, as condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

4.5. Nas embalagens deve constar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com respectivo número do CRF e a unidade federativa na qual está inscrito.

4.6. Os números dos lotes devem estar especificados na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

4.7. Responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em decorrência do fornecimento objeto do presente registro de preços.

4.8. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a AMESP, seus municípios membros ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominaçõescontratuais e/ou legais a

AMESP
FLS.: 0015
Assinatura

que estiver sujeita.

4.9. Obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT.

4.10. Substituir os medicamentos em até 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, no caso de constatação de vício oculto ou anomalia.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

5.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

5.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

5.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

6. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

6.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

6.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

6.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

6.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

6.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

AMESP
Fls: 0016
Assinatura

6.6. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Atestado(s) / Certidão (ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

7.2. Alvará de Localização e Funcionamento.

7.3. Autorização de Funcionamento da empresa licitante emitido pela ANVISA ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art.2º), Decreto Federal nº79.094/77 (art.2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

7.4. PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos)e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) de acordo com a Resolução ANVISA RDC nº 16/2013.

7.5. Boas práticas de Distribuição e Armazenamento no caso de Distribuidor.

7.6. Poderão ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

8. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

8.1. **Certidão Negativa de Falência,** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

8.2. Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:

b.1) Apresentar certidão emitida pela instancia judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021; ou

b.2) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

AMESP
Fls.: 0017
Assinatura

8.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

8.4. Documento assinado por profissional legalmente habilitado (contador) demonstrando que a empresa apresenta "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:
a) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

• Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; • Publicados em Diário Oficial; e

• Publicados em jornal de grande circulação; ou

• Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2.) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

• Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou

• Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.3.) Sociedade criada no exercício em curso:

• Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta:

AMESP
Fls.: 0018
Assinatura

"Índice de Liquidez Geral (ILG)", "Índice de Endividamento (IE)" e "Índice de Liquidez Corrente (ILC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Endividamento (IE) IGUAL OU INEFRIOR A 0,50 calculado pela fórmula abaixo:

$$IE = \frac{PC + PELP}{AT}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Onde: AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total.

b.1) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

b.2) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

b.3) Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

b.4) As Demonstrações Contábeis deverão seguir as normas previstas nas resoluções a seguir, a depender de seu porte:

AMESP
Fls.: 0019
Assinatura

- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.418/12, item 26 a 39 - ITG 1000;
- Pequenas e Médias Empresas (PME's) seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.255/09, item 3.17 - NBC TG 1000 (RI);
- Demais empresas deverão apresentar suas demonstrações nos termos da Res. CFC 1.185/09, item 10 - NBC TG 26 (R5) e Res. CFC 1.330/11 - ITG 2000 (RI).
- De modo geral podemos sintetizar no quadro a seguir o conjunto completo das demonstrações contábeis por situação e natureza empresarial:

DEMONSTRAÇÃO CONTABIL	ME E EPP ITG 1000	PME´S NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A. DE CAPITAL ABERTO
P.B - Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.E - Demonstração do Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A - Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A- Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados	Facultativo	Facultativo (Obrigatório se substituir a DRA ou DMPL)	Facultativo	Facultativo
D.M.P.L- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório

AMESP
Fls.: 0020
Assinatura

D.F.C.-Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E.-Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.-Departamento do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Obrigatório

OBS.: Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06.

9. DOS VALORES E PAGAMENTOS.

9.1. DO VALOR.

9.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R$ 65.987.834,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais),** que representa o total das aquisições dos itens.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

10.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

10.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

10.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

AMESP
Fls.: 0021
Assinatura

10.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

10.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

11. DO CRITERIO DE JULGAMENTO.

11.1. **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OBSERVANDO-SE O BANCO DE PREÇOS DESENVOLVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCE/MG).**

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO.

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

121.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

AMESP
Fls. 0022
Assinatura

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5 Fraudar a licitação.

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, e;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

AMESP
FLS.: 0023
Assinatura

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

12.8 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

13. DA JUSTIFICATIVA.

A aquisição dos medicamentos se destina ao melhor e mais eficiente atendimento dos serviços de gerência de saúde dos municípios consorciados a AMESP e a manutenção dos serviços de saúde pública preventiva e curativa, garantindo, também, aos munícipes, acesso aos medicamentos, em curto prazo, buscando eliminar os mandados judiciais e a falta de medicamentos e demais insumos na rede municipal de saúde.

Ressaltamos que é direito constitucional do cidadão e dever moral dos Municípios a propiciação de melhor qualidade de vida, sendo prioridade o direito à saúde e ao adequado tratamento a que ser submetido, sem óbices que possam comprometer e colocar em risco a vida do cidadão. Vale ressaltar que a aquisição destes itens faz-se recompor para sanar e melhorar, ainda mais, a qualidade dos serviços ofertados ao cidadão, humanizando assim o Setor Saúde destes municípios. Dessa forma, torna-se indispensável e fundamental a aquisição dos itens constantes deste termo de referência.

AMESP
Fls.: 0024
Assinatura

Os valores estimados para a aquisição dos medicamentos foram determinados de acordo com a quantidade de habitantes de cada município consorciado.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio.

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução "quando permitida" evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que a **formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

A Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...](Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

Moacir Franco

Diretor Executivo AMESP

MOACIR FRANCO:21306893615
Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.29 10:25:28 -03'00'

ANEXO I

PLANILHA DE VALORES ESTIMADOS

Nota Explicativa: Para o Cálculo do Valor estimado total do processo licitatório em 2024, utilizou-se como referência o valor da licitação do ano de 2023, acrescentou-se então o aumento populacional percentual devido a entrada de novos municípios no Consórcio AMESP, com aumento de (51,18%), após isso considerou-se ainda o valor do índice IPCA (Inflação), acumulado entre mar/2023 e mar/2024, de acordo com o IBGE (3,93%).

	Percentual Populacional	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE A" a "Z"	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" a "Z	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ANDRADAS	6,78%	R$ 1.799.081,90	R$ 1.799.081,90	R$ 472.511,97	R$ 402.849,46	**R$ 4.473.525,23**
BANDEIRA DO SUL	0,99%	R$ 263.653,58	R$ 263.653,58	R$ 69.246,14	R$ 59.037,17	**R$ 655.590,47**
BORDA DA MATA	2,91%	R$ 772.106,17	R$ 772.106,17	R$ 202.786,44	R$ 172.889,60	**R$ 1.919.888,38**
BUENO BRANDÃO	1,82%	R$ 484.052,54	R$ 484.052,54	R$ 127.131,85	R$ 108.388,79	**R$ 1.203.625,72**
CACHOEIRA DE MINAS	1,99%	R$ 527.174,07	R$ 527.174,07	R$ 138.457,32	R$ 118.044,54	**R$ 1.310.850,00**
CAMANDUCAIA	4,36%	R$ 1.157.759,98	R$ 1.157.759,98	R$ 304.074,79	R$ 259.245,00	**R$ 2.878.839,75**
CAMPESTRE	3,46%	R$ 918.151,53	R$ 918.151,53	R$ 241.143,88	R$ 205.592,00	**R$ 2.283.038,94**
CAREAÇU	1,14%	R$ 302.383,11	R$ 302.383,11	R$ 79.418,08	R$ 67.709,46	**R$ 751.893,76**
CARMO DA CACHOEIRA	1,93%	R$ 512.267,86	R$ 512.267,86	R$ 134.542,34	R$ 114.706,75	**R$ 1.273.784,81**

AMESP Fls.: 0025 Assinatura

CONCEIÇÃO DOS OUROS	1,82%	R$ 482.677,26	R$ 482.677,26	R$ 126.770,65	R$ 108.080,83	**R$ 1.200.206,00**
CONGONHAL	1,85%	R$ 491.683,10	R$ 491.683,10	R$ 129.135,95	R$ 110.097,42	**R$ 1.222.599,57**
ELÓI MENDES	4,40%	R$ 1.168.362,90	R$ 1.168.362,90	R$ 306.859,55	R$ 261.619,20	**R$ 2.905.204,55**
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	1,11%	R$ 293.288,55	R$ 293.288,55	R$ 77.029,48	R$ 65.673,01	**R$ 729.279,59**
ESTIVA	1,92%	R$ 510.271,50	R$ 510.271,50	R$ 134.018,02	R$ 114.259,72	**R$ 1.268.820,74**
INCONFIDENTES	1,22%	R$ 323.899,51	R$ 323.899,51	R$ 85.069,17	R$ 72.527,41	**R$ 805.395,60**
IPUIUNA	1,53%	R$ 405.262,57	R$ 405.262,57	R$ 106.438,41	R$ 90.746,18	**R$ 1.007.709,73**
JACUTINGA	4,27%	R$ 1.132.383,93	R$ 1.132.383,93	R$ 297.410,01	R$ 253.562,80	**R$ 2.815.740,67**
MONTE SIÃO	4,03%	R$ 1.068.677,63	R$ 1.068.677,63	R$ 280.678,14	R$ 239.297,72	**R$ 2.657.331,12**
OURO FINO	5,37%	R$ 1.423.809,20	R$ 1.423.809,20	R$ 373.950,12	R$ 318.818,60	**R$ 3.540.387,12**
PARAISÓPOLIS	3,42%	R$ 907.016,24	R$ 907.016,24	R$ 238.219,30	R$ 203.098,59	**R$ 2.255.350,37**
POÇO FUNDO	2,74%	R$ 727.121,36	R$ 727.121,36	R$ 190.971,60	R$ 162.816,63	**R$ 1.808.030,95**
POUSO ALEGRE	25,45%	R$ 6.752.912,22	R$ 6.752.912,22	R$ 1.773.588,99	R$ 1.512.108,50	**R$ 16.791.521,93**
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	6,79%	R$ 1.802.719,72	R$ 1.802.719,72	R$ 473.467,41	R$ 403.664,04	**R$ 4.482.570,89**
SÃO BENTO ABADE	0,79%	R$ 209.086,21	R$ 209.086,21	R$ 54.914,51	R$ 46.818,44	**R$ 519.905,37**
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	4,01%	R$ 1.062.910,34	R$ 1.062.910,34	R$ 279.163,42	R$ 238.006,32	**R$ 2.642.990,42**

AMESP FLS: 0026 Assinatura

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	1,07%	R$ 283.351,07	R$ 283.351,07	R$ 74.419,50	R$ 63.447,82	**R$ 704.569,46**
SENADOR AMARAL	1,04%	R$ 275.321,24	R$ 275.321,24	R$ 72.310,54	R$ 61.649,79	**R$ 684.602,81**
SENADOR JOSÉ BENTO	0,35%	R$ 91.744,17	R$ 91.744,17	R$ 24.095,75	R$ 20.543,31	**R$ 228.127,40**
TOCOS DO MOJI	0,64%	R$ 169.735,59	R$ 169.735,59	R$ 44.579,46	R$ 38.007,10	**R$ 422.057,74**
TURVOLÂNDIA	0,82%	R$ 218.934,95	R$ 218.934,95	R$ 57.501,21	R$ 49.023,80	**R$ 544.394,91**
TOTAL	**100%**	R$ 26.537.800,00	R$ 26.537.800,00	R$ 6.969.904,00	R$ 5.942.330,00	**R$ 65.987.834,00**

AMESP Fls.: 0027 Assinatura

AMESP
Fls.: 0028
Assinatura

Do Diretor Executivo

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Eletrônico Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.30 10:17:30 -03'00'

Moacir Franco

Diretor Executivo

AMESP

AMESP
Fls.: 0029
Assinatura

AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

MOACIR FRANCO:21306893615
Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.30 10:17:52 -03'00'

Moacir Franco

Diretor Executivo

AMESP

AMESP
Fls.: 0030
Assinatura

PREAMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA. Nº 07/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

TIPO: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

ABERTURA DA SESSÃO: 15/05/2024 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 15/05/2024 a partir de 14h01min.

DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 15/05/2024 ás 13h30min.

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. Para o fornecimento dos itens licitados será firmada uma Ata de Registro de Preços entre a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** e a empresa licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

2.1. O fornecimento deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

AMESP
FLS.: 0031
Assinatura

2.2. A empresa vencedora somente fornecerá os itens mediante solicitação e Ordem de Fornecimento – OF, emitida pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1. A despesa referente ao fornecimento dos itens, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.30 10:18:11 -03'00'

Moacir Franco

Diretor Executivo

AMESP
Fls.: 0032
Assinatura

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA. Nº 07/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

TIPO: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

ABERTURA DA SESSÃO: 15/05/2024 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 15/05/2024 a partir de 14h01min.

DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 15/05/2024 ás 13h30min.

A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP,** pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o n° 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR,** através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2024,** usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** para registro de preços **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, na forma **ELETRÔNICA**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XLV, art. 17, § 2º art. 28, inciso I e art. 29 e demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste Edital. A(s) Ata(s) decorrentes deste processo poderá(ão) gerar contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** que são:

AMESP
Fls.: 0033
Assinatura

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ELÓI MENDES
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura das propostas comerciais.

1. INFORMAÇÕES.

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA

AMESP
Fls: 0034
Assinatura

MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-6589 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

2. OBJETO.

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.2.A detentora da Ata de Registro de Preços assinará o Ata pelo período de 12 (doze) meses contados de sua assinatura para todos os efeitos de direito;

3.3.A duração da Ata de Registro Preço será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 24 (vinte e quatro) meses na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021, se for vantajoso para os municípios consorciados, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preço ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

3.4. A Ata de Registro de Preços poderá ser extinta pela Administração a qualquer tempo em favor do interesse público, ficando as obrigações atuais e vincendas sob responsabilidade do ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, sem ônus para o ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, quando a falha ou descumprimento decorrer da falta ou da omissão da Detentora da Ata.

3.5. O ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE não estará obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da DETENTORA.

AMESP
Fls: 0035
Assinatura

4. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL.

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar credenciados junto ao provedor do sistema eletrônico http://www.licitamesp.com.br

4.2. Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site http://www.licitamesp.com.br, conforme instruções nele contidas.

4.3. A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser este procedimento de exclusiva responsabilidade do Portal, provedor do sistema eletrônico.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Declarado encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

AMESP
Fls. 0036
Assinatura

5.3.1. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, inciso I e 14º da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4.8. Não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação.

5.4.9. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ.

5.4.10. Será realizada pesquisa no CEIS (CGU), CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.

5.4.11. Não poderão disputar licitação aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

AMESP
Fls.: 0037
Assinatura

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4.12. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5.2.que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.4.que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.5.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

AMESP
Fls: 0038
Assinatura

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.7. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

6.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado.

6.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico http://www.licitamesp.com.br

6.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação até o dia anterior a licitação.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico http://www.licitamesp.com.br

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio http://www.licitamesp.com.br sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

6.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

AMESP
Fls.: 0039
Assinatura

6.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha disponibilizados pelo Portal Compras Públicas.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

AMESP
Fls.: 0040
Assinatura

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme Termo de Referência;

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos Contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

9.1. A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

AMESP
FLS.: 0041
Assinatura

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. O julgamento das propostas será feito pelo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL.**

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.21. Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

9.22. Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.23. Ocorrendo o empate ficto, na forma do item anterior, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

9.23.1. Se a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 9.22, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no item anterior.

AMESP
FLS.: 0043
Assinatura

9.24. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual satisfizer as exigências do item 9.23, será declarado o melhor classificado do item o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

9.25. O disposto nos itens 9.21 ao 9.24 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

9.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.27. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.27.2. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.28. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

9.29. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.30. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

AMESP
FLS.: 0044
Assinatura

9.31. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.32. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.33. O Pregoeiro poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

9.34. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances ofertados, sejam eles em valor (R$) ou desconto (%) será definido no sistema durante seu lançamento e ficará disponível para visualização no mesmo, tal intervalo incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

9.35. Concluída a negociação, o licitante melhor classificado deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal, a proposta adequada ao último lance ofertado e, os documentos de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

9.36. Os documentos previstos no Termo de Referência e Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.37. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado.

9.38. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

AMESP
Fls.: 0045
Assinatura

9.39. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.40. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.41. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.42. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.43. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.44. O licitante que deixar de apresentar a documentação, inclusive em sede de diligência, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitado do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Consórcio AMESP.

9.45. A proposta de preços atualizada e os documentos complementares deverão estar preferencialmente no formato PDF.

9.46 O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

9.47. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

AMESP
Fls.: 0046
Assinatura

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro com auxílio da área técnica examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.3. Deverão estar incluídas no preço e/ou lance, todas as despesas que o compõe, tais como impostos, taxas, frete, descarga, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

10.4. A proposta de preços deverá ser apresentada preferencialmente no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), e, de preferência, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento; deverá estar assinada pelo representa legal da empresa, contendo seu nome completo, RG e CPF.

Ainda deverá conter:

10.5. Descrição completa e detalhada de cada item classificado, especificando a marca, o modelo (se houver) e fabricante;

10.6. Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 2 (duas) casas decimais;

10.7. Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;

10.8. Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto do presente certame, conforme subitem 10.3;

AMESP
Fls: 0047
Assinatura

10.9. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;

10.10. Especificação do prazo de entrega do objeto.

10.11 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.12. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

10.13 No caso de serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

10.14. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.14.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.14.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.15. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.16. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente o catálogo, sob pena de não aceitação da proposta, no local e prazo a ser indicado.

10.16.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação dos catálogos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.16.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.16.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.16.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO.

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF (https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.2. Caso conste na Consulta de *Situação do Fornecedor* a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.3 A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

AMESP
FLS.: 0049
Assinatura

11.1.5.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser pré-estabelecido, sob pena de inabilitação.

11.1.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.1.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.1.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.1.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.1.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.1.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

AMESP
Fls.: 0050
Assinatura

11.1.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.2. Habilitação jurídica:

11.2.1. O licitante vencedor poderá apresentar qualquer um dos documentos abaixo relacionados para fins de habilitação jurídica, não sendo necessária a apresentação de todos:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato constitutivo** e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo **Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI**.

11.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);

b) Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

AMESP
Fls: 0051
Assinatura

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual,** que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

f) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

g) **Prova da regularidade dos Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

h) **As MEI, ME e EPP**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

i) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista por parte das MEI, ME e EPP**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do Pregoeiro para apresentação**, prorrogáveis por igual período, a critério deste consórcio, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

j) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

k) As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 90 (noventa)** dias da data de sua expedição.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira.

AMESP
Fls: 0052
Assinatura

11.4.1 **Certidão Negativa de Falência,** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

11.4.2. Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:

11.4.2.1. Apresentar certidão emitida pela instancia judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021; ou

11.4.2.2. Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

11.4.3. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

11.4.3.1. Os documentos referidos no inciso subitem 11.4.3. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.4.4. Documento assinado por profissional legalmente habilitado (contador) demonstrando que a empresa apresenta "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

a) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

• Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; • Publicados em Diário Oficial; e

• Publicados em jornal de grande circulação; ou

AMESP
Fls.: 0053
Assinatura

• Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2.) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

• Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou

• Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.3.) Sociedade criada no exercício em curso:

• Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: "Índice de Liquidez Geral (ILG)", "Índice de Endividamento (IE)" e "Índice de Liquidez Corrente (ILC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Endividamento (IE) IGUAL OU INEFRIOR A 0,50 calculado pela fórmula abaixo:

$$IE = \frac{PC + PELP}{AT}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{}$$

AMESP
FLS.: 0054
Assinatura

PC + PELP

Onde: AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total.

b.1) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

b.2) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

b.3) Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

DEMONSTRAÇÃO CONTABIL	**ME E EPP ITG 1000**	**PME´S NBC TG 1000**	**REGRA GERAL**	**S.A. DE CAPITAL ABERTO**
P.B - Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.E - Demonstração do Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A - Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A-Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados	Facultativo	Facultativo (Obrigatório se substituir a DRA ou DMPL)	Facultativo	Facultativo

AMESP
Fls: 0055
Assinatura

D.M.P.L-Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C.-Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E.-Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.-Departamento do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Obrigatório

b.4) As Demonstrações Contábeis deverão seguir as normas previstas nas resoluções a seguir, a depender de seu porte:

- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.418/12, item 26 a 39 - ITG 1000;
- Pequenas e Médias Empresas (PME's) seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.255/09, item 3.17 - NBC TG 1000 (RI);
- Demais empresas deverão apresentar suas demonstrações nos termos da Res. CFC 1.185/09, item 10 - NBC TG 26 (R5) e Res. CFC 1.330/11 - ITG 2000 (RI).
- De modo geral podemos sintetizar no quadro a seguir o conjunto completo das demonstrações contábeis por situação e natureza empresarial:

OBS.: Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06.

11.5. Qualificação Técnica e Amostras.

11.5.1. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

11.5.1.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades e prazos com o objeto da licitação.

11.5.1.2. Poderão ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

AMESP
FLS.: 0056
Assinatura

11.5.1.3. Alvará de Localização e Funcionamento.

11.5.1.4. Autorização de Funcionamento da empresa licitante emitido pela ANVISA.

11.5.1.5. Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art.2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art.2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

11.5.1.6. PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) ePCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) de acordo com a Resolução ANVISA RDC nº 16/2013.

11.5.1.7. Boas práticas de Distribuição e Armazenamento no caso de Distribuidor, (https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-boas-praticas-de-distribuicao-e-armazenagem-de-produtos-para-saude).

11.6. Das disposições gerais sobre a habilitação.

11.6.1. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado, somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11.6.2. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

11.6.3. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

11.6.4. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

11.6.5. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no Edital.

11.6.6. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

11.6.7. O Pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

AMESP
Fls.: 0057
Assinatura

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1. A proposta reformulada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2h00 (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final será ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DOS RECURSOS.

AMESP
Fls.: 0058
Assinatura

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, no sítio do portal, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, em face de:

a) Julgamento das propostas;

b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

13.1.1. A intenção de recorrer quanto ao disposto na alínea "a" e "b" do item 12.1, deverá ser manifestada imediatamente no encerramento da sessão pública de recebimento das propostas e documentos de habilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, a contar do momento da manifestação da licitante de sua irresignação, devendo indicar o item do edital que será objeto do recurso.

13.1.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, qual seja, 3 (três) dias úteis, e, terá início na data da divulgação do ato recorrido no Portal de licitações da AMESP, em consonância com o preceito no §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

13.4. É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. Os recursos deverão ser protocolados EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a

AMESP
Fls.: 0059
Assinatura

partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

13.6. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 12.1 deste edital.

13.7. Caso o Pregoeiro decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do agente antes da adjudicação.

13.8. Os recursos serão processados e analisados nos termos do disposto no disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

13.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.10. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão baixados do Portal de licitações da AMESP e também serão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico http://www.licitamesp.com.br

13.11 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 O recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus ANEXOS não serão conhecidos, inclusive se apresentados fora do prazo legal ou sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo licitante ou por meio diverso do que o disposto como condição para conhecimento e apreciação.

13.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

13.14. Quanto ao recurso advindo da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração deverá ser observado o regramento constante na Lei nº 14.133/2021.

13.15. Os prazos previstos neste EDITAL e seus ANEXOS iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

13.16. Conforme preceitua o art. 174, inc. I da Lei nº 14.133/2021, todos os prazos serão computados a partir das publicações no Portal de licitações da AMESP, de forma automática pelo sistema provedor.

AMESP
Fls.: 0060
Assinatura

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA.

16.1. Garantia do objeto conforme Termo de Referência e/ou legislação vigente.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços, Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

AMESP
FLS.: 0061
Assinatura

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por meio eletrônico, através de e-mail para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo o mesmo enviar **com assinatura digital (via *token* ou certificado digital)**.

17.2.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.1. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES DA ATA E DOS CONTRATOS DELA DERIVADOS.

18.1. DO REAJUSTE DE PREÇOS.

AMESP
Fls: 0062
Assinatura

18.1.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

18.1.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da Detentora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

18.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

18.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à Detentora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Detentora obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

18.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

18.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

18.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

18.2.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP ou seus municípios associados, participantes deste processo para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

18.2.2. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

18.2.3. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a

AMESP
FLS.: 0063
Assinatura

retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

18.2.4. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.

18.2.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

18.2.6. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

18.2.7. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

18.2.8. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuizo da Municipalidade.

18.2.9. Fica facultado a AMESP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

18.2.10. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da AMESP, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

18.2.11. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

18.2.12. A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças

AMESP
Fls.: 0064
Assinatura

devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

18.2.13. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente.

18.2.14. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

18.2.15. Durante a vigência da Ata ou Contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

18.3 DAS ALTERAÇÕES DA ATA E DOS CONTRATOS.

18.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

18.3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

18.3.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

18.3.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3.5. O instrumento contratual de que trata o item 18.3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

18.3.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.4. DA ANULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

AMESP
Fls.: 0065
Assinatura

18.4.1. Constituirão motivos para anulação da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021;

18.4.2. A anulação da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do Departamento de Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo;

18.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital;

18.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

18.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.5.3. Indenizações e multas.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

20.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do presente edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO.

AMESP
FLS.: 0066
Assinatura

21.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 47 do Decreto de n.º 3.815/2021, quais sejam:

I – Der causa à inexecução parcial do contrato;

II – Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Der causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou Ata de Registo de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII – Tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV – Propuser recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV – Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123 de 14 de dezembro de 2006;

XVI – Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

AMESP
FLS.: 0067
Assinatura

XVII – Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII – Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX – Deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – Mantiver empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do Edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI – Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII – Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII – Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV – Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo Departamento de Administração;

XXV – Deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI – Deixar de apresentar, quando solicitado pela Administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

AMESP
FLS.: 0068
Assinatura

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII – Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII – Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX – Ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX – Induzir a Administração a erro;

XXXI – Deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da Administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – Compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – Impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – Apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – Deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela Administração;

XXXVI – Subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – Deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – Deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – Deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – Deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

AMESP
Fls.: 0069
Assinatura

21.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do Edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.2. Serão também consideradas como infrações administrativas, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra quando exigida;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.2.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

21.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

AMESP
FLS.: 0070
Assinatura

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, e;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.5.1 Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2 Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

21.8 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada

AMESP
Fls:: 0071
Assinatura

com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

23.1. O recebimento dos objetos assim como sua fiscalização deverá seguir o exigido no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

24. DO PAGAMENTO.

24.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

25. DOS PRAZOS.

25.1. Os prazos dar-se-á conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

26. DO LOCAL DE ENTREGA.

26.1. O local de entrega será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

27. MODALIDADE.

AMESP
FLS.: 0072
Assinatura

27.1. A modalidade será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

AMESP
Fls.: 0073
Assinatura

28.11. Consultas ao Edital e demais informações relativas a este Pregão, poderão ser realizadas por meio dos sites http://www.licitamesp.com.br junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-5500 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

28.12. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

28.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

ANEXO IV-A – PROPOSTA – MODELO E OBSERVAÇÕES;

ANEXO IV-B – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO;

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO;

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI N.º 8.213/1991.

AMESP
FLS.: 0074
Assinatura

Pouso Alegre/MG, 25 de abril de 2024.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2024.04.30 10:19:05 -03'00'

Moacir Franco

Diretor Executivo

AMESP
Fls.: 0075
Assinatura

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(ARQUIVO ANEXO EM PDF)

AMESP
FLS.: 0076
Assinatura

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 08/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 07/2024

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pela Presidente, **Sra. .....** , ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., **AMESP,** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal **Sra. Margot Navarro Graziani Pioli; Município de BANDEIRA DO SUL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Edervan Leandro de Freitas; Município de BORDA DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Afonso Raimundo de Souza; BUENO BRANDÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Silvio Antônio Felix; Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Dirceu D'Ângelo de Faria; Município de CAMPESTRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.178.400/0001-57, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Marco Antônio Messias Franco; Município de CAREAÇU – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Tovar do Santos Barroso; Município de CAMANDUCAIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº

AMESP
FLS.: 0077
Assinatura

17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Rodrigo Alves de Oliveira; Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Hélcio Antônio Chagas Reis; Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, n° 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal **Sr. Luis Fernando Rosa de Castro; Município de CONGONHAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.967/0001-39, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Moisés Ferreira Vaz; Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Adauto Luiz Leal; Município de ELÓI MENDES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Orácio Alves Pereira, nº 335 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 20.347.225/0001-26, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Paulo Roberto Belato Carvalho; Município de ESTIVA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Vagner Abílio Belizário; Município de INCONFIDENTES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal **Sra. Rosângela Maria Dantas; Município de IPUIUNA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, º 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Élder Cássio de Souza Oliva; Município de JACUTINGA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Melquíades de Araújo; Município de MONTE SIÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. José Pocai Júnior; Município de OURO FINO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Cyro Gonçalves, nº 173, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Henrique Rossi Wolf; Município de PARAISÓPOLIS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Everton de Assis Ferreira; Município de POÇO FUNDO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Rosiel de Lima; Município de POUSO ALEGRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua dos Carijós, nº 45 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, representado pelo

AMESP
FLS.: 0078
Assinatura

Prefeito Municipal **Sr. José Dimas da Silva Fonseca; Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Wander Wilson Chaves; Município de SÃO BENTO ABADE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Eneias Machado de Souza; Município de SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Tiradentes, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.158/0001-50, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Brian Mendes Drago; Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno; Município de SENADOR AMARAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Adenilson Lopez da Silveira; Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Fernando César Fernandes; Município de TOCOS DO MOJI – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Givanildo José da Silva; Município de TURVOLÂNDIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. José Nelson Martins;** Doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE,** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo **Sr.** ....., ..., ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **DETENTORA,** firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XLV, art. 28, inciso I e art. 29 e demais legislações aplicáveis e as demais normas legais correlatas, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA** e as cláusulas seguintes:

AMESP
Fls.: 0079
Assinatura

DO FUNDAMENTO LEGAL.

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do **Pregão Presencial** acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de XXX de XXX de 2024, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS,** na forma de **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico terá seu extrato publicado no site oficial do município e no DIARIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS, assim como a a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

2.4. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

AMESP
Fls.: 0080
Assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO.

3.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Anexo I do Termo de Referência.

3.2. A Detentora da Ata deverá fornecer os produtos de acordo com o solicitado no Termo de Referência da melhor forma a atender às necessidades da AMESP e dos Municípios Consorciados.

3.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.5. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS.

5.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCADOR, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCADOR.

5.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

5.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a todo e qualquer tempo,

independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

5.3. A duração da presente Ata de Registro Preço será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por até 24 (vinte e quatro) meses na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021, se for vantajoso para os municípios consorciados, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preço ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

5.4. Os Contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

5.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E PAGAMENTOS.

6.1. DO VALOR.

6.1.1. O valor estimado das futuras contratações é de **R$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX),** que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

6.2. DO PAGAMENTO.

6.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

6.2.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

AMESP
Fls. 0082
Assinatura

6.2.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.2.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

6.2.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.2.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

7.1. DO REAJUSTE DE PREÇOS.

7.1.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

7.1.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da Detentora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à Detentora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Detentora obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

7.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

AMESP
Fls.: 0083
Assinatura

7.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

7.2.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

7.2.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

7.4. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

7.4.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

7.4.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

AMESP
FLS.: 0084
Assinatura

7.5. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

7.6. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

7.6.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

7.6.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

7.7. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

7.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

7.9. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO E DO FORNECIMENTO DO OBJETO.

8.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

8.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar,

AMESP
Fls.: 0085
Assinatura

não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço.

8.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

8.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, sendo vedados os acréscimos e supressões.

8.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empreitado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

8.6. O fornecimento será conforme demanda, de acordo com a necessidade, do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

9.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;

9.2. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

9.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

9.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

9.5. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

9.6. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

AMESP
Fls.: 0086
Assinatura

9.7. Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

9.8. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata.

9.9. Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.10. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.11. Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço.

9.12. Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços.

9.13. Emitir requisição do objeto a ser executado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

10.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.2. Executar com pontualidade o objeto solicitado conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;

10.3. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

10.4. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providênciasde regularização necessárias; atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto da presente Ata de Registro de Preços;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.6. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

AMESP
Fls.: 0087
Assinatura

10.7. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

10.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

10.9. Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TERMO CONTRATUAL.

11.1. Da presente Ata de Registro de Preços poderão ser formalizados Contratos conforme minuta constante no Anexo III do Edital.

11.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

11.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

11.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

12.1.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.

12.1.2. A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração.

12.1.3. A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços.

12.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços.

AMESP
FLS. 0088
Assinatura

12.1.5. Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado.

12.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração.

12.1.7 No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresaDetentora.

12.1.8. Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pelaempresa detentora.

12.2. Pela Detentora quando:

12.2.1. Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

12.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes da emissão do pedido de entrega do objeto pelo Município. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

12.4. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

12.5 A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

12.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando- se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

13.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da

AMESP
FLS.: 0089
Assinatura

Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

13.2. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

13.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

13.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

13.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata de Registro de Preços.

13.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

AMESP
FLS.: 0090
Assinatura

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5 Fraudar a licitação.

14.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, e;

AMESP
Fls.: 0091
Assinatura

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

14.8 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.

AMESP
Fls.: 0092
Assinatura

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, ... de ..... de 2024.

AMESP

ORGÃO GERENCIADOR

Presidente Rosângela Maria Dantas

ANDRADAS

ORGÃO PARTICIPANTE

Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL

ORGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Edervan Leandro de Freitas

AMESP
Fls.: 0093
Assinatura

BORDA DA MATA

ORGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Tovar dos Santos Barroso

AMESP
Fls.: 0094
Assinatura

CAMANDUCAIA

ORGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Marco Antônio Messias Franco

CONCEIÇÃO DOS OUROS

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Luis Fernando Rosa de Castro

AMESP
FLS.: 0095
Assinatura

CONGONHAL

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ELÓI MENDES

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Paulo Roberto Belato Carvalho

ESPÍRITO SANTO DOURADO

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Vagner Abílio Belizário

AMESP
Fls.: 0096
Assinatura

INCONFIDENTES

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Melquíades de Araújo

MONTE SIÃO

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito José Pocai Júnior

AMESP
Fls.: 0097
Assinatura

OURO FINO

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Henrique Rossi Wolf

PARAISÓPOLIS

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Rosiel de Lima

POUSO ALEGRE

ÓRGÃO PARTICIPANTE

José Dimas da Silva Fonseca

AMESP
Fls.: 0098
Assinatura

SANTA RITA DO SAPUCAÍ

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Brian Mendes Drago

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

AMESP
FLS.: 0099
Assinatura

SENADOR AMARAL

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Prefeito José Nelson Martins

AMESP
Fls.: 0100
Assinatura

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA DETENTORA

AMESP
Fls.: 0101
Assinatura

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO N° XX/2024

PROCESSO N.° 08/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.° 07/2024

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE .....**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) ....., Bairro ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº ..... neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.**..... , ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG n.°....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., doravante denominada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante),** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo **Sr.** ....., ..., ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XLV, art. 28, inciso I e art. 29 e demais legislações aplicáveis e as demais normas legais correlatas, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA** e as cláusulas seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

AMESP
Fls.: 0102
Assinatura

1.1. O objeto do presente Contrato a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à prestação dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária de cada CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal n° 14.133/2021, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. A vigência do Contrato não poderá ultrapassar o dia 31 de dezembro do exercício que for firmado, por não se tratar de fornecimento contínuo.

3.5. O prazo para entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

AMESP
FLS.: 0103
Assinatura

O valor de referência para o fornecimento objeto deste Contrato é de **R$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Contrato.

4.2. DO PAGAMENTO.

4.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.2.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.2.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

4.2.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.2.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da Detentora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano,

AMESP
FLS.: 0104
Assinatura

aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

5.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.4.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo CONTRATANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.4.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

5.6. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.6.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.6.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CONTRATNTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

AMESP
Fls.: 0105
Assinatura

5.7. Fica facultada ao CONTRATANTE realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.8. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do CONTRATANTE, sendo lavrado termo aditivo.

5.8.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.8.2. O CONTRATANTE deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.9. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.10. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo CONTRATANTE na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.11. Durante a vigência do Contrato o preço contratado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo CONTRATANTE no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO.

6.1. As obrigações decorrentes do fornecimento constantes no presente contrato serão executadas pela CONTRATADA, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos, parte integrante do presente contrato e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado,

AMESP
FLS.: 0106
Assinatura

inclusive quanto ao preço.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser sub-empreitado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada desde que não haja impedimento legal para o fato;

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

7.6. Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

7.7. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

7.8. Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

7.10. Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato.

7.11. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato.

AMESP
FLS.: 0107
Assinatura

7.12. Emitir requisição do objeto a ser executado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.2. Executar com pontualidade o objeto solicitado conforme solicitação/requisição emitidapelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;

8.3. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

8.4. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providênciasde regularização necessárias; atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto do presente Contrato;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.6. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.7. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

8.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

8.9. Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

9.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO.

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

AMESP
Fls.: 0108
Assinatura

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.5 Fraudar a licitação.

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

21.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

AMESP
FLS.: 0109
Assinatura

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, e;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

AMESP
Fls.: 0110
Assinatura

10.8 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

(LOCAL E DATA)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

AMESP
FLS.: 0111
Assinatura

ANEXO IV

PROPOSTA – MODELO E OBSERVAÇÕES

(Papel timbrado da licitante)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

Dados a constar na proposta preenchida pela proponente: Nome da empresa; Endereço; Nome para Contato / Fone / CNPJ.

Declaro que no preço proposto, encontram-se incluídos todos os materiais, mão de obra, fretes, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXX/2024, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos ainda que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

DA PROPOSTA:

Apresentamos nossa proposta para REGISTRO DE PREÇOS PARA A **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme condições especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital:

Especificação do Objeto e Quantidade:

AMESP
FLS.: 0112
Assinatura

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%
02	MEDICAMENTOS IMILARES DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%
03	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%
04	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	%

(disponível em http:// Banco de Preços TCEMG - acesso público).

Informar valor total por extenso do desconto em cada item (**********).

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÕES

INDICAR NA PROPOSTA OS SEGUINTES ITENS:

Razão social da Proponente;

Endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF);

Telefone e endereço eletrônico (e-mail);

AMESP
FLS.: 0113
Assinatura

Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos, se a Licitante se sagrar vencedora do certame, obedecida a Ordem Cronológica;

Validade da proposta de 60 (sessenta) dias;

Prazo de entrega dos produtos é .....dias uteis após emissão da Ordem de Fornecimento.

O item da proposta deverá obedecer estritamente aos itens constantes do Edital.

O preenchimento da proposta não exclui a necessidade de anexar os documentos para credenciamento, e a proposta impressa e assinada pelo responsável ou procurador.

No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar o MAIOR DESCONTO PERCETUAL.

AMESP
Fls.: 0114
Assinatura

ANEXO IV-B

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

MODELO (Papel timbrado da licitante)

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) [XXXXXXXXXXXXX], portador (a) do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º XXX/2024, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

AMESP
FLS.: 0115
Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

MODELO (Papel timbrado da licitante)

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF n.º [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º XX/2024, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

AMESP
Fls.: 0116
Assinatura

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MODELO (Papel timbrado da licitante)

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF n.º [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º XXX/2024, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

AMESP
FLS.: 0117
Assinatura

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

MODELO (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º XXX/2024, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de 18 (dezoito) anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

Ressalva:

emprega menor a partir de 14 (quatorze) anos na condição de jovem aprendiz ( )*

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

AMESP
FLS.: 0118
Assinatura

*Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

AMESP
FLS.: 0119
Assinatura

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

A empresa_____, inscrita no CNPJ sob o n.º ____ , sediada na Rua/Avenida _____nº____, Setor/Bairro_____ na cidade de_____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor_____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador do CPF n.º_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que, até a presente data, inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome, CPF do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

CARIMBO DO CNPJ

AMESP
FLS.: 0120
Assinatura

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

A empresa_____, inscrita no CNPJ sob o n.º ____ , sediada na Rua/Avenida _____nº____, Setor/Bairro_____ na cidade de_____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor_____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador do CPF n.º_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que seus sócios, não possuem qualquer vínculo com AMESP ou como qualquer dos Município Consorciados.

_____

Local e Data

Nome, CPF do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

CARIMBO DO CNPJ

AMESP
FLS.: 0121
Assinatura

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

MODELO (Papel timbrado da licitante)

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF n.º [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º XXX, não ter recebido da AMESP ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

AMESP
FLS.: 0122
Assinatura

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

A empresa ....., inscrita no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o n.º ....., DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no **art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal.

AMESP
Fls. 0123
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

PARECER JURÍDICO DO EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA. Nº 06/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024 - MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO - TIPO: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO DO BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

I - DA FASE INTERNA E DO EDITAL:

Trata-se o processo em epigrafe de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO

AMESP
Fls.: 0124
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

SAPUCAÍ – AMESP, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Encaminha o setor requisitante os seguintes documentos:

a) Documento de formalização de Demanda
b) Estudo Técnico Preliminar
c) Edital e anexos.

Cumpre destacar que o processo licitatório deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- A solicitação do setor competente, com as devidas justificativas;
- A Pesquisa de Preços e o preço médio apurado;
- A Portaria que designou pregoeiro e equipe de apoio para efetuar os trabalhos de Pregão;
- As indicações das disponibilidades orçamentárias; assinada pelo Contador;
- A confirmação de disponibilidade financeira; endossado pelo Tesoureiro;
- Autorização do procedimento.

É a síntese do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*
> I - *apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

AMESP
Fls.: 0125
Assinatura

II - *redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados.

Ao contrário do que se tem ouvido falar, a NLL não veio para empurrar à assessoria jurídica a atribuição de revisar minuciosamente todas as linhas do processo. Não é razoável exigir que um assessor jurídico domine todas as searas de conhecimento e não é eficiente atribuir a mais de um órgão administrativo a mesma função. Negar essa realidade seria afrontoso ao art. 5º e ao § 2º do art. 7º da Lei e infringiria às Procuradorias e assessorias jurídicas

AMESP
FLS.: 0126
Assinatura

a realização de um checklist do tamanho da própria NLL a ser feito sobre todos os documentos que compuserem o processo de licitação, inviabilizando a atuação desses órgãos.

Principalmente quando se elegem os princípios da segregação de funções, da razoabilidade e da eficiência como pilares do procedimento (e a NLL fez isso), é indispensável que todo órgão público cuide da prática e da fiscalização dos atos que estão em sua alçada.

Com efeito, a NLL impõe que as atividades dos agentes públicos sejam definidas e exercidas conforme suas aptidões e, sendo assim, é imprescindível que o agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio, o setor interessado no contrato, a Gerência de Licitações e de Contratos e os órgãos técnicos específicos realizem os atos e formulem os documentos do processo da licitação que lhes cabem e verifiquem-nos para que não haja vícios no procedimento nem em documentos essenciais.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade, se necessário, serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

II. 2 - Da fase preparatória.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
>
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

AMESP
Fls.: 0127
Assinatura

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

AMESP
FLS.: 0128
Assinatura

Analisando os documentos encaminhados, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, o estudo técnico preliminar, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência e a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontra devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, e constitui-se necessidade comum a toda administração municipal, onde os objetos da contratação atenderão a demanda da administração.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta Prefeitura, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine:*

> *Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*
> *[...]*
> *VII - a partir de documentos de formalização de demandas,* ***os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão****, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.*

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos atendem ao mínimo exigido em lei nos termos do disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC.

AMESP
Fls.: 0129
Assinatura

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra- se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

II.3 - Da Minuta do Edital

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica acompanhado de seus anexos.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> *Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o "menor preço global", do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

II.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de

AMESP
FLS.: 0130
Assinatura

Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

II.5. Da licitação na forma compartilhada.

No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no art. 19 do Decreto nº 6.017/07:

> *Art. 19. Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1o do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.*

E ainda no permissivo contido no art. 181, da Lei 14.133/21:

> *Art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no caput deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.*

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica

AMESP
Fls. 0131
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

do prosseguimento do presente processo, desde que observadas as orientações constantes no presente parecer.

É o nosso parecer, sm.j.

Pouso Alegre, 23 de abril de 2024.

José Otávio Ferreira Amaral
Advogado – OAB nº 74.071-B

AMESP
Fls: 0132
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

Pregão Eletrônico Para o Registro de Preços n.º 07/2024

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL,** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS,** cujo objeto consiste na **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência" e demais disposições constantes do Edital. A sessão pública será realizada no dia **15 de maio de 2024 às 14h00min,** em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou pelo portal de compras http://www.licitamesp.com.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de abril de 2024.

4e308a08-fa99-4a80-b79c-c6158a11e829

Assinado de forma digital por 4e308a08-fa99-4a80-b79c-c6158a11e829
Dados: 2024.04.25 10:37:10 -03'00'

Wagner do Couto
Pregoeiro

AMESP
Fls.: 0133
Assinatura

BDMG retoma linha de crédito para micro e pequenas empresas de turismo

DA REDAÇÃO
jordiario@gmail.com



O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) anuncia nesta quinta-feira (25/4) a retomada do financiamento a micro e pequenas empresas do setor do turismo do estado, por meio de uma linha de crédito exclusiva para o setor.

O Fungetur garante a bares, restaurantes, pousadas, entre outros negócios dessa cadeia produtiva, o acesso a taxas reduzidas de 0,41% ao mês + INPC, com 48 meses para pagar.

Os valores não impulsionar este setor que já é relevante para a economia mineira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado lidera as atividades turísticas no Brasil nos últimos 12 meses.

Desde 2019, o BDMG já atendeu 1,3 mil empresas ligadas ao turismo, com quase R$ 250 milhões em crédito.

O presidente em exercício do banco, Antônio Claret Júnior, explica que o crédito poderá ser utilizado como capital de giro, para investimentos ou aquisição de equipamentos.

O pré-requisito para acessar o recurso é que a empresa tenha o Cadastro de Prestadores de Serviços do Turismo (Cadastur).

"As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de emprego do país e movimentam a cadeia de comércio e serviços. Esse recurso, nessas condições, amplia vai contribuir para que as empresas tenham total condição de manter o Estado no topo do turismo nacional", afirma Claret, lembrando que em 2023 este foi o setor que mais gerou empregos no estado.

Apoio aos negócios

Além das taxas reduzidas, outro diferencial da linha Fungetur é a rapidez na contratação, que ocorre de forma totalmente digital. A análise é feita em até uma hora.

Foram esses atrativos que chamaram a atenção do empreendedor André Simões Barbosa, proprietário da Hamburgueria Pão de Queijo Gourmet, na cidade histórica de Ouro Preto, na região Central.

Localizada a poucos passos da Praça Tiradentes, no centro histórico da cidade que é uma das mais procuradas do Brasil por turistas, a hamburgueria atrai curiosos que desejam experimentar o sanduíche montado no pão de queijo.

Inaugurado há 12 anos, o espaço ganhou móveis e cardápios novos, além de uma cozinha mais moderna. As mudanças que só foram possíveis com o financiamento do BDMG.

"Temos um produto de qualidade, preço acessível, feito com produtos 100% artesanais. As mudanças na estrutura e no maquinário tiveram impacto no aumento de novos clientes, para cativar os antigos que gostam das novidades e, claro, no lucro. Também agrados aos funcionários, que estão mais estruturados", conta.

Para o empresário, o crédito deu "um gás" no negócio. "Quando vi as taxas muito menores do que as do mercado e do que o meu capital renderia, vislumbrei a oportunidade de impulsionar a hamburgueria. A forma de aquisição foi rápida e fácil", afirma já pensando em expandir o negócio para outras cidades que integram a Estrada Real.

Os financiamentos disponibilizados pelo BDMG via Fungetur são captados junto ao Ministério do Turismo, com as garantias do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o que torna o acesso aos recursos facilitado para os empresários.

Minas lidera ranking

O crédito do banco contribui para fortalecer as atividades de turismo em todas as regiões de Minas Gerais e está em sintonia com a descentralização das políticas públicas do Governo do Estado para o setor, que vem registrando desempenho acima da média nacional.

Segundo dados do IBGE divulgados em abril, Minas Gerais segue liderando o crescimento em atividades turísticas no Brasil. A alta é de 12,9% no acumulado nos últimos 12 meses, superior aos 4,9% registrado no país no mesmo período.

O resultado positivo é um dos reflexos das políticas da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), que lançou o programa Mais Turistas no último ano.

As iniciativas adotadas fortaleceram o segmento que movimentou cerca de R$ 34 bilhões no estado em 2023, ano em que 31 milhões de turistas visitaram os destinos mineiros.

O aumento de novas rotas aéreas ainda contribui para a geração de empregos, muitos deles no interior.

Minas Gerais criou aproximadamente 50 mil empregos na economia da criatividade, o que corresponde a 36% de todos os 187.866 postos de trabalho gerados no mesmo mês do ano passado, segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O número colocou o segmento como o principal gerador empregos no Estado.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO ELETRÔNICO na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MAIOR DESCONTO PERCENTUAL; objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2024 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. A sessão pública será realizada no dia 15 de maio de 2024 as 14h00min, em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h as 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Publicas - PNCP ou pelo portal de compras: http://www.licitamesp.com.br, para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br. – Wagner do Couto – Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de São João da Mata (MG) – Credenciamento Nº 0003/2024 - Processo Administrativo Nº 0072/2024 - Inexigibilidade Nº 0019/2024 - Contratação via Credenciamento de empresa especializada na administração e fornecimento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, inúmericos ou outros oriundos de tecnologia adequada), em arranjo de pagamento fechado, para aquisição de gêneros alimentícios com estabelecimentos comerciais credenciados, destinados aos servidores da Prefeitura Municipal de São João da Mata (MG). O edital na íntegra encontra-se disponível no sítio www.saojoaodamata.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3455-1122 ou pelo e-mail: licitacao@saojoaodamata.mg.gov.br. Os interessados serão Credenciados a partir de 26 de abril de 2024 às 10h00min horas. São João da Mata (MG), 26 de abril de 2024. Rosemiro de Paiva Muniz - Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista (MG) – Pregão Eletrônico nº 0006/2024 - Processo Licitatório nº 0080/2024 - Aviso de Licitação. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) ônibus 30 Lugares para a Secretaria Municipal de Educação, em atendimento ao PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS, referente ao Convênio 1261002494/2023/SEE, em Atendimento a Secretaria de Educação do Município de São Sebastião da Bela Vista (MG). Abertura das Propostas: dia 14 de Maio de 2.024 às 10h01, na plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações pelo telefone 035.3453.1212, ou no Site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br ou e-mail licitacaosbv@hotmail.com - São Sebastião da Bela Vista (MG), 25 de abril de 2024 – Ronaldo Lauindo Bueno - Prefeito Municipal.

AMARÔ
CENTRO DE ESTÉTICA E BELEZA
Préscia Idiana
• Depilação Unissex
• Pedicure e Manicure
• Plástica de Pés
• Spas Pé e Mão
• Trat. Capilar
• Trat. Alta e Transição
• Escova Progressiva
• Coloração Mechas e Luzes
• Bronzeamento Natural de Fitas
• Banho de Lua
• Esfoliação Corporal
• Mega Hair
RUA DEL CAMPOS DO AMARAL 425
EL AMERICA - POÇOS ALEGRE/MG
35 3022-4521
35 99208-0254





ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS
A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em jornais Diários de grande circulação



AMESP
FLS.: 0134
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2024** – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** A sessão pública será realizada no dia **15 de maio de 2024 às 14h00min,** em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou pelo portal de compras http://www.licitamesp.com.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:E3CC65DC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 26/04/2024. Edição 3755
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

AMESP
FLS.: 0135
Assinatura



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DA PREVIDÊNCIA E DA SEGURIDADE SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ANASPS (Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social) através do presente Edital convoca seus Associados para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 15/05/2024 às 10 horas em primeira convocação com presença mínima de ⅔ de seus Associados com direito a voto ou em Segunda convocação às 11 horas com qualquer número de Associados, em sua sede no SCS Quadra 03 - Bloco A n. 74/78 - Edifício ANASPS - Brasília, DF - CEP 70303-000

1) Aprovação de contas.
2) Ações judiciais.
3) Assuntos gerais.

Brasília, 24 de abril de 2024
ALEXANDRE BARRETO LISBOA

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 7/2024

Pregão Eletrônico, na forma de Licitação Compartilhada no tipo Maior Desconto Percentual, objetivando o Registro de Preços Nº 07/2024 - Objeto: aquisição de medicamentos éticos, genéricos, similares e biológicos com base no maior percentual de desconto sobre o Banco de Preços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, aos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. A sessão pública será realizada no dia 15 de maio de 2024 às 14h00min, em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um pen-drive, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou pelo portal de compras http://www.licitamesp.com.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

WAGNER DO COUTO
Pregoeiro

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DOM ALANO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2024

EXCLUSIVO ME/EPP - ABERTO
A ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DOM ALANO, CNPJ nº. 01.133.705.0001-40, localizada na Praça Ananias Ponce leonês, S/Nº602 - Peixe - TO, por meio do pregoeiro Roselck Azevedo Barros, promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para a aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2024, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual Dom Alano, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Data da abertura: 10 de maio de 2024, às 08:00h. O Edital poderá ser examinado ou retirado no Portal de Compras do Governo Federal: www.comprasgovernamentais.gov.br, ou na Unidade Escolar. Maiores informações poderão ser obtidas das 08h às 17h. Tel: (63) 3356-1111 e através do e-mail: domalano@ue.seduc.to.gov.br.

Peixe - TO, 25 de abril de 2024.
ANTONINO GONÇALVES FERREIRA
Presidente

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CNPJ 01.576.617/0001-75
Processo nº SC 546019; Favorecido: CONTEMP INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Aquisição de componentes eletrônicos da marca CONTEMP. Valor Global: R$ 5633,72. Fonte de Recurso: NANOSPRAY SIBRATEC. Amparo Legal: artigos 24, XXII e 25, I, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Data da Ratificação: 24 de abril de 2024, assinado pelo Diretor Geral do CNPEM, Antonio José Roque da Silva.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

O UniSL - Centro Universitário São Lucas, mantido pelo Centro de Ensino São Lucas - inscrito sob o CNPJ 84.596.170/0001-70, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 708 (Setecentos e oito) diplomas no período de 22/01/2024 a 06/02/2024, nos seguintes livros de registro e seqüências numéricas: livro 6 - registros 3003286575 a 3003286624. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço https://portais.saolucas.edu.br/consultacertificados.php5.

Porto Velho-RO, 23 de abril de 2024.
ADRIANO DOUGLAS DA SILVA
Diretor

COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2024

TOMADOR DOS SERVIÇOS: Comitê Brasileiro de Clubes - CBC CNPJ 00.172.849/0001-42 OBJETO: contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de estandes, mobiliário, acessorios e cenografia para o evento denominado "X Seminário Nacional de Formação Esportiva", a ocorrer no período de 24 a 26 de junho de 2024, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento de Compras e Contratações do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC.

TIPO: Menor preço global.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações-e) do Banco do Brasil. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. Inscrição e credenciamento: até um minuto antes da abertura das propostas. Recebimento das propostas: A partir da data de divulgação do edital no sistema até a data da abertura das propostas. Início da sessão de disputa de preços: às 9h30 do dia 9/5/2024.

O inteiro teor do edital encontra-se disponível, também, mediante acesso ao site https://www.cbclubes.org.br/processos-em-execuceo-pregao

Campinas, 25 de abril de 2024.
PAULO GERMANO MACIEL
Presidente do CBC

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do COMITÉ OLIMPICO DO BRASIL (COB), com base no § 2º do Art. 27 do Estatuto, convoca a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 27 de maio de 2024, para, nos termos do Art. 37, III, do Estatuto, se reunir no Hotel Hilton Barra, situado na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1.430 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ - Cep: 22.775-040, às 15:00 horas, em primeira convocação e, em segunda e última convocação, às 15:30 horas, com a seguinte ordem do dia: Eleição para o cargo de Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.
PAULO WANDERLEY TEIXEIRA

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO

Edital Nº 90017/CPB/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico Tipo: Menor valor do item e do grupo. Objeto: Material esportivo. Início de recebimento das propostas e disponibilização do Edital: 26/04/2024. Data da sessão: 09/05/2024 - Horário: 10:30h. Edital à disposição no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou www.cpb.org.br. Informações: (11) 4710-4126 e pregao@cpb.org.br

ROGÉRIO LOVANTINO
Pregoeiro

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024 - SRP

A Confederação Brasileira do Desporto Escolar-CBDE, torna público Processo Seletivo para selecionar a proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL, para atender as demandas da CBDE. Abertura: 02/05/2024. Edital disponível no site www.cbde.org.br e www.novobbmnet.com.br.

NATHALIA ARAUJO BATISTA
Pregoeira

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2024

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO Nº: 003/2024, visando a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de emissão de passagem aérea, hospedagem e alimentação, através do Processo: 71000.052743/2020-65 firmado entre a CBJ e o Ministério do Esporte. As empresas interessadas deverão acessar o edital através dos sites https://novobbmnet.com.br/ ou https://cbj.com.br/pt/governanca/transparencia/fornecedores/editais-e-licitacoes. A sessão pública de ofertas de preços será iniciada a partir das 10h45 do dia 09/05/2024. Para maiores esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail: licitacao@cbj.com.br a partir das 13h00 do dia 26/04/2024.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.
SILVIO ACÁCIO BORGES
Presidente da Confederação

AMESP
Fls.: 0136
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA ASSOSCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP/MG.

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 35.909.317/0001-20, INSC. Estad. 003.635.393/0097, com Endereço, Rua Israel Pinheiro, nº671, Bairro: São Pedro na cidade de Governador Valadares, Estado de MG, - Tel. (33) 3021-2584 e-mail: licitacao@ibiturunadistribuidora.com.br, por seu procurador devidamente constituído, vem perante Vossa Senhoria, respeitosamente, tempestivamente, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Com as seguintes referencias:
- Pregão Eletrônico n° 07/2024
- Processo Administrativo n° 08/2024

do Edital da Concorrência em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

DOS FATOS

A ora peticionaste, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, retirou o respectivo Edital da Concorrência em epígrafe.

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

AMESP
Fls.: 0137
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

Considerando que a disputa do certame está marcada para o dia 15 de maio de 2024, os 3 dias úteis anteriores para a propositura da presente demanda se encerra em 09 de maio. Portanto, em havendo a propositura até esta data, aplica-se o §1º do artigo 41 da Lei de Licitações, exigindo-se que a Administração julgue e responda a presente impugnação em até três dias úteis, ou seja, até o dia 09 de maio do corrente ano, o que torna esta peça de impugnação, tempestiva.

De inicio, importa consignar que a impugnante é uma empresa atuante no mercado de comercio de distribuição de medicamentos e produtos hospitalares, tanto em atendimento aos particulares quanto aos entes e entidades publicas, portanto, temos interesse em concorrer no certame licitatório em epigrafe.

Contudo, a regra prevista no instrumento convocatório acerca das exigências quanto à participação e a habilitação técnica afetam indevidamente a participação da impugnante na disputa do objeto licitado, conforme se passa demonstrar.

1. DA ILEGAL EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E ARMAZENAGEM DE MEDICAMENTOS NOS PAIS COMO REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O edital do pregão eletrônico nº 07/2024 apresenta uma clausula ilegal acerca das exigências de qualificação técnica. Especificamente, a impugnação em a preço diz a respeito a exigência de Certificado de Boas práticas de Distribuição e Armazenamento para fins de habilitação técnica, conforme no item 11.5.1.7, assim:

> 11.5.1.7. Boas práticas de Distribuição e Armazenamento no caso de Distribuidor, (https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-boas-praticas-de-distribuicao-e-armazenagem-de-produtos-para-saude).

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

AMESP
Fls.: 0138
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

Essa exigência não guarda respaldo na legislação de regência das licitações publicas.

Primeiro, cumpre citar que o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, determina que a exigência de requisito de habilitação técnica deve ser imina, notadamente para evitar a restrição ilegal do caráter competitivo da licitação.

Confira-se o texto constitucional:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Seguindo essa premissa, em matéria de habilitação técnica nas licitações realizada sob a modalidade pregão, vale ressaltar que:

Essa exigência de apresentação de **Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento** não atende o interesse público e nem mesmo favorece a ampla concorrência, haja vista que todo **Distribuidor** já é exaustivamente fiscalizado antes da liberação da **Autorização de Funcionamento pela ANVISA**.

Aliás, a própria **RDC nº 39/2013-ANVISA** estabelece que esta resolução éapenas e tão somente para instruir procedimentos administrativos para a concessão das Certificações, vejamos:

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

AMESP
Fls.: 0139
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

"Objetivo
Art.1º Esta Resolução tem o objetivo de instituir procedimentos administrativos para a concessão dasCertificações de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos e das Certificações de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos, Produtos para Saúde e Insumos Farmacêuticos."

Portanto o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento não é exigível na presente licitação.

Pois bem, no caso em comento, a exigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, Distribuição e Armazenagem de Medicamentos no País estaria amparada na RDC n° 39/2013, da ANVISA.

Tal regulamento do órgão sanitário não é lei em sentido estrito, e por isso mesmo já não poderia ser exigido para fins de habilitação técnica em licitações, por ofensa ao disposto no art. 30 da Lei n. 8.666/93

Anota-se que a própria RDC n° 39/2013, da ANVISA, adverte que não há imposição de sua exigibilidade, para quaisquer fins, o que deveria ser consultado em legislação diversa. Confira-se o disposto no parágrafo único do art. 2° da RDC n° 29/2013:

> Art. 2°.
>
> Parágrafo Único. A exigibilidade, para seus diferentes fins, do Certificado de Boas Práticas de Fabricação ou do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem está disposta Em normas especificas da Anvisa e não é tratada nesta resolução.

Em outras palavras, a RDC n° 39/2013 **não determina que, em licitações públicas, seja exigido o Certificado de Boas Práticas de Fabricação, Distribuição e Armazenagem como condição de habilitação técnica.**

Inclusive, em consulta ao site da ANVISA, colhe-se a seguinte informação a respeito da exigibilidade desse certificado:

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

AMESP
FLS.: 0140
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA



ANVISA
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

REGISTROS E AUTORIZAÇÕES
Agrotóxicos
Alimentos
Cosméticos
Embarcações
Farmácias e Drogarias
Insumos farmacêuticos
Medicamentos

Regularização de Empresas - Certificado de Boas Práticas de Fabricação

Informações Gerais

1. O que é o Certificado de Boas Praticas de Fabricação (CBPF)?

2. A quem se aplica o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?

O Certificado de Boas Práticas de Fabricação se aplica a empresas fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos localizadas em territorio nacional, no Mercosul ou em outros países.

3. Quais as situações em que são exigidos Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?

4. Qual a norma da Anvisa que regulamenta a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária?

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

AMESP
FLS.: 0141
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA



Regularização de Empresas - Certificado de Boas Práticas de Fabricação

Informações Gerais

1. O que é o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?

2. A quem se aplica o Certificado de Boas Praticas de Fabricação (CBPF)?

3. Quais as situações em que são exigidos Certificado de Boas Praticas de Fabricação (CBPF)?

4. Qual a norma da Anvisa que regulamenta a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária?

5. O Certificado de Boas Práticas é obrigatório para o funcionamento de uma empresa?

Não. As empresas produtoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária devem, obrigatoriamente, cumprir com as Boas Práticas, seguindo os procedimentos e práticas estabelecidos em normas específicas da Anvisa. Entretanto, não é obrigatório que as empresas tenham Certificado de Boas Práticas para o seu regular funcionamento.

6. Qual a validade de um Certificado de Boas Praticas de Fabricação (CBPF)?

REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

Agrotóxicos
Alimentos
Cosméticos
Embarcações
Farmácias e Drogarias
Insumos farmacêuticos
Medicamentos
Portos, Aeroportos e Fronteiras
Produtos para a saúde
Saneantes
Tabaco

Portanto, é pacifica a orientação doutrinaria e jurisprudência das Cortes de Contas a respeito da impossibilidade legal de exigir certificados de boas pratica para fins de habilitação técnica.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante das sólidas razões supra, requer que se digne vossa senhoria em receber a presente impugnação para que esclareça os seguintes itens:

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

AMESP
Fls.: 0142
Assinatura

Ibituruna
Produtos Médicos Hospitalares

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

1) Foi solicitado o Boas Praticas de Distribuição e armazenagem, o que restringe a ampla participação, e impede a economia do município, há alguma justificativa para tal documento, devido à sua alta complexidade?

2) Por todo o exposto, a Impugnante requer que o termo do Edital seja alterado. Retirando a exigência do Certificado de Boas Praticas de Distribuição e armazenagem.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Governador Valadares/MG, 09 de Maio 2024.

IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA:35909317000120

Assinado de forma digital por IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA:35909317000120
Dados: 2024.05.09 18:06:03 -03'00'

REPRESENTANTE LEGAL
LETICIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
RG: MG-18.557.146 SSP / CPF: 122.589.776-90

Rua Israel Pinheiro, 447 – A
São Pedro – Governador Valadares/MG
(33) 3021-2584 / (33) 3021-2618

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
Fls.: 0143
Assinatura

DECISÃO - IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 08/2024

IMPUGNANTE: IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

IMPUGNADA: CONSÓRCIO AMESP

1. DECISÃO:

O Pregoeiro da AMESP diante das razões expostas, DECIDE:

Conhecer da impugnação interposta pela empresa **IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.**, posto que tempestiva, para, no mérito, NEGAR-LHE PROCEDENCIA, à referida impugnação.

2 – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, alega a impugnante:

a) Que O edital do pregão eletrônico nº 07/2024 apresenta uma cláusula ilegal acerca das exigências de qualificação técnica. Especificamente, a impugnação em apreço diz a respeito a exigência de Certificado de Boas práticas de Distribuição e Armazenamento para fins de habilitação técnica.

AMESP
Fls.: 0144
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

b) Que essa exigência de apresentação de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento não atende o interesse público e nem mesmo favorece a ampla concorrência, haja vista que todo Distribuidor já é exaustivamente fiscalizado antes da liberação da Autorização de Funcionamento pela ANVISA.

c) Que a a própria RDC nº 39/2013-ANVISA estabelece que esta resolução é apenas e tão somente para instruir procedimentos administrativos para a concessão das Certificações, portanto, o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento não é exigível na presente licitação.

Ao final requer que o Edital seja alterado, retirando a exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e armazenagem.

É a síntese das alegações.

3 - DO MÉRITO

Inicialmente temos que, a qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui conhecimento técnico para a execução do contrato a atende a legislação de regência relacionada ao objeto da licitação.

AMESP
Fls.: 0145
Assinatura

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a "Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo." (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233)

Neste ponto, vale destacar aqui, o papel e os objetivos da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, instituída pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

De acordo com essa lei, a Agência é uma autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional, que tem como função primordial a promoção da saúde da população, atuando no controle sanitário de diversos produtos, tais como medicamentos, alimentos e cosméticos; serviços e até mesmo na fiscalização de portos, fronteiras e aeroportos.

Entre suas competências, podemos destacar:

- Controlar e fiscalizar produtos, tais como medicamentos, alimentos e cosméticos, e serviços que envolvam risco à saúde;
- Conceder registros a produtos;

AMESP
Fls.: 0146
Assinatura

- Proibir a fabricação, distribuição e armazenamento de produtos que possam causar danos à saúde;
- Interditar locais que oferecem risco iminente à saúde; - Cancelar a autorização de funcionamento de locais que violem a legislação ou ofereçam risco à saúde.

Dessa forma, compete à ANVISA regulamentar as ações de vigilância sanitária, controlando e fiscalizando a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de medicamentos, insumos destinados ao diagnóstico, equipamentos e materiais médico-hospitalares, inclusive odontológicos. Conforme a RDC nº 39/2013, as empresas fabricantes de medicamentos, produtos para saúde, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, saneantes e insumos farmacêuticos devem apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação.

Por sua vez, as empresas armazenadoras, distribuidoras e importadoras de medicamentos, produtos para saúde e insumos farmacêuticos devem apresentar Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem.

A Impugnante alega que a exigência fere o princípio do caráter competitivo e o princípio da isonomia, uma vez que supostamente não existe determinação legal impondo a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento.

AMESP
FLS.: 0147
Assinatura

De pronto cabe destacar que o entendimento da impugnante mostra-se equivocado. Explica-se. Cabe aqui destacar que a Administração está obrigada a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF), no que se refere a contratações por parte da administração pública, há, ainda, a previsão do Inc. XXI: *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrente, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações."*

Corriqueiramente são exigidos em processos licitatórios, que tenham como objeto a aquisição de medicamentos e produtos para a saúde, a exigência do certificado de boas práticas de fabricação, como também, o certificado de boas práticas de distribuição e armazenamento, uma vez que Resolução da ANVISA traz estas determinações.

Nesse diapasão, por força do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 – Lei das Licitações, no qual fala da qualificação técnica, o Administrador público PODE E DEVE EXIGIR, além daqueles arrolados na referida norma, outros documentos para fim de aferir se tecnicamente o licitante está apto a contratar com a Administração, a saber:

AMESP
FLS.: 0148
Assinatura

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

IV – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Desta maneira, se a legislação que rege determinado setor exige algumas posturas dos particulares envolvidos, como por exemplo, alvarás, certificados, registros etc., a Administração deve exigir também, a fim de resguardar o interesse público envolvido na contratação.

Ao contrário do que entende a impugnante, a Constituição e, mesmo a Lei de Licitações, possuem normas gerais a serem observadas pela administração pública, não havendo óbice a exigência de documento previsto em resolução da ANVISA, a qual visa assegurar, através de previsões objetivas, o cumprimento de boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos.

Ainda que as exigências de qualificação técnica sejam limitadas, não podemos omitir que o art. 67, IV, permite a exigência de documentação não constante da Lei de Licitações, desde que previstos em Lei Especial.

Marçal Justen Filho ensina que: *O exercício de determinadas atividades ou funcionamento de certos bens se encontram disciplinados em legislação*

AMESP FLS.: 0149 Assinatura

específica. Assim, há regras acerca da fabricação e comercialização de alimentos, bebidas, remédios, explosivos, etc. essas regras tanto podem constar de lei como estar explicitas em regulamentos executivos. Quando o objeto do contrato envolver bens ou atividades disciplinados por legislação específica, o instrumento convocatório deverá reportar-se expressamente às regras correspondentes.

Dito isso, as Agências Reguladoras, como é o caso da ANVISA, quando, no exercício de suas competências, editam normas (resoluções), estas possuem força de lei, eis que como supra destacado, as resoluções são partes do processo legislativo.

O potencial perigo de dano à saúde pública é de tal relevância que a Lei nº 9.782/99, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, assim estabelece.

De mais a mais, cabe destacar que a ANVISA é uma agência reguladora e sua função é exercer o controle sanitário de todos os produtos e serviços (nacionais ou importados) submetidos à vigilância sanitária.

O Poder Judiciário já se manifestou no sentido da legalidade do certificado, na oportunidade colecionamos os seguintes julgados neste sentido, vejamos:

> *LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EDITAL. EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE*

AMESP
FLS.: 0150
Assinatura

FABRICAÇÃO E CONTROLE DA ANVISA. NÃO APRESENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO. Prevendo o edital a apresentação de Certificação de boas práticas de Fabricação e Controle expedido pela ANVISA, não pode sagrar-se vencedora empresa que não apresentar o documento, sob pena de infringência ao princípio da vinculação ao edital. HIPÓTESE DE NEGATIVO DE SEGUIMENTO AO RECURSO. (Agravo de Instrumento n. 70029408721, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rejane Maria Dias de Castro Bins, Julgado em 09/04/2009) PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DA ANVISA. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 1. A exigência de apresentação do Certificado de Boas Práticas da ANVISA pelos licitantes encontra respaldo na legalidade (Leis nº 8.666/93 e 10.520/02), constituindo-se também em elemento configurador da precaução no trato com as questões que envolvem a saúde dos pacientes. 2. Pode configurar dano irreparável à saúde pública a aquisição de insumos médicos não seguros, e causar dano ao Erário a aquisição dos mesmos em regime de urgência, em face da suspensão da licitação. (TRF 4 – AG 200904000002474, Rel. MARGA INGE BARTH TESSLER – D.E. 25.5.2009).

AMESP
Fls.: 0151
Assinatura

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. CABIMENTO E LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA. RESPEITO AO PRAZO DE OITO DIAS ENTRE O AVISO DA LICITAÇÃO E A ABERTURA DAS PROPOSTAS. 1. Cabe ao Poder judiciário a análise da legalidade das exigências feitas pela Administração em edital de licitação. 2. As licitações são submetidas ao princípio da vinculação ao edital, que só pode ser afastado quando as exigências previstas se mostrarem desnecessárias ou ilegais. 2. Caso concreto em que não é ilegal, nem se mostra descabida, a exigência de apresentação de Certificado de Boas Práticas de fabricação como exigência para habilitação em licitação cujo objeto é aquisição de próteses para hospitais da rede pública. (Apelação Cível n. 70030652614 – RELATOR: Denise Oliveira Cezar – Diário de Justiça do dia 06/01/2010).

Corroborando mais ainda o entendimento pela legalidade da exigência dos CERTIFICADOS DE BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE, trago à baila o voto do Desembargador Cláudio Roessing do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no Recurso de Apelação Cível, que trata de matéria análoga à estas contrarrazões, vejamos:

VOTO O presente recurso preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual deve ser conhecido. A

AMESP
FLS.: 0152
Assinatura

questão recursal gira em torno da legalidade da exigência dos itens 5.5 e 5.6 dos editais 105/2009 e 106/2009, referentes ao certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição da ANVISA e Autorização de Funcionamento Especial da Empresa. O juízo a quo firmou seu entendimento no sentido de que muito embora o art. 30 da Lei 8666/93 traga um rol não taxativo acerca dos documentos a serem exigidos no edital, dever-se-ia afastar aquelas consideradas desarrazoadas e inúteis. Ao analisar a presença do item 5.5 do edital, o julgador de piso manifestou-se nos seguintes termos: [...] No caso em comento, tem-se que a exigência quanto à certidão de boas práticas de armazenamento e distribuição constante no item 5.5 do edital está em consonância com o princípio da legalidade, e sua exigibilidade visa a resguardar o interesse público consubstanciada na preservação da saúde coletiva. Os tribunais pátrios tem se posicionado por este entendimento: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DA ANVISA. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 1. A exigência de apresentação do Certificado de Boas Práticas da ANVISA pelos licitantes encontra respaldo na legalidade (Leis nº 8666/93 e 10.520 /02), constituindo-se também em elemento configurador da precaução no trato com as questões que envolvem a saúde dos pacientes. 2. Pode

AMESP
Fls.: 0153
Assinatura

configurar dano irreparável à saúde pública a aquisição de insumos médicos não seguros, e causar dano ao Erário a aquisição dos mesmos em regime de urgência, em face da suspensão da licitação.TRF4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 247 RS 2009.04.00.000247-4. Relatora: MARGA INGE BARTH TESSLER. Publicação: D.E. 25/05/2009 . [...] 4. Recurso especial não provido. (REsp 1178657/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 08/10/2010) Com estas razões e encontrando-se a decisão recorrida em desacordo com a jurisprudência superior, impõe-se a reforma da sentença, a fim de ser declarada a legalidade das exigências contidas nos dispositivos 5.5 e 5.6 da norma editalícia, nos quais se estabelece a necessidade de constar entre rol de documentos a serem exigidos dos licitantes, tanto a presença do Certificado de Boas Práticas de Armazenagem e Distribuição expedido pela ANVISA, como a Autorização de Funcionamento Especial da Empresa licitante. Pelo exposto , conheço os recursos, para negar provimento à primeira apelação e dar provimento à segunda, a fim de reformar a sentença, declarando como legais as exigências contida nos itens 5.5 e 5.6 do edital nº 105/2009 – CSL/PM. É como voto. Manaus, 12 de março de 2012. Cláudio Roessing Relator

AMESP
Fls.: 0154
Assinatura

4. DA CONCLUSÃO

A Administração deve realizar suas condutas sempre velando pelos interesses da sociedade, mas nunca dispondo deles, uma vez que o administrador não goza de livre disposição dos bens que administra, pois o titular desses bens é o povo.

Isto significa que a Administração Pública não tem competência para desfazer-se da coisa pública, bem como, não pode desvencilhar-se da sua atribuição de guarda e conservação do bem.

A Administração também não pode transferir a terceiros a sua tarefa de zelar, proteger e vigiar o bem. Ademais a disponibilidade dos interesses públicos somente pode ser feita pelo legislador.

Vale trazer à baila a existência do Princípio da Supremacia do Interesse Público, o qual informa todo o direito administrativo direcionando as condutas dos agentes.

Ocorre que, no âmbito das relações sociais, vão surgir conflitos entre o interesse público e o interesse privado, de forma que, ocorrendo este conflito, há de prevalecer o interesse público, isto é, aquele que atende um maior número de pessoas. Desta feita, a exigência editalícia nada mais

AMESP
Fls.: 0155
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

é do que a concretização dos Princípios Constitucionais da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade dos Interesses Públicos, pois as exigibilidades, ora impugnadas, visam a resguardar o interesse público consubstanciada na preservação da saúde coletiva.

Assim, conhecemos a impugnação, por tempestiva, para, no mérito, negar-lhe provimento por ausência de fundamentação plausível na sustentação do pleito da Impugnante. mantidas as previsões editalícias.

Pelo que DECIDO.

Publique-se e registre-se.

Pouso Alegre, 14 de maio de 2024.

WAGNER DO COUTO:90079345620

Assinado de forma digital por WAGNER DO COUTO:90079345620
Dados: 2024.05.14 09:44:13 -03'00'

Wagner do Couto

Pregoeiro da AMESP

AMESP
Fls.: 0156
Assinatura

AMESP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Propostas Iniciais
N° 07/2024

LOTES / ITENS

N° 01
Descrição: MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"
Quantidade: 1
Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
EMENALI MEDICAL LTDA	10,00	10,00	14/05/2024 14:48:52	CLASSIFICADA
THIAGO G DISTRIBUIDORA DE	0,01	0,01	15/05/2024 10:25:17	CLASSIFICADA

LOTES / ITENS

N° 02
Descrição: MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"
Quantidade: 1
Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
EMENALI MEDICAL LTDA	10,00	10,00	14/05/2024 14:48:57	CLASSIFICADA
THIAGO G DISTRIBUIDORA DE	0,01	0,01	15/05/2024 10:25:21	CLASSIFICADA

AMESP
Fls: 0157
Assinatura

Propostas Iniciais
N° 07/2024

LOTES / ITENS

N° 03
Descrição: MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"
Quantidade: 1
Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

LOTES / ITENS

N° 04
Descrição: MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"
Quantidade: 1
Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

AMESP
FLS.: 0158
Assinatura

AMESP

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Propostas Iniciais
N° 07/2024

LOTES / ITENS

N° 01
Descrição: MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"
Quantidade: 1 Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 608117	10,00	10,00	14/05/2024 14:48:52	CLASSIFICADA
Fornecedor 686078	0,01	0,01	15/05/2024 10:25:17	CLASSIFICADA

LOTES / ITENS

N° 02
Descrição: MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"
Quantidade: 1 Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 608117	10,00	10,00	14/05/2024 14:48:57	CLASSIFICADA
Fornecedor 686078	0,01	0,01	15/05/2024 10:25:21	CLASSIFICADA

LOTES / ITENS

N° 03
Descrição: MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"
Quantidade: 1 Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

AMESP
Fls.: 0159
Assinatura

Propostas Iniciais
N° 07/2024

LOTES / ITENS

N° 04

Descrição: MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"

Quantidade: 1 Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

CONSÓRCIO AMESP | Portal de Compras

AMESP
FLS.: 0160
Assinatura

AMESP

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Sessão Pública
N° 07/2024

Às 14:00 horas do dia 15/05/2024, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela Portaria no 01/2023, de 02 de Janeiro de 2023. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 08/2024, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 07/2024. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

LOTES / ITENS

N° 01

Descrição: MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: R$ 0,00

Vencedor Fornecedor 7177 Valor: R$ 28,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 7177	R$ 10,00	R$ 10,00	14/05/2024 14:48:52	CLASSIFICADA
Fornecedor 2381	R$ 0,01	R$ 0,01	15/05/2024 10:25:17	CLASSIFICADA

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
15/05/2024 14:07:12	R$ 0,01	Fornecedor 2381
15/05/2024 14:07:12	R$ 10,00	Fornecedor 7177
15/05/2024 14:07:41	R$ 10,01	Fornecedor 2381
15/05/2024 14:12:57	R$ 10,02	Fornecedor 7177
15/05/2024 14:13:18	R$ 12,00	Fornecedor 2381
15/05/2024 14:23:14	R$ 20,00	Fornecedor 2381
15/05/2024 14:23:25	R$ 22,00	Fornecedor 7177
15/05/2024 14:43:17	R$ 28,00	Fornecedor 7177

AMESP
Fls.: 0161
Assinatura

LOTES / ITENS

N° 02

Descrição: MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: R$ 0,00

Vencedor Fornecedor 4890 Valor: R$ 28,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 4890	R$ 10,00	R$ 10,00	14/05/2024 14:48:57	CLASSIFICADA
Fornecedor 3680	R$ 0,01	R$ 0,01	15/05/2024 10:25:21	CLASSIFICADA

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
15/05/2024 14:07:14	R$ 0,01	Fornecedor 3680
15/05/2024 14:07:14	R$ 10,00	Fornecedor 4890
15/05/2024 14:07:49	R$ 10,01	Fornecedor 3680
15/05/2024 14:13:05	R$ 10,02	Fornecedor 4890
15/05/2024 14:13:27	R$ 12,00	Fornecedor 3680
15/05/2024 14:23:25	R$ 20,00	Fornecedor 3680
15/05/2024 14:23:36	R$ 22,00	Fornecedor 4890
15/05/2024 14:43:24	R$ 28,00	Fornecedor 4890

LOTES / ITENS

N° 03

Descrição: MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: R$ 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Não houveram propostas inicias				

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
Não houve disputa		

AMESP
Fls.: 0162
Assinatura

Ata de Sessão Pública
N° 07/2024

LOTES / ITENS

N° 04
Descrição: MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"
Quantidade: 1
Valor: R$ 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Não houveram propostas inicias				

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
Não houve disputa		

MENSAGENS

Data/Hora	Origem	Mensagem
30/04/2024 10:32:09	Sistema	A situação deste processo foi alterada para: Acolhimento de Propostas, por Wagner do Couto.
30/04/2024 10:32:20	Sistema	Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/20362307000140/compras/2024/13
15/05/2024 14:00:12	Sistema	Sessão pública aberta!
15/05/2024 14:02:05	Pregoeiro	Boa tarde, dento de instantes iniciaremos a fase de lances!
15/05/2024 14:04:57	Pregoeiro	Alerto aos senhores licitantes que tenham consciência no que tange as propostas de lances, pois, o Contratante quando da execução do contrato irá codificar e enviar as planilhas prontas com os pedidos, e esta não ficará por conta da eventual empresa fornecedora.
15/05/2024 14:07:12	Sistema	Disputa do Lote/Item 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
15/05/2024 14:07:14	Sistema	Disputa do Lote/Item 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
15/05/2024 14:22:15	Sistema	O lote/item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" entrou em TEMPO ALEATÓRIO de até 10 minutos, só participarão da fase de lances FECHADOS os fornecedores que ficarem a 10% do menor preço!
15/05/2024 14:22:15	Sistema	O lote/item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" entrou em TEMPO ALEATÓRIO de até 10 minutos, só participarão da fase de lances FECHADOS os fornecedores que ficarem a 10% do menor preço!
15/05/2024 14:23:00	Sistema	Fase de lances abertos do lote/item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" foi encerrada! Agora os fornecedores que ficaram a 10% do melhor lance (12) terão 5 minutos para enviar um lance fechado, caso não tenham no mínimo 3 fornecedores nesta situação o sistema convocará os 3 melhores classificados. FINALIZADO O TEMPO , os lances serão DIVULGADOS.
15/05/2024 14:23:15	Sistema	Fase de lances abertos do lote/item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" foi encerrada! Agora os fornecedores que ficaram a 10% do melhor lance (12) terão 5 minutos para enviar um lance fechado, caso não tenham no

AMESP
Fls.: 0163
Assinatura

Ata de Sessão Pública
N° 07/2024

Data/Hora	Origem	Mensagem
		mínimo 3 fornecedores nesta situação o sistema convocará os 3 melhores classificados. FINALIZADO O TEMPO , os lances serão DIVULGADOS.
15/05/2024 14:28:15	Sistema	Fim do tempo fechado do lote/item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z". Disputa encerrada!
15/05/2024 14:28:15	Sistema	O arrematante do item/lote n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" foi o fornecedor com valor 22 !
15/05/2024 14:28:30	Sistema	Fim do tempo fechado do lote/item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z". Disputa encerrada!
15/05/2024 14:28:30	Sistema	O arrematante do item/lote n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" foi o fornecedor com valor 22 !
15/05/2024 14:28:30	Sistema	Fase de disputa do pregão foi encerrada.
15/05/2024 14:39:00	Sistema	Aberta a negociação do item 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"!
15/05/2024 14:39:00	Sistema	O licitante EMENALI MEDICAL LTDA pode enviar uma nova proposta para o lote/item 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" no local de envio de lances!
15/05/2024 14:39:02	Sistema	Aberta a negociação do item 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"!
15/05/2024 14:39:02	Sistema	O licitante EMENALI MEDICAL LTDA pode enviar uma nova proposta para o lote/item 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" no local de envio de lances!
15/05/2024 14:39:13	Sistema	Fase de negociação aberta para todos os itens. Entendemos que o preço pode melhorar, solicitamos que você envie sua melhor proposta.
15/05/2024 14:39:46	Sistema	O Fornecedor EMENALI MEDICAL LTDA pode enviar mensagens.
15/05/2024 14:40:30	Wagner do Couto	A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, teria mais lances a serem ofertados?
15/05/2024 14:45:16	Sistema	Fase de negociação do Lote/Item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" encerrada.
15/05/2024 14:45:16	Sistema	O fornecedor EMENALI MEDICAL LTDA foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z".
15/05/2024 14:45:16	Sistema	Fase de negociação do Lote/Item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" encerrada.
15/05/2024 14:45:16	Sistema	O fornecedor EMENALI MEDICAL LTDA foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z".
15/05/2024 14:45:59	Sistema	Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 15/05/2024 15:15:59
15/05/2024 15:31:00	EMENALI MEDICAL	Prezado Pregoeiro, boa tarde!
15/05/2024 15:31:18	EMENALI MEDICAL	Podemos anexar a proposta readequada? Aguardo.
16/05/2024 09:04:59	Sistema	O Lote/Item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" foi ADJUDICADO.
16/05/2024 09:04:59	Sistema	O Lote/Item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" foi ADJUDICADO.

Wagner do Couto/Pregoeiro/Agente de Contrataçao

José Vitor da Rosa Junior/Equipe de Apoio

Gabriele Cecilia Pereira/Equipe de Apoio

Roque José dos Santos/Equipe de Apoio

AMESP
FLS.: 0164
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP | Portal de Compras

AMESP FLS.: 0165 Assinatura

AMESP

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Realização - Pregão Eletrônico

N° 07/2024

Unidade Gestora:	AMESP		
Tipo de Disputa:	Aberto e Fechado	Número do Processo	08/2024
Tipo de Lance:	Valor Unitário	Critério de Disputa:	MAIORDESCONTO
Data Disputa:	15/05/2024 14:00:00	Tipo da disputa:	Por Item
Data Impug./Escl.:	10/05/2024 23:59:00	Data Fim Propostas:	15/05/2024 13:30:00
Intervalo Lances:	0,0100	Prazo Int. Recurso:	30 minutos

Objeto:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Às 14:00 horas do dia 15/05/2024, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela Portaria no 01/2023, de 02 de Janeiro de 2023. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 08/2024, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 07/2024. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.
As empresas que apresentaram proposta eletrônica para essa licitação declararam no ato do cadastro da proposta inicial que: 1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; 2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; 3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos; 4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras; 5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; 6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

SITUAÇÃO DA DISPUTA: ENCERRADO

EMPRESAS QUE SE DECLARARAM ME/EPP

AMESP
Fls.: 0166
Assinatura

LOTES / ITENS

N° 01 Situação: ADJUDICADO

Descrição: MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: 0,00

Vencedor EMENALI MEDICAL LTDA 13.694.036/0002-45 Valor: 28,00 %

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
EMENALI MEDICAL LTDA	10.0000%	10.0000%	14/05/2024 14:48:52	CLASSIFICADA
THIAGO G DISTRIBUIDORA DE	0.0100%	0.0100%	15/05/2024 10:25:17	CLASSIFICADA

CLASSIFICAÇÃO

	Empresa	Situação	Valor
1	EMENALI MEDICAL LTDA	ADJUDICADO	28.0000%
2	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E	CLASSIFICADO	20.0000%

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
15/05/2024 14:43:17	28.0000%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:23:25	22.0000%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:23:14	20.0000%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA
15/05/2024 14:13:18	12.0000%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA
15/05/2024 14:12:57	10.0200%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:07:41	10.0100%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA
15/05/2024 14:07:12	10.0000%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:07:12	0.0100%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA

AMESP
Fls. 0167
Assinatura

LOTES / ITENS

N° 02 Situação: ADJUDICADO

Descrição: MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: 0,00

Vencedor EMENALI MEDICAL LTDA 13.694.036/0002-45 Valor: 28,00 %

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
EMENALI MEDICAL LTDA	10.0000%	10.0000%	14/05/2024 14:48:57	CLASSIFICADA
THIAGO G DISTRIBUIDORA DE	0.0100%	0.0100%	15/05/2024 10:25:21	CLASSIFICADA

CLASSIFICAÇÃO

	Empresa	Situação	Valor
1	EMENALI MEDICAL LTDA	ADJUDICADO	28.0000%
2	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E	CLASSIFICADO	20.0000%

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
15/05/2024 14:43:24	28.0000%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:23:36	22.0000%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:23:25	20.0000%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA
15/05/2024 14:13:27	12.0000%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA
15/05/2024 14:13:05	10.0200%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:07:49	10.0100%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA
15/05/2024 14:07:14	10.0000%	EMENALI MEDICAL LTDA
15/05/2024 14:07:14	0.0100%	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA

AMESP
FLS.: 0168
Assinatura

LOTES / ITENS

N° 03 Situação: DESERTO

Descrição: MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

Não houveram propostas inicias

CLASSIFICAÇÃO

Empresa	Situação	Valor

Não houve disputa

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa

Não houve disputa

AMESP
FLS.: 0169
Assinatura

LOTES / ITENS

N° 04 Situação: DESERTO

Descrição: MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"

Quantidade: 1

Valor: 0,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

Não houveram propostas inicias

CLASSIFICAÇÃO

Empresa	Situação	Valor

Não houve disputa

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa

Não houve disputa

AMESP
FLS.: 0170
Assinatura

Ata de Realização - Pregão Eletrônico

N° 07/2024

MENSAGENS

Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
30/04 10:32	Sistema		A situação deste processo foi alterada para: Acolhimento de Propostas, por Wagner do Couto.
30/04 10:32	Sistema		Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/20362307000140/compras/2024/13
15/05 14:00	Sistema		Sessão pública aberta!
15/05 14:02	Pregoeiro		Boa tarde, dento de instantes iniciaremos a fase de lances!
15/05 14:04	Pregoeiro		Alerto aos senhores licitantes que tenham consciência no que tange as propostas de lances, pois, o Contratante quando da execução do contrato irá codificar e enviar as planilhas prontas com os pedidos, e esta não ficará por conta da eventual empresa fornecedora.
15/05 14:07	Sistema	01	Disputa do Lote/Item 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
15/05 14:07	Sistema	02	Disputa do Lote/Item 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
15/05 14:22	Sistema	01	O lote/item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" entrou em TEMPO ALEATÓRIO de até 10 minutos, só participarão da fase de lances FECHADOS os fornecedores que ficarem a 10% do menor preço!
15/05 14:22	Sistema	02	O lote/item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" entrou em TEMPO ALEATÓRIO de até 10 minutos, só participarão da fase de lances FECHADOS os fornecedores que ficarem a 10% do menor preço!
15/05 14:23	Sistema	01	Fase de lances abertos do lote/item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" foi encerrada! Agora os fornecedores que ficaram a 10% do melhor lance (12) terão 5 minutos para enviar um lance fechado, caso não tenham no mínimo 3 fornecedores nesta situação o sistema convocará os 3 melhores classificados. FINALIZADO O TEMPO , os lances serão DIVULGADOS.
15/05 14:23	Sistema	02	Fase de lances abertos do lote/item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" foi encerrada! Agora os fornecedores que ficaram a 10% do melhor lance (12) terão 5 minutos para enviar um lance fechado, caso não tenham no mínimo 3 fornecedores nesta situação o sistema convocará os 3 melhores classificados. FINALIZADO O TEMPO , os lances serão DIVULGADOS.
15/05 14:28	Sistema	01	Fim do tempo fechado do lote/item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z". Disputa encerrada!
15/05 14:28	Sistema	01	O arrematante do item/lote n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" foi o fornecedor com valor 22 !
15/05 14:28	Sistema	02	Fim do tempo fechado do lote/item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z". Disputa encerrada!
15/05 14:28	Sistema	02	O arrematante do item/lote n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" foi o fornecedor com valor 22 !
15/05 14:28	Sistema		Fase de disputa do pregão foi encerrada.
15/05 14:39	Sistema	01	Aberta a negociação do item 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"!
15/05 14:39	Sistema	01	O licitante EMENALI MEDICAL LTDA pode enviar uma nova proposta para o lote/item 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" no local de envio de lances!
15/05 14:39	Sistema	02	Aberta a negociação do item 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"!
15/05 14:39	Sistema	02	O licitante EMENALI MEDICAL LTDA pode enviar uma nova proposta para o lote/item 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" no local de envio de lances!
15/05 14:39	Sistema		Fase de negociação aberta para todos os itens. Entendemos que o preço pode melhorar, solicitamos que você envie sua melhor proposta.
15/05 14:39	Sistema		O Fornecedor EMENALI MEDICAL LTDA pode enviar mensagens.
15/05 14:40	Wagner do Couto		A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, teria mais lances a serem ofertados?
15/05 14:45	Sistema	01	Fase de negociação do Lote/Item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" encerrada.
15/05 14:45	Sistema	01	O fornecedor EMENALI MEDICAL LTDA foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z".
15/05 14:45	Sistema	02	Fase de negociação do Lote/Item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" encerrada.
15/05 14:45	Sistema	02	O fornecedor EMENALI MEDICAL LTDA foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z".
15/05 14:45	Sistema		Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 15/05/2024 15:15:59
15/05 15:31	EMENALI MEDICAL LTDA		Prezado Pregoeiro, boa tarde!
15/05 15:31	EMENALI MEDICAL LTDA		Podemos anexar a proposta readequada? Aguardo.
16/05 09:04	Sistema	01	O Lote/Item n° 01 - MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z" foi ADJUDICADO.

AMESP
Fls.: 0171
Assinatura

Ata de Realização - Pregão Eletrônico
N° 07/2024

Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
16/05 09:04	Sistema	02	O Lote/Item n° 02 - MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z" foi ADJUDICADO.

PROPONENTES

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
EMENALI MEDICAL LTDA	EMENALI MEDICAL LTDA	13.694.036/0002-45
Contato: RENATA FREITAS	(31)41016939	comercial@emenalimedical.com.br
THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E	MBJ HOAPITALAR	44.037.882/0001-35
Contato: 11937259524	(11)937259524	mbjhospitalar@gmail.com

Wagner do Couto/Pregoeiro/Agente de Contrataçao

José Vitor da Rosa Junior/Equipe de Apoio

Gabriele Cecilia Pereira/Equipe de Apoio

Roque José dos Santos/Equipe de Apoio

CONSÓRCIO AMESP | Portal de Compras

AMESP 0172 Assinatura

AMESP

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Relatório por Vencedor / Lotes Fracassados/Cancelados/Desertos

Processo N° 07/2024

FORNECEDOR: EMENALI MEDICAL LTDA 13.694.036/0002-45

LOTE/ITEM		QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR GLOBAL	DESCONTO
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	1,00	28,0000	28,00	-%
02	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"	1,00	28,0000	28,00	-%

QTD: **2** VALOR TOTAL: **56,00**

AMESP
FLS.: 0173
Assinatura

Relatório por Vencedor / Lotes Fracassados/Cancelados/Desertos
Processo N° 07/2024

FORNECEDOR: LOTES/ITENS FRACASSADOS/CANCELADOS/DESERTOS/EMPATADOS

LOTE/ITEM		QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR GLOBAL	DESCONTO
03	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"	1,00			
04	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"	1,00			

QTD: **2**

VALOR TOTAL:

CONSÓRCIO AMESP | Portal de Compras

AMESP
FLS.: 0174
Assinatura

AMESP

Relatório de Economicidade

Edital	Objeto	Data Abertura
07/2024	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.	15/05/24 14:00

Lote/Item		Quantidade	Valor Estimado	Valor Vencedor	Economicidade
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	1,00	0,00	28,00	- %
02	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"	1,00	0,00	28,00	- %
	Total:R$ 0,00		56,00		- %

Total Geral Previsto: 0,00

Total Geral Finalizado: 56,00

Economicidade Total: - %

Lote/Item	Razão Social	Valor Uni.	Valor Total	Situação
01	EMENALI MEDICAL LTDA	10,00	10,00	Classificada
02	EMENALI MEDICAL LTDA	10,00	10,00	Classificada
Total:			20,00	
01	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA	0,01	0,01	Classificada
02	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA	0,01	0,01	Classificada
Total:			0,02	



Lote/Item	Classificação	Razão Social	Valor Uni.	Valor Total
01	1	EMENALI MEDICAL LTDA	28,00	28,00
01	2	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA	20,00	20,00
02	1	EMENALI MEDICAL LTDA	28,00	28,00
02	2	THIAGO G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E LOGISTICA LTDA	20,00	20,00



Situação
ADJUDICADO
CLASSIFICADO
ADJUDICADO
CLASSIFICADO



AMESP
Fls.: 0178
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO IV

PROPOSTA

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, designa como contato a Senhora Renata Freitas, que poderá ser contactada através dos seguintes meios: Telefone (31) 4101-6939 e E-mail: comercial@emenalimedical.com.br

Declaro que no preço proposto, encontram-se incluídos todos os materiais, mão de obra, fretes, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2024, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos ainda que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

DA PROPOSTA:

Apresentamos nossa proposta para REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme condições especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital:

Especificação do Objeto e Quantidade:

13.694.036/0002-45
EMENALI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
FLS.: 0179
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	unidade	1	10% (dez por cento)
2	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"	unidade	1	10% (dez por cento)

(disponível em http:// Banco de Preços TCEMG - acesso público).

Validade da proposta de 60 (sessenta) dias;

Prazo de entrega dos produtos é 10 dias uteis após emissão da Ordem de Fornecimento.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Emenali Medical Ltda EPP.
CNPJ: 13.694.036/0002-45
Dados Bancários: Banco: Itaú – Ag: 5807 / Conta: 13694-9
Nome do responsável: Regiani Menali Rodrigues Pereira
Cargo: Sócia-diretora
CPF: 055.351.276-55 / RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
FLS.: 0180
Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 - NOME E SOBRENOME: REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

4a PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 17/07/2008

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 05/11/1981 ALFENAS/MG

4b DATA EMISSÃO: 18/05/2023

4c VALIDADE: 18/05/2033

ACC: D

4d IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 14654188 SSP MG

4e CPF: 055.351.276-55

5 Nº REGISTRO: 04414039935

5 CAT. HAB.: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:
SIOVANI JOSE PEREIRA
MARIA DO ROSARIO PEREIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		18/05/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A;

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR

4538825085
MG4385262/02

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

MINAS GERAIS

2607293839

2607293839

AMESP
Fls.: 0181
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no **art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
Fls.: 0182
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, por intermédio de sua representante legal a Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira, inscrita no CPF sob o nº 055.351.276-55, DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 07/2024, não ter recebido da AMESP ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
ENC.: 0183
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, neste ato representada por sua Diretora a Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Padre Demerval Gomes, nº 367 - Apto 502 – bairro Coração Eucarístico - CEP: 30.535-470 - Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF sob o nº 055.351.276-55, DECLARA, sob as penas da Lei, que, até a presente data, inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE

AMESP
Fls.: 0184
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, por intermédio de sua representante legal a Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira, inscrita no CPF sob o nº 055.351.276-55, DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 07/2024, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de 18 (dezoito) anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

Ressalva:

emprega menor a partir de 14 (quatorze) anos na condição de jovem aprendiz ( )*.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE - MG

AMESP
Fls.: 0185
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, por intermédio de sua representante legal a Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira, inscrita no CPF sob o nº 055.351.276-55, DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 07/2024, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
Fls.: 0186
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, neste ato representada por sua Diretora a Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Padre Demerval Gomes, nº 367 - Apto 502 – bairro Coração Eucaristico - CEP: 30.535-470 - Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF sob o nº 055.351.276-55, DECLARA, sob as penas da Lei, que seus sócios, não possuem qualquer vínculo com AMESP ou como qualquer dos Município Consorciados.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE - MG

AMESP
Fls: 0187
Assinatura

Emenali Medical
saúde em boas mãos

ANEXO IV-B

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A empresa EMENALI MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.694.036/0002-45, com sede na rua Castelo Setúbal, nº 120, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP 31330-090, por intermédio de sua representante legal a Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira, inscrita no CPF sob o nº 055.351.276-55, DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 07/2024, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

Belo Horizonte/MG, 15 de maio de 2024.

Regiani Menali Rodrigues Pereira
CPF: 055.351.276-55
RG: MG 14.654.188

13.694.036/0002-45
EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
R. Castelo Setúbal, 120 - B. Castelo
CEP 31330-090 | (31) 4101-6939
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
Fls.: 0188
Assinatura

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 26/09/2022 | Edição: 183 | Seção: 1 | Página: 126
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/4ª Diretoria/Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.144, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: EFRAIM PHARMA MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 12.348.346/0001-64 - AUTORIZ/MS: 1251733 - AE: 1251747

ENDEREÇO: ESTRADA CAXAMBU, n.º 13

MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS - UF: RJ - EXPEDIENTE: 4654673/22-9

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: Marymed Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Ltda - CNPJ: 23.121.920/0001-63 - AUTORIZ/MS: 1151386 - AE: 1173440

ENDEREÇO: AVENIDA CARLOS GOMES

MUNICÍPIO: MARINGÁ - UF: PR - EXPEDIENTE: 1110383/22-3

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: Emenalli Medical Ltda - CNPJ: 13.694.036/0002-45 - AUTORIZ/MS: 1166513

ENDEREÇO: Rua Castelo de Setubal nº 120

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - UF: MG - EXPEDIENTE: 4653555/22-2

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44 - AUTORIZ/MS: 1012603 - AE: 1200307

ENDEREÇO: AVENIDA MORUMBI , Nº 8264

MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP - EXPEDIENTE: 0164281/22-3

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - CNPJ: 04.301.884/0001-75 - AUTORIZ/MS: 1051679 - AE: 1210732

AMESP
FLS.: 0189
Assinatura

ENDEREÇO: VIA PRINCIPAL 06E, QUADRA 9, MÓDULOS 12/15, S/N

MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 1435689/22-4

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: PROTEMAC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BORRACHA LTDA - CNPJ: 06.050.437/0001-16 - AUTORIZ/MS: 1270301 - AE: 1273569

ENDEREÇO: RUA TIODOLINA CORDEIRO, Nº127 TÉRREO CONJ. ELDORADO

MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 4681695/22-0

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: A G KIENEN & CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65 - AUTORIZ/MS: 1148127 - AE: 1148131

ENDEREÇO: RUA BENJAMIN BORGES DOS SANTOS, Nº 87 - TERREO

MUNICÍPIO: PATO BRANCO - UF: PR - EXPEDIENTE: 4613099/22-6

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

.....

EMPRESA: COLLECT IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 53.452.157/0001-14 - AUTORIZ/MS: 1051895 - AE: 1247939

ENDEREÇO: RUA JOSEFINA n° 200 CONJ 311

MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 1160764/22-1

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

AMESP
FLS.: 0190
Assinatura

PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Setembro/2023 a Agosto/2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

12.654.004/0002-45 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	21/06/2021

EMENALLI MEDICAL LTDA

EPP

46.44-3-01 - Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

46.44-3-02 - Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinario
46.45-1-01 - Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirurgico, hospitalar e de laboratorios
46.47-8-01 - Comercio atacadista de artigos de escritorio e de papelaria
46.49-4-01 - Comercio atacadista de equipamentos eletricos de uso pessoal e domestico
46.49-4-04 - Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria
46.49-4-05 - Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.51-6-02 - Comercio atacadista de suprimentos para informática
46.64-8-00 - Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar; partes e peças
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria tecnica especifica
77.33-0-02 - Aluguel de equipamentos cientificos, medicos e hospitalares, sem operador

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

R CASTELO SETUBAL	120		
31.330-050	CASTELO	BELO HORIZONTE	MG
DIRETORIA@EMENALIMEDICAL.COM.BR	(31) 3357-7731		

ATIVA — 21/06/2021

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
Emitido no dia **24/08/2023** às **08:21:47** (data e hora de Brasília).

Adicione-nos aos seus contatos utilizando o QR Code abaixo.

GRAU DE RISCO: 02
TEL: (31) 4101-6939

Este documento só é válido, em meio físico, quando houver uma chancela em alto relevo da INOVA Medicina e Segurança do Trabalho, rubricada e assinada pelo(s) profissional(is) responsável(eis) e em meio digital quando houver a certificação da MST, autenticável em https://verificador.iti.gov.br/

AMESP
Fls.: 0191
Assinatura

SUMÁRIO

	PÁG.
I-Introdução.	03
Objetivo	04
II-Síntese Da Política de Segurança da Empresa.	05
Responsabilidades da Empresa.	05
Responsabilidades dos trabalhadores.	06
Responsabilidades do designado	06
Estrutura do PGR	07
Processo de identificação dos Riscos	07
Processo de revisão	07
III- Histórico da Implantação dos Programas	08
Histórico De Implantação do PGR.	
IV - Alterações na síntese da empresa	09
Análise Global	
V - Acompanhamento do Plano de Ação	10
VI - Plano de Ação	11
Outras ações a serem implementadas	12
VII- Inventário de Riscos	13
Quadro de trabalhadores	14
GHE/GES – Grupo de Exposição	15
Especificação dos Riscos	16-23
VIII – Metodologia de Avaliação e Classificação dos Riscos	24-25
Probabilidade x Impacto (Severidade)	26-27
IX- Priorização dos Riscos	28-29
X - Processo de Análise e Eficácia	30
XI - Equipe Técnica.	31
ANEXOS	
Anexo 02 - Termo De Responsabilidade Individual - Ficha De EPI.	
Anexo 03 - Ordem de Serviço - OS.	
Anexo 04 - metodologia e instrumentos utilizados na avaliação ambiental.	
-Avaliação da exposição ocupacional ao ruído.	
-Avaliação da exposição ocupacional aos níveis de Iluminância.	
Anexo 05 - Avaliação De Níveis De Iluminância E Ruído Instantâneo.	
Anexo 06 - Relatório de Visita Técnica.	
Anexo 07- Medidas de Controle Implementadas - Setembro/2023 a Agosto/2024	

I - INTRODUÇÃO

AMESP
FLS. 0192
Assinatura

O presente trabalho, realizado por solicitação da empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA** consta de exposição a situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes e doenças Profissionais.

Tornar mais saudável o ambiente laboral é para a empresa uma maneira de prevenir perdas e investir no homem.

As providências para melhorias das condições ambientais ocupacionais deverão ter objetivos mais amplos que o de apenas atender à legislação, pois é sabido que manter os valores dentro dos limites de tolerância não será suficiente, se levarmos em conta o bem estar do trabalhador e a susceptibilidade do homem, a qual o leva a reagir de maneira diferente de outrem, em condições iguais.

Portanto, a busca da otimização das condições de trabalho conduzirá à melhoria da produtividade, ao aumento da vida útil dos equipamentos, e à maior satisfação dos empregados, o que resultará na prevenção da boa imagem da empresa na comunidade a qual está inserida.

Neste seguimento do processo de busca, o **Programa de Gerenciamento de Riscos** tem papel preponderante nos propósitos de identificação, avaliação e controle dos riscos, agentes ambientais ocupacionais potencialmente nocivos à saúde e eficiência do trabalhador.

A Avaliação Quantitativa desses agentes é feita através de métodos padronizados de acordo com a legislação vigente, para a determinação da intensidade ou concentração com que os mesmos se apresentam nos postos de trabalho. Esta Avaliação Quantitativa é hoje condição essencial para o desenvolvimento do **PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos** da NR-01 da Portaria 6.730 de 09 de março de 2020.

Os mais importantes fatores de um levantamento de riscos se caracterizam pela utilização de instrumental de qualidade reconhecida e pela competência e idoneidade dos técnicos analistas.

Por fim, a elaboração do **PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos** exige necessariamente o envolvimento das partes: do profissional especializado em Segurança do Trabalho, da direção da empresa e dos trabalhadores.

OBJETIVO

O PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, criado para atender ao disposto na NR-01, tem por objetivo preservar a saúde e a integridade física dos Trabalhadores, por meio de antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes nos ambientes de trabalho.

O presente trabalho tem o objetivo de programar as atividades da empresa no que tange à Prevenção e Controle dos Riscos existentes no ambiente de trabalho, atendendo à NR-01, e apresentar sugestões e recomendações que possam ser utilizadas ou somadas às soluções próprias da empresa, sugeridas pelos seus empregados, visando à melhoria do ambiente ocupacional, o que será plenamente alcançado quando o trabalhador for beneficiado, e quando direta ou indiretamente a empresa colher os resultados.

II - SÍNTESE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA EMPRESA

AMESP
R.S.: 0194
Assinatura

Os diversos aspectos da Segurança e Higiene do Trabalho são inerentes às atividades ocupacionais, ficando a empresa obrigada a fornecer os recursos para que todas as atividades sejam executadas de forma a assegurar a Saúde e a Segurança dos trabalhadores, cabendo ao corpo gerencial proporcionar aos empregados a adoção de meios necessários para esse fim.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA

- Desenvolver suas atividades de maneira segura, orientando os empregados em todos os níveis, promovendo a realização de atividades de conscientização e educação, buscando valorização e integridade do seu mais importante valor: O Homem.
- Identificar, desenvolver, implantar e manter um processo permanente de Segurança e Saúde Ocupacional, exigindo dos seus funcionários o cumprimento desta política, consciente que com isso será obtida maior eficiência e um ambiente de trabalho agradável e seguro.
- Desenvolver atividades que contemplem medidas apropriadas e preventivas para proteção do meio ambiente, do patrimônio e da saúde de todos que possam ser direta ou indiretamente afetados na execução de suas tarefas.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.
- Estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do PGR como atividade permanente na empresa;
- **Designar formalmente os responsáveis para implementação das ações previstas no planejamento anual;**
- Informar aos trabalhadores, de maneira apropriada e suficiente, sobre os riscos ambientais em seus locais de trabalho e sobre as formas adequadas de se prevenirem de tais riscos;
- Garantir aos trabalhadores a interrupção imediata de suas atividades, com a comunicação do fato ao superior hierárquico, em caso de situação de risco grave e iminente ou de agravos à saúde por agentes ambientais;
- Executar ações integradas com outros empregadores, caso realizem simultaneamente atividades num mesmo local, visando a proteção de todos os trabalhadores expostos a riscos ambientais;
- Incentivar a participação dos trabalhadores que podem contribuir na elaboração do PGR e no desenvolvimento de suas ações;
- Elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho.

AMESP FLS.: 0195 Assinatura

RESPONSABILIDADES DOS TRABALHADORES

- Cumprir as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
- Colaborar e participar na implantação do PGR;
- Seguir as orientações recebidas nos treinamentos do PGR;
- Informar aos seus superiores hierárquicos as ocorrências que, a seu julgamento, possam implicar em riscos à saúde dos trabalhadores;
- Apresentar propostas e se empenhar em receber informações / orientações como forma de prevenção aos riscos ambientais identificados no PGR;
- Usar o EPI (Equipamento de Proteção Individual) fornecido pelo empregador;
- Submeter-se aos exames médicos previstos na NR–7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- Colaborar com a empresa na aplicação das Normas Regulamentadoras – NR.

RESPONSABILIDADES DO DESIGNADO PARA CUMPRIR OS OBJETIVOS DA NR-5 (ITEM 5.6.4)

- Tomar conhecimento do PGR;
- Acompanhar as ações previstas no PGR, com retorno para a gerência da empresa;
- Inspecionar os locais de trabalho, identificar os riscos descontrolados e recomendar medidas preventivas;

AMESP
Fls. 0196
Assinatura

ESTRUTURA DO PGR

Este documento será composto pelo Inventário de Risco e Plano de ação. Além disso, o PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho.

PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

No processo de identificação dos riscos e análise foi adotado mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais. Sendo observadas informações e manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. Entrevista com os trabalhadores envolvidos nas atividades e acompanhamento das atividades em campo.

Sendo observado os dispostos nas Normas Regulamentadoras e demais normas de segurança aplicáveis a organização.

O levantamento preliminar de risco deve ocorrer:

a) antes do início do funcionamento do estabelecimento ou novas instalações;
b) para as atividades existentes; e
c) nas mudanças e introdução de novos processos ou atividades de trabalho.

Neste processo de identificação de perigos foi observado:

a) descrição dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
b) identificação das fontes ou circunstâncias; e
c) indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos.

Estas informações estão representadas no Inventário de Risco.

PROCESSO DE REVISÃO

O processo de avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Riscos deve constituir um processo contínuo a ser revisto a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:

a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

Se a organização possuir as certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos e você deverá mencionar que se mantendo a certificação a revisão deverá ocorrer em até 3 anos.

AMESP
FLS.: 0197
Assinatura

III - HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DO PGR

Versão	Período de referência	Motivo
A-1	Setembro/2022 a Agosto/2023	PGR Inicial – Avaliação
R-1	Setembro/2023 a Agosto/2024	PGR Revisão I

AMESP
FLS.: 0198
Assinatura

IV - SÍNTESE DA ANÁLISE GLOBAL DO PGR

ALTERAÇÕES NA SÍNTESE DA EMPRESA

ALTERAÇÕES NO QUADRO DE TRABALHADORES	
INCLUSÃO DE FUNÇÃO	
SETOR	FUNÇÃO
Estoque	Coordenador
	Estoquista

V - ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO

Ano base 2022						
Ord.	**Ação**	**Ação foi implementada no período estipulado?**		**A ação foi eficaz?**		**Justificativa pelo não cumprimento**
		Sim	Não	Sim	Não	
1	Elaborar ordem de serviço (para novas admissões)	x	---	x	---	---
2	Manter os treinamentos de segurança atualizados (Introdutório, EPI e transporte manual de cargas)	x	---	x	---	---
3	Manter o fornecimento do EPI	---	x	---	x	Questões administrativas
4	Manter o controle da distribuição do EPI através de ficha	---	x	---	x	Questões administrativas
5	Manter a manutenção periódica do ar condicionado	x	---	x	---	---
6	Realizar avaliação ergonômica preliminar das atividades desenvolvidas na empresa.	---	x	---	x	---
7	Elaborar plano de atendimento a emergências	---	x	---	x	Questões administrativas
8	Realizar revisão do PGR	x	---	x	---	Questões administrativas
Acompanhamento outras ações a serem implementadas Ano2022						
1	Indicar e treinar um colaborador para designado de CIPA.	x	---	x	---	Questões administrativas
2	Manter sistema de prevenção em combate a incêndio atualizado.	---	x	---	x	Questões administrativas

AMESP FLS.: 0199 Assinatura

VI - PLANO DE AÇÃO – MEDIDAS DE CONTROLE

Ord.	Prioridade	Ação	Responsável	Prazo	Situação
1	Média	Manter o treinamento introdutório sobre saúde e segurança do trabalho atualizado, conforme NR 01.	Preposto responsável pela empresa.	Imediato.	
2	Média	Manter atualizada a ordem de serviço, dando ciência aos empregados sobre suas atividades, riscos e controles, conforme NR 01.	Preposto responsável pela empresa.	Imediato.	
3	Média	Fornecer o EPI – Equipamento de Proteção Individual - aos trabalhadores, conforme NR-6.	Preposto responsável pela empresa.	Quando da contratação de empregados que necessitam da utilização dos EPI.	
4	Média	Registrar o fornecimento do EPI na ficha de controle individual, conforme NR-6.	Preposto responsável pela empresa.		
5	Média	Realizar o controle da distribuição do EPI através de ficha, conforme NR-6.	Preposto responsável pela empresa.		
6	Média	Realizar treinamento sobre levantamento e transporte manual de peso, conforme NR- 17.	Preposto responsável pela empresa.		
7	Média	Realizar avaliação ergonômica preliminar das atividades desenvolvidas na empresa, conforme NR- 17.	Preposto responsável pela empresa.	Dezembro/2023	
8	Média	Manter a manutenção periódica do ar condicionado.	Preposto responsável pela empresa.	Periodicamente	
9	Média	Elaborar plano de atendimento a emergências	Preposto responsável pela empresa.	Imediato	
10	Média	Realizar revisão do PGR	Preposto responsável pela empresa.	Agosto/2024	
Periodicamente empresa deverá fazer uma análise do Plano de Ação e os resultados devem ser registrados indicando qual o percentual de ações foram realizadas e se as mesmas trouxeram os resultados esperados.					

Legenda Situação:(A)- Andamento; (R) – Realizar; (C)– Concluído

AMESP - 0200 Assinatura

OUTRAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE

Item	Ação	Meta
1	Manter treinado um colaborador para cumprimento dos objetivos do **designado** de CIPA.	Capacitar um trabalhador para cumprir os objetivos da NR-05, com objetivo de promover o desenvolvimento de ações de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do ambiente e instalações de uso coletivo, podendo contar com a participação da administração do mesmo.
2	Manter sistema de prevenção em combate a incêndio atualizado.	Garantir meios para combate a incêndio e atender aos requisitos da NR-23

AMESP Fls.: 0201 Assinatura

AMESP
Fls.: 0202
Assinatura

VII - INVENTÁRIO DE RISCOS

AMESP
FLS.: 0203
14
Assinatura

QUADRO DE TRABALHADORES ATUAL

Número de Trabalhadores e Funções		
SETOR	**FUNÇÃO**	**Nº TRABALHADORES**
Administrativo	**Assistente Financeiro**	**00**
	Auxiliar Administrativo	**00**
Estoque	**Almoxarife**	**00**
	Coordenador	**00**
	Estoquista	**00**
Operacional	**Auxiliar de Serviços Gerais**	**00**
	Analista de Licitação	**00**
	Comprador	**00**
	Responsável Técnico	01
	Vendedor	**00**
Transporte	**Motorista**	**00**
Total de Trabalhadores Ativos		**01**

AMESP
Fls.: 0204
15
Assinatura

QUADRO DE TRABALHADORES ATUAL

Número de Trabalhadores e Funções			
GHE	**SETOR**	**FUNÇÃO**	**Nº TRABALHADORES**
01	Administrativo	**Assistente Financeiro**	**00**
		Auxiliar Administrativo	**00**
	Operacional	**Analista de Licitação**	**00**
		Comprador	**00**
		Responsável Técnico	01
		Vendedor	**00**
02	Estoque	**Almoxarife**	**00**
		Coordenador	**00**
03	Estoque	**Estoquista**	**00**
04	Operacional	**Auxiliar de Serviços Gerais**	**00**
05	Transporte	**Motorista**	**00**
Total de Trabalhadores Ativos			01

AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS FUNÇÕES EXISTENTES NA EMPRESA FORAM FORNECIDAS PELO RESPONSÁVEL DO ESTABELECIMENTO				
Código GHE/ GES: 01				**Nº. Total de trabalhadores: 01**
Descrição do ambiente de trabalho: Piso revestido, paredes com divisórias em paviflex e teto com forro de PVC, iluminação natural e artificial e ventilação natural e artificial.				
Máquinas e equipaments do posto de trabalho: Computador, telefone e materiais de escritório em geral				
Responsável pela análise: Luciane de Freitas ppp@inovamst.com.br				**Data da Análise:** 21/08/2023
Setor	**Função**	**CBO**	**Nº Trab.**	**Descrição das Atividades**
Administrativo	Assistente Financeiro	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Auxiliar da diretoria da empresa na organização e na coordenação administrativa e financeira; **Atribuições:** Controle de contas a pagar e receber: Cobrança de boletos de fornecedores; cobrança de pagamento de clientes; fluxo de caixa/ fechamento do mês; lançar contas pagas do mês no sistema e no excel; lançamento de guia de impostos a pagar; gera sped fiscais e contribuições; lançar pagamentos via banco; baixa de pagamentos no sistema; gerar DRE, DRE analítico e simplificado, relatórios. **Controle de notas fiscais:** Controle de notas fiscais de venda (motoristas entregam); controle de notas fiscais de venda (transportadoras); lançamento de notas fiscais de compras e outras; emissão de notas fiscais de vendas e outras; confirmar com setor comercial endereço de entrega dos clientes para emissão de notas fiscais; controle de lançamento de notas que estão para chegar e o valor dos fretes; cobrar das transportadoras dos conhecimentos e boletos não enviados; ; baixar xml das notas de compra e/ou venda e/ou devolução; carta de correção de nota fiscal de venda (quando necessário); romaneio de medicamentos; enviar para contabilidade todas as xml de notas fiscais de compra e venda do mês; cadastro de produtos novos no sistema ouro web; dar entrada e saída de todos os produtos no sistema ouro web; auxiliar no relatório de comissão dos vendedores; Comunicar ao setor responsável todos os produtos recebidos; participar das atividade do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).
	Auxiliar Administrativo	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Auxiliar a diretoria na organização e na coordenação administrativa e financeira; **Descrição detalhada:** Auxiliar no sistema de gestão da qualidade; controlar limpeza e conservação da empresa; controlar vencimento do controle de pragas; controlar qualidade da água; realizar controle e entrega de EPI; controlar contas á pagar e a receber; realizar cobranças; realizar pagamentos de salários; realizar fechamento de ponto; controlar documentação de admissão e demissão de funcionários; participar das atividades do sistema de gestão da qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e politica da organização; seguir normas de segurança e utilizar os EPI apropriados (PGR).
Operacional	Analista de Licitação	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Captação de editais e participação em licitações; **Descrição detalhada:** Coordenar setor; conferir documentos; realizar vendas diretas e indiretas; representar a empresa em eventos e negociações; captar novos clientes; fidelizar clientes; garantir a satisfação dos clientes; realizar a pesquisa de satisfação; Gerar orçamentos e propostas; captar editais; realizar vendas externas; monitorar prazos de entregas; monitorar trocas e substituição; pegar aprovação de pedido; participar das licitações; bater meta estipulada pela diretoria; acompanhar pedidos até a entrega no cliente; participar das atividades do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).
	Comprador	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Efetuar cotações, negociações e compra. **Descrição detalhada:** Efetuar cotações de produtos; gerar e manter a tabela de preço de produtos atualizada; controlar e manter contrato e tabelas de acordo comerciais; intermediar negociações com os fabricantes; apresentar planilhas com as cotações; negociar valores e forma de pagamento junto ao Depto Financeiro; efetivar compra; acompanhar entrega; qualificar os fornecedores; controlar e monitorar documentação dos fornecedores; participar das atividades do sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).

CONTINUA A PÁGINA SEGUINTE

AMESP Fls.: 0205 Assinatura

Setor	Função	CBO	Nº Trab.	Descrição das Atividades
Operacional	Responsável Técnico	A ser disponibilizado	01	**Descrição sumária:** Exercer a ética e garantir a qualidade dos produtos distribuídos pela EMENALI, e garantir o cumprimento das normas e boas práticas de distribuição e armazenamento de remédios. **Descrição detalhada:** Garantir a qualidade e a procedência dos produtos comercializados pela empresa; garantir a implantação e o seguimento do BPDA; auxiliar na elaboração e aprovação dos POP da empresa; garantir a integridade e a rastreabilidade dos produtos comercializados; zelar e controlar acesso e distribuição dos medicamentos controles especiais; representar a empresa perante os órgãos competentes; garantir que as atividades do sistema de gestão da qualidade sejam executadas e participar, contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e politica da organização. Seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR), participar das atividades do sistema de gestão da qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo procedimentos, objetivos e politica da organização.
Operacional	Vendedor	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Realizar vendas diretas e indiretas. **Descrição detalhada:** Realizar visitar à clientes; Representar a empresa em eventos e negociações; Captar novos clientes; Fidelizar clientes; Garantir a satisfação dos clientes; Realizar a pesquisa de satisfação; Gerar orçamentos e propostas; Captar editais; Realizar vendas externas; Monitorar prazos de entregas; Monitorar trocas e substituição; Pegar aprovação de pedido; Participar das licitações; Bater meta estipulada pela diretoria; Acompanhar pedidos até a entrega no cliente. Participar das atividades do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização. Seguir as normas de segurança e utilizar os EPI's conforme apropriados (PGR).

Especificação dos riscos

Tipo	Atividade realizada	Perigo ou fator de risco ocupacional	Riscos	Avaliação	L.T	Efeitos a saúde (ACGIH/ decreto 3048/99)	Trajet.	Tipo de Exposição	Probab.	Sever.	Class. do risco	Medidas de controle existentes	Nível de controle interno	Risco residual	Resultado da Matriz (Graduação qualitativa da exposição ocupacional/ Categorização da exposição)
Biológico	Atividades administrativas.	Ar condicionado	Fungos e bactérias	Qualitativa	N.A	Agravamento de doenças respiratórias (Rinite, sinusite, asma, bronquite e até doenças graves, como pneumonia)	Aérea	Habitual	2	2	4 (Baixo)	Manutenção periódica do ar condicionado	0,2	0,8	Baixo
Ergonômico	Atividades administrativas.	Atividade predominante realizada sentada.	Postura inadequada.	N.A	N.A	Distúrbios músculoesquelético.	N.A	Habitual	5	2	10 (Médio)	Liberdade de movimentação	0,6	6	Baixo
Acidente	Ambiente de trabalho.	Ambiente de Trabalho.	Probabilidade de Incêndio	N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	1	10	10 (Médio)	Sistema de prevenção e combate a incêndio.	0,4	4	Baixo
Hierarquia das medidas de controle recomendadas	EPC	N.A													
	ADM	Treinamento quanto aos riscos inerentes à função													
	EPI	N.A													

AMESP Fls.: 0206 Assinatura

AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS FUNÇÕES EXISTENTES NA EMPRESA FORAM FORNECIDAS PELO RESPONSÁVEL DO ESTABELECIMENTO

Código GHE/ GES: 02 | **Nº. Total de trabalhadores: 00**

Descrição do ambiente de trabalho: Piso revestido, paredes com divisórias em paviflex e teto com forro de PVC, iluminação natural e artificial e ventilação natural e artificial.

Máquinas e equipaments do posto de trabalho: Paleteira, empilhadeira elétrica

Responsável pela análise: Luciane de Freitas ppp@inovamst.com.br | **Data da Análise:** 21/08/2023

Setor	Função	CBO	Nº Trab.	Descrição das Atividades
Estoque	Almoxarife	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Controlar o estoque de produtos da empresa, conforme as diretrizes e normativas, garantindo a integridade e a rastreabilidade dos mesmos. **Descrição detalhada:** Realizar o recebimento dos produtos; Inspecionar os produtos recebidos; Zelar pela integridade e segurança dos produtos do estoque; Executar e garantir o seguimento das rotinas de Boas Praticas de Armazenamento; Motivar e encorajar os funcionários para o trabalho em equipe, estimulando-os para o cumprimento dos objetivos e metas da qualidade; Controlar o acesso ao Setor de Estoque; Monitorar e controlar a temperatura da área de medicamento; Fazer a entrada de produtos no estoque; Fazer a retirada de produto no estoque; Fazer inventário de produtos; Realizar separação de produtos; Realizar o fracionamento de mercadorias; Classificar e ordenar os produtos; Garantir o atendimento as legislações e exigências legais; Participar ativamente das atividades do Boas Praticas de Distribuição e Armazenamento; Participar das atividades do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).
	Coordenador	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Controlar o estoque de produtos da empresa, conforme as diretrizes e normativas, garantindo a integridade e a rastreabilidade dos mesmos. **Descrição detalhada:** Realizar o recebimento dos produtos; Inspecionar os produtos recebidos; Zelar pela integridade e segurança dos produtos do estoque; Executar e garantir o seguimento das rotinas de Boas Praticas de Armazenamento; Motivar e encorajar os funcionários para o trabalho em equipe, estimulando-os para o cumprimento dos objetivos e metas da qualidade; Controlar o acesso ao Setor de Estoque; Monitorar e controlar a temperatura da área de medicamento; Fazer a entrada de produtos no estoque; Fazer a retirada de produto no estoque; Fazer inventário de produtos; Realizar separação de produtos; Realizar o fracionamento de mercadorias; Classificar e ordenar os produtos; Garantir o atendimento as legislações e exigências legais; Participar ativamente das atividades do Boas Praticas de Distribuição e Armazenamento; Participar das atividades do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).

Especificação dos riscos

Tipo	Atividade realizada	Perigo ou fator de risco ocupacional	Riscos	Avaliação	L.T	Efeitos a saúde (ACGIH/ decreto 3048/99)	Trajet.	Tipo de Exposição	Probab.	Sever.	Class. do risco	Medidas de controle existentes	Nível de controle interno	Risco residual	Resultado da Matriz (Graduação qualitativa da exposição ocupacional/ Categorização da exposição)
Ergonômico	Atividades administrativas.	Atividade predominante realizada sentada.	Postura inadequada.	N.A	N.A	Distúrbios músculoesquelético.	N.A	Habitual	5	2	10 (Médio)	Liberdade de movimentação	0,6	6	Baixo
Acidente	Ambiente de trabalho.	Ambiente de Trabalho.	Probabilidade de Incêndio	N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	1	10	10 (Médio)	Sistema de prevenção e combate a incêndio.	0,4	4	Baixo

Hierarquia das medidas de controle recomendadas	
EPC	N.A
ADM	Treinamento quanto aos riscos inerentes à função
EPI	N.A

CONTINUA A PÁGINA SEGUINTE

AMESP Fls.: 0207 Assinatura

Tipo	Atividade realizada	Perigo ou fator de risco ocupacional	Riscos	Avaliação	L.T	Efeitos a saúde (ACGIH/ decreto 3048/99)	Trajet.	Tipo de Exposição	Probab.	Sever.	Class. do risco	Medidas de controle existentes	Nível de controle interno	Risco residual	Resultado da Matriz (Graduação qualitativa da exposição ocupacional/ Categorização da exposição)
Acidente	Movimentação de materiais com empilhadeira	Trânsito no galpão como condutor de veículos	Acidente automobilístico Condução de veículos	Qualitativa	N.A	Lesões corporais	N.A	Habitual	2	5	10 (Médio)	Manutenção periódica do veículo	0,6	6	Baixo
	Exercício das atividades	Manuseio de estilete	Contato com material cortante	N.A	N.A	Lesões corporais (cortes)	N.A	Habitual	2	2	2 (Baixo)	---	1	4	Baixo
		Movimentação de paletes e caixas	Contato com partes escoriantes/ perfurantes	N.A	N.A	Lesões corporais	N.A	Intermitente	1	8	8 (Baixo)	---	1	8	Baixo
		Movimentação de materiais	Queda de materiais	N.A	N.A	Esmagamento de membros inferiores	N.A	Intermitente	5	2	10 (Médio)	---	1	10	Médio
Hierarquia das medidas de controle recomendadas	**EPC**	N.A													
	ADM	Realizar treinamento introdutório, de EPI e sobre transporte manual de carga.													
	EPI	Calçado de segurança e luvas de proteção contra agente mecânico.													

AMESP FLS.: 0208 Assinatura

AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS FUNÇÕES EXISTENTES NA EMPRESA FORAM FORNECIDAS PELO RESPONSÁVEL DO ESTABELECIMENTO

Código GHE/ GES: 03 | **Nº. Total de trabalhadores: 00**

Descrição do ambiente de trabalho: Piso revestido, paredes com divisórias em paviflex e teto com forro de PVC, iluminação natural e artificial e ventilação natural e artificial.

Máquinas e equipaments do posto de trabalho: Estilete

Responsável pela análise: Luciane de Freitas ppp@inovamst.com.br | **Data da Análise:** 21/08/2023

Setor	Função	CBO	Nº Trab.	Descrição das Atividades
Estoque	Estoquista	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Controlar o estoque de produtos da empresa, conforme as diretrizes e normativas, garantindo a integridade e a rastreabilidade dos mesmos. **Descrição detalhada:** Realizar o recebimento dos produtos; Inspecionar os produtos recebidos; Zelar pela integridade e segurança dos produtos do estoque; Executar e garantir o seguimento das rotinas de Boas Praticas de Armazenamento; Motivar e encorajar os funcionários para o trabalho em equipe, estimulando-os para o cumprimento dos objetivos e metas da qualidade; Controlar o acesso ao Setor de Estoque; Monitorar e controlar a temperatura da área de medicamento; Fazer a entrada de produtos no estoque; Fazer a retirada de produto no estoque; Fazer inventário de produtos; Realizar separação de produtos; Realizar o fracionamento de mercadorias; Classificar e ordenar os produtos; Garantir o atendimento as legislações e exigências legais; Participar ativamente das atividades do Boas Praticas de Distribuição e Armazenamento; Participar das atividades do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).

Especificação dos riscos

Tipo	Atividade realizada	Perigo ou fator de risco ocupacional	Riscos	Avaliação	L.T	Efeitos a saúde (ACGIH/ decreto 3048/99)	Trajet.	Tipo de Exposição	Probab.	Sever.	Class. do risco	Medidas de controle existentes	Nível de controle interno	Risco residual	Resultado da Matriz (Graduação qualitativa da exposição ocupacional/ Categorização da exposição)
Ergonômico	Atividades administrativas.	Atividade predominante realizada sentada.	Postura inadequada.	N.A	N.A	Distúrbios músculoesquelético.	N.A	Habitual	5	2	10 (Médio)	Liberdade de movimentação	0,6	6	Baixo
Acidente	Ambiente de trabalho.	Ambiente de Trabalho.	Probabilidade de Incêndio	N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	1	10	10 (Médio)	Sistema de prevenção e combate a incêndio.	0,4	4	Baixo
	Exercício das atividades	Manuseio de estilete	Contato com material cortante	N.A	N.A	Lesões corporais (cortes)	N.A	Habitual	2	2	2 (Baixo)	—	1	4	Baixo
		Movimentação de paletes e caixas	Contato com partes escoriantes/ perfurantes	N.A	N.A	Lesões corporais	N.A	Intermitente	1	8	8 (Baixo)	—	1	8	Baixo
		Movimentação de materiais	Queda de materiais	N.A	N.A	Esmagamento de membros inferiores	N.A	Intermitente	5	2	10 (Médio)	—	1	10	Médio
Hierarquia das medidas de controle recomendadas	**EPC**	N.A													
	ADM	Realizar treinamento introdutório, de EPI e sobre transporte manual de carga.													
	EPI	Calçado de segurança e luvas de proteção contra agente mecânico.													

AMESP FLS.: 0209 Assinatura

AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS FUNÇÕES EXISTENTES NA EMPRESA FORAM FORNECIDAS PELO RESPONSÁVEL DO ESTABELECIMENTO

Código GHE/ GES: 04 | **Nº. Total de trabalhadores: 00**

Descrição do ambiente de trabalho: Diversos ambientes dentro da empresa.

Máquinas e equipaments do posto de trabalho: Materiais de limpeza doméstica (Rôdo, vassouar, pano de chão).

Responsável pela análise: Luciane de Freitas ppp@inovamst.com.br | **Data da Análise:** 21/08/2023

Setor	Função	CBO	Nº Trab.	Descrição das Atividades
Operacional	Auxiliar de Serviços Gerais	A ser disponibilizado	00	**Descrição sumária:** Efetuar a limpeza, organização e manutenção de toda a empresa. **Descrição detalhada:** Efetuar a limpeza de todas as salas; Efetuar a limpeza do estoque; Lavar os banheiros; Recolher e transportar os resíduos para o abrigo especifico; Fazer café; Participar das atividades do Sistema de Gestão da Qualidade contribuindo para a eficácia do sistema, seguindo os procedimentos, objetivos e política da organização; seguir as normas de segurança e utilizar os EPI conforme apropriados (PGR).

Especificação dos riscos

Tipo	Atividade realizada	Perigo ou fator de risco ocupacional	Riscos	Avaliação	L.T	Efeitos a saúde (ACGIH/ decreto 3048/99)	Traject.	Tipo de Exposição	Probab.	Sever.	Class. do risco	Medidas de controle existentes	Nível de controle interno	Risco residual	Resultado da Matriz (Graduação qualitativa da exposição ocupacional/ Categorização da exposição)
Químico	Atividades de limpeza	Produtos de limpeza	Produtos químicas de limpeza doméstica	Qualitativa	N.A	Dermatose e dermatite ocupacional.	Contato	Intermitente	5	2	10 (Médio)	---	1	10	Médio
Biológico	Atividades de limpeza	Ar condicionado	Fungos e bactérias	Qualitativa	N.A	Agravamento de doenças respiratórias (Rinite, sinusite, asma, bronquite inclusive doenças graves, como pneumonia	Aérea	Habitual	2	2	4 (Baixo)	Manutenção periódica do ar condicionado	0,2	0,8	Baixo
	Limpeza de sanitários	Limpeza dos sanitários	Microorganismos	Qualitativa	N.A	Probabilidade de contração de doenças infectocontagiosas	Contato	Intermitente	5	2	10 (Médio)	–	1	10	Médio
Ergonômico	Atividades de enfermagem	Trabalho em pé	Exigência de postura inadequada.	N.A	N.A	Distúrbios musculoesqueléticos	N.A	Habitual	8	2	16 (Médio)	Assentos para descanso	1	16	Médio
Acidente	Atividades de limpeza	Ambiente de trabalho	Probabilidade de Incêndio	N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	2	10	20 (Médio)	- Sistema de prevenção e combate a incêndio.	0,6	12	Médio
		Superfície molhada	Queda de mesmo nível	N.A	N.A	Lesões corporais	N.A	Intermitente	2	2	4 (Baixo)	---	1	4	Baixo
	Preparo de café	Fogão	Contato com superfície aquecida	N.A	N.A	Queimaduras	NA	Habitual	5	1	5 (Baixo)	---	1	5	Baixo
Hierarquia das medidas de controle recomendadas	**EPC**	N.A													
	ADM	Realizar treinamento introdutório de segurança e quanto ao uso do EPI													
	EPI	Luvas e botas impermeáveis.													

AMESP Fls.: 0210 Assinatura

AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS FUNÇÕES EXISTENTES NA EMPRESA FORAM FORNECIDAS PELO RESPONSÁVEL DO ESTABELECIMENTO

Código GHE/ GES: 05 | **Nº. Total de trabalhadores: 00**

Descrição do ambiente de trabalho: Piso revestido, paredes com divisórias em paviflex e teto com forro de PVC, iluminação natural e artificial e ventilação natural e artificial.

Máquinas e equipaments do posto de trabalho: Veículo de pequeno porte

Responsável pela análise: Luciane de Freitas ppp@inovamst.com.br | **Data da Análise:** 21/08/2023

Setor	Função	CBO	Nº Trab.	Descrição das Atividades
Transporte	Motorista	A ser disponibilizado	00	Dirigir veículos da empresa para realização de serviços externos e entregas de produtos distribuídos pela Emenali e seguir e cumprir as normas de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Correlatos e Medicamentos.

Especificação dos riscos

Tipo	Atividade realizada	Perigo ou fator de risco ocupacional	Riscos	Avaliação	L.T	Efeitos a saúde (ACGIH/ decreto 3048/99)	Trajet	Tipo de Exposição	Probab.	Sever.	Class. do risco	Medidas de controle existentes	Nível de controle interno	Risco residual	Resultado da Matriz (Graduação qualitativa da exposição ocupacional/ Categorização da exposição)
Ergonômico	Atividades de motorista	Postura sentada por longos períodos	Exigência de postura inadequada	N.A	N.A	Distúrbios musculoesqueléticos	N.A	Habitual	5	5	25 (Médio)	---	1	25	Médio
		Manuseio de cargas	Levantamento e transporte manual de peso.	N.A	N.A	Distúrbios musculoesqueléticos	N.A	Intermitente	5	2	10 (Médio)	Carrinho manual/ paleteira elétrica	1	10	Médio
Acidente	Atividades de motorista	Manuseio de cargas	Contato com partes escoriantes/ perfurantes	N.A	N.A	Lesões corporais	N.A	Intermitente	8	1	8 (Baixo)	---	1	8	Baixo
		Manuseio de cargas	Queda de materiais	N.A	N.A	Esmagamento de membros inferiores	N.A	Intermitente	5	2	10 (Médio)	---	1	10	Médio
	Acesso a sede da empresa	Ambiente de trabalho	Probabilidade de Incêndio	N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	2	10	20 (Médio)	Sistema de prevenção e combate a incêndio.	0,8	12	Médio
	Atividades de motorista	Veículo		N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	2	8	16 (Médio)	-Extintores de incêndio	0,8	12,8	Médio
	Atividades de motorista	Trânsito em vias públicas como condutor de veículos	Acidente automobilístico	N.A	N.A	Lesões corporais e/ou morte	N.A	Habitual	5	8	40 (Alto)	CNH válida. Inspeção e manutenção periódica do veículo	0,6	24	Médio
Hierarquia das medidas de controle recomendadas	**EPC**	---													
	ADM	Realizar treinamento introdutório, de EPI e sobre transporte manual de carga.													
	EPI	Luvas de proteção													

AMESP 0211 Assinatura Fls.

Lista de EPI por Função					
Setor/ Função	Calçado de Segurança	Luvas de proteção contra agente mecânico	Luva de PVC	Luvas térmicas	Bota de PVC
Estoque / Almoxarife	❷	❷	---	---	---
Estoque/ Coordenador	❷	❷	---	---	---
Estoque/Estoquista	❷	❷	---	---	---
Operacional/ Auxiliar de Serviços Gerais	❷	---	❷	❷	❷
Transporte/ Motorista	❷	❷	---	---	---
Periocidade de troca	**12 meses**	**12 meses**	**	**	**12 meses**
Obs:	- Os prazos de troca do EPI podem ser prorrogados ou antecipados pelo SESMT da empresa de acordo com as condições de uso do EPI. - Deverá ser observada a validade do C.A junto ao site do Ministério do Trabalho. ** Realizar troca de acordo com a necessidade verificada em inspeções periódicas.				

LEGENDA: ❶ EPI existentes. ❷ EPI a serem fornecidos.

❸ Treinamento do trabalhador quanto ao uso do EPI - Equipamento de Proteção Individual (documentado).

❹ EPI – Equipamento de Proteção Individual fornecido, comprovado por ficha assinada pelo trabalhador.

AMESD Fls.: 0212 Assinatura

AMESP
FLS.: 0213
Assinatura

VIII- METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

Probabilidade	Descrição da probabilidade da ocorrência	Peso
Muito Baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade. Não existe relato de ocorrência na organização, podendo considerar que o evento não ocorrerá ou é altamente improvável que irá ocorrer nos próximos 20 anos. Para agentes quantitativos o mesmo deverá estar no mínimo 5 % abaixo do limite de ação. Se enquadra nesta categoria agentes biológicos conhecidos por não causarem doenças em seres humanos adultos e sadios.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou **casual o evento** poderá **ocorrer**, pois as **circunstancias** pouco indicam essa possibilidade. Mas é possível que ocorra durante a vida útil da organização ou exista um relato de ocorrência nos últimos 10 anos. Para agentes quantitativos o mesmo deverá ser igual ao limite de ação. Se enquadra nesta categoria agentes biológicos conhecidos, que eventualmente poderão causar doenças em seres humanos adultos e sadios.	2
Média	Possível. De alguma forma o evento poderá ocorrer, pois as circunstancias indicam moderadamente essa possibilidade ou evento já ocorreu mais de uma vez durante a vida da organização ou poderá acontecer entre 5 a 10 anos. Para agentes quantitativos o mesmo deverá estar entre limite de ação e limite de tolerância. Se enquadra nesta categoria agentes biológicos que provocam infecções no homem, cujo potencial de propagação e de disseminação no meio ambiente é limitado, e para os quais existem medidas profiláticas conhecidas eficazes.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade ou evento já ocorreu mais de duas vezes durante a vida do organização ou é provável que volte a ocorrer em até 5 anos. Para agentes quantitativos o mesmo deverá ser igual ou superior ao limite de tolerância em até 5% . Se enquadra nesta categoria os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão, em especial por via respiratória, ou que em uma única exposição dérmica ou cutânea poderá causar doenças em humanos e para as quais existem usualmente medidas profiláticas que podem não ser suficientes.	8
Muito alta	Praticamente certa. De forma inequívoca o evento ocorrerá, pois, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade ou o evento ocorreu nos últimos 12 meses ou é provável que possa acontecer em até 1 ano. Para agentes quantitativos o mesmo deverá ser superior a 5% do limite de tolerância. Se enquadra nesta categoria os agentes os agentes biológicos com grande poder de transmissibilidade, em especial por via respiratória, ou de transmissão desconhecida, que até o momento, não há nenhuma medida profilática eficaz contra infecções ocasionadas por estes.	10

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Adaptado por Wesley Silva (2021)

AMESP
FLS.: 0214
Assinatura

Impacto	Descrição do Impacto nos Objetivos (caso o evento ocorra)	Peso
Muito Baixa	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade na Gestão de SST). Nenhum ou **desprezível** efeito à saúde. *Ex.: Pequenas lesões com simples atendimento médico e sem afastamento, lesões superficiais, cortes e arranhões recuperáveis, pequenas irritações na pele, vias áreas e oculares. Exposição durante toda a jornada poderá levar ao desconforto. A contaminação pelo agente biológico não demandará tratamento médico específico, o tratamento de sintomas será pontual e por curto período.*	1
Baixa	Pequeno impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade na Gestão de SST). Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em redução **temporária da capacidade para o trabalho ou incapacidade** por prazo de 01 a 15 (quinze/dias). *Ex.: A ocorrência pode resultar em lesões leves que podem ser tratadas em curto prazo de tempo. Lacerações, queimaduras de 1º Grau em pequenas áreas, fraturas menores, perdas de pequenas partes do corpo tais como perda de unha, doenças ou lesões com potencial de desabilidades por curto período de tempo e sem incapacitação permanente para o trabalho. Uma exposição por longos períodos poderá levar a uma doença ocupacional com necessidade de tratamento médico específico. A contaminação pelo agente biológico demandará tratamento médico específico por um curto período de tempo e medidas terapêuticas conhecidas eficazes.*	2
Média	Moderado impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade na Gestão de SST), porém **recuperável**. Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão grave ou implique em incapacidade **temporária** por prazo superior a 15 (quinze/dias). *Ex.: Se a ocorrência resultar em laceração, queimaduras de 1º Grau e 2º Grau, fraturas menores, perdas de pequenas partes do corpo tais como polpa do dedo, dermatites, doenças ou lesões com potencial de desabilidades por curto período e* ***sem redução*** *permanente da capacidade para o trabalho. Uma exposição por longos períodos poderá levar a uma doença ocupacional com necessidade de tratamento médico específico* ***e afastamento das atividades laborais****. A contaminação pelo agente biológico demandará tratamento médico por um longo período de tempo e sequelas não são esperadas. Existem medidas terapêuticas conhecidas eficazes.*	5
Alta	Significativo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade na Gestão de SST) de **difícil reversão ou permanente**. Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou **sequelas permanentes** de até 2 pessoas. *Ex.: Se houver potencial para decorrer amputação de membros tais como braços, pernas, fraturas múltiplas, queimaduras generalizadas de segundo e terceiro grau que atinjam mais de 20%, perda auditiva, perda de visão, doenças ou lesões agudas provocadas por exposição curta ou temporária a agente externo, doenças que leve a perda permanente de funções orgânicas, fraturas que necessitam de intervenção cirúrgica. Uma exposição por curtos períodos poderá levar a uma doença ocupacional com necessidade de tratamento médico específico e uma redução* ***permanente da capacidade será esperada****. A contaminação pelo agente biológico demandará tratamento médico permanente e/ou sequelas são esperadas. Doenças potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas terapêuticas eficazes se iniciadas em curto período.*	8
Muito Alta	Catastrófico impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade na Gestão de SST) de **forma irreversível**. Ex.: Múltiplos casos de invalidez permanente (superior a 2 pessoas) causados por lesões ou doenças ocupacionais ocorrida em um curto intervalo de tempo. Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente. Envenenamento e intoxicação grave e ferimentos fatais . *A contaminação pelo agente biológico demandará tratamento médico dos sintomas, cura não é esperada, podendo ocorrer o óbito devido a contaminação pelo agente em um curto período de tempo. Até o momento, não há nenhuma medida terapêuticas eficaz contra infecções ocasionadas por estes. Causam doenças humanas de alta gravidade.*	10

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Adaptado por Wesley Silva (2021)

AMESP
FLS.: 0215
Assinatura

Probabilidade x Impacto (severidade)

A multiplicação entre os valores de probabilidade e impacto define o nível do risco inerente, ou seja, o nível do risco sem considerar quaisquer controles que reduzem ou podem reduzir a probabilidade da sua ocorrência ou do seu impacto.

Classificação do Risco Inerente	Peso
Risco Baixo – RB (Trivial)	0-9
Risco Médio – RM (Moderado)	10-39
Risco Alto - RA (Importante)	40-79
Risco Extremo -RE (Intolerável)	80-100

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Adaptado por Wesley Silva (2021)

Muito Alto 10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE
Alto 8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE
Médio 5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	50 RA
Baixo 2	2 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM
Muito Baixo 1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM
	Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
	PROBABILIDADE				

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Adaptado por Wesley Silva

AMESP
FLS.: 0216
Assinatura

Em seguida, deve avaliar a eficácia dos controles internos existentes em relação aos objetivos do processo organizacional. Ou seja, é necessário verificar se os controles apontados durante a etapa de Identificação e Análise do risco têm auxiliado no tratamento adequado desse risco.

O valor final da multiplicação entre o valor do risco inerente e o fator de avaliação dos controles corresponde

ao nível de risco residual.

- RR = RI x FC em que:
- RR = nível do risco residual
- RI = nível do risco inerente
- FC = fator de avaliação dos controles existentes

AMESP
FLS.: 0217
Assinatura

IX - PRIORIZAÇÃO DOS RISCOS

Nível	Níveis de Avaliação dos Controles Internos Existentes	Fator de Avaliação dos Controles
Inexistente	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais. Não existe fatores que reduzem a probabilidade e nem a severidade.	1
Fraco	Controles têm abordagem para isso, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas. Medidas de prevenção reconhecidamente com falhas claras ou com grande probabilidade de falhas e não reduzem a probabilidade e nem a severidade de maneira significativa. *Ex.: Treinamentos, programas, ferramentas de auditoria, sinalização, procedimentos operacionais.*	0,8
Mediano	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiência no desenho ou nas ferramentas utilizadas. Medidas de prevenção apresentam desvio ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas serão mantidas durante todas as atividades e uma consequência talvez aconteça. As medidas reduzem a probabilidade e/ou a severidade de maneira significativa. *Ex.: EPI, proteções moveis sem intertravamento, controle de jornada de trabalho (medida administrativa).*	0,6
Satisfatório	Controles implementados ou sustentados por ferramentas adequadas e, embora possíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente. As medidas reduzem a probabilidade e/ou a severidade de maneira satisfatória e a possibilidade de falha é reduzida de maneira significativa. *Ex.: Guarda corpo, sensores, DR, combinação de ações dentro de um sistema de proteção capazes de garantir a sua integridade e atendendo a legislação de forma integral.*	0,4
Forte	Controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco. Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação e falhas não são esperadas. *Ex.: Proteções fixas conforme NR12 acompanhadas de um sistema de gestão de manutenção. Atendimento a todos os requisitos técnicos previstos nas normas regulamentadoras, medidas de engenharia com redundância ou em série.*	0,2

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Adaptado por Wesley Silva (2021)

Devem ser considerados os valores dos níveis de riscos residuais calculados na etapa anterior para identificar quais riscos serão priorizados para tratamento. A faixa de classificação do risco residual deve ser considerada para a definição da atitude da unidade em relação à priorização para tratamento. O quadro a seguir mostra, por classificação, quais ações devem ser adotadas em relação ao risco e suas exceções.

AMESP
Fls.: 0218
Assinatura

Classificação	Ação Necessária-Risco Residual	Exceção
Risco Baixo	Nível de risco dentro do risco aceitável, mas é possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo – se mais riscos, avaliando a relação custo x benefício, como diminuir o nível de controles. As medidas existentes devem ser mantidas e monitoradas. Novas ações quando necessárias, podem ser analisadas e adotadas no plano de ação para execução em até 1 ano. Quando aplicável o risco deverá estar abaixo do limite de ação.	Caso o risco seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, essa priorização deve ser justificada pela unidade e aprovada pelo seu dirigente máximo.
Risco Médio	Nível de risco dentro do risco aceitável. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da unidade na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais. Podem existir oportunidades de melhoria afim de garantir ainda mais a redução do risco ou eliminação do perigo. Medidas complementares para eliminar, evitar, reduzir, gerenciar e monitorar podem ser inseridas no plano de ação para início execução em até 200 dias. O gerenciamento deve ser realizado ativamente. São necessárias inspeções regulares para assegurar a eficácia das medidas de controle de risco. Quando aplicável o risco deverá estar entre os limites de ação e limite de tolerância	Caso o risco seja priorizado para a implementação de medidas de tratamento, essa priorização deve ser justificada pela unidade e aprovada pelo seu dirigente máximo.
Risco Alto	Nível de risco além do risco aceitável. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado ao dirigente máximo da unidade e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com a autorização do dirigente máximo da unidade. A implantação da medida de controle é necessária e a prioridade é alta. Devem ser adotadas medidas de ordem individual e administrativas em curto prazo. Medidas complementares de engenharia para eliminar, reduzir, gerenciar e monitorar, devem ser inseridas no plano de ação para início de execução em até 120 dias. O gerenciamento deve ser realizado proativamente. Quando aplicável o risco deverá estar no limite de tolerância.	Caso o risco não seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, a não priorização deve ser justificada pela unidade e aprovada pelo seu dirigente máximo, pela CIPA e pelo SESMT da Organização.
Risco Extremo	Nível de risco muito além da condição aceitável. Qualquer risco nesse nível deve ser objeto de Avaliação Estratégica, comunicado ao Comitê de Gestão Estratégica e ao dirigente máximo da unidade e ter uma resposta imediata. Sendo recomendada a paralização imediata das atividades dos trabalhos nesta categoria de risco. Medida de controle é necessária e a prioridade é muito alta, possível risco grave e iminente. Devem ser adotadas medidas provisórias para a não paralização da atividade. Medidas complementares para eliminar, evitar, reduzir, gerenciar e monitorar devem ser inseridas no plano de ação para início de execução em até 30 dias. Quando aplicável o risco deverá estar acima do limite de tolerância, representando risco grave e iminente.	Caso o risco não seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, a não priorização deve ser justificada pela unidade e aprovada pelo seu dirigente máximo, pela CIPA e pelo SESMT da Organização.

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Adaptado por Wesley Silva (2021)

AMESP
Fls.: 0219
Assinatura

X - PROCESSO DE ANÁLISE DA EFICÁCIA

CRITÉRIOS E MECANISMOS PARA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS DE CONTROLE

EPC:

Para verificação da eficácia dos EPC's é necessário:

- Avaliações quantitativas para riscos ambientais mensuráveis após a implementação da proteção;
- Verificar o comportamento do empregado quanto ao uso do EPC quando aplicável;
- Verificar o bom funcionamento das proteções através de inspeções mensais. As inspeções devem ser registradas em formulário e arquivadas no período mínimo de 1 ano, caso a empresa verifique não conformidades deverá ser desenvolvido um plano de ação para correção.
- Verificar possíveis alterações nos exames médicos clínicos e complementares.

Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho

- Verificar possíveis alterações nos exames médicos clínicos e complementares.
- Avaliações quantitativas para riscos ambientais mensuráveis após a implementação da medida administrativa ou de organização do trabalho.
- Inspeção mensal para o acompanhamento das medidas implementadas.

EPI

- Verificar a validade do CA;
-Verificar a periodicidade de troca dos EPI's;
- Verificar se atende ao risco identificado;
-Realizar inspeções mensais sobre a condição do EPI e do comportamento do empregado quanto ao uso.
- Realizar o treinamento do empregado;
-Verificar possíveis alterações nos exames médicos clínicos e complementares.

AMESP
FLS.: 0220
31
Assinatura

EQUIPE TÉCNICA

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Este relatório foi consensado com a empresa contratante, tendo sido acatadas todas as exigências desta, estando a mesma ciente da obrigatoriedade da implementação das recomendações conforme cronograma de implantação de medidas preventivas.

As informações durante o desenvolvimento dos trabalhos foram prestadas pelo seguinte acompanhante:

Nome: Laila

Função: Responsável Técnico

Data: 21/08/2023

Belo Horizonte, 24 de Agosto de 2023

Luciane de Freitas Zimbra Souza
MTE MG 33222

Digitally signed by Luciane de Freitas Zimbra Souza
MTE MG 33222
Date: 2023.09.20 14:40:02 -03'00'

LUCIANE DE F. Z. SOUZA
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
REG. N° MG/33.222

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAÇÕES

Eu, _____, ocupando o cargo de _____ assumirei total responsabilidade como Coordenador (a) do PGR acompanharei e prestarei todas informações cabíveis e necessárias ao desenvolvimento e implementação deste programa.

OBS.: Toda e qualquer alteração no processo ou desenvolvimento normal das atividades, bem como aquisição de novos produtos ou equipamentos, diferentes dos identificados no dia do Reconhecimento e Avaliação do PGR, ampliação ou redução do estabelecimento ou parte deste, deverão ser informados por escrito para adequação do PGR. Em conformidade com o descrito acima, assino o presente documento.

_____
COORDENADOR (A) DO PGR
EMENALLI MEDICAL LTDA

AMESP
FLS.: 0221
Assinatura

ANEXO-02

PROCEDIMENTOS E MODELO DE FICHA DE EPI

- PROCEDIMENTO DE EPI

9.3.5.5 - Normas Legais e Administrativas na utilização do EPI.

1- **Objetivo:** Estabelecer e padronizar os procedimentos de manutenção e uso dos Equipamentos de Proteção Individual para controlar riscos ambientais e ocupacionais.

2- **Aplicação:** Este procedimento aplica-se a todos os empregados que utilizam equipamentos de proteção individual e a todas as áreas onde estes equipamentos são requeridos por exigência da natureza do trabalho.

3- **Conceitos:**

EPI- Equipamento de Proteção Individual - é todo meio ou dispositivo de uso pessoal destinado a preservar a integridade física do empregado no exercício de suas funções.
CA- Certificado de aprovação – é o documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego para cada EPI, com laudos realizados por laboratórios credenciados.
OS-Ordem de Serviço – orienta como a atividade deve ser realizada com o objetivo de reduzir os riscos de acidentes de trabalho. A Ordem de Serviço Específica é elaborada pela empresa conforme as atividades específicas das áreas.

4- **Documentos de Referência: NR 6.**

AMESP
FLS.: 0222
Assinatura

5- Responsabilidades

5.1.1- Empresa

- Fornecer ao trabalhador, de forma gratuita, somente o EPI aprovado pelo Ministério do Trabalho – EPI com CA;
- Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação do EPI;
- Manter EPI em estoque em quantidade suficiente para atender à demanda;
- Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

5.1.2- Funcionários

- Usar o EPI, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se por sua guarda, conservação e higienização;
- Comunicar ao SESMT/CIPA qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
- Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado do equipamento.

5.1.3- Coordenadores e Gerentes

- Fiscalizar e orientar os funcionários de sua área sobre o uso do EPI.
- Fazer cumprir o uso dos EPI's nas funções e /ou áreas em que seu uso for determinado pela legislação, utilizando o Formulário de Advertência quando o funcionário recusar-se a utilizar o EPI.
- Solicitar ao SESMT e/ou CIPA, a troca ou reposição dos EPI's no ambiente de trabalho quando necessário.

5.1.4 - SESMT E/OU CIPA

- Cabe ao SESMT/CIPA – recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente de acordo com a atividade de cada área da Missão Salesiana e de suas Filiais.
- Orientar e treinar o funcionário quanto ao uso adequado, guarda e conservação.
- Registrar o fornecimento de EPI ao trabalhador.
- Fiscalizar o funcionário quanto ao uso do EPI, verificando os motivos pelos quais não está utilizando o equipamento, adequando-o conforme a necessidade.

AMESP
Fls.: 0223
Assinatura

5.1.5 – Setor de compras

• Adquirir EPI adequado ao risco de cada função, conforme especificação técnica fornecida pelo SESMT/CIPA;

• Solicitar ao fornecedor de EPI cópia autenticada do "CA – Certificado de Aprovação" quando da aquisição desses equipamentos.

6- Procedimentos:

6.2 – Relação de EPI's

Os responsáveis Coordenador(es) e Gerente(s) realizarão o levantamento dos EPI's por área, para verificar necessidade de reposição antes do tempo de vencimento do EPI, o responsável pelo levantamento deverá fazer verificações periódicas junto aos funcionários.

6.3 - Solicitação, distribuição e controle de EPI's

6.3.1- Quando o(s) Coordenador(es) e Gerente(s) constatar a necessidade de substituir o EPI antes do periodo de vencimento do uso deverá solicitá-lo através de e-mail ou comunicação interna para o SESMT/CIPA/DESIGNADO.

6.3.2- CONTROLE DE SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE EPI – é realizado mediante aviso dos responsáveis, quando forem atingidos os níveis mínimos de estoque e/ou quando o EPI em uso estiver no prazo de vencimento.

6.3.3- A DISTRIBUIÇÃO DE EPI's, será feita pelo SESMT/CIPA DESIGNADO. Através do SESMT/CIPA/DESIGNADO que emitirá o Termo de Responsabilidade de EPI e o Comprovante de Treinamento de EPI.

Ao distribuir o EPI o SESMT/CIPA/DESIGNADO, realizará treinamento e orientação sobre o mesmo. Durante a entrega do EPI, o SESMT/CIPA solicitará ao empregado que assine o Termo de Responsabilidade do EPI e o Comprovante de Treinamento de EPI, conforme a NR 06. Estas fichas serão arquivadas na pasta do empregado. Caso ocorra o desligamento do empregado, estas fichas deverão ficar arquivadas por tempo igual ou superior a seis anos, após o desligamento.

AMESP
FLS.: 0224
Assinatura

6.3.4- TREINAMENTO DE EPI – Nos casos onde o funcionário é recém contratado, o treinamento será realizado durante o Treinamento de Admissão. Para funcionários antigos, o SESMT/CIPA/DESIGNADO promoverão periodicamente treinamento de reciclagem. Após o treinamento o empregado deverá assinar o Comprovante de Treinamento de EPI.

6.3.5- ORDEM DE SERVIÇO ESPECÍFICA – O SESMT/CIPA/DESIGNADO deverá dar ciência aos empregados da Ordem de Serviço Específica por através de comunicados, cartazes ou meio eletrônico. O SESMT, CIPA realizará a leitura e a orientação deste documento junto ao empregado.

6.3.6 - A DEVOLUÇÃO DE EPIs usado deve ocorrer na entrega do EPI novo ou quando acontecer demissão do empregado. Neste último caso, deve-se proceder a baixa, no Termo de Responsabilidade do EPI. A referida ficha continuará arquivada na pasta do empregado por tempo igual ou superior a seis anos, após o desligamento.

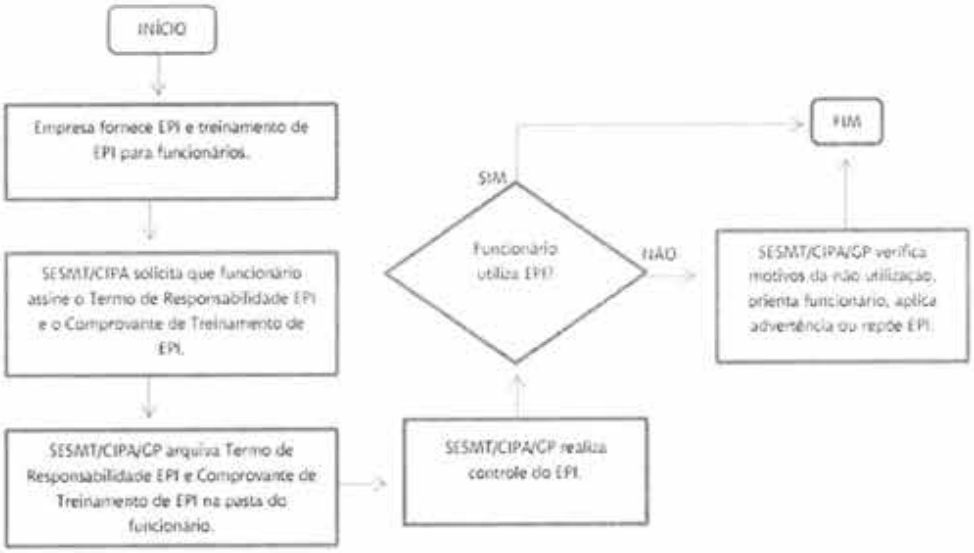
6.3.7 – O DESCARTE DOS EPI's USADOS será feito pelo SESMT/CIPA/DESIGNADO e deverá ser realizado em local apropriado.

6.3.8 – Na transferência de empregado de um posto de trabalho para outro mesmo que, temporariamente, deverá ser fornecido ao mesmo todos os EPIs necessários à execução das novas atividades.

6.3.9 – REGISTRO E CONTROLE DA VIDA ÚTIL DOS EPI's: Através da Ficha Controle de EPI, o SESMT/CIPA/DESIGNADO deverá registrar o nome do funcionário, a função, o EPI entregue, a quantidade, a marca do fabricante, o Certificado de Aprovação (CA), a data da entrega, a data da devolução, a vida útil, condições encontradas, motivo e o período de troca.

AMESP
FLS.: 0225
Assinatura

FLUXOGRAMA PROCESSO CONTROLE DE EPI



AMESP
FLS.: 0226
Assinatura

NOME DA EMPRESA:

FICHA DE EPI

Revisão 02

Em conformidade com a NR 06 (6.5.1 "d") da Portaria 3214/78 do MTE.

NOME DO TRABALHADOR			
FUNÇÃO	**SETOR**	**DATA ADMISSÃO**	**DATA DEMISSÃO**

TERMO DE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

Declaro para todos os efeitos legais, que recebi os Equipamentos de Proteção Individual, abaixo relacionados, e estou ciente das obrigações constantes na NR-6 da portaria 3214/78 do MTE, subitem 6.7.1, a saber:

a) Usá-lo apenas para a finalidade a que se destina;
b) Responsabilizar-se por sua guarda e conservação;
c) Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para o uso;
d) Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

Declaro também, que estou ciente quanto às disposições do Art.462 e § 1º da CLT, e autorizo o desconto salarial ao custo da reparação do dano que eventualmente vier a provocar no EPI em questão, já que atesto tê-lo recebido em perfeitas condições, bem como, da disposição legal constante da NR-1, subitem 1.8.1, de que "constitui ato faltoso a recusa injustificada do empregado ao uso do EPI ora fornecido pela Empresa", incorrendo nas penalidades previstas em lei.

Declaro também que em caso de Rescisão de Contrato, farei a restituição dos EPI que mantive sobre minha guarda.

DATA	ASSINATURA DO TRABALHADOR

EPI	CA Nº	DATA ENTREGA	DATA DEVOLUÇÃO	ASSINATURA

AMESP
Fls.: 0227
Assinatura

ANEXO 03

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO - OS

	NOME DA EMPRESA:
	OS **ORDEM DE SERVIÇO**
	Em conformidade com a NR 01 (1.4.1 "C") da Portaria 3214/78 do MTE.

SETOR	FUNÇÃO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

AGENTES DE RISCO OCUPACIONAL	MEDIDAS DE CONTROLE

OBRIGAÇÕES E PROIBIÇÕES

1- É OBRIGATÓRIO o cumprimento das normas expedidas pela empresa, inclusive esta ordem de serviço;
2- É OBRIGATÓRIO a presença do trabalhador, para realização de exames médicos previstos pela empresa.
3- É OBRIGATÓRIO comunicar a empresa, de imediato, todas as condições inseguras presentes no ambiente de trabalho;
4- É OBRIGATÓRIO o uso de Equipamentos de Proteção Individual indicado para a função de acordo com o PPRA;
5- É OBRIGATÓRIO manter a ordem, disciplina, higiene e segurança no trabalho;
6- É OBRIGATÓRIA a participação em treinamentos relacionados à segurança e saúde ocupacional;
7- É OBRIGATÓRIO colaborar com a empresa na aplicação das Normas Regulamentadoras – NR;
8- É PROIBIDO fazer uso de veículos, ferramentas, máquinas e/ou equipamentos da empresa sem autorização;
9- É PROIBIDO apresentar-se ao trabalho embriagado, ou fazer uso de álcool durante a jornada de trabalho;
10- É PROIBIDO fumar em locais não permitidos, indicados pela empresa;
11- É PROIBIDO acessar, permanecer ou transitar em locais não permitidos, indicados pela empresa;
12- É PROIBIDA a realização de atividades não pertinente ao cargo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Constitui ato faltoso a recusa injustificada do empregado no cumprimento do disposto nesta OS, gerando a abertura de processo disciplinar, como segue:

- 1ª ação indisciplinar: Advertência por escrito, treinamento relacionado à motivação indisciplinar, e ônus por perdas financeiras causadas a empresa por descumprimento das normas;
- 2ª ação indisciplinar: Advertência por escrito, treinamento relacionado à motivação indisciplinar, suspensão do contrato de trabalho por tempo determinado, e ônus por perdas financeiras causadas a empresa por descumprimento das normas;
- 3ª ação indisciplinar: Dispensa por justa causa, ônus por perdas financeiras causadas a empresa por descumprimento das normas.

IMPORTANTE:
A empresa reserva o direito de efetuar descontos em salário, ou indenizações, em caso de danos propositais ou extravios dos EPI, nos Termos do Artigo 462, parágrafo 1º da CLT - Decreto Lei 5452/43.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro que recebi as orientações que fazem parte do documento: OS – ORDEM DE SERVIÇO, bem como a cópia do mesmo, comprometendo-me a seguir as orientações nele contidas e reconhecendo serem elas indispensáveis à minha segurança e à de meus colegas de trabalho.

As orientações aqui contidas não esgotam o assunto sobre prevenção de acidentes, devendo ser observadas todas as instruções existentes, ainda que verbais em especial as Normas e Regulamentos da Empresa.

PORTARIA 3214 DE 8 DE JUNHO DE 1978 NORMA REGULAMENTADORA NÚMERO 1 (NR 1) DISPOSIÇÕES GERAIS

1.4.2 Cabe ao trabalhador:

a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;

b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;

c) colaborar com a organização na aplicação das NR;

d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

NOME DO EMPREGADO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	DATA

ASSINATURA DO EMPREGADO	

Este formulário é um modelo de documento a ser adotado pela empresa.
A empresa pode modificar este modelo, de acordo com a sua necessidade.
A INOVA não se responsabiliza pelo uso irregular deste modelo de formulário.

AMESP FLS.: 0228 Assinatura

ANEXO 04

METODOLOGIA E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO RUÍDO

(PLANILHA DE CAMPO APRESENTADA NO ANEXO 05)

INSTRUMENTOS UTILIZADOS

MEDIDOR DE NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA (DECIBELÍMETRO DIGITAL)

- Finalidade

  Medir os níveis instantâneos de ruído intermitente, contínuo e de impacto.

- Especificação

  Marca: Icel Manaus
  Identificação: ---
  Modelo: DL-1000
  Série: 10067440
  Capacidade: 40 a 130 dB
  Valor de uma divisão: 0,1dB

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

TÉCNICA DE MEDIÇÃO (DECIBELÍMETRO)

O decibelímetro foi utilizado para se efetuarem medições nos postos de trabalho sendo este orientado no sentido principal de propagação das ondas sonoras, à altura do plano auditivo do trabalhador.

O circuito de compensação foi selecionado, bem como a resposta lenta ou rápida, conforme as características do ruído a ser mensurado.

Os valores medidos nos postos de trabalho encontram-se anotados na planilha do Anexo 05.

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A planilha apresentada no Anexo 05, com anotações efetuadas no próprio local de trabalho, mostra o perfil da Empresa, com todos os seus setores em relação ao ruído ocupacional, para exposição de 08 horas diárias ou que requeiram Nível de Ação no PGR conforme subitem 9.3.6 da NR-9 da Portaria n.º 25 de 29/12/94.

AMESP
FLS.: 0229
Assinatura

EMPRESA ISO 9001 CERTIFICADA

PS CONTROLES INDUSTRIAIS

PSC - LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO

CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO Nº.: 2107A25224

Cliente: INOVA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Endereço: AV.ALVARES CABRAL,580
Cidade/UF: BELO HORIZONTE-MG

Objeto da Calibração: DECIBELIMETRO
Fabricante: ICEL
Modelo: DL-1000
Número de Série: 10067440

Ordem de Serviço: 11700
Data de Recebimento: 06.07.2021
Data da Calibração: 06.07.2021

Parâmetro Calibrado

Decibéis (dB)

Condições Ambientais do Laboratório

Temperatura: 20,2 °C Umidade Relativa: 56%

Instrução de Trabalho e Procedimento de Calibração Utilizado

IT CAL-003

O método de calibração utilizado foi o de comparação, que consiste basicamente na regulagem de diferentes pulsos elétricos convertidos, induzidos no instrumento sob calibração por um medidor padrão. Comparando-se os valores do instrumento sob calibração com o medidor com o padrão, em faixas pré-definidas.

Padrões Utilizados

Fonte de alimentação continua, tensão DC e Corrente DC, número de série 200508102, data da calibração 22.01.2019. Certificado de calibração número 016/19-A. Validade do padrão 22.01.2023.

Multimetro digital, número de serie 1070207442, data de calibração 22.01.2019. Certificado de calibração número 014/19-A. Validade do padrão 22.01.2023.

Revisão do Formulário - 03

-X-

PS CONTROLES INDUSTRIAIS LTDA.
Rua Padre Eustáquio, 519 - CEP 30710-580 - Belo Horizonte - MG
Telefax:55(31)3278-2190 - Fone: 55(31)3588-3312
E-mail: pscontroles@pscontroles.com.br
www.pscontroles.com.br

EMPRESA ISO 9001 CERTIFICADA

PS CONTROLES INDUSTRIAIS

PSC - LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO

CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO Nº.: 2107A25224

Resultados da Calibração

Indicação medida pelo padrão	Indicação media no instrumento calibrado	Incerteza da Medição		Erro de Indicação
dB	dB	dB		
74	71,3	0,1	0,09%	3,3%
84	81,9	1,7	1,98%	2,4%
94	93,2	0,2	0,17%	0,7%
104	101,3	0,1	0,08%	2,6%
114	112,1	0,1	0,09%	1,6%

Os resultados apresentados acima, são valores médios obtidos a partir de 05 medições sequenciais dos valores indicados no instrumento calibrado e no padrão.

A incerteza expandida da medição relatada é declarada como a incerteza padrão da medição, multiplicada pelo fator de abrangência k=2 que, para uma distribuição normal, corresponde a uma probabilidade de abrangência de aproximadamente 95 %. A incerteza padrão de medição foi determinada de acordo com a publicação EA-4/02.

Observações

Os resultados apresentados no presente documento referem-se exclusivamente ao item de serviço supra mencionado e nas condições de calibração referenciadas.

O presente certificado somente pode ser reproduzido na sua forma e conteúdo integrais e sem alterações.

A Cgcre/Inmetro é signatária do Acordo de Reconhecimento Mutuo do IAF para Sistema de Gestão da Qualidade.

Serviços executados no laboratório de calibração da PS Controles Industriais Ltda, com utilização de padrões calibrados em laboratórios acreditados pelo CGCRE/INMETRO, em conformidade com requisitos da NBR/ISO 17025.

Certificado assinado eletronicamente.

Belo Horizonte, 08.07.2021

Renato Vidal Rasande
Gestor Qualidade

Eng. Antônio Célio Sousa Silva
CREA 57775/D
Coordenador de Laboratório

PS CONTROLES INDUSTRIAIS LTDA.
Rua Padre Eustáquio, 516 - CEP 30710-560 - Belo Horizonte - MG
Telefax:55(31)3078-2190 - Fone: 55(31)3569-3312
E-mail: pscontroles@pscontroles.com.br
www.pscontroles.com.br

AMESP
FLS.: 0231
Assinatura

AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AOS NÍVEIS DE ILUMINÂNCIA

(PLANILHA DE CAMPO APRESENTADA NO ANEXO 05)

EQUIPAMENTO UTILIZADO

LUXÍMETRO

- Finalidade.
  Medir os níveis instantâneos de iluminância em lux através de célula fotoelétrica.

- Especificação
  Marca: Instrutherm **Identificação:** 1910A21361
  Modelo: LD-400 **Número de Série: ELI-10297**

ASPECTOS LEGAIS

Lei nº 6514/77 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, através da portaria n 3751, de 23 de novembro de 1990, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que revoga o Anexo nº 4 da NR-15 e incorpora a iluminância na NR-17 (Ergonomia).

Os métodos de medição e os níveis mínimos de iluminamento a serem observados nos locais de trabalho são os estabelecidos na Norma de Higiene Ocupacional n.º 11 (NHO 11) da Fundacentro - Avaliação dos Níveis de Iluminamento em Ambientes de Trabalho Internos.

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

TÉCNICA DA MEDIÇÃO

As medições foram efetuadas no campo de trabalho, preferencialmente com o trabalhador a postos e no plano horizontal a 0,75m do piso, quando o referido campo não estava definido, utilizando-se luxímetro.

AMESP FLS.: 0232 Assinatura

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os valores medidos nos postos de trabalho e anotados na planilha apresentada no Anexo 05, são confrontados com IML por tipo de atividade, da legislação citada.

QUADRO DE ANÁLISE

Tem a finalidade de fornecer critérios para priorizar as ações de controle, podendo servir de orientação para montagem de cronograma de correções das deficiências detectadas.

VALOR (MEDIDO EM LUX)	SITUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO	PROVIDÊNCIAS
Igual ou maior que IML (*)	Normal	• Manutenção de rotina
Menor que IML (*) e maior que a metade deste	Abaixo do normal	• Manutenção corretiva • Melhoria do sistema atual
Menor que a metade do IML (*)	Crítica	• Manutenção corretiva • Melhoria do sistema atual • Projeto de iluminação

(*) IML: Índice Mínimo de Lux.

Observação:

É importante ressaltar que os níveis de iluminância constantes da NHO 11 constituem valores mínimos necessários ao desempenho visual normal. Portanto, ao se fazer um projeto de iluminação, deve-se sempre que possível gerar níveis de iluminância superiores aos estabelecidos na referida norma.

No Anexo 05, a planilha de Avaliação de Níveis de Iluminância mostra em destaque os pontos que requerem providências.

AMESP
FLS.: 0233
Assinatura

ISO 9001

PSC - LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO

PS CONTROLES INDUSTRIAIS

CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO Nº.: 1910A21361

Tabela 1 - Resultados da Calibração

Indicação medida pelo padrão	Indicação média no instrumento calibrado	Incerteza da Medição		Erro Médio
Lux	Lux	Lux	%	%
325.6	326	3.0	0,93	0,43
649.4	649	1.8	0,28	0,43
860.8	861	2.6	0,30	0,05
1082.8	1082	4.4	0,41	0,20
1296.4	1296	5.2	0,40	0,15

Os resultados apresentados na Tabela 1 são valores médios obtidos a partir de 05 medições sequenciais dos valores indicados no instrumento sobre calibração e no padrão utilizado.

A incerteza expandida da medição relatada é declarada como a incerteza padrão da medição multiplicada pelo fator de abrangência k=2, que para uma distribuição Normal corresponde a uma probabilidade de abrangência de aproximadamente 95 %.

Observações

Os resultados apresentados no presente documento referem-se exclusivamente ao item de aferição supra mencionado e nas condições de calibração referenciadas.

O presente certificado somente pode ser reproduzido na sua forma e conteúdo integrais e sem alterações.

A Cgcre/Inmetro é signatária do Acordo de Reconhecimento Mútuo do IAF para Sistema de Gestão da Qualidade.

Serviços executados no laboratório de calibração da PS Controles Industriais Ltda. com utilização de padrões calibrados em laboratórios acreditados pelo CGCRE/INMETRO, em conformidade com requisitos da NBR/ISSO 17025.

Certificado assinado eletronicamente.

Belo Horizonte, 16/10/2019

Renato Vidal Resende
Gestor Qualidade

Eng. Antonio Célio Sousa Silva
CREA 57776D
Coordenador de Laboratório

PS CONTROLES INDUSTRIAIS LTDA
Rua Padre Eustáquio, 316 - CEP: 30710-580 - Belo Horizonte - MG
Telefax:55(31)3278-2190 - Fone: 55(31)7588-3312
E-mail: pscontroles@pscontroles.com.br
www.pscontroles.com.br

AMESP
Fls.: 0234
Assinatura

PSC - LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO

CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO Nº : 1910A21361

Cliente: INOVA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Endereço: AV ALVARES CABRAL 580
Cidade/UF: BELO HORIZONTE-MG

Objeto da Calibração: LUXÍMETRO/FOTÔMETRO DIGITAL
Fabricante: INSTRUTHERM
Modelo: LD-400
Número de Série: ELL100701

Ordem de Serviço: 9956
Data de Recebimento: 16/10/2019
Data da Calibração: 18/10/2019

Parâmetro Calibrado

LUX (Lux)

Condições Ambientais do Laboratório

Temperatura: 25,4 °C Umidade Relativa: 47%

Instrução de Trabalho e Procedimento de Calibração Utilizado

IT CAL 007

O método de calibração utilizado foi o de comparação, que consiste basicamente na regulagem de diferentes valores de iluminamento, indicados no instrumento sob calibração, comparados com um medidor padrão. Comparando-se os valores do instrumento sob calibração com o medidor padrão, em faixas pré-definidas.

Padrão Utilizado

Luxímetro digital, Marca Extech, Modelo Light Meter 407026, número de série 041070
Calibrado por ISERO COMERCIO E SERVIÇOS, certificado de calibração número 2019/015292, data calibração 02/05/2019
Validade do padrão 07/05/2021

Revisão do Formulário : 02 Página 01 de 02

PS CONTROLES INDUSTRIAIS LTDA
Rua Padre Eustáquio, 516 - CEP 30710-580 – Belo Horizonte - MG
Telefax: 55(31)3278-2100 - Fone: 55(31)3589-0312
E-mail: pscontroles@pscontroles.com.br
www.pscontroles.com.br

AMESP
Fls.: 0235
1
Assinatura

ANEXO-05

AVALIAÇÃO DE NÍVEIS DE ILUMINÂNCIA E RUÍDO INSTANTÂNEO

EMPRESA: EMENALLI MEDICAL LTDA

POSTO DE TRABALHO	NÍVEL DE ILUMINAMENTO MEDIDO (LUX)		IML NHO 11	RUÍDO MEDIDO dB (A)	NÍVEL DE AÇÃO NR-9 (80 dB (A))
	DIA	NOITE			CONFORTO ACÚSTICO NR-17 (65 dB (A))
RESPONSÁVEL TÉCNICO					
MESA COM COMPUTADOR	560	---	500	61,2	65

AMESP
FLS.: 0236
Assinatura

ANEXO 06

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

AMESP FLS.: 0237 Assinatura

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

EMPRESA: Emenalli Medical Ltda

A/C: Naila

Na presente data, foi realizada visita técnica necessária para subsidiar a elaboração do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos . Foram realizadas avaliações qualitativas (verificação das condições de todo ambiente de trabalho) e quantitativas (ruído instantâneo e luminosidade), acompanhadas por: Sr Naila ,preposto da contratante.

Saliento que foram sanadas as dúvidas com relação aos programas básicos como PGR, PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, **ressaltando a obrigatoriedade do treinamento do trabalhador quanto ao uso e o preenchimento correto da ficha de EPI** – Equipamento de Proteção Individual, curso de Designado ou CIPA, implantação / implementação da Política de Segurança da Empresa, entre outros.

Os programas de Medicina e Segurança do Trabalho, tais como, PCMSO, PGR, PPP, etc., necessariamente devem estar integrados, bem como as medidas de Proteção Coletivas e Individuais.

A empresa deve providenciar em tempo hábil as avaliações recomendadas no Planejamento Anual do PGR, os treinamentos e manter atualizadas as fichas de EPI, bem como enviar os seus colaboradores para realização dos exames de acordo com o PCMSO.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente, _____

☎(31) 3115-0209 ou 3115-0223.

DATA DA VISITA: 21 / 03 / 2023

PREPOSTO:

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PGR:

AMESP
FLS.: 0238
Assinatura

ANEXO-07

MEDIDAS DE CONTROLE IMPLEMENTADAS

Setembro/2023 a Agosto/2024

AMESP
FLS.: 0239
Assinatura

PCMSO

EMENALLI MEDICAL LTDA

CNPJ: 13.694.036/0002-45

Período: 1/09/2023 a 31/08/2024

AMESP
FLS.: 0240
Assinatura

inova MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

NR-7 P.C.M.S.O.
EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0002-45
RUA CASTELO SETUBAL, 120
Bairro: CASTELO / BELO HORIZONTE/MG

Período: 1/09/2023 a 31/08/2024

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Índice:

Página
A) FINALIDADES BÁSICAS 1
B) CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA 1
C) MÉDICO RESPONSÁVEL DO P.C.M.S.O. 1
D) OBJETIVOS 2
) DIRETRIZES 2
F) ATUALIZAÇÃO E RELATÓRIOS 3
G) RESPONSABILIDADES 4
H) PÚBLICO ALVO 5
I) ESTATÍSTICAS GERAL DA EMPRESA 5
J) PROGRAMAS DE RASTREAMENTO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS 6
K) PLANEJAMENTO E AÇÕES A SEREM IMPLANTADAS NO ANO VIGENTE 8
L) ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO 9
M) ESTUDO DO ABSENTEÍSMO 9
N) DETALHAMENTO: FUNÇÕES / AGENTES DE RISCO e EXAMES COMPLEMENTARES 10
O) PERIODICIDADE DOS EXAMES COMPLEMENTARES 12
P) PERIODICIDADE DAS CONSULTAS CLÍNICAS 13

Anexos:
ANEXO 1 - ORIENTAÇÕES PARA PRIMEIROS SOCORROS
ANEXO 2 - RELAÇÃO DE MÉDICOS CREDENCIADOS

AMESP
Fls.: 0241
Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

A) FINALIDADES BÁSICAS

Garantir as ações necessárias e suficientes visando:

. Aptidão física e mental para os trabalhos a desenvolver;
. A promoção da saúde;
. A prevenção de doenças e acidentes;
. A manutenção da saúde dos trabalhadores;
. A melhor qualidade de vida possível no ambiente de trabalho originando como consequência o incremento da produtividade, da qualidade e da competitividade.

B) CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: EMENALLI MEDICAL LTDA

CNPJ: 13.694.036/0002-45

ENDEREÇO: RUA CASTELO SETUBAL, 120 - CASTELO
CEP: 31330-090 BELO HORIZONTE / MG

TELEFONE: (31) 98631-1456 4101-6939

CNAE: 46.44.3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

GRAU DE RISCO DA EMPRESA: 2

C) MÉDICO RESPONSÁVEL DO P.C.M.S.O.

DR. MARCELO LUIZ ESTRELA DUARTE - CRM: 12364/MG RQE: 10599

RAZÃO SOCIAL: MST MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

CNPJ: 00.903.496/0001-03

ENDEREÇO: AV. ALVARES CABRAL, 580 - LOURDES
CEP: 30170-002 BELO HORIZONTE / MG

TELEFONE: (31) 3115-0202

E-mail: inova@inovamst.com.br

AMESP
FLS.: 0242
Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

D) OBJETIVOS

Estabelecer a obrigatoriedade de implementação do P.C.M.S.O, buscando a promoção e preservação da saúde dos Funcionários.

E) DIRETRIZES

O P.C.M.S.O. é um programa que especifica procedimentos e condutas a serem adotadas pela Empresa em função dos riscos aos quais os empregados se expõem no ambiente de trabalho.

Seu objetivo é de prevenir, monitorar e controlar possíveis danos à saúde dos empregados através do diagnóstico de doenças relacionadas às funções desenvolvidadas no ambiente de trabalho.

O P.C.M.S.O. não é um programa isolado e que basta a si mesmo. Este deverá estar integrado ao PGR e às demais NR's, de tal forma que implemente medidas de proteção à saúde do trabalhador; ou seja levar à execução por meio de providências concretas. Para que isto ocorra deverá ser garantido pelo Empregador.

Em resumo, o P.C.M.S.O. deverá diagnosticar, prevenir e monitorar as doenças decorrentes do trabalho, assim como as patologias que incidam sobre a coletividade e seus funcionários e que possam alterar a sua saúde física e mental, amparadas na metodologia epidemiológica.

Este acompanhamento é feito por processo informatizado pelo qual é gerado um relatório anual discriminando os tipos de alterações ocorridas por função exercida pelo funcionário com estastísticas epidemiológicas.
Este relatório é encaminhado para análise do Médico Responsável do Trabalho.

Após análise médica o Médico Responsável do Trabalho poderá convocar os funcionários a comparecerem na clínica para exame mais apurado ou encaminhar pedido de outros exames complementares para diagnosticar o nexo causal.

No caso da suspeita estar relacionada com o ambiente de trabalho será encaminhado um Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho para averiguar localmente as condições de trabalho e estabelecer medidas junto ao Empregador para corrigir o problema.

O Médico Responsável do Trabalho analisa diariamente os resultados dos exames complementares. Para os funcionários que apresentarem alterações nos exames complementares são aviadas receitas de medicamentos ou solicitações de outros exames para melhor diagnóstico.

De posse dos resultados destes exames o funcionário pode ser encaminhado para um especialista para tratamento ou para fazer um diagnóstico mais preciso. Também poderá ser encaminhado para o INSS para tratamento ou ser convocado a retornar à clínica para ser reavaliado.

AMESP
FLS.: 0243
Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Estes encaminhamentos poderão ser acompanhados de CAT emitida pelo Médico Responsável do Trabalho no caso de suspeita de que as alterações tenham nexo com as atividades laborais do funcionário.

Também poderá ser solicitado à Empresa uma relação de horas extras exercidas pelos funcionários para verificar se alguns tipos de alterações nos exames complementares são devidas ao excesso de carga horária.

Com referência aos exames Audiométricos é encaminhado diariamente para o Médico Responsável do Trabalho um relatório que acusa perdas Audiométricas ocorridas.

Estas perdas são avaliadas por meio informatizado comparando a última Audiometria com a Audiometria de referência e também com as Audiometrias anteriores. Constatada perda auditiva é emitida CAT de comunicação ou de afastamento, nos casos que se enquadram nesta categoria.

A empresa é comunicada que está ocorrendo perda auditiva em seus funcionários e que será necessário um levantamento por um profissional da área de Segurança do Trabalho das condições dos ruídos, isto é, deverá ser elaborado um PCA (Programa de Controle Auditivo).

Todos os prontuários clínicos da Inova - Medicina e Segurança do Trabalho são arquivados de forma eletrônica, por um período mínimo de vinte anos, sob a coordenação do Médico Responsável.

F) ATUALIZAÇÃO E RELATÓRIOS

Cabe ao Médico Responsável efetuar a análise crítica do P.C.M.S.O., registrando o histórico das avaliações e observações ou notas, se houver.

Emitir os seguintes relatórios:"
. ASO - Atestado de Saúde Ocupacional de acordo com a NR-7;"
deve conter no mínimo;

a) razão social e CNPJ ou CAEPF da organização;
b) nome completo do empregado, o número de seu CPF e sua função;
c) a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
d) indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado;
e) definição de apto ou inapto para a função do empregado;
f) o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, se houver;
g) data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.

AMESP FLS.: 0244 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

. Relatórios de acompanhamento;
. Receituários e solicitações para realizações de exames complementares;
. Relatórios de convocação de exames periódicos vencidos ou a vencer;

. Relatório analítico anual contendo, no mínimo:"
a) o número de exames clínicos realizados;
b) o número e tipos de exames complementares realizados;
c) estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
d) incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
e) informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
f) análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

G) RESPONSABILIDADES

Da Empresa:
. Providenciar a elaboração do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).

. Garantir a elaboração e efetiva implementação do P.C.M.S.O. (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional);

. Custear sem ônus para os empregados, todos os procedimentos relacionados ao P.C.M.S.O.;

. Encaminhar à Previdência Social trabalhadores com doenças profissionais com o nexo causal já estabelecido através de C.A.T. (Comunicado de Acidente do Trabalho).

. Emitir a CAT nos casos de acidente do trabalho, enviando uma cópia para a INOVA Medicina e Segurança do Trabalho.

Da INOVA:
. Realizar os exames médicos obrigatórios estabelecidos pela NR-7, levando em consideração as condições de trabalho e os riscos a que está ou será exposto cada trabalhador, com base nos laudos técnicos gerados pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).

. Encaminhar para laboratórios capacitados e qualificados, os funcionários para a realização dos exames complementares previstos;

. Elaborar anualmente relatório, discriminando o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo exercício;

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

. Avisar a Empresa, quando necessário, do afastamento do trabalhador da exposição ao risco;

. Avisar a Empresa da necessidade de encaminhar o trabalhador à Previdência Social para estabelecimento de nexo causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalhador;

. Orientar o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho;

. Fornecer à Empresa e a todos os seus funcionários o A.S.O. (Atestado de Saúde Ocupacional);

. Enviar relatório analítico anual do P.C.M.S.O.;

. Manter sob sua responsabilidade o prontuário clínico de cada trabalhador, assim como os exames complementares, por um período de vinte anos, após o desligamento do funcionário da Empresa.

Dos funcionários:
. Observar as normas de segurança e medicina do trabalho.
. Colaborar com o empregador na aplicação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
. Utilizar os equipamentos de segurança individual fornecidos pela Empresa.
. Realizar os exames clínicos e complementares seguindo as orientações do empregador.

H) PÚBLICO ALVO

O programa do PCMSO deverá ser aplicado a todos os funcionários desta Empresa.

I) ESTATÍSTICAS GERAL DA EMPRESA

A avaliação clínica inclui todos os sistemas do organismo do trabalhador. Nesta avaliação se forem evidenciadas alterações, os trabalhadores são encaminhados para especialistas (Ortopedistas, Neurologistas, Oftalmologistas, etc) os quais podem esclarecer com precisão as causas dessas variações, se são somente enfermidades comuns ou se são passíveis de afastamento ou mumudança de riscos ocupacionais, ou de origem ocupacional com a necessidade de emissão de CAT.

Com base nestas avaliações clínicas, bem como a apreciação dos Atestados Médicos enviados pela Empresa é feito um rastreamento com a finalidade principal de encontrar possíveis causas de enfermidades do trabalho.

AMESP FLS.: 0246 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Número total de funcionários	1
Número de funcionários do sexo masculino	0
Número de funcionários do sexo feminino	1
Número de funcionários maiores que 45 anos	0
Número de funcionários menores que 18 anos	0
Idade média dos funcionários	36,1
Percentual de funcionários acima do peso ideal	0,0%
Percentual de funcionários com hipertensão arterial	0,0%
Percentual de funcionários tabagistas	100,0%
Percentual de funcionários que fazem uso de bebida alcóolica	0,0%
Percentual de funcionários diabéticos	0,0%

Baseando em estudos estatísticos de todas as patologias registradas no período de um ano na totalidade dos funcionários como também nos diversos setores da empresa; poderemos correlacionar a incidência destas enfermidades de acordom com: sexo, idade, etilismo, tabagismo obesidade e também a função exercidada pelo trabalhador.
Com este levantamento teremos a possibilidade de visualizar prococemente as possíveis doenças que possam surgir nesses indivíduos e assim prevenir o aparecimento dessas patologias.

J) PROGRAMAS DE RASTREAMENTO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

População Alvo	A todos os empregados da empresa.
Objetivos	Conscientização sobre as medidas preventivas de saúde, erradicação de hábitos nocivos à saúde, tais como o tabagismo e alcoolismo.
Execução	Palestras sobre doenças e hábitos nocivos a saúde, fornecendo orientações de prevenção e/ou tratamento. Atendendo cronograma da empresa.
Meta	Promover campanhas anuais, fornecer informações e orientações aos empregados no decorrer do ano. (responsabilidade de Empresa).

Nível de proteção: secundário - ênfase: Promoção a Saúde.

AMESP
FLS.: 0247
Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

CONTROLE MÉDICO DOS PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS

População Alvo	Empregados portadores de doenças crônicas: identificados nos exames periódicos de medicina ocupacional.
Objetivos	Identificação de portadores de doenças crônicas, controle das doenças, orientações de medidas de ordem preventiva, modificação de hábitos nocivos à saúde.
Execução	Encaminhar para consultas médicas periódicas de acordo com a necessidade de cada caso. Acompanhamento através de exames ocupacionais e de relatórios solicitados aos médicos especialistas.
Meta	Controle dos empregados portadores de doenças crônicas.

Nível de atuação: primário - ênfase: Doenças Crônicas.

CONTROLE MÉDICO DOS PORTADORES DE DOENÇAS PROFISSIONAIS

População Alvo	Empregados portadores de doenças profissionais.
Objetivos	Identificar precocemente no exame admissional quais riscos presentes nos locais de trabalho, aos quais os trabalhados ficarão expostos no seu labor. Impedir o agravamento de doenças profissionais. Fazer o acompanhamento do empregado acometido. Manter o empregado em suas atividades laborais, providenciando a mudança de riscos ou seu afastamento do trabalho, conforme indicação de cada caso.
Execução	Detecção através dos exames médicos ocupacional ou através de exames complementares necessários. Solicitação de consulta com especialista. Emitir CAT nos casos indicados. Afastamento do empregado da função ou do trabalho conforme indicação de cada caso, com encaminhamento para reabilitação profissional.
Meta	Todos os empregados portadores de doença ocupacional.

Nível de proteção: primário - ênfase: Doenças Profissionais.

AMESP FLS.: 0248 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

K) PLANEJAMENTO E AÇÕES A SEREM IMPLANTADAS NO ANO VIGENTE

O Planejamento e a execução deste deverá ser articulado com o PGR e a área de Recursos Humanos levando em conta os riscos existentes e como minimizá-los. A seguir segue as ações a serem implantadas.

1- Progamação anual de treinamentos para prevenção de doenças relacionadas ao trabalho.

2- Visitas periódicas aos locais de trabalho visando detectar precocemente riscos existentes ou potenciais que possam desencadear doenças ocupacionais.

3- Definição de indicadores de saúde que deverá usar para avaliar a coletividade dos funcionários. Será utilizado o indicador de frequência.

4- Condutas a serem tomadas no caso de constatação de exames alterados. Exemplos: afastamento do local de trabalho, mudança de riscos ocupacionais, são tratamento adequado de acordo com a patologia, abertura de CAT, etc.

5- Planilha de planejamento e acompanhamento das ações do PCMSO, com assinatura do Médico Responsável da Empresa.

6- Atualização do PCMSO a cada 12 meses.

A ação a seguir deve ser implantada para todo o público alvo de acordo com o cronograma da Empresa.

TREINAMENTO ANUAL	DATA	C. HOR.	PÚBLICO ALVO
INTRODUTÓRIO ou		6 horas	mínimo 50% dos funcionários
RECICLAGEM		3 horas	mínimo 50% dos funcionários

Este treinamento tem por objetivo introduzir noções e conhecimentos sobre o tema relacionado acima, usando linguagem clara e de fácil entendimento.

O treinamento INTRODUTÓRIO inclue as seguintes matérias: EPI, Primeiros Socorros, Combate a Incêndio, Riscos inerentes à função e Ergonomia Básica.

AMESP FLS.: 0249 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

L) ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Estudando o contexto das doenças na coletividade (dos funcionários da Empresa) mostramos a evolução das enfermidades nesta população através de relatório de forma a podermos agir preventivamente para evitar o surgimento de novos casos de enfermidades ocupacionais.

Também dando enfoque às patologias que possam estar relacionadas com as atividades laborais.

Com isto podemos prever a existência de agentes de riscos presentes no local de trabalho interferindo na integridade física dos trabalhadores.

O estudo destes relatórios não será somente observacional, mas tem por objetivo interferir precocemente eliminando (ou minimizando) a ação dos fatores presentes no ambiente do trabalho.

Os tipos dos estudos serão:
1- Relato de casos (baseado nos exames e encaminhamentos aos especialistas).

2- Série de casos constatados

3- Correlação epidemiológica (para formular hipóteses),

4- Transversal (ou seccional)
Variável independente (Ex. alcoolismo, tabagismo, etc)
Variável dependente (É a doença propriamente dita. Ex. Câncer de pulmão),

5- Caso controle baseado nos casos dependentes: quando os trabalhadores já apresentam a doença e voltando na linha do tempo para estudar sua história pregressa de exposição à agentes nocivos. (Ex. ruídos nos trabalhadores que apresentam perda de audição).

6- Utilizamos o parâmetro taxa de frequência para fazer os estudos epidemiológicos.

7- Primeiramente estudamos cada caso individualmente e depois na coletividade.

M) ESTUDO DO ABSENTEÍSMO

O PCMSO tem como característica primordial detectar patologias na fase subclínica (prevencionista). Para isto é necessário que a Empresa forneça periódicamente todos os atestados médicos. A Empresa também pode informar estes atestados no nosso site via acesso ao Cliente no item ABSENTEÍSMO.

Com base nestes atestados será feito um estudo epidemiológico com os seguintes objetivos:

AMESP FLS.: 0250 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

1- Em cada setor a incidência destes e relacioná-los com o surgimento de doenças ocupacionais.

2- Quais trabalhadores apresentaram o maior número de atestados e em quais dias da semana.

3- A existência de conflitos com a chefia ou com própria Empresa através de uma consulta clínica.

ABSENTEISMOS POR FUNÇÃO OCORRIDOS NO PERÍODO: 01/09/2022 A 31/08/2023

FUNÇÃO	COD.CID	NO.DIAS	MAS.	FEM.	TOTAL
NÃO FOI INFORMADO ABSENTEÍSMO NO PERÍODO ACIMA					

N) DETALHAMENTO: FUNÇÕES / AGENTES DE RISCO e EXAMES COMPLEMENTARES

RISCOS AMBIENTAIS:

QUÍMICO .....: produtos de limpeza (domésticos).

BIOLÓGICO ....: microorganismos.

ERGONÔMICO ...: postura inadequada e levantam. e transporte de peso.

ACIDENTES ....: trânsito em vias públicas, quedas de materiais, acidente automobilístico.

Função: Almoxarife
Setor: ESTOQUE

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0
ACIDENTES: acidente automobilístico, quedas de materiais.	ACUIDADE VISUAL	P5
	EEG + LAUDO	P6

Função: Analista de licitação
Setor: OPERACIONAL

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0

AMESP FLS.: 0251 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Função: Assistente financeiro
Setor: ADMINISTRATIVO

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0

Função: Auxiliar administrativo
Setor: ADMINISTRATIVO

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0

Função: Auxiliar de serviços gerais
Setor: OPERACIONAL

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
QUÍMICO: produtos de limpeza (domésticos).	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0
	HEMOGRAMA COMPLETO	P2
BIOLÓGICO: microorganismos.		
ERGONÔMICO: postura inadequada.		

Função: Comprador
Setor: OPERACIONAL

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0

Função: Coordenador
Setor: ESTOQUE

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0
ACIDENTES: acidente automobilístico, quedas de materiais.	ACUIDADE VISUAL	P5
	EEG + LAUDO	P6

Função: Estoquista
Setor: ESTOQUE

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0
ACIDENTES: quedas de materiais.		

AMESP FLS.: 0252 Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Função: Motorista
Setor: TRANSPORTE

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: levantam. e transporte de peso, postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0
	ACUIDADE VISUAL	P5
	EEG + LAUDO	P6
ACIDENTES: acidente automobilístico, quedas de materiais, trânsito em vias públicas.		

Função: Responsável técnico
Setor: OPERACIONAL

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0

Função: Vendedor
Setor: OPERACIONAL

RISCOS AMBIENTAIS	EXAMES CLÍNICO/COMPLEMENT.	PERIODICIDADE
ERGONÔMICO: postura inadequada.	CONSULTA CLÍNICA + ANAMNESE	P0

OBSERVAÇÕES:
Outros exames complementares podem ser solicitados de acordo com a função a ser desenvolvida, riscos e/ou avaliação médica.
O Hemograma Completo contempla também a Contagem de Plaquetas.

O) PERIODICIDADE DOS EXAMES COMPLEMENTARES

P2: Solicitar o exame na consulta Admissional, na consulta Periódica anual e na consulta Demissional caso o último exame for superior a a 6 meses ou que tenha o exame alterado com mais de 90 dias.

P5: Solicitar o exame na consulta Admissional e também na consulta Periódica anual.

P6: Solicitar o exame na consulta Admissional e de dois em dois anos.

AMESP
FLS.: 0253
Assinatura

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

P) PERIODICIDADE DAS CONSULTAS CLÍNICAS

PO: As consultas Periódicas deverão ser feitas anualmente para todos os funcionários que estão expostos a riscos ocupacionais.
Para os funcionários que não estão sujeitos a riscos, estas consultas serão bienais.

As consultas clínicas Admissionais deverão ser realizadas sempre antes da contratação do funcionário.

As consultas clínicas Demissionais deverão ser realizadas na demissão do funcionário quando a última consulta for superior a noventa dias.

As consultas clínicas referentes à Mudança de Riscos Ocupacionais deverão ser realizadas quando implicarem na exposição do trabalhador a riscos diferentes daqueles a que estava exposto antes da mudança.

As consultas de Retorno ao Trabalho deverão ser realizadas obrigatoriamente no penúltimo dia da volta ao trabalho do funcionário afastado por um período igual ou superior a 30 (trinta) dias; por motivo de doença ou acidente de origem opcupacuinal ou não.

Dr. Marcelo Luiz Estrela Duarte
CRM MG 12364

DR. MARCELO LUIZ ESTRELA DUARTE - CRM: 12364/MG RQE: 10599
(Médico Responsável e examinador do PCMSO)

Assinatura do responsável da Empresa

AMESP
FLS.: 0254
Assinatura

Primeiros socorros é o atendimento que se dá a um acidentado ou portador de mal súbito, antes da chegada do médico.

CAIXA DE PRIMEIROS SOCORROS - MATERIAL NECESSÁRIO

1 - INSTRUMENTOS
Termômetro
Tesoura de ponta arredondada

2 - MATERIAL PARA CURATIVO
Rolo de esparadrapo
Cotonetes
Band-aid
Algodão
Gazinha
Luvas

3 - TIPOS DE EMERGÊNCIA

Ferimentos: Superficiais ou Profundos;
Queimaduras: Leves ou Extensas;
Fraturas: Fechada ou Aberta (exposta);
Parada respiratória (fazer respiração artificial, veja apostila do Curso de CIPA ou Curso de designado NR-5);
Parada cardíca (fazer massagem cardíaca, veja apostila do curso de CIPA ou Curso de Designado NR-5);
Convulsões;
Desmaios;
Picadas de cobras, Escorpiões e Aranhas;
Envenenamento: por ingestão, contato ou inoculação;
Hemorragia: Interna ou Externa.

4 - ORIENTAÇÃO DE COMO PRESTAR OS PRIMEIROS SOCORROS

Na área de prevenção de acidentes, deve haver a concentração de esforços de uma equipe de profissionais especializados, assim como de Empresários, Trabalhadores e Leigos. Via de regra os primeiros socorros são prestados no local da ocorrência, até a chegada de um Médico, e se destinam a salvar uma vida ameaçada e evitar que se agravem os males que a vítima está acometida.
Qualquer pessoa treinada poderá prestar os primeiros socorros, conduzindo-se com serenidade, compreensão e confiança. Se ficar na dúvida a primeira providência é controlar a si mesmo, porém o controle de outras pessoas é igualmente importante. A informação ao Acidentado a cerca do que ocorre e qual será a provável solução é um dos problemas mais difíceis que enfrentam as pessoas que realizam tratamento de emergência. Se não diz nada, aumentar-se-á com isto o medo e a ansiedade, mas se falar demasiado, pode provocar um alarme e uma situação de desespero desnecessárias. As ações falam mais alto que as palavras. Tom de voz tranqüilo e cortante dará ao acidentado sensação de encontrar-se em boas mãos, e que a pessoa que o está atendendo não se encontra alterada. A prática de emergência simulada ajudará a realizar manobras corretas, serenas, suaves e seguras.

AMESP
FLS.: 0255
Assinatura

5 - NORMAS BÁSICAS DE ATENDIMENTO A ACIDENTADOS COM LESÕES GRAVES

Nunca remover um acidentado de queda de altura, antes da chegada do pessoal especializado, pois poderemos secionar-lhe a coluna vertebral se não tomarmos as devidas precauções.

Nunca retirar pessoas agarradas em chaves ou fios energizados sem o auxílio de cordas ou outros meios que impeçam o contato com os mesmos.

Nos casos envolvendo circuito elétrico, deveremos desligar o mesmo o mais rápido possível. De nossa rapidez depende a vida de nosso compa-nheiro.

AMESD
FLS.: 0256
Assinatura

inova MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

RELAÇÃO DE MÉDICOS CREDENCIADOS

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2023

Declaramos que os médicos abaixo relacionados são funcionários da INOVA - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO e que os mesmos estão credenciados pelo Médico Responsável Dr. Marcelo Luiz Estrela Duarte, CRM / MG nº 12.364, para efetuarem os atendimentos clínicos conforme o PCMSO de cada Empresa e o Prontuário Clínico do Funcionário.
O contato com os médicos relacionados abaixo pode ser feito através do telefone (31) 3115-0202 ou no endereço: Av. Álvares Cabral, 580 Centro Belo Horizonte / MG.
Informamos também que os atestados emitidos por nossa Empresa só terão validade se estiverem em papel timbrado da nossa Empresa, com logotipo no canto superior esquerdo similar ao desta declaração e assinado por um dos médicos listados abaixo, com a impressão do seu carimbo com seu nome e número de registro no CRM, ou do Médico Responsável com identificação e CRM impressos no próprio atestado.
DRA. LARISSA LEITE V. DE OLIVEIRA - CRM: 90907/MG (médico examinador)
DRA. VALERIA PATRICIA RIBEIRO - CRM: 22359/MG (médico do trabalho)
DRA. MARIANA LUCIO MARRIEL - CRM: 58906/MG (médico examinador)
DRA. LUIZA CARVALHO DE OLIVEIRA - CRM: 93737/MG (médico examinador)
DRA. CAMILA ASSIS FREITAS - CRM: 95284/MG (médico examinador)

Sendo o que se apresenta para o momento,

Dr. Marcelo Luiz Estrela Duarte
CRM MG 12364

DR. MARCELO LUIZ ESTRELA DUARTE - CRM: 12364
(Médico Responsável e examinador do PCMSO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA

AMESP FLS.: 0257 Assinatura

Nº 2022113144 - PROCESSO: 160828 - VALIDADE: 08/09/2024

A Gerência de Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, nos termos da Lei Municipal nº 7031, de 12 de janeiro de 1996, concede o Alvará Sanitário para o estabelecimento:

EMENALLI MEDICAL LTDA - CNPJ/CPF: 13694036000245

Estabelecido: RUA CASTELO SETUBAL, Nº 120 - Bairro: CASTELO - CEP: 31330090

Que exerce(m) a(s) atividade(s) de:

COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR - CNAE/CBO: 4649408
COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO - CNAE/CBO: 4644301
COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS - CNAE/CBO: 4664800
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR - CNAE/CBO: 7739002
COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓ - CNAE/CBO: 4645101

Com a(s) seguinte(s) especialidade(s):

DISTRIBUIDOR DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO
IMPORTADOR DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO
EXPORTADOR DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO
DISTRIBUIDOR DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS
IMPORTADOR DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS
EXPORTADOR DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS
DISTRIBUIDOR DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
IMPORTADOR DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
EXPORTADOR DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO CONTROLADO
DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
IMPORTADOR DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
EXPORTADOR DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR

Atividade(s) dispensada(s) de licenciamento sanitário municipal:

COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO - CNAE/CBO: 4649401
COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO - CNAE/CBO: 4644302
COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA - CNAE/CBO: 4649404
COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - CNAE/CBO: 4651602
COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA - CNAE/CBO: 4647801
ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - CNAE/CBO: 7020400

Estabelecimento funciona sob a responsabilidade técnica de:

LAILA MOURA ORNELAS - profissional inscrito no CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA, sob Nº 31438

se compromete(m) a: Observar as boas práticas de fabricação e/ou serviço e a não transgredir as normas legais e regulamentares destinadas à promoção, recuperação e defesa da saúde, referentes às atividades exercidas. O não cumprimento das mesmas implicará na imposição de penalidades da legislação sanitária municipal, podendo resultar inclusive no cancelamento deste alvará e/ou interdição do estabelecimento.

Belo Horizonte 08/09/2022

Alvará de Autorização Sanitária emitido por meio eletrônico conforme previsto no Artigo 19 da Lei Municipal 7031 de 1996 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 17944 de 28 de abril de 2022 e pela Portaria SMSA/SUS-BH nº 0221/2022.

1) Sempre que houver alteração das informações contidas neste Alvará, essa deverá ser comunicada à Vigilância Sanitária;
2) Este Alvará deverá ser afixado em local visível ao público, sob pena de multa.
3) O Alvará de Autorização Sanitária é o documento que formaliza a licença para exercício das atividades econômicas efetivamente exercidas no local, no âmbito da Vigilância Sanitária.

AMESP
FLS.: 0258
Assinatura

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 19/09/2022 | Edição: 178 | Seção: 1 | Página: 219
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/4ª Diretoria/Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária/Coordenação de Autorização de Funcionamento de Empresas

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.084, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PS FARMA LTDA / 46.920.473/0001-08

25351.323842/2022-00 / 7928823

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593303221

GCP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 44.699.326/0001-24

25351.346621/2022-00 / 4049290

722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638679226

ITFARMA OURO PRETO DO OESTE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.803.784/0001-24

25351.312861/2022-01 / 7926671

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573612220

---

8 IMPORTS COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 37.658.831/0001-65

25351.378166/2022-01 / 3098561

712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4482894222

ALPHA MEDICAL MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 44.132.786/0001-76

25351.311201/2022-02 / 8254936

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570304222

DROGARIA FARMA VITA EIRELI / 39.452.510/0001-35

25351.324028/2022-02 / 7928655

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593876228

ACERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 20.731.403/0001-18

AMESP
Fls.: 0259
Assinatura

25351.233019/2022-03 / 8255655

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4372581211

JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA / 38.086.197/0002-87

25351.324035/2022-04 / 7928746

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593897221

DROGARIA SANTO ANTONIO II DO GUARUJA LTDA / 45.236.325/0001-06

25351.324042/2022-06 / 7928810

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593919225

MED HOSPITALAR PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 27.025.521/0001-50

25351.311233/2022-08 / 1279709

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570340229

POSTO DE MEDICAMENTOS TELES COMERCIO LTDA / 04.036.878/0001-38

25351.313824/2022-10 / 7926731

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575465229

BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA - ME / 26.089.337/0001-00

25351.311060/2022-10 / 1279670

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570145221

FARMA BUIQUE LTDA / 46.547.318/0001-98

25351.313815/2022-11 / 7926714

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575445224

JOSÉ HOMERO DE SOUZA FILHO - ME / 09.520.508/0002-76

25351.315740/2022-11 / 7926819

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578338221

DROGARIA NOVA CANAA FRONTEIRA UNIPESSOAL LTDA / 44.935.661/0001-84

25351.313822/2022-12 / 7926728

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575457228

TRANSMASI TRANSPORTES LTDA. / 13.022.072/0001-81

25351.310904/2022-13 / 3116081

737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4569981224

AMESP
Fls.: 0260
Assinatura

EGILIENNE ALMEIDA DE LACERDA BATISTA / 40.632.030/0001-35

25351.324017/2022-14 / 7928595

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593843221

GLOBAL COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA / 46.386.928/0001-57

25351.311263/2022-14 / 8254953

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570371221

R & R COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 33.584.668/0001-82

25351.311688/2022-15 / 8255000

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570815227

ALYNNE H P DE MACEDO PEGO & CIA LTDA / 40.548.814/0001-80

25351.324033/2022-15 / 7928686

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593891221

PLINIO P. DE SOUSA / 03.275.222/0002-96

25351.325005/2022-15 / 7928547

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4598176221

MICHEL AKSON RAMOS LEITE / 31.888.664/0002-43

25351.323953/2022-16 / 7929005

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593654224

BARATAO DE BEL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.886.325/0001-09

25351.324024/2022-16 / 7928638

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593864224

VP COMERCIO DE ARTIGOS ORTOMEDICOS LTDA / 32.203.543/0005-26

25351.316005/2022-16 / 7926836

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579137226

---

dk comércio de medicamentos e perfumaria ltda / 46.650.964/0001-86

25351.312757/2022-16 / 7926668

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573353228

PORTAL FARMACIA LTDA / 47.641.184/0001-32

25351.326455/2022-17 / 7928564

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4599796229

AMESP
FLS.: 0261
Assinatura

E H SILVA LIRA PESSOA LTDA / 44.168.189/0001-00

25351.324040/2022-17 / 7928794

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593913226

JPJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.721.401/0012-72

25351.316012/2022-18 / 7926840

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579156222

DROGARIA E PERFUMARIA DA PRAÇA DE MURIQUI LTDA EPP / 44.211.872/0001-74

25351.323951/2022-19 / 7928980

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593648220

DROGARIA MARIA LUIZA SANTOS LTDA / 45.852.970/0001-53

25351.324054/2022-22 / 7928962

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593955221

BARREIROS SOLUÇÕES MEDICAS LTDA / 46.440.540/0001-97

25351.311291/2022-23 / 8254971

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570399223

TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 84.521.053/0137-11

25351.323847/2022-24 / 7928871

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593318229

DROGARIA SAO MIGUEL ARCANJO LTDA / 68.526.573/0002-78

25351.315458/2022-25 / 7926759

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577596226

DENTAL REAL LTDA / 22.296.257/0001-75

25351.311333/2022-26 / 1279712

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570445225

DRUGSTORE DO WANTUIL LTDA / 47.215.557/0001-03

25351.324022/2022-27 / 7928624

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593858220

K2 A2 SOCIEDADE FARMACEUTICA LTDA / 45.297.846/0001-73

25351.324038/2022-30 / 7928781

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593907221

AMESP
FLS.: 0262
Assinatura

NOGUEIRA E QUIRINO LTDA / 46.886.472/0001-94

25351.315424/2022-31 / 7926745

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577491229

Holística Importação e Comércio Ltda. / 40.877.106/0001-92

25351.311571/2022-31 / 4049060

722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570689221

JACSON RODRIGO SILVA BARBOSA / 42.218.542/0001-85

25351.324045/2022-31 / 7928868

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593928224

DROGARIA MDS INDAIATUBA LTDA / 47.186.878/0001-27

25351.312631/2022-33 / 7926641

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573012221

DROGA FERT MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 47.302.015/0001-78

25351.324052/2022-33 / 7928931

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593949227

DROGARIA SAO MIGUEL ARCANJO LTDA / 68.526.573/0003-59

25351.315463/2022-38 / 7926762

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577628228

BELLA FARMA KR DROGARIA LTDA / 46.909.056/0001-64

25351.324020/2022-38 / 7928611

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593852221

CADMIEL F MATIAS FARMACIA / 46.165.220/0001-76

25351.326451/2022-39 / 7928551

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4599788228

DROGARIA YOLE LTDA / 23.890.893/0001-93

25351.312534/2022-41 / 7926637

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4572701225

Surgicallog Armazém Geral e Transporte LTDA / 36.865.875/0001-01

25351.311273/2022-41 / 8254967

862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4570381227

AMESP
Fls.: 0263
Assinatura

Mosaico Comércio e Equipamentos Eireli / 32.473.762/0001-00

25351.346365/2022-42 / 1280203

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638322221

DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/1149-16

25351.323829/2022-42 / 7928701

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593266222

BREJO PHARMA LTDA / 47.046.168/0001-00

25351.324043/2022-42 / 7928837

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593922225

D E D FARMA LTDA / 46.293.075/0001-09

25351.324050/2022-44 / 7928901

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593943228

VANESSA ZANDONA MENDES DROGARIAS LTDA / 47.236.036/0001-32

25351.323836/2022-44 / 7928732

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593287225

MAXIPAPA COMERCIAL LTDA / 43.095.097/0001-76

25351.346622/2022-46 / 4049301

723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638680224

FARMACIA REDE LEGUI LTDA / 13.994.992/0003-23

25351.323843/2022-46 / 7928841

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593306225

FARMACIA SAO RAFAEL LTDA / 09.329.414/0002-14

25351.323850/2022-48 / 7928928

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593327228

A S DE MATOS COMERCIO / 20.202.110/0002-24

25351.324029/2022-49 / 7928669

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593879222

BORGES REIS LTDA / 47.019.009/0001-08

25351.324027/2022-50 / 7928641

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593873223

AMESP
FLS.: 0264
Assinatura

N DE L SOARES / 46.923.425/0001-73

25351.324676/2022-51 / 7928516

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597474228

RUCILEIA DA SILVA BEZERRA ME / 01.440.945/0001-97

25351.324034/2022-51 / 7928690

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593894226

DROGARIA ESPERANCA VILA DO JOAO EIRELI / 31.631.629/0001-63

25351.324041/2022-53 / 7928806

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593916221

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1137-29

25351.313448/2022-55 / 7926685

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4574708223

MMJ FARMA LTDA / 46.759.849/0001-44

25351.323834/2022-55 / 7928729

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593281226

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1162-30

25351.315607/2022-56 / 7926793

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577939222

GCP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 44.699.326/0001-24

25351.346620/2022-57 / 8255641

859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4638678220

PRIME MED LTDA / 45.605.301/0001-87

25351.311592/2022-57 / 1279697

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570714226

MOISÉS L LEÃO DE MELO / 43.304.394/0001-84

25351.324820/2022-59 / 7928533

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597840229

JPJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 12.721.401/0013-53

25351.316013/2022-62 / 7926853

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4579115225

AMESP
Fls.: 0265
Assinatura

W C DE JESUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.062.326/0001-19

25351.324032/2022-62 / 7928672

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593888221

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2783-54

25351.315813/2022-66 / 7926822

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578567228

DROGARIA POPULAR LA VITTA II LTDA / 36.598.045/0001-57

25351.324018/2022-69 / 7928607

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593846226

SAVE LIFE COMERCIO E SERVIÇO MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 33.837.342/0001-10

25351.324016/2022-70 / 7928578

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593840227

DROGARIA AYRON LTDA / 46.512.462/0001-99

25351.315473/2022-73 / 7926776

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577663226

BR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.145.569/0001-83

25351.313518/2022-75 / 7926699

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4574877222

J V DANTAS LTDA / 46.951.940/0001-67

25351.324055/2022-77 / 7928993

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593958226

HEADS COMERCIAL LTDA / 01.620.324/0001-95

25351.323830/2022-77 / 7928715

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593269227

PRODUTOS FARMACEUTICOS UNIAO LTDA / 45.002.575/0001-81

25351.312698/2022-78 / 7926654

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4573181221

FARMACIA PRINCIPAL SERITINGA LTDA / 44.701.579/0001-95

25351.323848/2022-79 / 7928899

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593321229

AMESP
FLS.: 0266
Assinatura

TRUST MED FARMACIA DE MANIPULACAO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA / 43.663.740/0001-10

25351.315584/2022-80 / 7926780

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4577879225

A L FILHO ME / 10.745.249/0001-80

25351.323853/2022-81 / 7928976

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593336227

Emenalli Medical Ltda / 13.694.036/0002-45

25351.346505/2022-82 / 8255638

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4638539220

A. R. BENTO & CIA LTDA / 47.232.127/0001-08

25351.315633/2022-84 / 7926805

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4578052228

DROGARIA BEIRA RIO G7 LTDA / 46.908.846/0001-25

25351.324046/2022-86 / 7928885

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593931224

ITFARMA JARU RO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.804.246/0001-54

25351.313788/2022-86 / 7926701

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4575339223

HUMAN CONCIERGE LOGISTICA EIRELI / 13.185.208/0002-55

25351.346311/2022-87 / 8255624

855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 4638249221

DROGALIRA FORMULAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 01.031.579/0010-03

25351.324053/2022-88 / 7928945

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593952227

FARMÁCIA DO BAIRRO PRAIA DO SIQUEIRA LTDA / 42.694.561/0001-88

25351.323839/2022-88 / 7928777

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593296224

MED HOSPITALAR PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 27.025.521/0001-50

25351.311290/2022-89 / 8254940

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570398227

AMESP
FLS.: 0267
Assinatura

V C B SOUZA DROGARIA LTDA / 47.092.816/0001-56

25351.324816/2022-91 / 7928520

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4597801228

DROGARIA DEZOITÃO LTDA / 47.288.468/0001-97

25351.312052/2022-91 / 7926623

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4571497225

C. H. DA SILVA AGUIAR / 19.885.545/0011-22

25351.323851/2022-92 / 7928959

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593330228

A T ASSUNÇÃO / 36.333.344/0001-60

25351.324037/2022-95 / 7928763

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593903229

STIMA SAUDE E ESTETICA LTDA / 42.887.572/0001-84

25351.311002/2022-96 / 1279666

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4570083226

B.G. DISTRIBUIDORA E SOLUÇÕES LTDA / 30.969.769/0001-83

25351.346574/2022-96 / 3116353

740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638625223

POSITIVE REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO MEDICAL LTDA / 43.469.516/0001-92

25351.311570/2022-97 / 8254984

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570688225

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1343-52

25351.324044/2022-97 / 7928854

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593925220

PRIME MED LTDA / 45.605.301/0001-87

25351.311073/2022-99 / 8254922

856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4570159222

DROGARIA E PERFUMARIA MORAES E SILVA LTDA / 44.905.181/0001-70

25351.324051/2022-99 / 7928914

AMESP
FLS.: 0268
Assinatura

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593946222

NELFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 70.097.530/0036-05

25351.323837/2022-99 / 7928750

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593290225

MAXIPAPA COMERCIAL LTDA / 43.095.097/0001-76

25351.346616/2022-99 / 3116367

740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4638674224

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

AMESP
FLS.: 0269
Assinatura

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 22/09/2022 | Edição: 181 | Seção: 1 | Página: 119
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/4ª Diretoria/Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária/Coordenação de Autorização de Funcionamento de Empresas

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.110, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CAMBIARI TRANSPORTES LTDA / 02.022.067/0001-52

25351.332512/2022-05 / 1280251

7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4612463226

UNIDOCKS ASSESSORIA E LOGISTICA DE MATERIAIS LTDA / 00.233.065/0056-50

25351.352738/2022-14 / 1280342

761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4649452228

M3 TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI / 30.187.943/0001-36

25351.347005/2022-68 / 1280308

7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4639238223

JM MEDICAL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 46.338.693/0001-28

25351.326366/2022-71 / 1280217

704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4599677221

ML distribuidora de medicamentos ltda / 43.186.551/0001-02

25351.336382/2022-71 / 1280248

704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4619714224

POTENZA TRANSPORTES EIRELI / 07.136.315/0001-00

25351.349256/2022-87 / 1280325

AMESP
Fls. 0270
Assinatura

7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4643221224

GA HOSPITALAR LTDA / 37.014.586/0001-53

25351.349367/2022-93 / 1280339

704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4643341220

Emenalli Medical Ltda / 13.694.036/0002-45

25351.346782/2022-95 / 1280282

704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4638947221

UNIDOCKS ASSESSORIA E LOGISTICA DE MATERIAIS LTDA / 00.233.065/0057-31

25351.349443/2022-61 / 1280373

761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4643421223

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

AMESP
FLS.: 0271
Assinatura

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 27/11/2023 | Edição: 226 | Seção: 1 | Página: 176
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/1ª Diretoria/Diretoria-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária/Coordenação de Autorização de Funcionamento de Empresas

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.522, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BTG COMERCIAL CIRURGICA LTDA - EPP / 23.139.891/0001-67

25351.927157/2016-00 / 8134507

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

TRANSPORTAR: CORRELATOS

866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAUDE - ENDEREÇO / 1235696235

F7 MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 28.102.490/0001-56

25351.669387/2018-00 / 1181371

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1199888231

C.S.R - SERVICOS, INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 07.040.696/0001-29

25351.238133/2023-01 / 8268735

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EMBALAR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

FABRICAR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

AMESP 0272 Assinatura

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS: INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1274293235

AMAJOR FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - ME - FILIAL 01 / 08.303.445/0003-14

25351.536661/2017-76 / 7545055

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1274478235

MONTE CRISTO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 37.918.420/0001-61

25351.690755/2021-76 / 8227171

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1205928235

Aerosoft Cargas Aéreas Ltda / 01.014.373/0002-65

25351.453869/2014-76 / 8108345

TRANSPORTAR: CORRELATOS

866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1235705234

DROGARIA LESSA LTDA / 33.003.763/0001-45

25351.272508/2019-77 / 7652971

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS: INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1275187234

EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP / 13.694.036/0001-64

25351.380539/2017-77 / 1167399

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

AMESP
FLS: 0273
Assinatura

70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1194768237

FRANS DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP / 17.493.267/0001-60

25351.297133/2018-77 / 8166541

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1215860234

Sheyla suely medeiros de morais / 50.829.468/0001-61

25351.596252/2023-77 / 5018094

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1258036231

ETHERA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 38.175.270/0001-06

25351.620522/2023-78 / 4061730

ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

IMPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1220499234

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS LTDA / 28.486.039/0001-80

25351.854994/2020-80 / 1245418

TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO

70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1198517239

FARMACIAS FARMANOSSA LTDA / 51.870.735/0001-07

25351.678906/2023-80 / 5029202

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1258032236

AMESP
FLS.: 0274
Assinatura

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 27/11/2023 | Edição: 224 | Seção: 1 | Página: 120
Órgão: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/4ª Diretoria/Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária/Coordenação de Autorização de Funcionamento de Empresas

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.522, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BTG COMERCIAL CIRURGICA LTDA - EPP / 23.139.891/0001-67

25351.927157/2016-00 / 8134507

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

TRANSPORTAR: CORRELATOS

866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1235696235

F7 MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 28.102.490/0001-56

25351.669387/2018-00 / 1181371

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1199888231

C.S.R - SERVICOS, INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 07.040.696/0001-29

25351.238133/2023-01 / 8268735

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EMBALAR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

FABRICAR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

AMESP
Fls.: 0275
Assinatura

FARMACIA DROGAMASSA LTDA / 52.301.082/0001-08

25351.410873/2014-81 / 7238270

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1309591237

EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP / 13.694.036/0001-64

25351.318849/2017-81 / 1166513

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1193329230

M de Fátima Sousa / 70.103.494/0001-15

25351.717558/2014-82 / 7341534

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1275127231

CMF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 13.414.166/0001-04

25351.099260/2012-83 / 8093212

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

TRANSPORTAR: CORRELATOS

866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1235704238

STAR MEDICAL RJ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES / 19.807.546/0001-87

25351.664808/2022-84 / 8262732

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1220453234

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA - DML

AMESP Fls.: 0276 Assinatura

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Pessoa Jurídica

Nº do Alvará: 2022022628 **Data Concessão:** 13/07/2022 **Data de Validade:** 13/07/2027

Nº do Processo de Concessão: 55.084.119.22-25 **Nº do Protocolo de Solicitação (SIASP):** 0375957-001

SITUAÇÃO: Ativo **Responsável** 1030602 - Gerência de Licenciamento de Atividades

A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

DADOS DO LICENCIADO

CNPJ: 13.694.036/0002-45 **Inscr. Municipal:** 1.315.074/001-X **Data de Registro:** 21/06/2021

Razão Social: EMENALLI MEDICAL LTDA

Nome Fantasia:

O local é residência de um dos sócios da empresa: Não

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Índice Cadastral do IPTU: 295011 030 0018 **Regional:** PAMPULHA - P2

Endereço: RUA CASTELO SETUBAL

Número: 120

Bairro: CASTELO

Município: Belo Horizonte **CEP:** 31330-090

Tipo de imóvel constante no IPTU: GALPAO

Área utilizada(m²): 1020,00

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

Permissividade da via: Vias de Caráter Misto - VM

Classificação da via: LOCAL **Largura da via:** 10M <= < 15M

Zoneamento: OP-1 - Ocupacao Preferencial - 1

Área de Diretrizes Especiais (ADE): ADE Bacia da Pampulha

Setor: ADE Bacia da Pampulha - Setor 3 - Area de Controle Especial do Uso do Solo

Demais informações urbanísticas do imóvel:

Centralidade local;ADE Bacia da Pampulha

ATIVIDADES

Código	Descrição
Subcategoria: COMÉRCIO	**Tipologia:** Comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico
464430100	COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO (Grupo II)
464940100	COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO (Grupo III)
464940400	COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA (Grupo III)
464940800	COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR (Grupo III)
Subcategoria: COMÉRCIO	**Tipologia:** Comércio atacadista de produtos diversos
464430200	COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO (Grupo II)
Subcategoria: COMÉRCIO	**Tipologia:** Comércio atacadista de artigos de uso técnico profissional, máquinas, equipamentos e ferramentas
464510100	COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS (Grupo III)
464780100	COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA (Grupo III)
465160200	COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (Grupo II)

AMESP
FLS.: 0277
Assinatura

Código	Descrição
466480000	COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS (Grupo III)
Subcategoria:	SERVIÇO **Tipologia:** Serviços técnico- profissionais
702040099	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (Grupo I)
Subcategoria:	SERVIÇO **Tipologia:** Locação de objetos pessoais, domésticos, máquinas e equipamentos
773900200	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR (Grupo III)

EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA O FUNCIONAMENTO

Atividade: COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO

- Água - consumo e utilização:
Caso o empreendimento faça uso de água subterrânea por meio de poço tubular deve possuir, e manter no local, em vigor, o certificado de outorga de direito de uso de águas públicas estaduais, ou, em caso de renovação, o certificado de renovação da outorga.

- Atividade classificada como alto risco sanitário, sendo necessária a obtenção de alvará de autorização sanitária, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo necessária a apresentação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e protocolo físico do projeto das instalações físicas. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022 artigo 3º, §1º e Anexo I).
- Tratamento de efluentes oleosos:
- Caso haja geração de algum tipo de efluente oleoso, este deve estar direcionado para a caixa separadora de água e óleo, e a caixa interligada à rede de esgoto da Copasa. O resíduo oleoso gerado é classificado como perigoso e deve ter uma destinação compatível com esta classificação.
- Resíduos:
- Desenvolver e implantar plano de gerenciamento de resíduos sólidos de saúde - PGRSS, o qual deverá ser aprovado na Superintendência de Limpeza Urbana - SLU e Secretaria Municipal de Saúde - SMSA. O plano e a documentação comprobatória de aprovação da implantação devem ser mantidos no local (Decreto Municipal 16.509/2016).
- Resíduos:
- Para a gestão dos resíduos sólidos e rejeitos, o empreendedor deverá utilizar o Sistema MTR-MG, conforme determina a deliberação normativa COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019, contemplando, entre outros aspectos:
* O cadastramento e a utilização da Plataforma Digital Sistema MTR-MG, disponível na página eletrônica da Feam.
* A emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos-MTR para todos os resíduos gerados no empreendimento.
* Acompanhamento dos MTR gerados pelo empreendimento, até que ocorra a emissão do Certificado de Destinação Final-CDF.
* Elaboração e envio semestral, por meio do Sistema MTR-MG, da Declaração de Movimentação de Resíduos-DMR, informando as operações realizadas no período com os resíduos sólidos e com os rejeitos gerados ou recebidos, observados os seguintes prazos:
- Até o dia 28 de fevereiro de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de julho a 31 de dezembro do ano anterior;
- Até o dia 31 de agosto de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de janeiro a 30 de junho do ano em curso.

- Tratamento de efluentes:
- Obter laudo de liberação das instalações sanitárias emitido pela Copasa ou contrato de adesão ao programa de recebimento e controle de efluentes não domésticos - PRECEND.
- Manter no local, e em vigor, declaração de conformidade, caso o estabelecimento esteja em monitoramento e acompanhamento pelo PRECEND.
- Para processos em andamento na Copasa, manter no local solicitação de ingresso no PRECEND ou protocolo que confirme a entrega de projeto.
- Destinação de resíduos:
- Resíduos perigosos e/ou contaminados com substâncias perigosas não podem ser depositados, descarregados, acumulados e/ou enterrados no solo e devem ter uma destinação compatível com sua periculosidade. Qualquer resíduo não perigoso quando em contato com resíduos perigosos torna-se, também, um resíduo considerado perigoso.
- Resíduos sólidos perigosos (classe 1, conforme NBR 10.004) deverão ser armazenados em local provido de cobertura e piso impermeabilizado, observando-se demais aspectos da NBR 12.235 da ABNT.
- Sucatas contaminadas, pneus inservíveis, peças e equipamentos não utilizados devem ser armazenados obrigatoriamente em local coberto com piso impermeável.

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
Fls.: 0278
Assinatura

- Pilhas e/ou baterias devem ser encaminhadas aos revendedores, à rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores ou a coletores especializados. É proibida a disposição final de baterias em aterro sanitário e a sua incineração, bem como o seu descarte direto no meio ambiente (Resolução CONAMA 401/08).

- Resíduos sólidos classificados como perigosos (lamas e lodos, soluções exauridas e de banhos químicos e galvanométricos, solventes e óleos usados, restos e embalagens de tintas, thinner, resíduos de MDF contaminados, aparas de couro, estopas contaminadas com óleo e produtos químicos, lâmpadas fluorescentes, entre outros) conforme norma ABNT NBR 10004, devem ser armazenados em local adequado, conforme ABNT/NBR 12235, até que seja feita sua destinação final adequada por empresa especializada.
- Os efluentes líquidos decorrentes do processo produtivo ou de tratamento de aspectos ambientais gerados, que não sejam reutilizados/tratados no local ou lançados na rede de esgotos, são considerados resíduos sólidos e devem ser acondicionados, armazenados transportados e tratados, de acordo com sua classificação de periculosidade, conforme Norma Técnica NBR 10.004, por empresas prestadoras de serviço com Licença Ambiental compatível.

- O empreendedor, quando acionado pela fiscalização municipal, deverá adotar medidas mitigadoras visando adequar suas imissões sonoras (ruídos), efluentes líquidos (águas servidas, pluviais, oleosas), emissões atmosféricas (materiais particulados, gases tóxicos, corrosivos e substâncias odoríferas) à legislação vigente e minimizar possíveis incômodos à vizinhança, e se necessário elaborar os respectivos laudos de monitoramento e/ou projetos técnicos das adequações realizadas. O laudo técnico deve ser emitido por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ¿ ART e deverá comprovar a eficiência da adequação ou a não necessidade de fazê-la. O projeto de adequação (com indicação de bibliografia utilizada e respectiva ART) e o laudo técnico de monitoramento (e respectiva ART) devem ser mantidos no local à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.
- Todas as etapas geradoras de emissões atmosféricas significativas devem ser executadas em local apropriado e dotado de sistema de exaustão e, caso necessário, sistema de controle, para evitar emanação de odores, gases, material particulado, etc, para além dos domínios físicos do empreendimento. Se forem constatados incômodos à vizinhança medidas de adequação deverão ser implementadas.
- Pessoas físicas e jurídicas que executam atividades passíveis de controle ambiental têm obrigação legal de realizar sua inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) de acordo com a Tabela de Atividades e a Instrução Normativa (IN) nº 06 de 15 de março de 2013; e Instrução Normativa (IN) n°12 de 13 de abril de 2018 que Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- Resíduos de equipamentos elétricos ou eletrônicos deverão ser coletados e destinados adequadamente, de preferência à reciclagem, pois podem conter metais tóxicos, gases e/ou substâncias perigosas.
- Ruídos e vibrações:
- O empreendimento é responsável por garantir que as imissões de ruídos, sons e vibrações provenientes de suas fontes fixas potencialmente poluidoras, tais como compressores de ar, compressores em unidades refrigeradoras, prensas hidráulicas, serras policortes, lixadeiras, esmerilhadeiras, batidas como marteladas, torres de resfriamento, bombas hidráulicas, jatos de água, válvulas de controle, tubulações de transporte de fluídos, caldeiras, turbinas a gás e vapor, motores estacionários (diesel e gás), queimadores, motores elétricos, geradores elétricos, transformadores elétricos, engrenagens, autofalantes e caixas acústicas (sistemas de som com música ao vivo ou eletrônica) , instaladas em locais com tratamento acústico ou não, ou aquelas decorrentes de suas atividades (Ex: carga e descarga, movimentação de veículos em pátios, manobras em área de estacionamento, transporte interno de mercadorias, conversas entre usuários e movimentação de pessoas, etc.), obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei Municipal 9.505/08 ou a que vier substituí-la.
- Caso os níveis de pressão sonora, medidos nos locais de suposto incômodo, ultrapassem os níveis máximos fixados na legislação em vigor o empreendimento deverá, imediatamente, adotar as medidas mitigadoras cabíveis, podendo ser exigida a elaboração e implantação de projeto técnico de adequação para redução dos níveis de pressão sonora decorrentes da operação de seus equipamentos e/ou atividades. O projeto técnico e a implantação deverão ser realizados por profissional habilitado, que deverá expedir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente ao projeto as built (projeto pós implantado). Devem ser avaliados os níveis de pressão sonora do som total (ruído total), do som residual (ruído de fundo) e do som específico (ruído da fonte), sendo este último o objeto que deve ser comparado com os limites estabelecidos pela legislação em vigor. Antes da realização das medições deverão ser obtidas cópias dos certificados de calibração dos equipamentos a serem utilizados nas medições, que devem ser emitidos pela RBC, INMETRO ou outras instituições credenciadas. Após a implantação do tratamento acústico, deverá ser realizado monitoramento para comprovação de sua eficiência e, posteriormente, o monitoramento periódico com medições dos níveis de pressão sonora deve ser mantido. O projeto de adequação, a ART e a documentação comprobatória de monitoramento devem ficar disponíveis no local, à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.

AMESP
FLS.: 0279
Assinatura

- Ruídos (compressores de ar):
O equipamento deverá ser posicionado preferencialmente nas áreas centrais do imóvel ou o mais afastado possível de potenciais receptores, principalmente residências, para evitar incômodos relacionados a ruídos e vibrações. Se necessário, deverá ser implantado sistema de contenção sonora para o equipamento (enclausuramento, se for possível) e/ou dispositivo(s) amortecedor(es) de vibração. A utilização deste equipamento em qualquer horário, mas especialmente no período noturno, deverá observar os níveis máximos fixados na Lei Municipal 9.505/08 ou a que vier substituí-la.
- - Todos os equipamentos/atividades que gerem emissões atmosféricas (fontes estacionárias) devem possuir sistema de ventilação local exaustora que atenda às normas técnicas vigentes. O lançamento só poderá ser realizado por meio de chaminé ou outro dispositivo técnico adequado. Caso seja constatado incômodo ou ainda se comprovado não atendimento aos limites legais (DN COPAM 187/13 ou a que vier substituí-la), deverá ser implantado sistema de controle cuja comprovação devera ser feita por meio de apresentação de projeto técnico as built (projeto técnico após implantação), acompanhado de ART e referências bibligráficas que comprovem sua viabilidade técnica, o qual deverá ser mantido no empreendimento à disposição da fiscalização. Deverá ser realizada manutenção periódica nos sistemas de exaustão e controle das emissões e, quando for o caso, o monitoramento para avaliar sua eficiência. A documentação comprobatória de manutenção e eficiência dos equipamentos instalados deverá ser mantida no empreendimento à disposição da fiscalização.
- No caso de emissões atmosféricas contendo substâncias tóxicas e/ou corrosivas, a empresa deverá implantar sistema de controle cuja comprovação de adequação deverá ser feita por meio de projeto as built (projeto pós implantação) com ART. Quando solicitada, a empresa deverá comprovar sua adequação e eficiência no controle dos respectivos poluentes, através de monitoramento de acordo com as normas técnicas pertinentes, referências bibliográfica e estudo de percepção ambiental com relação às emissões em questão.
- Compete à SMMA a análise do projeto do sistema de controle sob o ponto de vista de sua adequação em relação a mitigação dos impactos ambientais causados pelas emissões atmosféricas. Sua eficiência, cuja garantia deverá ser atestada pelo projetista/fabricante, somente poderá ser verificada pela SMMA após sua implantação e funcionamento.

- Efluentes atmosféricos:
- Não é permitida a emissão de substâncias odoríferas ou irritantes às vias respiratórias na atmosfera, em concentrações que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora, causando incômodo à vizinhança. Caso constatado o incômodo, a empresa deverá implantar sistemas de exaustão e de controle, se necessário, adequados e elaborar projeto as built (projeto técnico após implantação) com ART e referências bibliográficas que comprovem sua viabilidade técnica, o qual deverá ser mantido no empreendimento à disposição da fiscalização. Caso a fiscalização comprove que, após o projeto implantado, o incômodo persista, novas medidas deverão ser adotadas até que cesse o incômodo.
- Proibida a utilização de Cloro Flúor Carbono - CFC como fluido de refrigeração nos Sistemas de Refrigeração, conforme estabelecido no Protocolo de Montreal.
- Efluentes atmosféricos (equipamentos de climatização ou de refrigeração):
- Os gases refrigerantes atualmente utilizados deverão ser substituídos, respeitando os prazos estipulados, conforme Protocolo de Montreal, com especial atenção à emenda de Kigali. Assegurar que não sejam emitidos fluídos refrigerantes para a atmosfera. Em caso de substituição de fluídos, deverão ser recolhidos e destinados adequadamente. Nesse sentido, as determinações do Protocolo de Montreal e Resolução CONAMA 267/2000 deverão ser atendidas.
- Efluentes atmosféricos (utilização de gerador):
- Caso faça uso de combustível Diesel S10, o empreendimento está isento da instalação de sistema de controle de emissões (mas não está isento de sistema de exaustão), desde que fique comprovado, através de laudo técnico de monitoramento (acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ¿ ART) o atendimento aos Limites Máximos de Emissão - LME para os parâmetros que constam na DN COPAM 187/13. Manter no local os comprovantes de aquisição do Diesel S10 durante 5 anos, bem como o laudo, à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.
- Caso faça uso de outro combustível com maior teor de enxofre que o Diesel S10 (ex: BPF, diesel comum), deverá ser adotado sistema de controle de emissões. Manter no local o projeto técnico do sistema de controle (acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ¿ ART de projeto e execução) ou, no caso de sistema em operação, projeto técnico as built (acompanhado da respectiva ART), à disposição da fiscalização dos órgãos competentes. A empresa deverá realizar o monitoramento periódico de acordo com as normas técnicas pertinentes, contemplando os parâmetros que constam na DN COPAM 187/13 e observando os Limites Máximos de Emissão - LME estabelecidos.
Nota:
- O óleo lubrificante usado (Resolução CONAMA 362/05):
* deve ser destinado obrigatoriamente à reciclagem por meio do processo de rerrefino;
* não é admitido o uso de óleo lubrificante usado como desmoldante e nem como combustível;
* deve ser mantido, para fins de fiscalização dos órgãos competentes, os documentos comprobatórios de

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.slatu.pbh.gov.br

AMESP
Fls.: 0280
Assinatura

compra de óleo lubrificante acabado e os certificados de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, expedidos por empresa licenciada, pelo prazo de 5 anos;
* as embalagens de deverão ser encaminhadas preferencialmente para a logística reversa (Lei Federal nº 12.305/2010 e Lei Estadual nº 18.031/09). Devem ser mantidos, para fins de fiscalização dos órgãos competentes, os documentos comprobatórios de compra de óleo lubrificante acabado e os certificados de coleta de embalagens usadas, expedidos por empresa licenciada, pelo prazo de 5 anos.
- Efluentes atmosféricos (projeto e implantação de sistemas de exaustão e controle):
- Deverão ser executados por profissional habilitado, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ¿ ART (de projeto e execução). Após a implantação do sistema de exaustão, deverá ser realizado monitoramento para comprovação de sua eficiência e, posteriormente, o monitoramento periódico do material particulado, de acordo com as normas técnicas, deve ser mantido. O projeto as built de adequação (a respectiva ART - de projeto e execução) e a documentação comprobatória de monitoramento devem ser mantidos no local, à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.
- Empreendimentos que possuam gerador, ainda que somente emergencial, deverão contar com bacia de contenção impermeável para deter possíveis vazamentos, que deve ser estanque (sem ralos, sem registros) para impedir o acesso do material derramado à rede pública de esgotos, às águas pluviais, ou a outra forma alternativa adotada de esgotamento (Ex: fossa ou sumidouro). O dispositivo deve possuir capacidade volumétrica para reter no mínimo 110 % do volume de óleo armazenado em seu interior. Em caso de incidentes, a retirada do material derramado deve ser realizada de forma adequada (Ex: sucção, uso de absorventes como areia, serragem, mantas, etc).

- Todo armazenamento de combustível líquido/pastoso, inflamável e/ou químico considerado perigoso deverá ser provido de bacias de contenção impermeável, que devem ser estanques (sem ralos, sem registros) para impedir o acesso do material derramado à rede pública de esgotos, às águas pluviais, ou a outra forma alternativa adotada de esgotamento (Ex: fossa ou sumidouro). A bacia deve possuir capacidade volumétrica para reter no mínimo 110 % do volume de material armazenado em seu interior. Em caso de incidentes a retirada do material derramado deve ser realizada de forma adequada (Ex: sucção, uso de absorventes como areia, serragem, mantas, etc).

- Segurança e risco:
- Produtos químicos que causem danos à saúde e/ou ao meio ambiente devem ser acondicionados em local apropriado, respeitando-se suas características e incompatibilidades químicas, conforme recomendações das Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ. Devido às propriedades químicas de cada produto, estes podem reagir entre si, resultando numa explosão, produção de gases altamente tóxicos, inflamáveis ou poluentes. Recomenda-se a substituição de insumos químicos perigosos, quando possível, por outros com menor potencial de periculosidade.
- O armazenamento dos produtos deve ser executado conforme as recomendações do fabricante ou distribuidor, e respeitando-se a legislação em vigor. Especial atenção deve ser dada ao armazenamento de produtos químicos que possuem propriedades reativas, como explosivos, por exemplo, do tipo pirofórico, que incluem magnésio metálico, sódio metálico, fósforo, potássio metálico e outros.
- O local para o armazenamento deve ser construído com técnica e materiais selecionados de forma a proporcionar: condições estruturais seguras; boa ventilação (natural ou forçada); iluminação natural; sistema, construtivo ou de controle, que impeça o acesso de animais; e sistema de controle de pessoas não autorizadas. Sempre que o material estocado (incluindo resíduos ¿ resíduos classe I e classe II A- NBR 10004/04) possa causar riscos à saúde e ao meio ambiente (Ex: óleos, graxas, produtos químicos, defensivos agrícolas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes desinfestantes domissanitários, entre outros) o piso deve ser impermeável e sem ralos, ou seja, estanque, capaz de impedir o acesso do material eventualmente derramado ao solo, às águas superficiais ou subterrâneas, ou à rede pública coletora de esgoto. A cobertura/telhado deve ser estruturalmente adequada (aspectos construtivos e de materiais) e sem goteiras. As instalações elétricas devem estar em bom estado. Devem ter afixadas placas com símbolos de perigo, quando necessário.

- A área de armazenamento de produtos químicos perigosos no estado líquido ou pastoso deve:
* estar distante de corpos hídricos, tais como: lagos, rios, nascentes, pontos de captação de água, áreas inundáveis etc., de forma a diminuir os riscos de contaminação em caso de eventuais acidentes;
* estar a distância segura de residências, escolas, postos de saúde, hospitais, abrigo de animais domésticos e depósitos de alimentos, de forma que os mesmos não sejam contaminados/afetados em casos de eventuais acidentes;
* ser devidamente identificada com placas de sinalização, alertando sobre o risco e o acesso restrito a pessoas autorizadas.
- O empreendedor é responsável por capacitar/treinar seus funcionários de forma a assegurar que a operação do empreendimento garanta, por meio de boas práticas:
- segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação adequada dos resíduos gerados (Lei Federal 12.305/10, Lei Municipal 10.534/12);
- separação efetiva entre as águas servidas e águas pluviais, descarte adequado de seus efluentes líquidos, observando as exigências da COPASA;

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
Fls.: 0281
Assinatura

- lançamento de suas emissões atmosféricas através de sistema de exaustão e controle (caso necessário) dentro dos Limites Máximos de Emissão - LME para os parâmetros legais (DN COPAM 187/13) e;
- imissões sonoras respeitando os limites estabelecidos (Lei Municipal 9.505/08).
- Atender às diretrizes ambientais descritas neste documento, mantendo no local todos documentos indicados como exigência para o funcionamento da atividade, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes. (Lei 11.181/19, artigo 178, §10)
- O empreendedor é responsável por capacitar/treinar seus funcionários de forma a assegurar que a operação do empreendimento garanta, por meio de boas práticas:
- segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação adequada dos resíduos gerados (Lei Federal 12.305/10, Lei Municipal 10.534/12);
- separação efetiva entre as águas servidas e águas pluviais, descarte adequado de seus efluentes líquidos, observando as exigências da COPASA;
- lançamento de suas emissões atmosféricas através de sistema de exaustão e controle (caso necessário) dentro dos Limites Máximos de Emissão - LME para os parâmetros legais (DN COPAM 187/13) e;
- imissões sonoras respeitando os limites estabelecidos (Lei Municipal 9.505/08).
- Os órgãos municipais responsáveis pela política de meio ambiente e fiscalização poderão, a qualquer tempo, exigir procedimentos preventivos ou corretivos para minimizar incômodos porventura causados, visando ao cumprimento da legislação ambiental e das diretrizes específicas para o funcionamento das atividades dispostos neste documento. (Lei 11.181/19, artigo 178, §10 e Decreto Municipal nº 16.529/16).

- Segurança e risco:
- Produtos químicos que causem danos à saúde e/ou ao meio ambiente devem ser acondicionados em local apropriado, respeitando-se suas características e incompatibilidades químicas, conforme recomendações das Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ. Devido às propriedades químicas de cada produto, estes podem reagir entre si, resultando numa explosão, produção de gases altamente tóxicos, inflamáveis ou poluentes. Recomenda-se a substituição de insumos químicos perigosos, quando possível, por outros com menor potencial de periculosidade.
- Água - consumo e utilização:
Caso o empreendimento faça uso de água subterrânea por meio de poço tubular deve possuir, e manter no local, em vigor, o certificado de outorga de direito de uso de águas públicas estaduais, ou, em caso de renovação, o certificado de renovação da outorga.

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

- Adotar sistema de tratamento dos efluentes líquidos especiais resultantes do processo produtivo da atividade, por se tratar de atividade potencialmente geradora de efluentes líquidos especiais (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Adotar procedimentos para gerenciamento de resíduos sólidos, como segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final adequada de acordo com a legislação específica, por se tratar de atividade potencialmente geradora de resíduos sólidos especiais e de saúde (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).

Atividade: COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO

- Tratamento de efluentes oleosos:
- Caso haja geração de algum tipo de efluente oleoso, este deve estar direcionado para a caixa separadora de água e óleo, e a caixa interligada à rede de esgoto da Copasa. O resíduo oleoso gerado é classificado como perigoso e deve ter uma destinação compatível com esta classificação.
- Resíduos:
- Desenvolver e implantar plano de gerenciamento de resíduos sólidos de saúde - PGRSS, o qual deverá ser aprovado na Superintendência de Limpeza Urbana - SLU e Secretaria Municipal de Saúde - SMSA. O plano e a documentação comprobatória de aprovação da implantação devem ser mantidos no local (Decreto Municipal 16.509/2016).
- Água - consumo e utilização:

AMESP
Fls.: 0282
Assinatura

Caso o empreendimento faça uso de água subterrânea por meio de poço tubular deve possuir, e manter no local, em vigor, o certificado de outorga de direito de uso de águas públicas estaduais, ou, em caso de renovação, o certificado de renovação da outorga.

- Tratamento de efluentes:
- Obter laudo de liberação das instalações sanitárias emitido pela Copasa ou contrato de adesão ao programa de recebimento e controle de efluentes não domésticos - PRECEND.
- Manter no local, e em vigor, declaração de conformidade, caso o estabelecimento esteja em monitoramento e acompanhamento pelo PRECEND.
- Para processos em andamento na Copasa, manter no local solicitação de ingresso no PRECEND ou protocolo que confirme a entrega de projeto.
- Resíduos:
- Para a gestão dos resíduos sólidos e rejeitos, o empreendedor deverá utilizar o Sistema MTR-MG, conforme determina a deliberação normativa COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019, contemplando, entre outros aspectos:
* O cadastramento e a utilização da Plataforma Digital Sistema MTR-MG, disponivel na página eletrônica da Feam.
* A emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos-MTR para todos os resíduos gerados no empreendimento.
* Acompanhamento dos MTR gerados pelo empreendimento, até que ocorra a emissão do Certificado de Destinação Final-CDF.
* Elaboração e envio semestral, por meio do Sistema MTR-MG, da Declaração de Movimentação de Resíduos-DMR, informando as operações realizadas no período com os resíduos sólidos e com os rejeitos gerados ou recebidos, observados os seguintes prazos:
- Até o dia 28 de fevereiro de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de julho a 31 de dezembro do ano anterior;
- Até o dia 31 de agosto de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de janeiro a 30 de junho do ano em curso.

- Destinação de resíduos:
- Resíduos perigosos e/ou contaminados com substâncias perigosas não podem ser depositados, descarregados, acumulados e/ou enterrados no solo e devem ter uma destinação compatível com sua periculosidade. Qualquer resíduo não perigoso quando em contato com resíduos perigosos torna-se, também, um resíduo considerado perigoso.
- Resíduos sólidos perigosos (classe 1, conforme NBR 10.004) deverão ser armazenados em local provido de cobertura e piso impermeabilizado, observando-se demais aspectos da NBR 12.235 da ABNT.
- Sucatas contaminadas, pneus inservíveis, peças e equipamentos não utilizados devem ser armazenados obrigatoriamente em local coberto com piso impermeável.
- Pilhas e/ou baterias devem ser encaminhadas aos revendedores, à rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores ou a coletores especializados. É proibida a disposição final de baterias em aterro sanitário e a sua incineração, bem como o seu descarte direto no meio ambiente (Resolução CONAMA 401/08).

- Resíduos sólidos classificados como perigosos (lamas e lodos, soluções exauridas e de banhos químicos e galvanométricos, solventes e óleos usados, restos e embalagens de tintas, thinner, resíduos de MDF contaminados, aparas de couro, estopas contaminadas com óleo e produtos químicos, lâmpadas fluorescentes, entre outros) conforme norma ABNT NBR 10004, devem ser armazenados em local adequado, conforme ABNT/NBR 12235, até que seja feita sua destinação final adequada por empresa especializada.
- Os efluentes líquidos decorrentes do processo produtivo ou de tratamento de aspectos ambientais gerados, que não sejam reutilizados/tratados no local ou lançados na rede de esgotos, são considerados resíduos sólidos e devem ser acondicionados, armazenados transportados e tratados, de acordo com sua classificação de periculosidade, conforme Norma Técnica NBR 10.004, por empresas prestadoras de serviço com Licença Ambiental compatível.

- Pessoas físicas e jurídicas que executam atividades passíveis de controle ambiental têm obrigação legal de realizar sua inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) de acordo com a Tabela de Atividades e a Instrução Normativa (IN) nº 06 de 15 de março de 2013; e Instrução Normativa (IN) nº12 de 13 de abril de 2018 que Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- O empreendedor, quando acionado pela fiscalização municipal, deverá adotar medidas mitigadoras visando adequar suas imissões sonoras (ruídos), efluentes líquidos (águas servidas, pluviais, oleosas), emissões atmosféricas (materiais particulados, gases tóxicos, corrosivos e substâncias odoríferas) à legislação vigente e minimizar possíveis incômodos à vizinhança, e se necessário elaborar os respectivos laudos de monitoramento e/ou projetos técnicos das adequações realizadas. O laudo técnico deve ser

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
Fls.: 0283
Assinatura

emitido por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ¿ ART e deverá comprovar a eficiência da adequação ou a não necessidade de fazê-la. O projeto de adequação (com indicação de bibliografia utilizada e respectiva ART) e o laudo técnico de monitoramento (e respectiva ART) devem ser mantidos no local à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.
- Todo armazenamento de combustível líquido/pastoso, inflamável e/ou químico considerado perigoso deverá ser provido de bacias de contenção impermeável, que devem ser estanques (sem ralos, sem registros) para impedir o acesso do material derramado à rede pública de esgotos, às águas pluviais, ou a outra forma alternativa adotada de esgotamento (Ex: fossa ou sumidouro). A bacia deve possuir capacidade volumétrica para reter no mínimo 110 % do volume de material armazenado em seu interior. Em caso de incidentes a retirada do material derramado deve ser realizada de forma adequada (Ex: sucção, uso de absorventes como areia, serragem, mantas, etc).

- Segurança e risco:
- Produtos químicos que causem danos à saúde e/ou ao meio ambiente devem ser acondicionados em local apropriado, respeitando-se suas características e incompatibilidades químicas, conforme recomendações das Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ. Devido às propriedades químicas de cada produto, estes podem reagir entre si, resultando numa explosão, produção de gases altamente tóxicos, inflamáveis ou poluentes. Recomenda-se a substituição de insumos químicos perigosos, quando possível, por outros com menor potencial de periculosidade.
- O armazenamento dos produtos deve ser executado conforme as recomendações do fabricante ou distribuidor, e respeitando-se a legislação em vigor. Especial atenção deve ser dada ao armazenamento de produtos químicos que possuem propriedades reativas, como explosivos, por exemplo, do tipo pirofórico, que incluem magnésio metálico, sódio metálico, fósforo, potássio metálico e outros.
- O local para o armazenamento deve ser construído com técnica e materiais selecionados de forma a proporcionar: condições estruturais seguras; boa ventilação (natural ou forçada); iluminação natural; sistema, construtivo ou de controle, que impeça o acesso de animais; e sistema de controle de pessoas não autorizadas. Sempre que o material estocado (incluindo resíduos ¿ resíduos classe I e classe II A- NBR 10004/04) possa causar riscos à saúde e ao meio ambiente (Ex: óleos, graxas, produtos químicos, defensivos agrícolas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes desinfestantes domissanitários, entre outros) o piso deve ser impermeável e sem ralos, ou seja, estanque, capaz de impedir o acesso do material eventualmente derramado ao solo, às águas superficiais ou subterrâneas, ou à rede pública coletora de esgoto. A cobertura/telhado deve ser estruturalmente adequada (aspectos construtivos e de materiais) e sem goteiras. As instalações elétricas devem estar em bom estado. Devem ter afixadas placas com símbolos de perigo, quando necessário.

- A área de armazenamento de produtos químicos perigosos no estado líquido ou pastoso deve:
* estar distante de corpos hídricos, tais como: lagos, rios, nascentes, pontos de captação de água, áreas inundáveis etc., de forma a diminuir os riscos de contaminação em caso de eventuais acidentes;
* estar a distância segura de residências, escolas, postos de saúde, hospitais, abrigo de animais domésticos e depósitos de alimentos, de forma que os mesmos não sejam contaminados/afetados em casos de eventuais acidentes;
* ser devidamente identificada com placas de sinalização, alertando sobre o risco e o acesso restrito a pessoas autorizadas.
- O empreendedor é responsável por capacitar/treinar seus funcionários de forma a assegurar que a operação do empreendimento garanta, por meio de boas práticas:
- segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação adequada dos resíduos gerados (Lei Federal 12.305/10, Lei Municipal 10.534/12);
- separação efetiva entre as águas servidas e águas pluviais, descarte adequado de seus efluentes líquidos, observando as exigências da COPASA;
- lançamento de suas emissões atmosféricas através de sistema de exaustão e controle (caso necessário) dentro dos Limites Máximos de Emissão - LME para os parâmetros legais (DN COPAM 187/13) e;
- imissões sonoras respeitando os limites estabelecidos (Lei Municipal 9.505/08).
- Todas as etapas geradoras de emissões atmosféricas significativas devem ser executadas em local apropriado e dotado de sistema de exaustão e, caso necessário, sistema de controle, para evitar emanação de odores, gases, material particulado, etc, para além dos domínios físicos do empreendimento. Se forem constatados incômodos à vizinhança medidas de adequação deverão ser implementadas.
- Resíduos de equipamentos elétricos ou eletrônicos deverão ser coletados e destinados adequadamente, de preferência à reciclagem, pois podem conter metais tóxicos, gases e/ou substâncias perigosas.
- Ruídos e vibrações:
- O empreendimento é responsável por garantir que as imissões de ruídos, sons e vibrações provenientes de suas fontes fixas potencialmente poluidoras, tais como compressores de ar, compressores em unidades refrigeradoras, prensas hidráulicas, serras policortes, lixadeiras, esmerilhadeiras, batidas como marteladas, torres de resfriamento, bombas hidráulicas, jatos de água, válvulas de controle, tubulações de transporte de fluídos, caldeiras, turbinas a gás e vapor, motores estacionários (diesel e gás), queimadores, motores elétricos, geradores elétricos, transformadores elétricos, engrenagens, autofalantes e caixas

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
Fls.: 0284
Assinatura

acústicas (sistemas de som com música ao vivo ou eletrônica) , instaladas em locais com tratamento acústico ou não, ou aquelas decorrentes de suas atividades (Ex: carga e descarga, movimentação de veículos em pátios, manobras em área de estacionamento, transporte interno de mercadorias, conversas entre usuários e movimentação de pessoas, etc.), obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei Municipal 9.505/08 ou a que vier substituí-la.
- Caso os níveis de pressão sonora, medidos nos locais de suposto incômodo, ultrapassem os níveis máximos fixados na legislação em vigor o empreendimento deverá, imediatamente, adotar as medidas mitigadoras cabíveis, podendo ser exigida a elaboração e implantação de projeto técnico de adequação para redução dos níveis de pressão sonora decorrentes da operação de seus equipamentos e/ou atividades. O projeto técnico e a implantação deverão ser realizados por profissional habilitado, que deverá expedir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente ao projeto as built (projeto pós implantado). Devem ser avaliados os níveis de pressão sonora do som total (ruído total), do som residual (ruído de fundo) e do som específico (ruído da fonte), sendo este último o objeto que deve ser comparado com os limites estabelecidos pela legislação em vigor. Antes da realização das medições deverão ser obtidas cópias dos certificados de calibração dos equipamentos a serem utilizados nas medições, que devem ser emitidos pela RBC, INMETRO ou outras instituições credenciadas. Após a implantação do tratamento acústico, deverá ser realizado monitoramento para comprovação de sua eficiência e, posteriormente, o monitoramento periódico com medições dos níveis de pressão sonora deve ser mantido. O projeto de adequação, a ART e a documentação comprobatória de monitoramento devem ficar disponíveis no local, à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.

- Ruídos (compressores de ar):
O equipamento deverá ser posicionado preferencialmente nas áreas centrais do imóvel ou o mais afastado possível de potenciais receptores, principalmente residências, para evitar incômodos relacionados a ruídos e vibrações. Se necessário, deverá ser implantado sistema de contenção sonora para o equipamento (enclausuramento, se for possível) e/ou dispositivo(s) amortecedor(es) de vibração. A utilização deste equipamento em qualquer horário, mas especialmente no período noturno, deverá observar os níveis máximos fixados na Lei Municipal 9.505/08 ou a que vier substituí-la.
- - Todos os equipamentos/atividades que gerem emissões atmosféricas (fontes estacionárias) devem possuir sistema de ventilação local exaustora que atenda às normas técnicas vigentes. O lançamento só poderá ser realizado por meio de chaminé ou outro dispositivo técnico adequado. Caso seja constatado incômodo ou ainda se comprovado não atendimento aos limites legais (DN COPAM 187/13 ou a que vier substituí-la), deverá ser implantado sistema de controle cuja comprovação devera ser feita por meio de apresentação de projeto técnico as built (projeto técnico após implantação), acompanhado de ART e referências bibligráficas que comprovem sua viabilidade técnica, o qual deverá ser mantido no empreendimento à disposição da fiscalização. Deverá ser realizada manutenção periódica nos sistemas de exaustão e controle das emissões e, quando for o caso, o monitoramento para avaliar sua eficiência. A documentação comprobatória de manutenção e eficiência dos equipamentos instalados deverá ser mantida no empreendimento à disposição da fiscalização.
- No caso de emissões atmosféricas contendo substâncias tóxicas e/ou corrosivas, a empresa deverá implantar sistema de controle cuja comprovação de adequação deverá ser feita por meio de projeto as built (projeto pós implantação) com ART. Quando solicitada, a empresa deverá comprovar sua adequação e eficiência no controle dos respectivos poluentes, através de monitoramento de acordo com as normas técnicas pertinentes, referências bibliográfica e estudo de percepção ambiental com relação às emissões em questão.
- Compete à SMMA a análise do projeto do sistema de controle sob o ponto de vista de sua adequação em relação a mitigação dos impactos ambientais causados pelas emissões atmosféricas. Sua eficiência, cuja garantia deverá ser atestada pelo projetista/fabricante, somente poderá ser verificada pela SMMA após sua implantação e funcionamento.

- Efluentes atmosféricos:
- Não é permitida a emissão de substâncias odoríferas ou irritantes às vias respiratórias na atmosfera, em concentrações que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora, causando incômodo à vizinhança. Caso constatado o incômodo, a empresa deverá implantar sistemas de exaustão e de controle, se necessário, adequados e elaborar projeto as built (projeto técnico após implantação) com ART e referências bibliográficas que comprovem sua viabilidade técnica, o qual deverá ser mantido no empreendimento à disposição da fiscalização. Caso a fiscalização comprove que, após o projeto implantado, o incômodo persista, novas medidas deverão ser adotadas até que cesse o incômodo.
- Proibida a utilização de Cloro Flúor Carbono - CFC como fluido de refrigeração nos Sistemas de Refrigeração, conforme estabelecido no Protocolo de Montreal.
- Efluentes atmosféricos (equipamentos de climatização ou de refrigeração):
- Os gases refrigerantes atualmente utilizados deverão ser substituídos, respeitando os prazos estipulados, conforme Protocolo de Montreal, com especial atenção à emenda de Kigali. Assegurar que não sejam emitidos fluidos refrigerantes para a atmosfera. Em caso de substituição de fluidos, deverão ser recolhidos e destinados adequadamente. Nesse sentido, as determinações do Protocolo de Montreal e

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
FLS.: 0285
Assinatura

Resolução CONAMA 267/2000 deverão ser atendidas.

- Efluentes atmosféricos (utilização de gerador):

- Caso faça uso de combustível Diesel S10, o empreendimento está isento da instalação de sistema de controle de emissões (mas não está isento de sistema de exaustão), desde que fique comprovado, através de laudo técnico de monitoramento (acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ¿ ART) o atendimento aos Limites Máximos de Emissão - LME para os parâmetros que constam na DN COPAM 187/13. Manter no local os comprovantes de aquisição do Diesel S10 durante 5 anos, bem como o laudo, à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.

- Caso faça uso de outro combustível com maior teor de enxofre que o Diesel S10 (ex: BPF, diesel comum), deverá ser adotado sistema de controle de emissões. Manter no local o projeto técnico do sistema de controle (acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ¿ ART de projeto e execução) ou, no caso de sistema em operação, projeto técnico as built (acompanhado da respectiva ART), à disposição da fiscalização dos órgãos competentes. A empresa deverá realizar o monitoramento periódico de acordo com as normas técnicas pertinentes, contemplando os parâmetros que constam na DN COPAM 187/13 e observando os Limites Máximos de Emissão - LME estabelecidos.

Nota:

- O óleo lubrificante usado (Resolução CONAMA 362/05):

* deve ser destinado obrigatoriamente à reciclagem por meio do processo de rerrefino;
* não é admitido o uso de óleo lubrificante usado como desmoldante e nem como combustivel;
* deve ser mantido, para fins de fiscalização dos órgãos competentes, os documentos comprobatórios de compra de óleo lubrificante acabado e os certificados de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, expedidos por empresa licenciada, pelo prazo de 5 anos;
* as embalagens de deverão ser encaminhadas preferencialmente para a logística reversa (Lei Federal nº 12.305/2010 e Lei Estadual nº 18.031/09). Devem ser mantidos, para fins de fiscalização dos órgãos competentes, os documentos comprobatórios de compra de óleo lubrificante acabado e os certificados de coleta de embalagens usadas, expedidos por empresa licenciada, pelo prazo de 5 anos.

- Efluentes atmosféricos (projeto e implantação de sistemas de exaustão e controle):

- Deverão ser executados por profissional habilitado, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ¿ ART (de projeto e execução). Após a implantação do sistema de exaustão, deverá ser realizado monitoramento para comprovação de sua eficiência e, posteriormente, o monitoramento periódico do material particulado, de acordo com as normas técnicas, deve ser mantido. O projeto as built de adequação (a respectiva ART - de projeto e execução) e a documentação comprobatória de monitoramento devem ser mantidos no local, à disposição da fiscalização dos órgãos competentes.

- Empreendimentos que possuam gerador, ainda que somente emergencial, deverão contar com bacia de contenção impermeável para deter possíveis vazamentos, que deve ser estanque (sem ralos, sem registros) para impedir o acesso do material derramado à rede pública de esgotos, às águas pluviais, ou a outra forma alternativa adotada de esgotamento (Ex: fossa ou sumidouro). O dispositivo deve possuir capacidade volumétrica para reter no mínimo 110 % do volume de óleo armazenado em seu interior. Em caso de incidentes, a retirada do material derramado deve ser realizada de forma adequada (Ex: sucção, uso de absorventes como areia, serragem, mantas, etc).

- Atender às diretrizes ambientais descritas neste documento, mantendo no local todos documentos indicados como exigência para o funcionamento da atividade, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes. (Lei 11.181/19, artigo 178, §10)

- O empreendedor é responsável por capacitar/treinar seus funcionários de forma a assegurar que a operação do empreendimento garanta, por meio de boas práticas:

- segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação adequada dos resíduos gerados (Lei Federal 12.305/10, Lei Municipal 10.534/12);

- separação efetiva entre as águas servidas e águas pluviais, descarte adequado de seus efluentes líquidos, observando as exigências da COPASA;

- lançamento de suas emissões atmosféricas através de sistema de exaustão e controle (caso necessário) dentro dos Limites Máximos de Emissão - LME para os parâmetros legais (DN COPAM 187/13) e;

- imissões sonoras respeitando os limites estabelecidos (Lei Municipal 9.505/08).

- Os órgãos municipais responsáveis pela política de meio ambiente e fiscalização poderão, a qualquer tempo, exigir procedimentos preventivos ou corretivos para minimizar incômodos porventura causados, visando ao cumprimento da legislação ambiental e das diretrizes específicas para o funcionamento das atividades dispostos neste documento. (Lei 11.181/19, artigo 178, §10 e Decreto Municipal nº 16.529/16).

- Segurança e risco:

- Produtos químicos que causem danos à saúde e/ou ao meio ambiente devem ser acondicionados em local apropriado, respeitando-se suas características e incompatibilidades químicas, conforme recomendações das Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ. Devido às propriedades químicas de cada produto, estes podem reagir entre si, resultando numa explosão, produção de gases altamente tóxicos, inflamáveis ou poluentes. Recomenda-se a substituição de insumos químicos

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
FLS.: 0286
Assinatura

perigosos, quando possivel, por outros com menor potencial de periculosidade.

- Água - consumo e utilização:
Caso o empreendimento faça uso de água subterrânea por meio de poço tubular deve possuir, e manter no local, em vigor, o certificado de outorga de direito de uso de águas públicas estaduais, ou, em caso de renovação, o certificado de renovação da outorga.

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

- Adotar sistema de tratamento dos efluentes líquidos especiais resultantes do processo produtivo da atividade, por se tratar de atividade potencialmente geradora de efluentes líquidos especiais (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Adotar procedimentos para gerenciamento de resíduos sólidos, como segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final adequada de acordo com a legislação especifica, por se tratar de atividade potencialmente geradora de resíduos sólidos especiais e de saúde (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).

Atividade: **COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS**

- Atividade classificada como alto risco sanitário, sendo necessária a obtenção de alvará de autorização sanitária, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo necessária a apresentação via portal da PBH do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e dispensada a apresentação de projeto das instalações físicas. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022 artigo 3º, §1º e Anexo I).

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

Atividade: **COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA**

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

Atividade: **COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO**

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
FLS.: 0287
Assinatura

atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

Atividade: COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

Atividade: COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR

- Atividade classificada como alto risco sanitário, sendo necessária a obtenção de alvará de autorização sanitária, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo dispensado de apresentação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e projeto das instalações físicas. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022 artigo 3º, §1º e Anexo I).
- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

- Realizar medidas para prevenção e combate a incêndio, por se tratar de atividade potencialmente geradora de risco de segurança. Para comprovar a realização dessas medidas, deverá ser mantido em vigor laudo técnico elaborado por profissional habilitado que ateste as condições de segurança, prevenção e combate a incêndios e pânico junto a anotação de responsabilidade técnica; ou auto de vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB contemplando análise sobre a atividade em licenciamento e sua relação com as outras, caso existam na mesma edificação (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Adotar sistema de tratamento dos efluentes líquidos especiais resultantes do processo produtivo da atividade, por se tratar de atividade potencialmente geradora de efluentes líquidos especiais (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Adotar procedimentos para gerenciamento de resíduos sólidos, como segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final adequada de acordo com a legislação específica, por se tratar de atividade potencialmente geradora de resíduos sólidos especiais e de saúde (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).

Atividade: COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP

- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

Atividade: **COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS**

- Atividade classificada como alto risco sanitário, sendo necessária a obtenção de alvará de autorização sanitária, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo necessária a apresentação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e protocolo físico do projeto das instalações físicas. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022 artigo 3º, §1º e Anexo I).
- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

Atividade: **ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR**

- Atividade cuja necessidade de obtenção de alvará sanitário e classificação de risco sanitário depende de informações complementares a serem prestadas no processo de licenciamento sanitário, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo necessária a apresentação via portal da PBH do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e dispensada a apresentação de projeto das instalações físicas (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022 artigo 3º, §3º e Anexo III e IV).

- Realizar medidas para viabilizar a carga e a descarga no local, por se tratar de atividade com potencial de atrair alto número de veículos pesados (Lei 11.181/19, artigo 178 e Anexo XIII).
- Movimentação de veículos e carga e descarga:
- O acesso dos usuários ao empreendimento não deve comprometer a fluidez normal da via.
- A carga e descarga deve ser internalizada no empreendimento. Em caso de impossibilidade deverá ser obtida anuência da BHTRANS, com indicação de solução alternativa ou dispensa de realização da medida, o qual deverá ser mantido no estabelecimento.
- Não é permitida a entrada ou saída dos veículos pesados (inclusive prestadores de serviços) com circulação em marcha à ré e a utilização das vias do entorno para manobras e estacionamento, mesmo que temporária.
- Evitar impactar o trânsito durante as operações de carga e descarga, respeitando as regras de trânsito local e estabelecendo horários mais adequados visando n¿o comprometer a fluidez da via.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

- Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes
- Trata-se de imóvel inserido na Área de Diretrizes Especiais - ADE Bacia da Pampulha, no setor 3 - área de controle especial de uso do solo, em função da vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas e superficiais (Lei 11.181/19, artigo 194, Anexo VII.1).
- Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022)
- Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022)
- Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022)
- Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022)
- Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP
Fls.: 0289
Assinatura

SMAS/SUS-BH 0221/2022)

- Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022)

CONDIÇÕES GERAIS PARA FUNCIONAMENTO

- Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.
- Nos empreendimentos situados em terrenos com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, o acesso ao empreendimento por via na qual o uso não é permitido é condicionada a parecer favorável da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN, nos casos que não se enquadram no art. 1º da Portaria SMPU 028/2020 (Lei 11.181/19, artigo 176, §5o). Informações sobre como solicitar o parecer da SUPLAN podem ser obtidas em servicos.pbh.gov.br, no link https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5f159ffa9d569f7c4d4e29e6

De posse do parecer favorável ao acesso pela via no qual o uso não é permitido, solicitar o serviço de Consulta prévia manual para que essa informação seja incluída na consulta de viabilidade e consequentemente no Alvará de Localização e Funcionamento.

- O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §°3).

- Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.
- Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.
- Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.
- O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)
- Todas as edificações destinadas ao USO COLETIVO, cuja finalidade seja comercial, serviço, industrial ou residencial multifamiliar deverão possuir Laudo Técnico de segurança, emitido por profissional legalmente habilitado, com a respectiva ART ou RRT, que ateste a eficiência do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (Decreto 11.998/05).
- A emissão de ruídos, sons e vibrações em decorrência de atividades exercidas em ambientes confinados ou não, no Município de Belo Horizonte, obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei n° 9.505, de 23 de janeiro de 2008 que dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Conforme disposto em seu (Art. 2°; Inciso I a IV) é proibida a emissão de ruídos, sons e vibrações, produzidos de forma que ponha em perigo ou prejudique a saúde individual ou coletiva; cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas; cause incômodo de qualquer natureza; cause perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos; ultrapasse os níveis fixados nesta Lei. A imissão de ruídos acima do limite permitido pode gerar penalidades (Lei Municipal 9.505 de 23 de janeiro de 2008). Se no futuro forem constatados incômodos ou o não atendimento aos limites estabelecidos pela mencionada lei, medidas de adequação deverão ser implementadas.

- A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).
- Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d´água em leito natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d´água, solicitar avaliação da SMMA. Neste caso, deverão ser observadas as disposições referente as áreas de preservação permanente (APP's) constantes na Lei Federal n° 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Federal) e Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (Código Florestal do Estado de Minas Gerais).
- Estabelecimentos que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares são obrigados a implantar sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso detector do gás (Lei 10.270/2011, artigo 1º).
- Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.° 9.691/2009, artigo 41).

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

AMESP FLS.: 0290 Assinatura

- Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença especifica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse o link: https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6a7597ea9b0e547c484d9e

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse o link: https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6fb6acea9b0e547cd7016c

- É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei 11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).
- O munícipe é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).
- O consumo humano de água potável somente pode ser realizado por meio do sistema público de abastecimento de água (COPASA), não sendo permitida a utilização de fontes alternativas de água para consumo humano como poço tubular, cacimba, nascente, entre outros. (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Municipal 7.031/1996)

OBSERVAÇÕES

Alvará liberado conforme AVCB nº PRJ20210188701, com validade até 07/07/2027. Válido apenas com o AVCB em vigor.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
gabinetedasaudebetim@gmail.com
TELEFONE: (31) 35123407 | 35123429
RUA PARÁ DE MINAS, 640, BRASILEIA - BETIM | MG - CEP: 32600-412

AMESP
0291
Assinatura

PREFEITURA DE
BETIM
CIDADE DO BEM

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa Emenalli Medical Ltda – EPP presta serviços à FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BETIM, CNPJ 13.064.113/0001-00, e por nós reconhecida como atuação em âmbito local, havendo executado ação de qualificação social, profissional de vendas e fornecimento de medicamentos em geral.

Registramos ainda, que o fornecimento dos medicamentos acima referido, apresentaram até o momento bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido com suas obrigações nos prazos compactuados e dentro das normativas de qualidade, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Betim, 25 de Outubro de 2023.

Aline Alves Peron

Secretaria Adjunta de Gestão da Saúde

AMESP
Fls.: 0292
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Um Novo Destino

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa Emenalli Medical Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.694.036/0002-45, estabelecida na Rua Castelo Setúbal nº 120/130, CEP 31330-090, bairro Castelo, na cidade de Belo Horizonte, estado Minas Gerais, presta serviços à Prefeitura Municipal de Buritizeiro/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.279.067/0001-72, e por nós reconhecida como atuação em âmbito local, havendo executado ação de qualificação social, profissional de vendas e fornecimento de medicamentos em geral.
Registramos ainda, que o fornecimento dos medicamentos acima referido, apresentaram até o momento bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações nos prazos compactuados e dentro das normativas de qualidade, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Buritizeiro/MG, em 15 de agosto de 2023.

Nome:
Cargo:

Valdson José de Rezende
Secretário Municipal de Saúde
Buritizeiro - MG

Nome Testemunha:
Cargo:

AMESP
FLS.: 0293
Assinatura

PROCC

ÍNDICES CONTÁBEIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

A empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA**, registrada sob o **CNPJ: 13.694.036/0001-64**, situada na Rua CASTELO SETUBAL, 130, Bairro CASTELO, BELO HORIZONTE - MG, neste ato representado(a) pelo(a) sócio(a) administrador(a), **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, portador(a) do **CPF: 055.351.276-55**, vem através deste apresentar os índices do Balanço Patrimonial encerrado em **31/12/2023**:

Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{24.300.055,37}{17.413.680,38} = 1,40$$

Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{24.300.055,37}{17.681.719,75} = 1,37$$

Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{PC + ELP}{AT} = \frac{17.681.719,75}{24.720.938,44} = 71,53\%$$

Sem mais para o momento,
Nova Lima / MG, 13 de Maio de 2024.

AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622

Assinado de forma digital por AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622
Dados: 2024.05.13 15:02:13 -03'00'

Agenor Hermogens Canuto Neto
CRC/MG - 105141/O-5

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40891875000145, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2024.05.14 10:51:36 -03'00'

Sócio (a) Administrador(a)

AMESP
Fls.: 0294
Assinatura

ÍNDICES CONTÁBEIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

A empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA**, registrada sob o **CNPJ: 13.694.036/0001-64**, situada na Rua CASTELO SETUBAL, 130, Bairro CASTELO, BELO HORIZONTE - MG, neste ato representado(a) pelo(a) sócio(a) administrador(a), **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, portador(a) do **CPF: 055.351.276-55**, vem através deste apresentar os índices do Balanço Patrimonial encerrado em **31/12/2022**:

Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{14.389759,64}{4.975.408,10} = 2,89$$

Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{14.389.759,64}{5.087.186,03} = 2.83$$

Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{PC + ELP}{AT} = \frac{5.087.186,03}{14.783.318,19} = 34,41\%$$

Sem mais para o momento,
Nova Lima / MG, 13 de Maio de 2024.

AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622

Assinado de forma digital por AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622
Dados: 2024.05.13 15:10:55 -03'00'

Agenor Hermogens Canuto Neto
CRC/MG - 105141/O-5

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40891875000145, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2024.05.14 10:50:34 -03'00'

Sócio (a) Administrador(a)

AMESP
FLS.: 0295
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
31209174795	13.694.036/0001-64

NOME EMPRESARIAL
EMENALLI MEDICAL LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
LIVRO DIARIO	14

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
18.4E.15.68.8B.20.BA.2A.7A.FF.0B.8E.AE.AD.CE.78.BE.B8.73.0F

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	13694036000164	EMENALLI MEDICAL LTDA:13694036000164	542490574345063557 2	09/08/2023 a 08/08/2024	Sim
Contador	09107377622	AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622	542490681724352521 6	05/02/2024 a 04/02/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:
18.4E.15.68.8B.20.BA.2A.7A.FF.0B.8E.
AE.AD.CE.78.BE.B8.73.0F-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 15/04/2024 às 14:10:56

71.BA.65.18.D3.C5.11.05
FA.D9.F4.32.09.A8.9E.6B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

AMESP
Fls.: 0296
Assinatura

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: EMENALLI MEDICAL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 13.694.036/0001-64
Número de Ordem do Livro: 14

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	EMENALLI MEDICAL LTDA
NIRE	31209174795
CNPJ	13.694.036/0001-64
Número de Ordem	14
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	Belo Horizonte
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/05/2011
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	42756

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	EMENALLI MEDICAL LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	14
Quantidade total de linhas do arquivo digital	42756
Data de início	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 18.4E.15.68.8B.20.BA.2A.7A.FF.0B.8E.AE.AD.CE.78.BE.B8.73.0F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

AMESP
FLS.: 0297
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Emitente: EMENALLI MEDICAL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 13.694.036/0001-64
Número de Ordem do Livro: 14
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nível	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 14.783.318,19	R$ 24.720.938,44
CIRCULANTE		R$ 14.389.759,64	R$ 24.300.056,37
DISPONÍVEL		R$ 101.943,83	R$ 760.807,59
BENS NUMERÁRIOS		R$ 42.704,02	R$ 3.822,53
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA		R$ 11,26	R$ 49,19
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 59.228,55	R$ 757.035,87
CLIENTES		R$ 6.317.380,55	R$ 18.586.626,67
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 6.317.380,55	R$ 18.586.626,67
OUTROS CRÉDITOS		R$ 7.420.975,92	R$ 28.855,09
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 23.538,87
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 0,00	R$ 5.316,22
LUCROS DISTRIBUIDOS NO EXERCÍCIO		R$ 7.076.099,92	R$ 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 344.876,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 549.459,34	R$ 3.923.666,02
ESTOQUES DIVERSOS		R$ 549.459,34	R$ 3.923.666,02
NÃO CIRCULANTE		R$ 393.819,55	R$ 420.883,07
IMOBILIZADO		R$ 388.705,90	R$ 415.769,42
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 59.631,62	R$ 102.171,82
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R$ 340.527,86	R$ 340.527,86
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA	(-)	R$ (11.453,58)	R$ (26.930,06)
INTANGÍVEL		R$ 5.113,65	R$ 5.113,65
CUSTO		R$ 5.113,65	R$ 5.113,65
(-) ATIVO COMPENSATÓRIO		R$ (261,00)	R$ 0,00
(-) DEMONSTRAÇÕES DIVERSAS		R$ (261,00)	R$ 0,00
PASSIVO		R$ 14.783.318,19	R$ 24.720.938,44
CIRCULANTE		R$ 4.975.408,10	R$ 17.413.680,38
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		R$ 18.060,60	R$ 200.612,90
EMPRÉSTIMOS		R$ 18.060,60	R$ 200.612,90
FORNECEDORES		R$ 4.166.944,44	R$ 17.076.080,25
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 4.166.944,44	R$ 17.076.080,25
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 723.861,80	R$ 1.552,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 723.861,80	R$ 1.552,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PRIVIDENCIÁRIAS		R$ 66.541,26	R$ 135.435,23
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R$ 26.238,46	R$ 34.800,00
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		R$ 3.850,60	R$ 19.242,26
PARCELAMENTOS A CURTO PRAZO		R$ 36.452,20	R$ 81.392,97
COFINS 2172		R$ 2.249,58	R$ 2.214,81
COFINS 2172		R$ 5.256,03	R$ 0,00
IRPJ COD 2089		R$ 1.415,16	R$ 0,00
CSLL COD 2372		R$ 1.182,10	R$ 0,00
INSS PARCELAMENTO N 632362278		R$ 6.600,00	R$ 0,00
SIMPLES PARCELADO PERT		R$ 5.735,88	R$ 5.735,88
CSLL COD 2372		R$ 3.232,57	R$ 0,00
INSS PARCELAMENTO 618388929		R$ 8.302,83	R$ 0,00
IRPJ COD 2089		R$ 2.478,05	R$ 0,00
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO 02110001201074060402 36		R$ 0,00	R$ 34.334,28
PARCELAMENTO ICMS		R$ 0,00	R$ 21.080,36
PARCELAMENTO INSS 02110001200633545352 34		R$ 0,00	R$ 13.296,84
SIMPLES NACIONAL PGFN		R$ 0,00	R$ 4.750,80
NÃO CIRCULANTE		R$ 111.777,93	R$ 268.039,37
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		R$ 111.777,93	R$ 268.039,37
(-) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ (1.210,00)	R$ 0,00
(-) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ (1.210,00)	R$ 0,00
PARCELAMENTO A LONGO PRAZO		R$ 112.987,93	R$ 268.039,37
PIS 8109		R$ 1.040,62	R$ 0,00
COFINS 2172		R$ 5.569,68	R$ 0,00
COFINS 2172		R$ 9.703,44	R$ 0,00
IRPJ 2089		R$ 1.451,20	R$ 0,00
SIMPLES NACIONAL PERT		R$ 45.575,62	R$ 31.547,34
SIMPLES NACIONAL PGFN		R$ 41.966,67	R$ 28.504,80
INSS PARCELAMENTO 632362278		R$ 7.260,70	R$ 0,00
PARCELAMENTO SIMPLICADO 02110001201074060402 369		R$ 0,00	R$ 134.475,93
PARCELAMENTO ICMS		R$ 0,00	R$ 28.080,43
PARCELAMENTO INSS 02110001200633545352 34		R$ 0,00	R$ 45.430,87
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 9.696.393,16	R$ 7.039.218,69
CAPITAL SOCIAL		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 7.696.393,16	R$ 5.039.218,69
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 673.235,72	R$ 620.293,24
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		R$ 7.615.946,58	R$ 4.418.925,45
(-) DISTRIBUIÇAO DE LUCROS		R$ (592.789,14)	R$ 0,00
(-) DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS		R$ (592.789,14)	R$ 0,00
(-) PASSIVO COMPENSATÓRIO		R$ (261,00)	R$ 0,00
(-) DEMONSTRAÇÕES DIVERSAS		R$ (261,00)	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 18.4E.15.68.8B.20.BA.2A.7A.FF.0B.8E.AE.AD.CE.78.BE.B8.73.0F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

AMESP
Fls: 0298
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: EMENALLI MEDICAL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 13.694.036/0001-64
Número de Ordem do Livro: 14
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 38.135.356,63	R$ 22.722.529,62
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 38.135.356,63	R$ 22.722.529,62
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (4.545.127,96)	R$ (2.099.277,20)
(-) VENDAS CANCELADAS		R$ (4.545.127,96)	R$ (1.170.164,35)
(-) (-) De Vendas de Mercadorias Mercado Interno		R$ (4.545.127,96)	R$ (1.170.164,35)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R$ 0,00	R$ (929.112,85)
(-) (-) ICMS		R$ 0,00	R$ (971.061,05)
ICMS Devoluções		R$ 0,00	R$ 41.948,20
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS		R$ (30.121.203,46)	R$ (7.525.364,74)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (30.121.203,46)	R$ (7.524.800,62)
(-) MATERIAL DE CONSUMO INDIRETO		R$ 0,00	R$ (564,12)
(-) (+/-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (998.394,24)	R$ (5.133.412,75)
(-) DE VENDAS		R$ (584.414,21)	R$ (723.595,69)
DESPESAS COM PESSOAL		R$ (97.750,55)	R$ 0,00
(-) COMISSÕES SOBRE VENDAS		R$ (83.207,61)	R$ (100.972,62)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R$ 0,00	R$ (8.050,00)
(-) OCUPAÇÃO		R$ (79.005,82)	R$ (270.561,35)
(-) DESPESAS COM VEÍCULOS		R$ (3.609,40)	R$ (12.412,53)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (320.840,83)	R$ (331.599,19)
(-) ADMINISTRATIVAS		R$ (106.736,16)	R$ (3.438.190,86)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (9.807,30)	R$ (858.844,65)
(-) VIAGENS E REPRESENTAÇÕES		R$ 0,00	R$ (641,50)
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		R$ 0,00	R$ (15.476,48)
(-) UTILIDADES E SERVIÇOS		R$ (828,29)	R$ (7.175,74)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (96.100,57)	R$ (2.556.052,49)
(-) COM VEICULOS		R$ 0,00	R$ (1.028,00)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ 0,00	R$ (1.028,00)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (144.545,42)	R$ (78.479,84)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (144.545,42)	R$ (78.479,84)
(-) RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 2.578,03
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 2.578,03
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (162.698,45)	R$ (1.080.136,09)
(-) CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS		R$ (162.698,45)	R$ (1.080.136,09)
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 185.439,70
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS		R$ 0,00	R$ 185.439,70
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 2.470.630,97	R$ 7.964.474,93

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 18.4E.15.68.8B.20.BA.2A.7A.FF.0B.8E.AE.AD.CE.78.BE.B8.73.0F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

AMESP
FLS.: 0299
Assinatura

ÍNDICES CONTÁBEIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

A empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA**, registrada sob o **CNPJ: 13.694.036/0001-64**, situada na Rua CASTELO SETUBAL, 130, Bairro CASTELO, BELO HORIZONTE - MG, neste ato representado(a) pelo(a) sócio(a) administrador(a), **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, portador(a) do **CPF: 055.351.276-55**, vem através deste apresentar os índices do Balanço Patrimonial encerrado em **31/12/2023**:

Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{24.300.055,37}{17.413.680,38} = 1,40$$

Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{24.300.055,37}{17.681.719,75} = 1,37$$

Índice de Endividamento:

$$IE = \frac{PC + ELP}{AT} = \frac{17.681.719,75}{24.720.938,44} = 0,72$$

Sem mais para o momento,
Nova Lima / MG, 15 de Abril de 2024.

AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622

Assinado de forma digital por AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622
Dados: 2024.05.09 12:18:02 -03'00'

Agenor Hermogens Canuto Neto
CRC/MG - 105141/O-5

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40891875000145, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2024.05.14 10:49:33 -03'00'

Sócio (a) Administrador(a)

AMESP 0300 Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
31209174795	13.694.036/0001-64

NOME EMPRESARIAL
EMENALLI MEDICAL LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇAO CONTABIL	PERIODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NUMERO DO LIVRO
LIVRO DIARIO	13

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
DE.26.47.C1.36.B8.E8.5A.E6.57.F9.B7.A6.8D.47.5D.ED.99.F2.98

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	13694036000164	EMENALLI MEDICAL LTDA:13694036000164	542490464398806952 0	10/08/2022 a 10/08/2023	Sim
Contador	09107377622	AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622	542490354454559766 7	10/08/2021 a 10/08/2024	Não
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	09107377622	AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622	542490354454559766 7	10/08/2021 a 10/08/2024	-

NÚMERO DO RECIBO:
DE.26.47.C1.36.B8.E8.5A.E6.57.F9.B7.
A6.8D.47.5D.ED.99.F2.98-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 02/08/2023 às 07:34:58

DA.4E.F3.1B.B7.D7.21.BE
03.AB.6B.1D.1F.F7.FD.BE

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

AMESP
R.S.: 0301
Assinatura

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: EMENALLI MEDICAL LTDA
Periodo da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 13.694.036/0001-64
Numero de Ordem do Livro: 13

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	EMENALLI MEDICAL LTDA
NIRE	31209174795
CNPJ	13.694.036/0001-64
Número de Ordem	13
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	Belo Horizonte
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/05/2011
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	25791

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	EMENALLI MEDICAL LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	13
Quantidade total de linhas do arquivo digital	25791
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DE.26.47.C1.36.B8.E8.5A.E6.57.F9.B7.A6.8D.47.5D.ED.99.F2.98-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

AMESP
FLS.: 0302
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped

Entidade: EMENALLI MEDICAL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 13.694.036/0001-64
Número de Ordem do Livro: 13
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nível	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 9.491.634,60	R$ 14.783.318,19
CIRCULANTE		R$ 9.097.815,05	R$ 14.389.758,64
DISPONÍVEL		R$ 1.030.288,83	R$ 101.943,83
BENS NUMERÁRIOS		R$ 43.172,86	R$ 42.704,02
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA		R$ 1.366,33	R$ 11,26
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 985.749,44	R$ 59.228,55
CLIENTES		R$ 2.943.128,52	R$ 6.317.380,55
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 2.943.128,52	R$ 6.317.380,55
OUTROS CRÉDITOS		R$ 3.534.923,30	R$ 7.420.975,92
LUCROS DISTRIBUIDOS NO EXERCÍCIO		R$ 3.190.047,30	R$ 7.076.099,92
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 344.876,00	R$ 344.876,00
ESTOQUES		R$ 1.589.474,60	R$ 549.459,34
ESTOQUES DIVERSOS		R$ 1.589.474,60	R$ 549.459,34
NÃO CIRCULANTE		R$ 393.819,55	R$ 393.819,55
IMOBILIZADO		R$ 388.705,90	R$ 388.705,90
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 59.631,62	R$ 59.631,62
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R$ 340.527,86	R$ 340.527,86
(-) (-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA		R$ (11.453,58)	R$ (11.453,58)
INTANGÍVEL		R$ 5.113,65	R$ 5.113,65
CUSTO		R$ 5.113,65	R$ 5.113,65
ATIVO COMPENSATÓRIO		R$ 0,00	R$ (261,00)
DEMONSTRAÇÕES DIVERSAS		R$ 0,00	R$ (261,00)
PASSIVO		R$ 9.491.634,60	R$ 14.783.318,19
CIRCULANTE		R$ 2.152.884,48	R$ 4.975.408,10
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		R$ 18.060,60	R$ 18.060,60
EMPRÉSTIMOS		R$ 18.060,60	R$ 18.060,60
FORNECEDORES		R$ 1.355.571,24	R$ 4.166.944,44
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 1.355.571,24	R$ 4.166.944,44
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 735.064,78	R$ 723.861,80
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 735.064,78	R$ 723.861,80
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS		R$ 44.187,86	R$ 66.541,26
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R$ 5.736,00	R$ 26.238,46
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		R$ 0,00	R$ 3.850,60
PARCELAMENTOS FEDERAIS A CURTO PRAZO		R$ 38.451,86	R$ 36.452,20
COFINS 2172		R$ 3.244,41	R$ 2.249,58
COFINS 2172		R$ 5.256,03	R$ 5.256,03
IRPJ COD 2089		R$ 1.415,16	R$ 1.415,16
CSLL COD 2372		R$ 1.182,10	R$ 1.182,10
INSS PARCELAMENTO N 632362278		R$ 6.600,00	R$ 6.600,00
SIMPLES PARCELADO PERT		R$ 5.735,88	R$ 5.735,88
CSLL COD 2372		R$ 3.232,57	R$ 3.232,57
INSS PARCELAMEMTO 618369929		R$ 8.302,83	R$ 8.302,83
IRPJ COD 2089		R$ 3.482,88	R$ 2.478,05
NÃO CIRCULANTE		R$ 112.987,93	R$ 111.777,93
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		R$ 112.987,93	R$ 111.777,93
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 0,00	R$ (1.210,00)
IMPÓSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 0,00	R$ (1.210,00)
PARCELAMENTO A LONGO PRAZO		R$ 112.987,93	R$ 112.987,93
PIS 8109		R$ 1.040,62	R$ 1.040,62
COFINS 2172		R$ 5.989,68	R$ 5.989,68
COFINS 2172		R$ 9.703,44	R$ 9.703,44
IRPJ 2089		R$ 1.451,20	R$ 1.451,20
SIMPLES NACIONAL PERT		R$ 45.575,62	R$ 45.575,62
SIMPLES NACIONAL PGFN		R$ 41.966,67	R$ 41.966,67
INSS PARCELAMENTO 632362278		R$ 7.260,70	R$ 7.260,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 7.225.762,19	R$ 9.698.393,16
CAPITAL SOCIAL		R$ 100.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 100.000,00	R$ 2.000.000,00
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 7.125.762,19	R$ 7.698.393,16
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 2.573.235,72	R$ 673.235,72
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		R$ 5.145.315,61	R$ 7.615.946,58
(-) DISTRIBUIÇAO DE LUCROS		R$ (592.789,14)	R$ (592.789,14)
(-) DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS		R$ (592.789,14)	R$ (592.789,14)
PASSIVO COMPENSATÓRIO		R$ 0,00	R$ (261,00)
DEMONSTRAÇÕES DIVERSAS		R$ 0,00	R$ (261,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DE.26.47.C1.36.B8.E8.5A.E6.57.F9.B7.A6.8D.47.5D.ED.99.F2.98-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

AMESP
FLS: 0303
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: EMENALLI MEDICAL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 13.694.036/0001-64

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 19.100.523,50	R$ 38.135.356,63
VENDAS DE PRODUTOS		R$ 1.182.975,03	R$ 0,00
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 17.917.548,47	R$ 38.135.356,63
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (1.416.506,56)	R$ (4.545.127,96)
(-) VENDAS CANCELADAS		R$ (1.416.506,56)	R$ (4.545.127,96)
(-) (-) De Vendas de Mercadorias Mercado Interno		R$ (1.416.506,56)	R$ (4.545.127,96)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS		R$ (9.812.537,49)	R$ (30.121.203,46)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R$ (52.798,43)	R$ 0,00
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (9.758.888,14)	R$ (30.121.203,46)
MATERIAL DE CONSUMO INDIRETO		R$ (850,92)	R$ 0,00
(-) (+/-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (810.512,23)	R$ (998.394,24)
(-) DE VENDAS		R$ (98.318,77)	R$ (584.414,21)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ 0,00	R$ (97.750,55)
(-) COMISSÕES SOBRE VENDAS		R$ (39.176,77)	R$ (83.207,61)
(-) OCUPAÇÃO		R$ (59.142,00)	R$ (79.005,82)
(-) DESPESAS COM VEÍCULOS		R$ 0,00	R$ (3.609,40)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ 0,00	R$ (320.840,83)
(-) ADMINISTRATIVAS		R$ (686.398,29)	R$ (106.736,16)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (88.139,97)	R$ (9.807,30)
(-) UTILIDADES E SERVIÇOS		R$ (10.248,58)	R$ (828,29)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (588.009,74)	R$ (96.100,57)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (25.795,17)	R$ (144.545,42)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (25.795,17)	R$ (144.545,42)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ 0,00	R$ (162.698,45)
(-) CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS		R$ 0,00	R$ (162.698,45)
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 7.060.967,22	R$ 2.470.630,97

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DE.26.47.C1.36.B8.E8.5A.E6.57.F9.B7.A6.8D.47.5D.ED.99.F2.98-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

PRO
Contabilidade e Consultoria

AMESP
Fls.: 0304
Assinatura

ÍNDICES DO BALANÇO PATRIMONIAL 2022

A empresa EMENALLI MEDICAL LTDA, registrada sob o **CNPJ: 13.694.036/0001-64**, situada à R CASTELO SETUBAL, 130, CASTELO, BELO HORIZONTE, CEP 31.330-090 neste ato representada por sua sócia administradora, **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, portadora do **CPF: 055.351.276-55**, vem através deste apresentar os índices do balanço patrimonial encerrado em **31/12/2022**:

Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{14.389.759,64}{5.087.186,03} = 2,828628549$$

Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{14.389.759,64}{4.975.408,10} = 2,89217675$$

Índice de Endividamento:

$$IE = \frac{PC + ELP}{AT} = \frac{5.087.186,03}{14.783.318,19} = 0,344116657$$

Sem mais para o momento,
Nova Lima, MG, 01 de Agosto de 2023.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40891875000145, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2024.05.14 10:48:44 -03'00'

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
Sócia administradora

AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622
Assinado de forma digital por AGENOR HERMOGENS CANUTO NETO:09107377622
Dados: 2023.08.01 15:05:39 -03'00'

Agenor Hermogens Canuto Neto
Contador: CRC-MG 105141/O-5

AMESP
Fls.: 0305
Assinatura

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0002-45

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 13 de Maio de 2024 às 16:26

BELO HORIZONTE, 13 de Maio de 2024 às 16:26

Código de Autenticação: 2405-1316-2633-0332-5529

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

AMESP
Fls.: 0306
Assinatura

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 13.694.036/0002-45
Certidão nº: 2266687/2024
Expedição: 09/01/2024, às 19:22:08
Validade: 07/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMENALLI MEDICAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.694.036/0002-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

AMESP
FLS.: 0307
Assinatura

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.694.036/0002-45
Razão Social: EMENALLI MEDICAL LTDA EPP
Endereço: R CASTELO SETUBAL / CASTELO / BELO HORIZONTE / MG / 31330-090

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/04/2024 a 24/05/2024

Certificação Número: 2024042506542203970707

Informação obtida em 29/04/2024 11:19:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

AMESP
Fls.: 0308
Assinatura

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Positiva com efeito de negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/05/2024 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/08/2024

NOME/NOME EMPRESARIAL: EMENALLI MEDICAL LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001777721.00-17	CNPJ/CPF: 13.694.036/0001-64	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R CASTELO SETUBAL		NÚMERO: 130
COMPLEMENTO:	BAIRRO: CASTELO	CEP: 31330090
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

2024000759969834

AMESP
FLS.: 0309
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:37:36 do dia 14/12/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/06/2024.
Código de controle da certidão: **A71C.05BD.1528.9C99**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

AMESP
FLS.: 0310
Assinatura

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **EBHIEKPHIR**
Documento/Certidão nº **27.674.948** Exercício: **2024**
Emissão em: **07/05/2024** Requerimento em: **14:42:41** Validade: **06/06/2024**

Nome: **EMENALLI MEDICAL LTDA**
CNPJ: **13.694.036.0002.45**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

RESSALVAS
Existe(m) lancamento(s) a vencer

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

AMESP
Fls.: 0311
Assinatura

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **EBHIEKPHIR**
Certidão nº **27.674.948** Exercicio: **2024**
Emissão em: **07/05/2024** Requerimento em: **14:42:41** Validade: **06/06/2024**

Nome: **EMENALLI MEDICAL LTDA**
CNPJ: **13.694.036.0002.45**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

RESSALVAS
Existe(m) lancamento(s) a vencer

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

PREFEITURA
BELO HORIZONTE

FICHA INSCRIÇÃO CADASTRAL
ESTABELECIMENTO

FIC 0312

AMESP
Assinatura

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	DATA DE INÍCIO	DATA EMISSÃO
1.315.074/001-X	13.694.036/0002-45	21/06/2021	25/10/2023

NOME OU RAZÃO SOCIAL
EMENALLI MEDICAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)

NATUREZA JURÍDICA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ÁREA ÚTILIZADA	REGIONAL	PORTE DA EMPRESA
1020	PAMPULHA	EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA CASTELO SETUBAL	120	

BAIRRO / DISTRITO	CEP	MUNICÍPIO	UF
CASTELO	31330-090	BELO HORIZONTE	MG

CPF DO RESPONSAVEL	NOME DO RESPONSAVEL
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAL
464430100 COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

4643-4/04-00 COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
4649-4/08-00 COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR
4645-1/01-00 COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIAIS
4651-6/02-00 COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
4664-8/00-00 COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS
7020-4/00-99 ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4647-8/01-00 COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA
4644-3/02-00 COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO
4649-4/01-00 COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO
7739-0/02-00 ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR

Este documento não implica no reconhecimento da regularidade do contribuinte, com relação a concessão ou não do Alvará de Localização e Funcionamento.

Não faz prova de regularidade fiscal, que por sua vez deve ser feita mediante exibição da Certidão Negativa de Débitos - CND.

Este documento somente fará prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuinte de Tributos Mobiliários-CMC, quando acompanhado do respectivo

Ato Constitutivo ou de Alteração registrado no órgão competente no caso de Pessoa Jurídica e, no caso de Pessoa Física com apresentação de identifidade,

CPF ou Carteira de Órgão de Classe.

- Ocorrendo encerramento de atividade, mudança de endereço ou qualquer outra alteração de dados constantes do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, deverá o contribuinte promover a competente baixa ou atualização no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ocorrido o fato, conforme Decreto Municipal 17.175/2019, sob pena de ser autuado, conforme prevê a letra B do inciso I, art. 7º da Lei 7.378/97;

- Os procedimentos para efetuar a baixa ou atualização dos dados cadastrais, será através da Redesim, e as Informações estão disponíveis através do site www.redesim.gov.br .

- As informações sobre serviços, procedimentos, emissão da FIC - Ficha de Inscrição Cadastral e emissão de formulários do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, estão disponíveis através do site https://prefeitura.pbh.gov.br/servicos.

AMESP
Fls.: 0313
Assinatura

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001777721.01-90 **CPF/CNPJ:** 13.694.036/0002-45

NOME/NOME EMPRESARIAL: EMENALLI MEDICAL LTDA

NOME FANTASIA:

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / DESMEMBRAMENTO: 4644-3/02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : DEBITO E CREDITO **CATEGORIA:** Matriz

DATA INSCRIÇÃO: 22/06/2021 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 22/06/2021

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 31330090 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: BELO HORIZONTE

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: CASTELO

LOGRADOURO: R - CASTELO SETUBAL

NUMERO: 120

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

25/10/2023 13:07:20

AMESP
FLS.: 0314
Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
13.694.036/0002-45 **FILIAL**		**21/06/2021**

NOME EMPRESARIAL
EMENALLI MEDICAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CASTELO SETUBAL	**120**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
31.330-090	**CASTELO**	**BELO HORIZONTE**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DIRETORIA@EMENALIMEDICAL.COM.BR	**(31) 3357-7731**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/06/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2023** às **12:39:43** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

AMESP
Fls.: 0315
Assinatura

CONTRATO SOCIAL

GRADATIVA COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EM GERAL LTDA. - EPP

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, natural de Timóteo - MG, solteiro, nascido em 29/06/1982 Empresário, CPF 057.917.246-59, C.I. MG-12.918.759, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Rio Aimorés, 261 - Apto 106, Bairro Novo Riacho em Contagem - MG, CEP: 32280-530, e

ANDREA OLIVEIRA SILVA, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, natural de Coronel Fabriciano - MG, solteira, nascida em 18/12/1978, Empresária, CPF 084.201.086-69, C.I. MG-14.100.192 expedida pela SSP/MG, residente e domiciliada na Rua Um, 20, Bairro Cava Grande em Marliéria - MG, CEP 35185-000.

Resolvem de comum acordo fazer o presente instrumento para a constituição da sociedade empresária limitada, que se regerá pela legislação específica que disciplina essa forma societária bem como pelas cláusulas a seguir:

PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL - SEDE

A Sociedade utilizará o nome empresarial **Gradativa Comércio de Eletrônicos em Geral Ltda. - EPP**, com sede na **Avenida dos Engenheiros, 1126 – Loja 02, Bairro Castelo em Belo Horizonte - MG, CEP: 30840-300**, podendo ainda abrir lojas e filiais onde lhe convier e eleger como sede aquela que lhe interessar.

SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto social o **comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domesticas; programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; comércio de artigos comerciais e industriais.**

TERCEIRA - PRAZO DE DURAÇÃO - INÍCIO DE ATIVIDADE

A Sociedade terá seu prazo de duração por tempo **indeterminado**, iniciando suas atividades na **data do registro deste.**

QUARTA - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social será de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios na proporção de suas quotas, assim subscritas:

- WANDERSON OLIVEIRA ABADE.....	9.900 quotas	de R$ 1,00 =	R$	9.900,00 =	99%
- ANDREA OLIVEIRA SILVA.....	100 quotas	de R$ 1,00 =	R$	100,00 =	1%
* TOTAL	10.000 quotas	de R$ 1,00 =	R$	10.000,00 =	100%

QUINTA - ADMINISTRAÇÃO

A administração e uso da firma ou denominação social caberá ao sócio **Wanderson Oliveira Abade**, com poderes e atribuições para praticarem todo e qualquer ato administrativo de exclusivo interesse da sociedade e representarem a sociedade ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, inclusive instituições financeiras, sendo-lhes vedado no entanto, firmar atos que envolvam a sociedade em negócios ou operações estranhas aos fins sociais, em benefício próprio ou de terceiros.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica semelhante ao original a mim apresentado, do que dou fé.
Belo 24 JUN. 2011
Roseane de Cássia Ferreira - Tabeliã
Ruth Aparecida Ferreira Costa - Escrevente
Valor Recebido R$ 7,25
0841AA11515

AMESP
Fls. 0316
Assinatura

CONTRATO SOCIAL

GRADATIVA COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EM GERAL LTDA. - EPP

SEXTA - TRANSFERÊNCIA DE COTAS
Os sócios não poderão ceder, transferir ou alienar suas quotas no todo ou em parte a terceiro sem a expressa anuência dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuirem, observando o seguinte:
§ 1º - O sócio que pretende ceder, transferir ou alienar suas quotas, deverá notificar os outros por escrito informando as condições para cessão, transferência ou alienação;
§ 2º - O prazo para o exercício do direito de preferência será de 60 (sessenta) dias da data de recebimento da notificação.

SETIMA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
A responsabilidade de cada sócio, nos termos da Lei, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
§ único - A sociedade poderá nomear administradores não sócios de acordo com o art. 1061 da Lei 10.406 de 10/01/2002.

OITAVA - RETIRADA PRÓ-LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

NONA - EXERCÍCIO SOCIAL
O exercício social encerrar-se-á no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

DECIMA - LUCROS OU PREJUÍZOS
Os lucros ou prejuízos serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas no capital social, sendo que os lucros podem ser apurados e distribuídos mensalmente ou ficarem em suspenso para futuros aumentos de Capital Social e os Prejuízos em conta própria para futuras compensações.
§ único - A critério dos sócios poderá ocorrer distribuição antecipada de lucros, bem como poderá haver a distribuição de lucros de forma desproporcional à participação dos sócios no capital social.

DECIMA PRIMEIRA - DELIBERAÇÕES SOCIAIS
Os sócios convencionam que as deliberações concernentes à sociedade serão definidas em reunião tornando-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre toda a matéria que seria objeto dela.

DÉCIMA SEGUNDA - DISSOLUÇÃO
Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores, não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado no prazo de 90 dias.
§ único - Os haveres apurados no balanço especial, a que se referiu o caput, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, vencendo a primeira, 90 (noventa) dias da data do referido balanço.

DÉCIMA TERCEIRA – DECLARAÇÃO DOS SÓCIOS
Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes disposto no art. 1011, § 1º da Lei 10.406 de 10/01/2002 ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer a administração da sociedade.



AMESP
Fls.: 0317
Assinatura

CONTRATO SOCIAL

GRADATIVA COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EM GERAL LTDA. - EPP

DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na vigência do presente instrumento serão dirimidos de acordo com a legislação aplicável, e, em especial, segundo as disposições contidas na Lei 10.406 de 10/01/2002

DÉCIMA QUINTA - FORO

Os sócios elegem o foro da comarca de Belo Horizonte - MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados aceitam o que consta expressamente deste instrumento assinando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte (MG), 25 de Abril de 2011.

- WANDERSON OLIVEIRA ABADE -

- ANDREA OLIVEIRA SILVA -

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO 3120517479-5
EM 20/05/2011
GRADATIVA COMERCIO DE ELETRONICOS EM GERAL LTDA - EPP
PROTOCOLO 11/254.355-8

JUCEMG

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E ANEXO
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.
Nipoã 24 JUN. 2011
Roseane de Cássia Ferreira - Tabeliã
Ruth Aparecida Ferreira Costa - Escrevente
Valor Recebido R$ 2,25
0641AA115159

AMESP
FLS.: 0318
Assinatura

GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP
Rua BB, nº 85, Bairro Arvoredo
Contagem / MG – CEP: 32.113-178
CNPJ/MF nº 13.694.036/0001-64

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 29/06/1982, portador da Carteira de Identidade nº M-12.918.759, SSP/MG, CPF nº 057.917.246-59, residente e domiciliado em Contagem - MG, à Rua Rio Interna - A, nº 71, apt° 101, no Bairro Bernardo Monteiro, CEP: 32.010-473, e,

ANDREA OLIVEIRA SILVA, brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida aos 18/12/1978, portadora da Carteira de Identidade nº MG-14.100.192, SSP/MG, e CPF nº 084.201.086-69, residente e domiciliada em Marlieria - MG, à Rua Um, nº 20, no Bairro Cava Grande, CEP 35.185-000,

únicos sócios quotistas da **sociedade empresaria limitada**, que gira nesta praça sob a denominação social de "**GRADATIVA COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EM GERAL LTDA - EPP**" conforme Contrato Social de constituição registrado na JUCEMG, sob o nº 312.0917479-5, em 20/05/2011, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais e, **para adaptação à lei 10.406/2002, consolidar o Contrato Social**, nos termos seguintes:

I. **ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

I.1. **ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL**

A denominação social passa a ser " **GRADATIVA COMERCIAL LTDA – EPP**".

I.2. **ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO**

O endereço da sociedade passa a ser : Rua BB, nº 85, Bairro Arvoredo, Contagem – MG, CEP 32.113-178;

II. **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o texto do **CONTRATO SOCIAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação :

CONTRATO SOCIAL
DE
"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"

Primeira: **DA DENOMINAÇÃO** - A denominação social é "**GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP**".

Segunda: **DA SEDE E FILIAL** - A sede da sociedade é na Rua BB, nº 85, Bairro Arvoredo, Contagem – MG, CEP 32.113-178, não tem filiais, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

Terceira: **OBJETO SOCIAL** - O objeto social da sociedade é comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho, armarinho, artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos eletricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos, brinquedos, utilidades domésticas; programas, artigos e suplementos de informatica; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar, equipamentos de segurança; comercio de artigos comerciais e industriais.

Quarta: **DO CAPITAL** - O capital social da sociedade é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, de R$1,00 (um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	9900	R$ 9.9000,00	99,00%
ANDREA OLIVEIRA SILVA	100	R$ 100,00	1,00%
TOTAL	10000	R$ 10.000,00	100,00%

AMESP
FLS.: 0319
Assinatura

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo, solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do novo Código Civil Brasileiro;

Parágrafo Segundo – Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital;

Sexta – **QUOTAS**: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, caso em que se observará as seguintes disposições:

Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem;

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo de exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas à terceiros;

Sétima - **ADMINISTRAÇÃO:** A administração da sociedade ficará a cargo do sócio **WANDERSON OLIVEIRA ABADE**, o qual somente usará da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade;

Parágrafo Primeiro – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, uma importância que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade;

Parágrafo Segundo – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

Oitava – **DELIBERAÇÃO**: O sócio que divergir de alteração contratual deliberada, por no mínimo ¾ do capital social, conforme disposto no artigo 1.076, do Novo Código Civil Brasileiro, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse;

Nona - **FALECIMENTO DE SÓCIOS:** O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo os herdeiros ou sucessores quando maiores, substituírem o falecido, sendo sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses; 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento;

Décima – **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94;

Décima-Primeira - **FORO:** Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Contagem – Minas Gerais, com renúncia de qual quer outro foro, por mais especial e privilegiado que seja, ainda que venha a ocorrer mudança de domicílio de qualquer sócio.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente documento em três vias de igual teor e forma, sendo a primeira via arquivada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO**, e as outras vias devolvidas aos contratantes, e depois anotada.

Contagem, 22 de Fevereiro de 2012.

WANDERSON OLIVEIRA ABADE

ANDREA OLIVEIRA SILVA

AMESP
FLS.: 0320
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO 4835157
EM 19/04/2012
AGRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP#

PROTOCOLO: 12/274.554-0

JUCEMG

AF0123369

AMESP
Fls.: 0321
Assinatura

GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP
Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção
Contagem / MG – CEP: 32.113-178
CNPJ/MF nº 13.694.036/0001-64

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 29/06/1982, portador da Carteira de Identidade nº M-12.918.759, SSP/MG, CPF nº 057.917.246-59, residente e domiciliado em Contagem - MG, à Rua Rio Interna - A, nº 71, aptº 101, no Bairro Bernardo Monteiro, CEP: 32.010-473, e,

ANDREA OLIVEIRA SILVA, brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida aos 18/12/1978, portadora da Carteira de Identidade nº MG-14.100.192, SSPMG, e CPF nº 084.201.086-69, residente e domiciliada em Marliéria - MG, à Rua Um, nº 20, no Bairro Cava Grande, CEP 35.185-000,

únicos sócios quotistas da **sociedade empresaria limitada**, que gira nesta praça sob a denominação social de **"GRADATIVA COMÉRCIAL LTDA - EPP"** conforme Contrato Social de constituição registrado na JUCEMG, sob o nº 312.0917479-5, em 20/05/2011, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais e, **para adaptação à lei 10.406/2002, consolidar o Contrato Social**, nos termos seguintes:

I. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I.1. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

O endereço da sociedade **passa** a ser : Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção, Contagem – MG, CEP 32.113-178;

I.2 ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade **passa a ser**: o comercio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirurgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos, aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domésticas; programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; comercio de artigos comerciais e industriais; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de moveis.

II. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o texto do **CONTRATO SOCIAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação

CONTRATO SOCIAL
DE
"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"

Primeira DA DENOMINAÇÃO - A denominação social é **"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"**;

Segunda: DA SEDE E FILIAL - A sede da sociedade é na Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção, Contagem – MG, CEP 32.113-178; não tem filiais, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional;

Terceira: OBJETO SOCIAL - O objeto social da sociedade o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domésticas, programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança, comércio de artigos comerciais e industriais; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de moveis.

AMESP
Fls.: 0322
Assinatura

Quarta: DO CAPITAL - O capital social da sociedade é de R$ 10.000,03 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, de R$1,00 (um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	9900	R$ 9.9000,00	99,00%
ANDREA OLIVEIRA SILVA	100	R$ 100,00	1,00%
TOTAL	10000	R$ 10.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo, solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do novo Código Civil Brasileiro;

Parágrafo Segundo – Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital;

Sexta – QUOTAS: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, caso em que se observará as seguintes disposições:

Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuirem;

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros,

Sétima - **ADMINISTRAÇÃO:** A administração da sociedade ficará a cargo do sócio **WANDERSON OLIVEIRA ABADE**, o qual somente usara da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade;

Parágrafo Primeiro – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, uma importância que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade;

Parágrafo Segundo – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

Oitava - **DELIBERAÇÃO:** O sócio que divergir de alteração contratual deliberada, por no mínimo ¾ do capital social, conforme disposto no artigo 1.076, do Novo Código Civil Brasileiro, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse;

Nona - **FALECIMENTO DE SÓCIOS:** O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo os herdeiros ou sucessores quando maiores, substituírem o falecido, sendo sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma : 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinqüenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento;

Décima - **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94;

AMESP
Fls: 0323
Assinatura

Décima-Primeira - **FORO**: Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Contagem – Minas Gerais, com renúncia de qual quer outro foro, por mais especial e privilegiado que seja, ainda que venha a ocorrer mudança de domicílio de qualquer sócio.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente documento em três vias de igual teor e forma, sendo a primeira via arquivada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO**, e as outras vias devolvidas aos contratantes, e depois anotada.

Contagem, 05 de Setembro de 2012.

WANDERSON OLIVEIRA ABADE

ANDREA OLIVEIRA SILVA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO 4954321
EM 08/11/2012
#GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP#
PROTOCOLO: 12/738.342-5

JUCEMG

AF0851475

AMESP
FLS.: 0324
Assinatura

GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP
Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Seção
Contagem / MG - CEP: 32.113-178
CNPJ/MF nº 13.694.036/0001-64

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 29/06/1982, portador da Carteira de Identidade nº M-12.918.759, SSP/MG, CPF nº 057.917.246-59, residente e domiciliado em Contagem - MG, a Rua Rio Interna - A, nº 71, apt° 101, no Bairro Bernardo Monteiro, CEP: 32.010-473, e,

ANDREA OLIVEIRA SILVA, brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresaria, nascida aos 18/12/1978, portadora da Carteira de Identidade nº MG-14.100.192, SSPMG, e CPF nº 084.201.086-69, residente e domiciliada em Mariléria - MG, à Rua Um, nº 20, no Bairro Cava Grande, CEP 35.185-000,

unicos sócios quotistas da **sociedade empresaria limitada**, que gira nesta praça sob a denominação social de "**GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP**" conforme Contrato Social de constituição registrado na JUCEMG sob o nº 312.0917479-5, em 20/05/2011, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais e **para adaptação à lei 10.406/2002, consolidar o Contrato Social**, nos termos seguintes:

I. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I.1. ADMISSÃO DE SÓCIA

Fica admitida na sociedade a sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, brasileira, solteira, empresaria, nascida aos 05/11/1981, portadora da Carteira de Identidade n.º MG-14.654.188, SSP/MG, CPF n.º 055.351.276-55, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na Avenida dos Engenheiros, 1300, Apto 402, Bloco 1, Bairro Castelo, CEP 30.840-372, que tomando conhecimento do Contrato Social inicial e posteriores alterações contratuais promete respeitá-lo e cumpri-lo.

I.2. RETIRADA, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

A sócia **ANDREA OLIVEIRA SILVA**, acima qualificada, resolve por sua livre e espontanea vontade, retirar-se da sociedade, como de fato o faz, transferindo suas 100 (cem quotas), no valor total de R$ 100,00 (cem reais), para a nova socia ora admitida na sociedade **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, ja qualificada, dando-lhe plena, geral e rasa quitação pelo valor correspondente a transferência de suas quotas.

O sócio **WANDERSON OLIVEIRA ABADE**, acima qualificado, resolve por sua livre e espontanea vontade, transferir, 1.900 (mil e novecentas quotas), no valor total de R$ 1.900,00 (mil e novecentos reais), para a nova sócia ora admitida na sociedade **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, já qualificada, dando-lhe plena, geral e rasa quitação pelo valor correspondente a transferência de suas quotas.

I.3. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade **passa a ser**: o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirurgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos, aparelhos e equipamentos eletrônicos; moveis escolares, para informatica e escritorio; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domesticas, programas, artigos e suplementos de informatica; maquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; tintas e materiais de construção, comércio de artigos comerciais e industriais, e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de móveis.

I.4. AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

AMESP
Fls.: 0325
Assinatura

O capital social **passa** a ser de R$ 100.000,00 (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada uma; com lucros acumulados, totalmente integralizado, em moeda corrente do país, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	80.000	R$ 80.000,00	80,00%
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	20.000	R$ 20.000,00	20,00%
TOTAL	100.000	R$ 100.000,00	100,00%
SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%

II. **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o texto do **CONTRATO SOCIAL** que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL
DE
"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"

Primeira: **DA DENOMINAÇÃO** - A denominação social é **"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"**.

Segunda: **DA SEDE E FILIAL** - A sede da sociedade é na Rua BR, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem – MG, CEP 32.113-178; não tem filiais, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

Terceira: **OBJETO SOCIAL** - O objeto social da sociedade o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirurgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos, aparelhos e equipamentos eletrônicos; moveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domesticas, programas, artigos e suplementos de informatica; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; tintas e materiais de construção; comercio de artigos comerciais e industriais; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de móveis.

Quarta: **DO CAPITAL** - O capital social da sociedade é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (dez mil) quotas, de R$1,00 (um real) cada uma, com lucros acumulados, integralizadas, em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	80.000	R$ 80.000,00	80,00%
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	20.000	R$ 20.000,00	20,00%
TOTAL	10.0000	R$ 100.000,00	100,00%

Paragrafo Primeiro - A responsabilidade dos socios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do novo Código Civil Brasileiro.

Paragrafo Segundo – Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital;

Sexta – QUOTAS: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, caso em que se observará as seguintes disposições:

Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuirem;

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias.

AMESP
Fls.: 0326
Assinatura

Paragrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros.

Sétima – **ADMINISTRAÇÃO:** A administração da sociedade ficara a cargo da socia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual somente usara da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade.

Parágrafo Primeiro – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pro Labore, uma importância que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a debito da conta de despesas da sociedade.

Parágrafo Segundo – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Oitava **DELIBERAÇÃO:** O sócio que divergir de alteração contratual deliberada, por no mínimo ¾ do capital social, conforme disposto no artigo 1.076, do Novo Código Civil Brasileiro, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Nona – **FALECIMENTO DE SÓCIOS:** O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo os herdeiros ou sucessores quando maiores, substituírem o falecido, sendo sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento.

Décima – **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

Décima-Primeira – **FORO**: Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Contagem – Minas Gerais, com renuncia de qual quer outro foro, por mais especial e privilegiado que seja, ainda que venha a ocorrer mudança de domicílio de qualquer sócio.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente documento em três vias de igual teor e forma, sendo a primeira via arquivada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO**, e as outras vias devolvidas aos contratantes, e depois anotada.

Contagem, 21 de Março de 2013.

WANDERSON OLIVEIRA ABADE

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

ANDREA OLIVEIRA SILVA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO 5168996
EM 24/10/2013
PRERROGATIVA COMERCIAL LTDA - EPP

PROTOCOLO 13/868.674-2

MARCIA DE FALEIROS GONTIJO
SECRETÁRIA-GERAL

13868674201

860850365

AMESP
FLS.: 0327
Assinatura

GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP
Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção
Contagem / MG – CEP: 32.113-178
CNPJ/MF nº 13.694.036/0001-64

4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 29/06/1982, portador da Carteira de Identidade nº M-12.918.759, SSP/MG, CPF nº 057.917.246-59, residente e domiciliado em Contagem - MG, à Rua Rio Interna - A, nº 71, aptº 101, no Bairro Bernardo Monteiro, CEP: 32.010-473, e,

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, brasileira, solteira,empresária, nascida aos 05/11/1981, portadora da Carteira de Identidade n.º MG-14.654.188, SSP/MG, CPF n.º 055.351.276-55, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na Avenida dos Engenheiros, 1300, Apto 402, Bloco 1, Bairro Castelo, CEP: 30.840-372,

únicos sócios quotistas da **sociedade empresaria limitada**, que gira nesta praça sob a denominação social de **"GRADATIVA COMÉRCIAL LTDA - EPP"** conforme Contrato Social de constituição registrado na JUCEMG, sob o nº 312.0917479-5, em 20/05/2011, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais e, **para adaptação à lei 10.406/2002, consolidar o Contrato Social**, nos termos seguintes:

I. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1.1. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade **passa a ser**: o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domésticas; programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; tintas e materiais de construção, comércio de artigos comerciais e industriais; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de móveis; e atividades de consultoria em gestão empresarial.

II. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o texto do **CONTRATO SOCIAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação :

CONTRATO SOCIAL
DE
"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"

Primeira: DA DENOMINAÇÃO - A denominação social é **"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"**;

Segunda: DA SEDE E FILIAL - A sede da sociedade é na Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção, Contagem – MG, CEP 32.113-178; não tem filiais, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional;

Terceira: OBJETO SOCIAL - O objeto social da sociedade o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domésticas; programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; tintas e materiais de construção, comércio de artigos comerciais e industriais; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de móveis; e atividades de consultoria em gestão empresarial.

Certifico que este documento da empresa GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, Nire: 3120917479-5 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5263076 em 28/04/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/301.257-6 e o código de segurança FxWi. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

AMESP
FLS.: 0328
Assinatura

Quarta: DO CAPITAL - O capital social da sociedade é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (dez mil) quotas, de R$1,00 (um real) cada uma, com lucros acumulados, integralizadas, em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	80.000	R$ 80.000,00	80,00%
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	20.000	R$ 20.000,00	20,00%
TOTAL	10.0000	R$ 100.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo, solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do novo Código Civil Brasileiro;

Parágrafo Segundo – Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital;

Sexta – QUOTAS: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, caso em que se observará as seguintes disposições :

Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem;

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros;

Sétima - ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade ficará a cargo da sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual somente usará da denominação social nas operações que constituírem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade;

Parágrafo Primeiro – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, uma importância que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade;

Parágrafo Segundo – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

Oitava – DELIBERAÇÃO: O sócio que divergir de alteração contratual deliberada, por no mínimo ¾ do capital social, conforme disposto no artigo 1.076, do Novo Código Civil Brasileiro, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse;

Nona - FALECIMENTO DE SÓCIOS: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo os herdeiros ou sucessores quando maiores, substituírem o falecido, sendo sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma : 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinqüenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento;

Décima – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1°, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94;

Certifico que este documento da empresa GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, Nire: 3120917479-5 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5263076 em 28/04/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/301.257-6 e o código de segurança FxWi. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

AMESP
FLS.: 0329
Assinatura

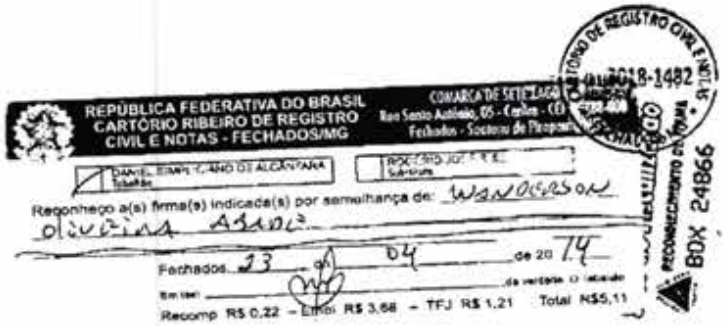
Décima-Primeira - **FORO**: Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Contagem – Minas Gerais, com renúncia de qual quer outro foro, por mais especial e privilegiado que seja, ainda que venha a ocorrer mudança de domicílio de qualquer sócio.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente documento em três vias de igual teor e forma, sendo a primeira via arquivada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO**, e as outras vias devolvidas aos contratantes, e depois anotada.

Contagem, 12 de Março de 2014.

WANDERSON OLIVEIRA ABADE NOTAS

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA NOTAS





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5263076
EM 28/04/2014
GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP

PROTOCOLO: 14/301.257-6

AH1247373

JUCEMG

Certifico que este documento da empresa GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, Nire: 3120917479-5 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5263076 em 28/04/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/301.257-6 e o código de segurança FxWi. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

AMESP
FLS. 0330
Assinatura

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da Rep
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

JUCEMG SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 002 - 07/01/2015 16:54

15/063.228-2

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Age Auxiliar do Comércio
31209174795	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP
J143966524645

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

R. B
A. P. C. P

CONTAGEM
Local

3 Dezembro 2014
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome:
Assinatura: Regiani Menali Rodrigues Pereira
Telefone de Contato:

NOTAS

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

☐ SIM
☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão
___/___/___
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR — 2ª Exigência ☐ — 3ª Exigência ☐ — 4ª Exigência ☐ — 5ª Exigência ☐

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

09/01/15

DECISÃO COLEGIADA — Exigência ☐

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5440448
EM 12/01/2015
#GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP#
PROTOCOLO: 15/063.228-2
AH1531677

JUCEMG

___/___/___ Data
_____ Vogal
_____ Vogal
_____ Vogal
Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

OFÍCIO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Rua Santo Antônio [illegible] — Distrito de Fechamo: [illegible]
Reconheço a(s) firma(s) indicada(s) por semelhança de: Regiani Menali Rodrigues Pereira
Recompe ... R$ 0,22
mpl ... R$ 3,68
TFJ ... R$ 1,21
Total ... R$ 5,11
Fechados 10 de 12 de 20 14
Em test. _____ da verdade. O tabelião
SINAL PÚBLICO www.anoreg.org.br

3018-1482

BSU 18151

AMESP
Fls.: 0331
Assinatura

GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP
Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção
Contagem / MG – CEP: 32.113-178
CNPJ/MF nº 13.694.036/0001-64

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 29/06/1982, portador da Carteira de Identidade nº M-12.918.759, SSP/MG, CPF nº 057.917.246-59, residente e domiciliado em Contagem - MG, à Rua Rio Interna - A, nº 71, aptoº 101, no Bairro Bernardo Monteiro, CEP: 32.010-473, e,

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 05/11/1981, portadora da Carteira de Identidade n.º MG-14.654.188, SSP/MG, CPF n.º 055.351.276-55, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na Ave. Miguel Perrela, nº 910, aptoº 601, Bloco 4, Bairro Castelo, CEP: 31.330-290;

Únicos sócios quotistas **da sociedade empresaria limitada**, que gira nesta praça sob a denominação social de **"GRADATIVA COMÉRCIAL LTDA - EPP"** conforme Contrato Social de constituição registrado na JUCEMG, sob o nº 312.0917479-5, em 20/05/2011, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais e, **para adaptação à lei 10.406/2002, consolidar o Contrato Social**, nos termos seguintes:

I. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I.1. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade **passa a ser**: o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domésticas; programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; tintas e materiais de construção, comércio de artigos comerciais e industriais; comércio e instalação de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de móveis; e atividades de consultoria em gestão empresarial.

II. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o texto do **CONTRATO SOCIAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL
DE
"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"

Primeira: **DA DENOMINAÇÃO** - A denominação social é **"GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP"**;

Segunda: **DA SEDE E FILIAL** - A sede da sociedade é na Rua BB, nº 69, Bairro Arvoredo 2ª Secção, Contagem – MG, CEP 32.113-178; não tem filiais, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional;

Terceira: OBJETO SOCIAL - O objeto social da sociedade o comércio e importação de artigos de cama, mesa e banho; armarinho; artigos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratorial; produtos odontológicos; materiais de escritório; papelaria; eletrodomésticos; aparelhos e equipamentos elétricos; aparelhos e equipamentos eletrônicos; móveis escolares, para informática e escritório; artigos desportivos e recreativos; brinquedos; utilidades domésticas; programas, artigos e suplementos de informática; máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalar; equipamentos de segurança; tintas e materiais de construção, comércio de artigos comerciais e industriais; comércio e instalação de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; e a prestação de serviços de montagem, reparação e manutenção de móveis; e atividades de consultoria em gestão empresarial.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5440448 em 12/01/2015 da Empresa GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 150632282 - 07/01/2015. Autenticação: 2D8F8CAD7E7D2FDB26721DADDC99FDBFA2D4B356. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/063.228-2 e o código de segurança BBwh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0332
Assinatura

Quarta: DO CAPITAL - O capital social da sociedade é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (dez mil) quotas, de R$1,00 (um real) cada uma, com lucros acumulados, integralizadas, em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	80.000	R$ 80.000,00	80,00%
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	20.000	R$ 20.000,00	20,00%
TOTAL	10.0000	R$ 100.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo, solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do novo Código Civil Brasileiro;

Parágrafo Segundo – Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital;

Sexta – QUOTAS: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, caso em que se observará as seguintes disposições:

Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem;

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros;

Sétima - ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade ficará a cargo da sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual somente usará da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade;

Parágrafo Primeiro – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, uma importância que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a debito da conta de despesas da sociedade;

Parágrafo Segundo – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

Oitava – DELIBERAÇÃO: O sócio que divergir de alteração contratual deliberada, por no mínimo ¾ do capital social, conforme disposto no artigo 1.076, do Novo Código Civil Brasileiro, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse;

Nona - FALECIMENTO DE SÓCIOS: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, podendo os herdeiros ou sucessores quando maiores, substituírem o falecido, sendo sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento;

Décima – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1°, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94;

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5440448 em 12/01/2015 da Empresa GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 150632282 - 07/01/2015. Autenticação: 2D8F8CAD7E7D2FDB26721DADDC99FDBFA2D4B356. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/063.228-2 e o código de segurança BBwh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0333
Assinatura

Décima-Primeira - FORO: Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Contagem – Minas Gerais, com renúncia de qual quer outro foro, por mais especial e privilegiado que seja, ainda que venha a ocorrer mudança de domicílio de qualquer sócio.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente documento em três vias de igual teor e forma, sendo a primeira via arquivada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO**, e as outras vias devolvidas aos contratantes, e depois anotada.

Contagem, 28 de Novembro de 2014.

Wanderson Oliveira Abade
WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Regiani Menali Rodrigues Pereira
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

NOTAS





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5440448 em 12/01/2015 da Empresa GRADATIVA COMERCIAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 150632282 - 07/01/2015. Autenticação: 2D8F8CAD7E7D2FDB26721DADDC99FDBFA2D4B356. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/063.228-2 e o código de segurança BBwh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0334
Assinatura

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31209174795	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
J163216505761

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

CONTAGEM
Local

14 Outubro 2016
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO __/__/____ _____ Data / Responsável

☐ NÃO __/__/____ _____ Data / Responsável

Processo em Ordem À decisão
__/__/____ Data
_____ Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

__/__/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

__/__/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A8646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0335
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/598.358-2	J163216505761	07/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Belo Horizonte. Sexta-feira, 14 de Outubro de 2016

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0336
Assinatura

EMENALLI MEDICAL LTDA
Rua Diamante, nº 478, Bairro Arvoredo 2ª Secção
Contagem / MG CEP: 32.113-000
CNPJ/MF nº 13.694.036/0001-64

ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, brasileiro, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido aos 29/06/1982, portador da Carteira de Identidade nº M-12.918.759, SSP/MG, CPF nº 057.917.246-59, residente e domiciliado em Contagem - MG, à Rua Rio Interna - A, nº 71, aptoº 101, Bairro Bernardo Monteiro, CEP: 32.010-473, e,

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 05/11/1981, portadora da Carteira de Identidade n.º MG-14.654.188, SSP/MG, CPF n.º 055.351.276-55, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, à Ave. Miguel Perrela, nº 910, aptoº 601, Bloco 4, Bairro Castelo, CEP: 31.330-290;

Únicos sócios quotistas da **sociedade empresaria limitada**, que gira nesta praça sob a denominação social de **"GRADATIVA COMÉRCIAL LTDA "** conforme Contrato Social de constituição registrado na JUCEMG, sob o nº 312.0917479-5, em 20/05/2011, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais, e consolidar o Contrato Social, conforme segue:

I. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I.1. ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL

A razão social da sociedade **passa a ser "EMENALLI MEDICAL LTDA"**

I.2. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE

A sede da sociedade **passa a ser na**: Rua Diamante, nº 478, Bairro Arvoredo 2ª Secção, Contagem MG, CEP 32.113-000.

I.3. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade **passa a ser**:

a) COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MOVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS
b) COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA
c) COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS
d) COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA
e) COMÉRCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
f) COMÉRCO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
g) COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
h) COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO
i) ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR
j) ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL

II. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o texto do **CONTRATO SOCIAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0337
Assinatura

CONTRATO SOCIAL
DE
"EMENALLI MEDICAL LTDA"

Primeira: **DA DENOMINAÇÃO** - A denominação social é **"EMENALLI MEDICAL LTDA"**;

Segunda: **DA SEDE E FILIAL** - A sede da sociedade é na Rua Diamante, nº 478, Bairro Arvoredo 2ª Secção, Contagem MG, CEP 32.113-000; não tem filiais, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional;

Terceira: **OBJETO SOCIAL** – O objeto social da sociedade é:

a) COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MOVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS
b) COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA
c) COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS
d) COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA
e) COMÉRCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
f) COMÉRCO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
g) COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
h) COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO
i) ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR
j) ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL

Quarta: **DO INICIO E PRAZO DE DURAÇÃO** - A sociedade tem prazo de duração indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 20/05/2011;

Quinta: **DO CAPITAL** - O capital social da sociedade é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (dez mil) quotas, de R$1,00 (um real) cada uma, com lucros acumulados, integralizadas, em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
WANDERSON OLIVEIRA ABADE	80.000	R$ 80.000,00	80,00%
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	20.000	R$ 20.000,00	20,00%
TOTAL	100.000	R$ 100.000,00	100,00%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, respondendo, solidariamente, pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do novo Código Civil Brasileiro;

Parágrafo Segundo – Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital;

Sexta – **QUOTAS**: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, caso em que se observará as seguintes disposições:

Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem;

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros;

Sétima - **ADMINISTRAÇÃO:** A sociedade é administrada pela sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual somente usará da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0338
Assinatura

expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade;

Oitava: RETIRADA PRÓ-LABORE – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, importância essa que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade;

Nona: EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro; e, ao término de cada exercício, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

Décima: FALECIMENTO DE SÓCIO - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Décima Primeira: DELIBERAÇÃO - O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada por no mínimo ¾ do capital social conforme disposto no artigo nº 1076 do novo código civil, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, nos 60 (sessenta) dias subsequente, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse;

Décima Segunda: DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO – O sócio e a administradora declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acha impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acha incursa na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

Décima- Terceira - FORO: Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Contagem Minas Gerais, com renúncia de qual quer outro foro, por mais especial e privilegiado que seja, ainda que venha a ocorrer mudança de domicílio de qualquer sócio.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento.

Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2016.

WANDERSON OLIVEIRA ABADE **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0339
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/598.358-2	J163216505761	07/10/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
057.917.246-59	WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Belo Horizonte, Sexta-feira, 14 de Outubro de 2016

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0340
Assinatura

Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, de nire 3120917479-5 e protocolado sob o número 16/598.358-2 em 11/10/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 5995731, em 19/10/2016. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Márcia Thaise Lima Cruz.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
057.917.246-59	WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Belo Horizonte, Quarta-feira, 19 de Outubro de 2016

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0341
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
062.075.936-42	MARCIA THAISE LIMA CRUZ
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 19 de Outubro de 2016

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5995731 em 19/10/2016 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 165983582 - 11/10/2016. Autenticação: 4452ADB57537DC41508915F2A6646D1171B4FD22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/598.358-2 e o código de segurança ew9n Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

AMESP
FLS: 0342
Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31209174795	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2000471673

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

CONTAGEM
Local

28 Julho 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável ☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável
Data Data

Processo em Ordem À decisão
___/___/____
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS. 0343
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/447.858-8	MGP2000471673	28/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0344
Assinatura

7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL – CONSOLIDADA
EMENALLI MEDICAL LTDA – EPP
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, Brasileiro, Casado Comunhão Parcial de Bens, Empresário, data de nascimento 29/06/1982, documento de identidade número M12918759, SSP/MG, CPF número 057.917.246-59, residente e domiciliado à Rua Rio Interna-A, 71, APT 101, Bairro Bernardo Monteiro, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.010-473;

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, Brasileira, Solteira, Empresária, data de nascimento 05/11/1981, documento de identidade número MG14654188, SSP/MG, CPF número 055.351.276-55, residente e domiciliada à Av. Miguel Perrela, 910, APT 601, Bloco 4, Bairro Castelo, CEP: 31.330-290;

Únicos sócios da sociedade limitada empresária, denominada EMENALLI MEDICAL LTDA – EPP, com sede à Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000, com contrato social registrado na JUCEMG em 20/05/2011 sob o NIRE 3120917479-5 e CNPJ: 13.694.036/0001-64 e alteração registrada em 19/10/2016, resolvem neste ato promover a presente alteração que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – Objeto Social
Fica alterado o objeto social da empresa para **IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO, MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO, INSTRUMENTOS ,MATERIAIS E MOVEIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS, ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA, EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO, MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR.**

CAPÍTULO II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – A sociedade continua girando sob a denominação de EMENALLI MEDICAL LTDA.

Cláusula Segunda – A sede da sociedade é na Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000.

Cláusula Terceira – O objeto social da sociedade é IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO, MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO, INSTRUMENTOS ,MATERIAIS E MOVEIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS, ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0345
Assinatura

PAPELARIA, EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO, MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR.

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou as atividades em 20/05/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é de R$100.000,00 (Cem Mil Reais) dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas de valor unitário igual a R$1,00 (Um Real) cada subscrito e com total integralização em moeda corrente vigente no País e tendo a seguinte distribuição:

WANDERSON OLIVEIRA ABADE	**80.000**	**80.000,00**
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	**20.000**	**20.000,00**
TOTAL	**100.000**	**100.000,00**

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferências, caso em que se observará as seguintes disposições:
Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem.
Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias.
Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas serem cedidas ou alienadas a terceiros.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá a **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual usará somente da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade.

Cláusula Nona – Os dois sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labora, importância essa que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0346
Assinatura

7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL – CONSOLIDADA
EMENALLI MEDICAL LTDA – EPP
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

Cláusula Décima – A sociedade, poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada da norma da lei.

Cláusula Décima Primeira – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro; e, ao término de cada exercício, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Terceira – O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada por no mínimo ¾ do capital social conforme disposto no artigo nº 1076 do novo código civil, desejar retira-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Cláusula Décima Quarta – O(s) Administrador (es) e Sócio (s) declara(m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quinta – Fica eleito o foro de Contagem para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratados, assinam este instrumento.

Contagem, 29 de Junho de 2020.

WANDERSON OLIVEIRA ABADE
Sócio

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls. 0347
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/447.858-8	MGP2000471673	28/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
057.917.246-59	WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0348
Assinatura

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, de NIRE 3120917479-5 e protocolado sob o número 20/447.858-8 em 28/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7938745, em 29/07/2020. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Kassia Maria Cardoso de Paula.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
057.917.246-59	WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Belo Horizonte. quarta-feira, 29 de julho de 2020

Documento assinado eletrônicamente por Kassia Maria Cardoso de Paula, Servidor(a) Público(a), em 29/07/2020, às 11:16 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/447.858-8.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7938745 em 29/07/2020 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 204478588 - 28/07/2020. Autenticação: 5FE898889CA9DAE49B612E7B22858261CB648F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/447.858-8 e o código de segurança dVSG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
0349
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quarta-feira, 29 de julho de 2020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FLS.: 0350

Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31209174795	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MGN2177275892

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

CONTAGEM
Local

17 Fevereiro 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO __/__/____ _____ Data Responsável

☐ NÃO __/__/____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

__/__/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

__/__/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

__/__/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0351
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/233.114-1	MGN2177275892	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0352
Assinatura

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL EMENALLI MEDICAL LTDA – EPP
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

WANDERSON OLIVEIRA ABADE, Brasileiro, Casado Comunhão Parcial de Bens, Empresário, data de nascimento 29/06/1982, documento de identidade número M12918759, SSP/MG, CPF número 057.917.246-59, residente e domiciliado à Rua Rio Interna-A, 71, APT 101, Bairro Bernardo Monteiro, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.010-473;

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, Brasileira, Solteira, Empresária, data de nascimento 05/11/1981, documento de identidade número MG14654188, SSP/MG, CPF número 055.351.276-55, residente e domiciliada à Av. Miguel Perrela, 910, APT 601, Bloco 4, Bairro Castelo, CEP: 31.330-290;

Únicos sócios da sociedade limitada empresária, denominada **EMENALLI MEDICAL LTDA – EPP**, com sede à Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000, com contrato social registrado na JUCEMG em 20/05/2011 sob o NIRE 3120917479-5 e CNPJ: 13.694.036/0001-64, com última alteração registrada em 29/07/2020, resolvem neste ato transformar a Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, mediante as seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – Da Saída do Sócio e Transferência de Quotas
O sócio **WANDERSON OLIVEIRA ABADE** se retira da sociedade, cede e transfere o total de suas 80.000 (Oitenta Mil) quotas, equivalentes à R$80.000,00 (Oitenta Mil Reais), para a sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA.**

Parágrafo único: O sócio **WANDERSON OLIVEIRA ABADE**, que se retira da sociedade, fica eximido de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer fatos ou atos praticados pela sociedade durante o período em que figurou como sócio da referida pessoa jurídica. Fica também eximido de toda e qualquer responsabilidade perante a sociedade da qual se retira, perante os sócios antigos ou atuais e perante terceiros por quaisquer fatos ou atos que tenha praticado no período em que integrou a sociedade.

Cláusula Segunda – Do Aumento do Capital Social
O capital social passa a ser de R$2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais), representado por 2.000.000 (Dois Milhões) de quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, pela integralização de R$1.900.000,00 (Um Milhão e Novecentos Mil Reais) realizada pela sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**.

Cláusula Terceira – Da Distribuição do Capital Social
Com o advento das cláusulas primeira e segunda, a sócia **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, que possuía 20.000 (Vinte Mil) quotas, passa, então, a possuir 2.000.000 (Dois Milhões) de quotas, ficando assim a nova distribuição do capital social da empresa:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0353
Assinatura

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL
EMENALLI MEDICAL LTDA – EPP
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR R$
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	2.000.000	R$2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	R$2.000.000,00

Cláusula Quarta – Da Transformação de Natureza Jurídica

Fica alterada a natureza jurídica da sociedade de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Empresária Limitada Unipessoal.

CAPÍTULO II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – A sociedade continua girando sob a denominação de EMENALLI MEDICAL LTDA.

Cláusula Segunda – A sede da sociedade é na Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000.

Cláusula Terceira – O objeto social da sociedade é IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO, MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO, INSTRUMENTOS ,MATERIAIS E MOVEIS MEDICOS, CIRURGICOS, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS, ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA, EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO, MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR.

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou as atividades em 20/05/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é de R$2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais) dividido em 2.000.000 (Dois Milhões) de quotas de valor unitário igual a R$1,00 (Um Real) cada subscrito e com total integralização em moeda corrente vigente no País e tendo a seguinte distribuição:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR R$
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	2.000.000	R$2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	R$2.000.000,00

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0354
Assinatura

Cláusula Sétima – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferências, caso em que se observará as seguintes disposições:
Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem.

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas serem cedidas ou alienadas a terceiros.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá a **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual usará somente da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade.

Cláusula Nona – Os sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, importância essa que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade.

Cláusula Décima – A sociedade, poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada da norma da lei.

Cláusula Décima Primeira – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro; e, ao término de cada exercício, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Terceira – O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada por no mínimo ¾ do capital social conforme disposto no artigo nº 1076 do novo código civil, desejar retira-se da sociedade, deverá notificar os demais,

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0355
Assinatura

por escrito, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Cláusula Décima Quarta – O(s) Administrador (es) e Sócio (s) declara(m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quinta – Fica eleito o foro de Contagem para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratados, assinam este instrumento.

Contagem, 17 de fevereiro de 2021.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
Sócio/Administrador

WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0356
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/233.114-1	MGN2177275892	17/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
057.917.246-59	WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0357
Assinatura

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, de NIRE 3120917479-5 e protocolado sob o número 21/233.114-1 em 19/02/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8384609, em 19/02/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Luciano Barreiros Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
057.917.246-59	WANDERSON OLIVEIRA ABADE

Belo Horizonte, sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021

Documento assinado eletrônicamente por Luciano Barreiros Vieira, Servidor(a) Público(a), em 19/02/2021, às 16:02 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/233.114-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0358
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8384609 em 19/02/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 212331141 - 19/02/2021. Autenticação: F683125EAF208A92CCC4FE2ED0A363DFB1682770. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/233.114-1 e o código de segurança JGDG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

AMESP
0359
Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31209174795	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2100496599

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

CONTAGEM
Local

18 Junho 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável (Data)

☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável (Data)

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls: 0360
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/501.286-1	MGE2100496599	16/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0361
Assinatura

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, Brasileira, Casada no Regime de Comunhão Parcial de Bens, Empresária, data de nascimento 05/11/1981, documento de identidade número MG14654188, SSP/MG, CPF número 055.351.276-55, residente e domiciliada à Av. Miguel Perrela, 910, APT 601, Bloco 4, Bairro Castelo, CEP: 31.330-290;

Única sócia da sociedade empresária limitada, denominada **EMENALLI MEDICAL LTDA**, com sede na Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000, com contrato social registrado na JUCEMG em 20/05/2011 sob o NIRE 3120917479-5 e CNPJ: 13.694.036/0001-64, resolve promover a alteração que se regerá mediante as seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – Abertura de Filial
Fica constituída a primeira filial da empresa, localizada na Rua Castelo Setubal, 120, bairro Castelo, CEP: 31330-090, Belo Horizonte/MG.

Parágrafo único: o objeto social da filial será importação, exportação e comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos ,materiais e moveis médicos, cirúrgicos, hospitalares e de laboratórios, artigos de escritório e de papelaria, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, moveis e artigos de colchoaria, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, suprimentos para informática, maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças, atividades de consultoria em gestão empresarial, aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador.

CAPÍTULO II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – A sociedade continua girando sob a denominação de EMENALLI MEDICAL LTDA.

Cláusula Segunda – A sede da sociedade é na Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000.
Parágrafo único: A filial da empresa é na Rua Castelo Setubal, 120, bairro Castelo, CEP: 31330-090, Belo Horizonte/MG.

Cláusula Terceira – O objeto social da matriz e da filial é importação, exportação e comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos ,materiais e moveis médicos, cirúrgicos, hospitalares e de laboratórios, artigos de escritório e de

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0362
Assinatura

papelaria, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, moveis e artigos de colchoaria, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, suprimentos para informática, maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças, atividades de consultoria em gestão empresarial, aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador.

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou as atividades em 20/05/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é de R$2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais) dividido em 2.000.000 (Dois Milhões) de quotas de valor unitário igual a R$1,00 (Um Real) cada subscrito e com total integralização em moeda corrente vigente no País e tendo a seguinte distribuição:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR R$
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	2.000.000	R$2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	R$2.000.000,00

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferências, caso em que se observará as seguintes disposições:
Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem.

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas serem cedidas ou alienadas a terceiros.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá a **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual usará somente da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais,

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0363
Assinatura

endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade.

Cláusula Nona – Os sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, importância essa que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade.

Cláusula Décima – A sociedade, poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada da norma da lei.

Cláusula Décima Primeira – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro; e, ao término de cada exercício, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Terceira – O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada por no mínimo ¾ do capital social conforme disposto no artigo nº 1076 do novo código civil, desejar retira-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Cláusula Décima Quarta – O(s) Administrador (es) e Sócio (s) declara(m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quinta – Fica eleito o foro de Contagem para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0364
Assinatura

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratados, assinam este instrumento.

Contagem, 11 de junho de 2021.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
Fls. 6365
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/501.286-1	MGE2100496599	16/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0366
Assinatura

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 21/501.286-1 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8620354 em 21/06/2021 da empresa 3120917479-5 EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
3190282475-4	xxxxxxx	RUA CASTELO SETUBAL 120 - BAIRRO CASTELO CEP 31330-090 - BELO HORIZONTE/MG

21 de jun de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 1367
Assinatura

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, de NIRE 3120917479-5 e protocolado sob o número 21/501.286-1 em 16/06/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8620354, em 21/06/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Cesar Mariano dos Santos.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Belo Horizonte. segunda-feira, 21 de junho de 2021

Documento assinado eletrônicamente por Cesar Mariano dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 21/06/2021, às 16:19 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/501.286-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS: 0368
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. segunda-feira, 21 de junho de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8620354 em 21/06/2021 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 215012861 - 16/06/2021. Autenticação: E4DC2CDA1A1F1E18A89EFCF5B847D4B16FF937. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/501.286-1 e o código de segurança Ew3k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

AMESP
FLS.: 0369
Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31209174795	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2300468118

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2209	1	ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO

BELO HORIZONTE
Local

1 JUNHO 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____
☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____
☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
8370
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/321.446-1	MGP2300468118	06/06/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0371
Assinatura

10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA, Brasileira, Casada no Regime de Comunhão Parcial de Bens, Empresária, data de nascimento 05/11/1981, documento de identidade número MG14654188, SSP/MG, CPF número 055.351.276-55, residente e domiciliada à Rua Padre Demerval Gomes, nº 367 - Apto 502 – bairro Coração Eucarístico - CEP: 30.535-470 - Belo Horizonte/MG.

Única sócia da sociedade empresária limitada, denominada **EMENALLI MEDICAL LTDA**, com sede na Rua Diamante, 478, Bairro Arvoredo 2ª Seção, Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.113-000, com contrato social registrado na JUCEMG em 20/05/2011 sob o NIRE 3120917479-5 e CNPJ: 13.694.036/0001-64, resolve promover a alteração que se regerá mediante as seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – Alteração de Endereço
Fica alterado o endereço da matriz para Rua Castelo Setubal, nº 130, bairro Castelo, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.330-090.

CAPÍTULO II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – A sociedade continua girando sob a denominação de EMENALLI MEDICAL LTDA.

Cláusula Segunda – A sede da sociedade é na Rua Castelo Setubal, 130, bairro Castelo, CEP: 31330-090, Belo Horizonte/MG.
Parágrafo único: A filial da empresa é na Rua Castelo Setubal, 120, bairro Castelo, CEP: 31330-090, Belo Horizonte/MG.

Cláusula Terceira – O objeto social da matriz e da filial é importação, exportação e comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos ,materiais e moveis médicos, cirúrgicos, hospitalares e de laboratórios, artigos de escritório e de papelaria, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, moveis e artigos de colchoaria, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, suprimentos para informática, maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças, atividades de consultoria em gestão empresarial, aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador.

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou as atividades em 20/05/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0372
Assinatura

Cláusula Quinta - O capital social é de R$2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais) dividido em 2.000.000 (Dois Milhões) de quotas de valor unitário igual a R$1,00 (Um Real) cada subscrito e com total integralização em moeda corrente vigente no País e tendo a seguinte distribuição:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR R$
REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA	2.000.000	R$2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	R$2.000.000,00

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferências, caso em que se observará as seguintes disposições:
Parágrafo Primeiro – Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos suas respectivas quotas a terceiros, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem.

Parágrafo Segundo – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Terceiro – Findo o prazo o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas serem cedidas ou alienadas a terceiros.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá a **REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA**, a qual usará somente da denominação social nas operações que constituem o seu objeto social, sendo expressamente vedado o seu uso ou emprego para fins diversos daqueles, notadamente, em avais, endossos, fianças, e qualquer outra obrigação de favor, seja qual for, sob pena de responsabilidade civil e se for o caso criminal, a par de sua nulidade.

Cláusula Nona – Os sócios, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, importância essa que nunca poderá ser inferior a um salário mínimo em vigor na região, que será levado a débito da conta de despesas da sociedade.

Cláusula Décima – A sociedade, poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada da norma da lei.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 0373
Assinatura

10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EMENALLI MEDICAL LTDA
CNPJ: 13.694.036/0001-64
NIRE: 3120917479-5

Cláusula Décima Primeira – O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro; e, ao término de cada exercício, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Terceira – O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada por no mínimo ¾ do capital social conforme disposto no artigo nº 1076 do novo código civil, desejar retira-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Cláusula Décima Quarta – O(s) Administrador (es) e Sócio (s) declara(m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quinta – Fica eleito o foro de Belo Horizonte para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratados, assinam este instrumento.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA
Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
6374
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/321.446-1	MGP2300468118	06/06/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
Fls.: 0375
Assinatura

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, de NIRE 3120917479-5 e protocolado sob o número 23/321.446-1 em 06/06/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10497810, em 07/06/2023. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
055.351.276-55	REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA

Belo Horizonte, quarta-feira, 07 de junho de 2023

Documento assinado eletrônicamente por Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar, Servidor(a) Público(a), em 07/06/2023, às 09:06 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/321.446-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
Fls: 0376
Assinatura

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quarta-feira, 07 de junho de 2023

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10497810 em 07/06/2023 da Empresa EMENALLI MEDICAL LTDA - EPP, Nire 31209174795 e protocolo 233214461 - 06/06/2023. Autenticação: 2035D5E5C1987CA8A4827C8DB4B1D1BD7939D65B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/321.446-1 e o código de segurança xLms Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

CONSÓRCIO AMESP | Portal de Compras

AMESP
Fls.: 0377
Assinatura

AMESP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Termo de Adjudicação
Processo N° 07/2024

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente processo, adjudico as empresas vencedoras conforme indicado abaixo:

FORNECEDOR: EMENALI MEDICAL LTDA — 13.694.036/0002-45

LOTE/ITEM	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
01 MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"		28,00	1	28,00
02 MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"		28,00	1	28,00

QTD: 2 — **VALOR TOTAL: 56,00**

FORNECEDOR: LOTES/ITENS FRACASSADOS/CANCELADOS/DESERTOS/NÃO

LOTE/ITEM	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
03 MEDICAMENTOS ÉTICOS DE "A" A "Z"			1	
04 MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" A "Z"			1	

QTD: 2 — **VALOR TOTAL:**

VALOR GERAL: 56,00

AMESP
Fls.: 0378
Assinatura

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

A Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP **Sra. Rosângela Maria Dantas,** no uso de suas atribuições legais, e ciente do parecer procedido pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, achando-o de conforme, homologa a seguinte empresa:

EMPRESA VENCEDORA				
EMENALLI MEDICAL LTDA EPP, CNPJ/MF sob o nº 13.694.036/0002-45, VALOR GLOBAL DE R$ R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais).				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE ESTIMADA**	**PERCENTUAL DE DESCONTO**
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	28%
02	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	28%

A qual foi a vencedora do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Autorizando assim que seja realizado o contrato entre as partes licitantes.

ROSANGELA MARIA DANTAS
SERPRO

Rosângela Maria Dantas
Presidente da AMESP

Homologado em 20/05/2024.

AMESP
Fls.: 0379
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP – Processo Licitatório nº 08/2024 – Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 07/2024. A Presidente da AMESP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, acolhendo a manifestação do Pregoeiro da AMESP e demais membros, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** Empresa Vencedora: **EMENALLI MEDICAL LTDA EPP, CNPJ nº 13.694.036/0002-45,** Valor total de **R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais).** Informações pelo fone: (35) 3425-5500, e-mail: licitação@amesp.mg.gov.br Pouso Alegre/MG, 20 de maio de 2024 –

ROSÂNGELA MARIA DANTAS –
Presidente.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:6BB09D81

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 22/05/2024. Edição 3772
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

AMESP
Fls.: 0380
Assinatura

BALANÇO

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA			
1 - EXECUTOR: AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRAFICA PEIXE VIVO/AGÊNCIA PEIXE VIVO - CNPJ Nº 09.226.288/0001-91			
2 - CONTRATO NÚMERO: CONTRATO DE GESTÃO: Nº 028/ANA/2020 - CBHSF			
3- RECEITAS		4- DESPESAS	
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (23/05/2023)	R$ 9.621.900,80	DESPESAS COM AÇÕES DE CUSTEIO - (7,5%)	R$ 2.712.560,57
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (21/06/2023)	R$ 5.181.997,01	DESPESAS APLICADAS EM AÇÕES DA BACIA - (92,5%)	R$ 57.036.395,33
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (25/07/2023)	R$ 11.487.181,61	DESPESAS COM CONTRAPARTIDA	
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (22/08/2023)	R$ 4.770.913,52	DESPESA COM APLICAÇÃO FINANCEIRA	
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (26/09/2023)	R$ 4.809.423,88	Subtotal	R$ 59.748.955,90
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (24/10/2023)	R$ 5.119.630,21		
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (01/12/2023)	R$ 3.423.308,97		
REPASSE PROVENIENTE DA COBRANÇA - (21/12/2023)	R$ 5.685.705,79		
Subtotal (Saldo)	R$ 50.100.061,79		
APLICAÇÃO FINANCEIRA - JANEIRO/2023	R$ 632.049,38	5-SALDO: SALDO EM 31/12/2023	
APLICAÇÃO FINANCEIRA - FEVEREIRO/2023	R$ 602.761,62	SALDO FINANCEIRO CAIXA:	R$ 0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA - MARÇO/2023	R$ 533.804,84	SALDO FINANCEIRO BANCO CONTA MOVIMENTO	R$ 0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA - ABRIL /2023	R$ 554.853,14	SALDO FINANCEIRO APLICAÇÕES CTA (60.622-7)	R$ 112.811.212,33
APLICAÇÃO FINANCEIRA - MAIO/2023	R$ 536.073,26	SALDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R$ 0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA - JUNHO/2023	R$ 625.894,92		
APLICAÇÃO FINANCEIRA - JULHO/2023	R$ 625.130,19		
APLICAÇÃO FINANCEIRA - AGOSTO/2023	R$ 710.265,20	6-SALDO TOTAL	R$ 172.560.168,23
APLICAÇÃO FINANCEIRA - SETEMBRO/2023	R$ 675.370,31		
APLICAÇÃO FINANCEIRA - OUTUBRO/2023	R$ 643.758,50	7- EXECUTOR: AGÊNCIA PEIXE VIVO	
APLICAÇÃO FINANCEIRA - NOVEMBRO/2023	R$ 651.348,70		
APLICAÇÃO FINANCEIRA - DEZEMBRO/2023	R$ 493.609,84	8-RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO:	
AJUSTE DE RENDIMENTO CONFORME DIRF BCO DO BRASIL	-R$11.000,77	Elba Alves Silva - Diretora Geral - CPF: ***.295.986-**	
		Berenice Coutinho M. Santos - Gerente de Administração e Finanças - CPF: ***.856.196-**	
		José Pereira de Azevedo - Contador CRC/MG 061675O1/MG	
Subtotal	R$ 7.273.919,13		
Subtotal (Saldo)	R$ 57.373.980,92		
SALDO INICIAL			
SALDO FINANCEIRO DE CAIXA	R$ 0,00		
SALDO FINANCEIRO BANCO CONTA MOVIMENTO	R$ 0,00		
DEVOLUÇÃO A OUTROS PROJETOS	R$ 0,00		
SALDO FINANCEIRO APLICAÇÕES CTA - (60.622-7)	R$ 115.186.187,31		
SALDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R$ 0,00		
Subtotal	R$ 115.186.187,31		
	R$ 172.560.168,23		

1- EXECUTOR: AGÊNCIA DE BACI HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO / AGÊNCIA PEIXE VIVO - CNPJ: 09.226.288/0001-91						
2- CONTRATO NÚMERO: CONTRATO DE GESTÃO: Nº 028/ANA/2020 - CBHSF - PAP 2021-2025						
3 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA 2023						
FINALIDADE	Nº DE AÇÕES	Nº DE METAS FÍSICAS PREVISTAS	METAS FÍSICAS ALCANÇADAS POR MÉDIA PONDERADA (%)	ORÇAMENTO PREVISTO (R$)	EXECUÇÃO FINANCEIRA REALIZADA (R$)	PERCENTUAL EXECUTADO
1 - Gestão de recursos hídricos	16	9	66,67%	21.184.417,99	9.770.347,80	46%
2 - Agenda setorial	7	6	50,00%	40.533.553,82	42.729.639,53	105%
3 - Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica	3	3	100,00%	3.039.844,84	4.536.412,49	149%
4 - Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária	6	6	100,00%	2.614.480,00	2.712.556,08	104%
4 - RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO:						
Elba Alves Silva - Diretora Geral - CPF: ***.295.986-**						
Berenice Coutinho M. Santos - Gerente de Administração e Finanças - CPF: ***.856.196-**						
José Pereira de Azevedo - Contador CRC/MG 061675O1/MG						

AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EXTRATO DE CONTRATO

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e o Instituto Cultural Padre Josimo. CNPJ Nº 06.942.198/0001-09. CONTRATO de ATER Nº 001/2024. Chamada Pública nº 003/2023. Objeto: Prestação de serviços de ATER no Estado do Rio Grande do Sul, para recuperação e gestão dos recursos hídricos do Programa Bem Viver Pampa. Valor: R$1.440.000,00. Vigência: 15 (quinze) meses. Data de Assinatura: 17/05/2024.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 7/2024

Processo Licitatório nº 08/2024 - Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 07/2024. A Presidente da AMESP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, acolhendo a manifestação do Pregoeiro da AMESP e demais membros, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo de Licitação, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, Homologa o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é a aquisição de medicamentos éticos, genéricos, similares e biológicos com base no maior percentual de desconto sobre o banco de preços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, aos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. Empresa Vencedora: Emerali Medical Ltda EPP, CNPJ nº 13.694.036/0002-45, Valor total de R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais). Informações pelo fone: (35) 3425-5500, e-mail: licitação@amesp.mg.gov.br

Pouso Alegre/MG, 20 de maio de 2024
ROSÂNGELA MARIA DANTAS
Presidente

ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA RUDOLF STEINER

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: Associação Pedagógica Rudolf Steiner - CNPJ 60.665.528/0001-01, Mantida: Faculdade Rudolf Steiner. Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 18 [dezoito] diplomas no período de 16/12/2022 a 14/08/2023, no seguinte livro de registro e sequências numéricas: Livro G - 29 registros 45155 até 45172. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço https://frs.edu.br/

São Paulo, 22 de abril de 2024
CRISTINA SUAREZ COPA VELASQUEZ
Diretor/Reitor

CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS - CEESP

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins dos dispostos no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 18 [dezoito] diplomas no período de 22/04/2024 a 16/05/2024, no seguinte livro de registro: B-3, sequência numérica: 137234 a 137251.

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até trinta dias, no endereço https://unifip.edu.br/documentos

Patos - PB 22 de maio de 2024.
JOÃO LEUSON PALMEIRA GOMES ALVES
Reitor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302405230151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AMESP FLS.: 0381 Assinatura

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 08/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 07/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pela Presidente, **Sra. Rosângela Maria Dantas**, brasileira, casada, empresária, portador da Cédula de Identidade RG n.º MG-3.752.568 SSP/MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº.533.618.226-53, **AMESP,** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal **Sra. Margot Navarro Graziani Pioli; Município de BANDEIRA DO SUL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Edervan Leandro de Freitas; Município de BORDA DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Afonso Raimundo de Souza; BUENO BRANDÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Silvio Antônio Felix; Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Dirceu D'Ângelo de Faria; Município de CAMPESTRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.178.400/0001-57, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Marco Antônio Messias Franco; Município de CAREAÇU – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Tovar do Santos Barroso; Município de CAMANDUCAIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Rodrigo Alves de Oliveira; Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à

AMESP
Fls.: 0382
Assinatura

Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Hélcio Antônio Chagas Reis; Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, n° 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal **Sr. Luís Fernando Rosa de Castro; Município de CONGONHAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.967/0001-39, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Moisés Ferreira Vaz; Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Adauto Luiz Leal; Município de ELÓI MENDES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Orácio Alves Pereira, nº 335 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 20.347.225/0001-26, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Paulo Roberto Belato Carvalho; Município de ESTIVA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Vagner Abílio Belizário; Município de INCONFIDENTES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal **Sra. Rosângela Maria Dantas; Município de IPUIUNA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, ° 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Élder Cássio de Souza Oliva; Município de JACUTINGA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Melquíades de Araújo; Município de MONTE SIÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. José Pocai Júnior; Município de OURO FINO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Cyro Gonçalves, nº 173, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Henrique Rossi Wolf; Município de PARAISÓPOLIS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Everton de Assis Ferreira; Município de POÇO FUNDO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Rosiel de Lima; Município de POUSO ALEGRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua dos Carijós, nº 45 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. José Dimas da Silva Fonseca; Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333

REGIANI MENALI RODRIGUE... PEREIRA 0... 276...

AMESP
FLS.: 0383
Assinatura

Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Wander Wilson Chaves; Município de SÃO BENTO ABADE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Eneias Machado de Souza; Município de SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Tiradentes, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.158/0001-50, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Brian Mendes Drago; Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno; Município de SENADOR AMARAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Adenilson Lopez da Silveira; Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Fernando César Fernandes; Município de TOCOS DO MOJI – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Givanildo José da Silva; Município de TURVOLÂNDIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. José Nelson Martins;** Doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE,** e, de outro lado, a empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA EPP,** pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Castelo Setubal, nº 130, Bairro Castelo, no Município de Belo Horizonte, CEP.: 31.330-090, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 13.694.036/0002-45, neste ato representado pela **Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira,** brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-14.654.188 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 055.351.276-55, doravante denominada **DETENTORA,** firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XLV, art. 28, inciso I e art. 29 e demais legislações aplicáveis e as demais normas legais correlatas, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA** e as cláusulas seguintes:

DO FUNDAMENTO LEGAL.

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do **Pregão Presencial** acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, e Termo de

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535512765

AMESP FLS.: 0384 Assinatura

Homologação de 20 de maio de 2024, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS,** na forma de **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico terá seu extrato publicado no site oficial do município e no DIARIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS, assim como a a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

2.4. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0385
Assinatura

3.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Anexo I do Termo de Referência.

3.2. A Detentora da Ata deverá fornecer os produtos de acordo com o solicitado no Termo de Referência da melhor forma a atender às necessidades da AMESP e dos Municípios Consorciados.

3.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.5. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS.

5.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCADOR, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCADOR.

5.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

5.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0386
Assinatura

5.3. A duração da presente Ata de Registro Preço será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por até 24 (vinte e quatro) meses na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021, se for vantajoso para os municípios consorciados, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preço ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

5.4. Os Contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

5.5. AAta de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E PAGAMENTOS.

6.1. DO VALOR.

6.1.1. O valor estimado das futuras contratações é de **R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais),** que representa o total da aquisição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	28%
02	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" A "Z"	UNIDADE	01	28%

(disponível em http:// Banco de Preços TCEMG - acesso público).

6.2. DO PAGAMENTO.

6.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
Fls.: 0387
Assinatura

6.2.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

6.2.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.2.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

6.2.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.2.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

7.1. DO REAJUSTE DE PREÇOS.

7.1.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

7.1.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da Detentora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à Detentora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Detentora obrigada

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0388
Assinatura

a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

7.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

7.2.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

7.2.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

7.4. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

7.4.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS: 0389
Assinatura

documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

7.4.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

7.5. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

7.6. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municipios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

7.6.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

7.6.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

7.7. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

7.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

7.9. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO E DO FORNECIMENTO DO OBJETO.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0390
Assinatura

8.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

8.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço.

8.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

8.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, sendo vedados os acréscimos e supressões.

8.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empreitado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

8.6. O fornecimento será conforme demanda, de acordo com a necessidade, do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

9.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;

9.2. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

9.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

9.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0391
Assinatura

9.5. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

9.6. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

9.7. Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

9.8. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata.

9.9. Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.10. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.11. Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço.

9.12. Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços.

9.13. Emitir requisição do objeto a ser executado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

10.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.2. Executar com pontualidade o objeto solicitado conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;

10.3. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

10.4. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providênciasde regularização necessárias; atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto da presente Ata de Registro de Preços;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0392
Assinatura

10.6. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.7. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

10.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

10.9. Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TERMO CONTRATUAL.

11.1. Da presente Ata de Registro de Preços poderão ser formalizados Contratos conforme minuta constante no Anexo III do Edital.

11.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

11.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

11.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

12.1.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.

12.1.2. A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0393
Assinatura

12.1.3. A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços.

12.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços.

12.1.5. Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado.

12.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração.

12.1.7 No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresaDetentora.

12.1.8. Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pelaempresa detentora.

12.2. Pela Detentora quando:

12.2.1. Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

12.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes da emissão do pedido de entrega do objeto pelo Municipio. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

12.4. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

12.5 A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

12.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando- se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0394
Assinatura

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

13.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

13.2. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

13.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

13.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

13.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata de Registro de Preços.

13.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0395
Assinatura

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra;

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5 Fraudar a licitação.

14.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0396
Assinatura

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, e;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0397
Assinatura

14.8 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, aos 20 de maio de 2024.

ROSANGELA MARIA DANTAS
SERPRO

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Rosângela Maria Dantas

ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas

BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0398
Assinatura

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luis Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

Paulo Roberto Belato Carvalho
Prefeito Municipal

ELÓI MENDES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Paulo Roberto Belato Carvalho

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0399
Assinatura

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo

MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

OURO FINO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Henrique Rossi Wolf

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0400
Assinatura

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

POUSO ALEGRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
José Dimas da Silva Fonseca

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Brian Mendes Drago

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

REGIANE MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

AMESP
FLS.: 0401
Assinatura

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40891875000145, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2024.05.20 17:23:54 -03'00'

Regiane Menali Rodrigues Pereira
Representante Legal
EMENALLI MEDICAL LTDA EPP
DETENTORA

ANEXO I

PLANILHA DE VALORES ESTIMADOS

Para o Cálculo do Valor total da licitação em 2024 utilizou-se como base o valor da licitação do ano de 2023, acrescentou-se então o aumento populacional percentual devido a entrada de novos municípios no consórcio (51,18%), após isso considerou-se ainda o valor do índice IPCA (Inflação) acumulado entre mar/2023 e mar/2024, de acordo com o IBGE (3,93%).

	Percentual Populacional	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE A" a "Z"	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" a "Z	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ANDRADAS	6,78%	R$ 1.799.081,90	R$ 1.799.081,90	R$ 472.511,97	R$ 402.849,46	**R$ 4.473.525,23**
BANDEIRA DO SUL	0,99%	R$ 263.653,58	R$ 263.653,58	R$ 69.246,14	R$ 59.037,17	**R$ 655.590,47**
BORDA DA MATA	2,91%	R$ 772.106,17	R$ 772.106,17	R$ 202.786,44	R$ 172.889,60	**R$ 1.919.888,38**
BUENO BRANDÃO	1,82%	R$ 484.052,54	R$ 484.052,54	R$ 127.131,85	R$ 108.388,79	**R$ 1.203.625,72**
CACHOEIRA DE MINAS	1,99%	R$ 527.174,07	R$ 527.174,07	R$ 138.457,32	R$ 118.044,54	**R$ 1.310.850,00**
CAMANDUCAIA	4,36%	R$ 1.157.759,98	R$ 1.157.759,98	R$ 304.074,79	R$ 259.245,00	**R$ 2.878.839,75**
CAMPESTRE	3,46%	R$ 918.151,53	R$ 918.151,53	R$ 241.143,88	R$ 205.592,00	**R$ 2.283.038,94**
CAREAÇU	1,14%	R$ 302.383,11	R$ 302.383,11	R$ 79.418,08	R$ 67.709,46	**R$ 751.893,76**
CARMO DA CACHOEIRA	1,93%	R$ 512.267,86	R$ 512.267,86	R$ 134.542,34	R$ 114.706,75	**R$ 1.273.784,81**

FLS: 0402 AMESP Assinatura REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05285127655

CONCEIÇÃO DOS OUROS	1,82%	R$ 482.677,26	R$ 482.677,26	R$ 126.770,65	R$ 108.080,83	**R$ 1.200.206,00**
CONGONHAL	1,85%	R$ 491.683,10	R$ 491.683,10	R$ 129.135,95	R$ 110.097,42	**R$ 1.222.599,57**
ELÓI MENDES	4,40%	R$ 1.168.362,90	R$ 1.168.362,90	R$ 306.859,55	R$ 261.619,20	**R$ 2.905.204,55**
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	1,11%	R$ 293.288,55	R$ 293.288,55	R$ 77.029,48	R$ 65.673,01	**R$ 729.279,59**
ESTIVA	1,92%	R$ 510.271,50	R$ 510.271,50	R$ 134.018,02	R$ 114.259,72	**R$ 1.268.820,74**
INCONFIDENTES	1,22%	R$ 323.899,51	R$ 323.899,51	R$ 85.069,17	R$ 72.527,41	**R$ 805.395,60**
IPUIUNA	1,53%	R$ 405.262,57	R$ 405.262,57	R$ 106.438,41	R$ 90.746,18	**R$ 1.007.709,73**
JACUTINGA	4,27%	R$ 1.132.383,93	R$ 1.132.383,93	R$ 297.410,01	R$ 253.562,80	**R$ 2.815.740,67**
MONTE SIÃO	4,03%	R$ 1.068.677,63	R$ 1.068.677,63	R$ 280.678,14	R$ 239.297,72	**R$ 2.657.331,12**
OURO FINO	5,37%	R$ 1.423.809,20	R$ 1.423.809,20	R$ 373.950,12	R$ 318.818,60	**R$ 3.540.387,12**
PARAISÓPOLIS	3,42%	R$ 907.016,24	R$ 907.016,24	R$ 238.219,30	R$ 203.098,59	**R$ 2.255.350,37**
POÇO FUNDO	2,74%	R$ 727.121,36	R$ 727.121,36	R$ 190.971,60	R$ 162.816,63	**R$ 1.808.030,95**
POUSO ALEGRE	25,45%	R$ 6.752.912,22	R$ 6.752.912,22	R$ 1.773.588,99	R$ 1.512.108,50	**R$ 16.791.521,93**
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	6,79%	R$ 1.802.719,72	R$ 1.802.719,72	R$ 473.467,41	R$ 403.664,04	**R$ 4.482.570,89**
SÃO BENTO ABADE	0,79%	R$ 209.086,21	R$ 209.086,21	R$ 54.914,51	R$ 46.818,44	**R$ 519.905,37**
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	4,01%	R$ 1.062.910,34	R$ 1.062.910,34	R$ 279.163,42	R$ 238.006,32	**R$ 2.642.990,42**

AMESP FLS.: 04 03 Assinatura

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	1,07%	R$ 283.351,07	R$ 283.351,07	R$ 74.419,50	R$ 63.447,82	**R$ 704.569,46**
SENADOR AMARAL	1,04%	R$ 275.321,24	R$ 275.321,24	R$ 72.310,54	R$ 61.649,79	**R$ 684.602,81**
SENADOR JOSÉ BENTO	0,35%	R$ 91.744,17	R$ 91.744,17	R$ 24.095,75	R$ 20.543,31	**R$ 228.127,40**
TOCOS DO MOJI	0,64%	R$ 169.735,59	R$ 169.735,59	R$ 44.579,46	R$ 38.007,10	**R$ 422.057,74**
TURVOLÂNDIA	0,82%	R$ 218.934,95	R$ 218.934,95	R$ 57.501,21	R$ 49.023,80	**R$ 544.394,91**
TOTAL	**100%**	R$ 26.537.800,00	R$ 26.537.800,00	R$ 6.969.904,00	R$ 5.942.330,00	**R$ 65.987.834,00**

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655

Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40891870000145, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2024.05.20 17:25:58 -03'00'

AMESP FLS.: 0404 Assinatura

AMESP
FLS.: 0405
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata de Registro de Preços nº 05/2024, com a empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA EPP, CNPJ nº 13.694.036/0002-45 – Processo Licitatório nº 08/2024 – Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 07/2024** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** Valor da Ata de Registro de Preços **R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais). Data da assinatura: 20.05.2024.** Vigência: A ARP terá validade de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Dotações orçamentárias: **As despesas referentes à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:FF7EB6EF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 22/05/2024. Edição 3772
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

AMESP FLS.: 0406 Assinatura

Memorando nº 01/2025 Pouso Alegre, 19 de maio de 2025.

Do: Secretário Executivo
Para: Presidente da AMESP
Assunto: Prorrogação de Ata de Registro de Preços.

Senhor Presidente,

Vimos, pelo presente, solicitar autorização para prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 05/2024, firmado com a empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA EPP,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

Como se trata de aquisição de medicamentos utilizados frequentemente pelos Entes Consorciados, solicito autorização para prorrogação da vigência contratual pelo período de mais **12 (doze) meses,** lembrando que a Ata de Registro de Preços originária já previa a possibilidade de prorrogação da vigência.

Informamos que foi realizada a necessária pesquisa de mercado, restando demonstrada que a prorrogação se revela vantajosa para administração.

Ante tais considerações, requer, nos moldes do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no edital e cláusula 5.3. da Ata de Registro de Preços, a prorrogação do prazo.

Atenciosamente,

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2025.05.20 11:15:11 -03'00'

Moacir Franco

Diretor Executivo da AMESP

AMESP
FLS.: 0407
Assinatura

DESPACHO:

Considerando a necessidade da continuidade do fornecimento de medicamentos.

Considerando o Memorando Interno do Engº Moacir Franco Diretor Executivo da AMESP;

Considerando o enquadramento do caso as hipóteses previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Fica autorizada, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, a prorrogação do prazo de vigência previsto na Ata de Registro de Preços nº 05/2024, firmado com a empresa **EMENALLI MEDICAL LTDA EPP,** por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 20 de maio de 2025.

Lavre-se o competente termo de prorrogação de prazo de vigência.

Pouso Alegre/MG, aos 19 de maio de 2025.

JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:34209514691
Assinado de forma digital por JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:34209514691
Dados: 2025.05.20 10:36:30 -03'00'

José Dimas da Silva Fonseca

Presidente da AMESP

AMESP
FLS.: 0408
Assinatura

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

ORGÃO GERENCIADOR

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr. José Dimas da Silva Fonseca,** devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 342.095.146-91.

EMPRESA DETENTORA

EMENALLI MEDICAL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Castelo Setubal, nº 130, Bairro Castelo, no Município de Belo Horizonte, CEP.: 31.330-090, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 13.694.036/0002-45, neste ato representado pela **Sra. Regiani Menali Rodrigues Pereira,** brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-14.654.188 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 055.351.276-55.

DA JUSTIFICATIVA

A prorrogação do prazo contratual é de interesse do ORGÃO GERENCIADOR e está sustentada nas seguintes razões:

I. Na necessidade da continuidade do fornecimento de medicamentos;

AMESP
FLS.: 0409
Assinatura

II. Dada a satisfação com o fornecimento dos medicamentos fornecidos pela DETENTORA;

III. Dada a vantajosidade da prorrogação, considerando a pesquisa de mercado efetuada;

IV. De conformidade com a previsão legal na Lei Federal nº 14.133/2025, para o fornecimento dos itens continuados, conforme artigo 84.

CLÁUSULA I - Do prazo da Vigência

Fica prorrogado a Ata de Registro de Preços nº 05/2024 assinado em 20 de maio de 2024, por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2025, mantendo-se as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços original em vigência.

CLÁUSULA II - Das disposições Finais

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 05/2024.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo de prorrogação de prazo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os jurídicos e legais efeitos.

Pouso Alegre/MG aos 19 de maio de 2025.

JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:34209514691
Assinado de forma digital por JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:34209514691
Dados: 2025.05.20 10:36:55 -03'00'

AMESP

ORGÃO GERENCIADOR

Presidente José Dimas da Silva Fonseca

REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Assinado de forma digital por REGIANI MENALI RODRIGUES PEREIRA:05535127655
Dados: 2025.05.20 14:55:27 -03'00'

Regiane Menali Rodrigues Pereira
Representante Legal
EMENALLI MEDICAL LTDA EPP
DETENTORA

AMES
FLS.: 410
Assinatura

Servidores de PA terão reajuste de 6,93% nos salários e 20,6% no auxílio-alimentação

DA REDAÇÃO
jordiario@gmail.com



Os servidores públicos de Pouso Alegre (MG) terão um reajuste salarial de 6,93% nos salários e de 20,6% sobre o auxílio-alimentação. Os percentuais serão aplicados de forma retroativa a abril de 2025, conforme a data-base da categoria. As propostas de reajuste constam em projetos de lei enviados pela prefeitura à Câmara Municipal e devem ser votados na sessão da próxima.

Com o reajuste de 6,93% sobre os salários, o ganho real dos servidores será de 1,73%, já que a inflação medida no período foi de 5,20%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A medida representa um custo adicional de R$ 10,8 milhões por ano aos cofres públicos, conforme a Secretaria Municipal de Finanças. O valor já estava previsto no orçamento e segue as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo detalhou no projeto a pasta.

Além do reajuste salarial, os servidores ganharam aumento no cartão alimentação (de R$ 456,35 para R$ 550) e no abono de Natal (agora fixado em R$ 250). Juntos, os benefícios somam R$ 5,2 milhões em gastos extras em 2025.

A prefeitura justificou os ajustes como forma de "preservar o poder aquisitivo" diante da inflação.

Enquanto os servidores em geral terão aumento retroativo a abril, os professores já receberam 6,50% em março (4,77% de INPC + 1,73% de ganho real). A diferença ocorre porque as categorias têm data-base distintas.

Os pagamentos serão efetivados após aprovação final pela Câmara de Vereadores. A prefeitura garante que as medidas não comprometem o equilíbrio fiscal do município.

O Sipromag, representante dos profissionais do magistério, e o Sisempu, que representa os demais servidores, consideraram o reajuste como uma conquista histórica e celebraram o resultado da negociação junto à Prefeitura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025 - Contratação de empresa para eventual e futura aquisição de materiais para estrutura metálica para o Galpão da Garagem, Almoxarifado, Industrial, Galpão Barro Branco, Cobertura Lavador, Palco e Fechamento Quadra Santa Efigênia do Município de Conceição dos Ouros - MG. As Propostas Serão Recebidas das 08:30 horas do dia 21 de maio de 2025 até as 08:29 horas do dia 02 de junho de 2025. A licitação ocorrerá no dia 02 de junho de 2025 às 08:30 horas. As propostas e eventuais impugnações serão recebidas EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Conceição dos Ouros, 19 de maio de 2025. Luis Fernando Rosa de Castro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS UTILIZADOS NAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF'S) DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG. As Propostas Serão Recebidas das 08:30 horas do dia 21 de maio de 2025 até as 08:29 horas do dia 03 de junho de 2025. A licitação ocorrerá no dia 03 de junho de 2025 às 08:30 horas. As propostas e eventuais impugnações serão recebidas EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Conceição dos Ouros, 19 de maio de 2025. Luis Fernando Rosa de Castro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BARRACAS PARA FEIRA DO PRODUTOR E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG. As Propostas Serão Recebidas das 08:30 horas do dia 21 de maio de 2025 até as 08:29 horas do dia 09 de junho de 2025. A licitação ocorrerá no dia 09 de junho de 2025 às 08:30 horas. As propostas e eventuais impugnações serão recebidas EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Conceição dos Ouros, 19 de maio de 2025. Luis Fernando Rosa de Castro - Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DE DATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE CAREAÇU - MG.
Edital: 20/05/2025, no horário de 13:00 às 17:00h, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Careaçu, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no site www.careacu.mg.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 20/05/2025 às 16:00h no site https://careacu.licitapp.com.br/login . Abertura das Propostas: 29/05/2025 às 09:30 hrs no site https://careacu.licitapp.com.br/login .Informações Gerais: Especificações, quantidades e demais informações encontram-se no edital e anexo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO VIA WEB ON-LINE REAL TIME, PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ETANOL, DIESEL S-500, DIESEL S-10) COM UTILIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS DENOMINADOS TAG'S (ETIQUETA) COM TECNOLOGIA RFID OU NFC EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU -MG, CONFORMES ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.
Edital: 20/05/2025, no horário de 13:00 às 17:00h, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Careaçu, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no site www.careacu.mg.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 20/05/2025 às 16:00h no site https://careacu.licitapp.com.br/login . Abertura das Propostas: 04/06/2025 às 09:30 h no site https://careacu.licitapp.com.br/login Informações Gerais: Especificações, quantidades e demais informações encontram-se no edital e anexo

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira- Processo nº 070/2025 - Pregão Eletrônico nº 022/2025 - Torna público o Edital para Aquisição de suplemento alimentar e derivados do leite, para atendimento dos pacientes que necessitam de dietas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira/MG, para eventual e futuro fornecimento com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Sessão Pública às 09h do dia 03/06/2025. Credenciamento: até as 09h do dia 03/06/2025. Apresentação das propostas: até as 09h do dia 03/06/2025. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3624-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Diego Ramon Xavier da Costa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 062/2025 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DOS GRUPOS "A", "B" E "E", GERADOS PELA(S) UNIDADE(S) DA CONTRATANTE, DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONAMA Nº358 E A RDC – ANVISA Nº306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004. A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Ipuiuna, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo menor preço, através da plataforma BLL Compras, para o objeto supramencionado. Data da abertura da cotação: 20/05/2025 às 09:00h. Data do Encerramento da Cotação Eletrônica: 23/05/2025 às 18:00h. Disputa: 26/05/2025 às 08:30h. O edital poderá ser consultado e obtido pelos sites www.ipuiuna.mg.gov.br e www.bll.org.br. Informações: tel. (35) 98432-5256 ou e-mail: licitaipmg@gmail.com. Mainara Franco Melo - Agente de Contratação

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO DE USO HOSPITALAR E OUTROS CORRELATOS EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ESPORTE.
Total de itens: 264. Edital: 20/05/2025, no horário de 13:00 às 17:00h, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Careaçu, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou no site www.careacu.mg.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 20/05/2025 às 16:00h no site https://careacu.licitapp.com.br/login . Abertura das Propostas: 05/06/2025 às 09:30h no site https://careacu.licitapp.com.br/login .Informações Gerais: Especificações, quantidades e demais informações encontram-se no edital e anexo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 26/2025 – Objeto: Aquisição de sensores para monitoramento de glicemia específico – Libre Freestyle Abbott – para o atendimento de demandas judiciais. A sessão pública será realizada no dia 09 de junho de 2025 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3449-4023 ou e-mail licitaparng@gmail.com. William de Oliveira Xavier Junior - Pregoeiro Municipal. Pouso Alegre 19 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 38/2025 – Objeto: Aquisição de motocicletas novas, ano/modelo 2025, para utilização dos agentes de trânsito no serviço de fiscalização da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte – Pouso Alegre/MG. A sessão pública será realizada no dia 11 de junho de 2025 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3449-4023 ou e-mail licitaparng@gmail.com. William de Oliveira Xavier Junior - Pregoeiro Municipal. Pouso Alegre 19 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA-MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº 015/2025. Processo Administrativo nº 065/2025. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliários em geral, em atendimento às necessidades do Município de São João da Mata/MG. O edital na integra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.saojoaodamata.mg.gov.br e no PNCP. Maiores informações poderão ser obtidas através do setor de licitações pelo telefone (35) 9 9976-6437 ou pelo e-mail licitacao@saojoaodamata.mg.gov.br. As propostas serão recebidas até às 12h30min do dia 03 de junho de 2025. São João da Mata (MG), 19 de maio de 2025. Rosemiro de Paiva Muniz - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA-MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº 016/2025. Processo Administrativo nº 066/2025. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha - GLP, em atendimento às necessidades do Município de São João da Mata/MG. O edital na integra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.saojoaodamata.mg.gov.br e no PNCP. Maiores informações poderão ser obtidas através do setor de licitações pelo telefone (35) 9 9976-6437 ou pelo e-mail licitacao@saojoaodamata.mg.gov.br. As propostas serão recebidas até às 15h30min do dia 03 de junho de 2025. São João da Mata (MG), 19 de maio de 2025. Rosemiro de Paiva Muniz - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU/MG
Processo Licitatório Nº 22/2025
Concorrência Eletrônica Nº 03/2025
Contratada : RC BORGES CONSTRUTORA LTDA CNPJ nº 09.350.979/0001-00.
Extrato do Contrato Nº 35/2025
Data do Contrato : 14/05/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO CIAPPEC - CENTRO INTEGRADO DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO E PSICOLÓGICO DO EDUCANDO DE CAREAÇU, SITUADO NA RUA RAUL PEREIRA PINTO, SN, CENTRO, CAREAÇU – MG
Valor: R$ 3.396.521,81

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024 – Pregão Eletrônico nº 07/2024 - Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCE-MG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. Empresa Detentora: EMENALLI MEDICAL LTDA EPP, CNPJ nº 13.694.036/0002-45. Valor da Ata de Registro de Preços: R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais). Data da assinatura: 19.05.2025. Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços nº 05/2024 assinado em 20 de maio de 2024, por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços em vigência.

JORNAL DIÁRIO
O ÚNICO DIÁRIO DE POUSO ALEGRE E REGIÃO
35 3421-1945

AMESP
FLS.: 0411
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024 – Pregão Eletrônico nº 07/2024 - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** Empresa Detentora: **EMENALLI MEDICAL LTDA EPP, CNPJ nº 13.694.036/0002-45.** Valor da Ata de Registro de Preços: **R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais). Data da assinatura: 19.05.2025.** Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços nº 05/2024 assinado em 20 de maio de 2024, por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços em vigência.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:21C9706D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 20/05/2025. Edição 4023
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

AMESP FLS.: 0412 Assinatura

Ineditoriais

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

AVISO DE ALTERAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 1/2025

CONVÊNIO Nº 29/2025 SESA/FUNSAUDE ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO
OBJETIVO: A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, informa errata em relação ao AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 001/2025, publicada no Diário Oficial da União - Seção 3, nº 82, de 05/05/2025, página 337, onde se lê: "às 14h00 do dia 28 de maio de 2025". Leia-se: "às 14h00 do dia 02 de julho de 2025". Demais atualizações sobre o processo serão divulgadas no site da Associação e poderão ser consultadas no endereço eletrônico https://pequenoprincipe.org.br/licitacoes/.

Curitiba, 20 de maio de 2025.
JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO
Representante Legal

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

BALANÇO PATRIMONIAL/2024

A Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União - Anajur, divulga o balanço de encerramento do exercício de 2024

Brasília, 20 de março de 2025.
JARBAS DOS REIS
Presidente da Anajur

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - ANAJUR CNPJ N° 02.618.502/0001-06
BALANÇO PATRIMONIAL / 2024

Ativo	1.871.330,37
Ativo Circulante	1.457.854,20
Permanente	359.111,37
Passivo	1.871.330,37
Passivo Circulante	141.792,98
Patrimônio Líquido	1.729.537,39

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO/2024

Receitas	2.365.123,94
Despesas Administrativas	(1.496.473,64)
Despesas com Pessoal	(1.350.807,23)
Despesas Financeiras	(7.480,49)
Despesas Tributárias	(62.553,71)
Receitas Gerais Operacionais	3.450,00
Receitas Financeiras	158.263,89
Repasse para Terceiros	(4.224,00)
Resultado do Exercício	(394.701,24)

JARBAS DOS REIS
Presidente da Anajur

GABRIEL LACERDA GOMES
Contador CRC 026349-01 DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os integrantes do Conselho Fiscal da ANAJUR tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Associação, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, entendem que os referidos documentos retratam adequadamente a posição da Associação naquela data, tendo sido aprovado em Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 20 de março de 2025.

Brasília, 20 de março de 2025.
MARIA SOCORRO BRAGA
Presidente do Conselho Fiscal

NALY ADLER DE ASSUNÇÃO
Conselho Fiscal (Suplente)

ELENA NATCH FORTES
Conselho Fiscal (Efetivo)

ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO

AVISO DE REGISTROS DE DIPLOMAS

UNIVERSIDADE FEEVALE
ASSOCIAÇÃO PRÓ - ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO - ASPEUR
CNPJ: 91.693.531/0001-62
Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC n.º 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 06 (seis) diplomas, nos seguintes livros de registros e sequências numérica:
Livro G2024: Registro nº 4858.
Livro G2025: Registros nº 28 a nº 32.
A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada, em até quinze dias, no endereço www.feevale.br/institucional/consulta-de-registros-de-diplomas

JOSÉ PAULO DA ROSA,
Reitor

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo 00001.000077/2024; Contrato 4.102.07724.1.01.02125.00.2025; Contratante: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, CNPJ nº 05.422.000/0001-01; Contratada: SCIENTIA VITAE CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA; CNPJ: 09.352.764/0001-10; Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração e implementação de Projeto de Mobilização e Educação Ambiental na Região Hidrográfica Piabanha IV; Prazo: 8 meses; Valor: R$ 256.718,66; Data de Assinatura: 07/05/2025.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo 00001.000096/2024; Contrato 5.102.09624.1.01.01925.00.2025; Contratante: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, CNPJ nº 05.422.000/0001-01; Contratada: Machado Soluções Integradas em Serviços Terceirizados LTDA.; CNPJ: 32.772.762/0001-00; Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial visando manter as condições de higiene, limpeza e conservação das áreas internas do Comitê Piabanha - Unidade Descentralizada 02 AGEVAP; Prazo: 13 meses; Valor: R$ 19.434,60; Data de Assinatura: 16/04/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2025

A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP torna público aos interessados a realização da Seleção de Propostas. Pregão 03/2025 - presencial - 00001.000011/2025. Objeto: Contratação anual de empresa para prestação de serviços de alimentação para realização de reuniões e eventos do Comitê Baía de Guanabara - Unidade Descentralizada 09 (Rio de Janeiro). DATA DO EVENTO: 04/06/2025 às 09h. Valor estimado: R$ 294.944,32 (duzentos e noventa e quatro mil reais, novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos). O edital e seus anexos estarão à disposição para consulta e/ou aquisição no site www.agevap.org.br, maiores informações pelo telefone (24) 99317-1210.

Resende, 15 de maio de 2025.
VIVIANA MORGADO DA SILVA
Agente de Contratação

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Termo de Prorrogação de Ata de Registro de Preços Nº 05/2024 - Pregão Eletrônico nº 07/2024 - Objeto: aquisição de medicamentos éticos, genéricos, similares e biológicos com base no maior percentual de desconto sobre o banco de preços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, aos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. Empresa Detentora: Emenalli Medical Ltda EPP, CNPJ nº 13.694.036/0002-45. Valor da Ata de Registro de Preços: R$ 65.987.834,00 sessenta e cinco milhões novecentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais). Data da assinatura: 19.05.2025. Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços nº 05/2024 assinado em 20 de maio de 2024, por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços em vigência.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES COLETIVAS

CNPJ: 23.420.001/0001-90

AVISO DE REGISTRO DE CHAPA

O Presidente da ANATERC com sede a Rua Lavradio, 601- Barra Funda- São Paulo/SP, faz saber que para a Eleição a ser realizada no dia 12 de Junho de 2025 houve o registro de uma única chapa para as eleições. São integrantes da referida chapa os nomes: Diretoria Executiva: Presidente - Carlos Alberto de Freitas. Secretário Geral - Cicero Firmino da Silva. Tesoureiro - Paulo Eduardo Ritz. Relações Sociais - Luis Paulo Rocha. Relações Trabalhistas e Sindicais - Júlio César Ferreira. Suplentes da Diretoria - Mário Augusto Rueda, Carlos Nascimento da Silva, Odimar Geraldo Ramos, Maria de Lourdes Santos Sousa e José Carlos Yoshioka. Conselho Fiscal Efetivo: Luiz Antônio Ferreira, Elisio Golberto e Marcos Aparecido Moraes. Suplentes Conselho Fiscal: Duilio Aparecido Ferreira, Aretusa Rodrigues e Anderson Rabello Rocha. Nos termos do Edital publicado no dia 12 de maio de 2025, fica concedido o prazo de 48 horas (quarenta e oito horas), a partir da publicação do presente edital, para o oferecimento de eventuais impugnações a candidaturas devendo ser protocoladas na sede social da entidade sita à Rua Lavradio, 601 - Barra Funda - São Paulo/SP, em sua Secretaria, no horário das 09:00 (nove) às 17:00 (dezessete) horas.

São Paulo, 22 de maio de 2025.
CARLOS ALBERTO DE FREITAS
Presidente

CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/25 - PORTAL BLL COMPRAS

A Casa de Caridade Leopoldinense, situada em Leopoldina/MG, torna público aos interessados que foi lançado no Portal BLL COMPRAS, o pregão eletrônico de nº 05/25, para a contratação de serviços comuns de engenharia, de baixa e média complexidade técnica, com fornecimento de mão de obra e materiais, destinados à manutenção (preventiva e corretiva),adequação física, ampliação de áreas, climatização e instalações elétricas e hidrossanitárias,inclusive a elaboração de projetos e acessoria técnica O período para envio das propostas será do dia 26/05/25 a 05/06/25, encerrando-se as 08:00h Início da disputa será em seguida, as 08:30h.

Leopoldina, 21 de maio de 2025
LUIZ ALEX PEREIRA
p/ Comissão de Licitações da CCL

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantida: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mantenedora: Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB
00.059.857/0001-87 Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 128 diplomas digitais, no período de 18 de Fevereiro de 2025 a 18 de Fevereiro de 2025, no livro digital de registro e sequências numéricas: livro 4 registros nº 2025-1 a nº 2025-128. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço http://www.uniceub.br.

Brasília, 19 de maio de 2025.
RAFAEL MESQUITA LOPES
Reitor do CEUB